



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

CATIA BRAGA MOREIRA DE PINHO

**UM “ABRIGO” PARA O ACERVO DA IGREJA DA SÉ:
TRAJETÓRIA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO MUSEU DE
ARTE SACRA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (1939-1959)**



Salvador
2020

CATIA BRAGA MOREIRA DE PINHO

**UM “ABRIGO” PARA O ACERVO DA IGREJA DA SÉ:
TRAJETÓRIA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO MUSEU DE
ARTE SACRA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (1939-1959)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestra em Museologia.

Orientadora: Prof. Dra. Suely Moraes Cerávolo.

Salvador
2020

Aos meus familiares,

Iza e Ayrton, Jaciara e Gabriel,
Maurício, Luna Camila e Bruno
Valentin.

*“Vou aprender a ler
Pra ensinar meus camaradas.”*
Roberto Mendes/Capinam
Yáyá Maseмба.

AGRADECIMENTOS

Aos amigos que colaboraram com esta pesquisa.

Aos que me presentearam com livros – Iza e Ayrton, meus pais; Prof^a. Dr^a. Suely Moraes Cerávolo, minha orientadora de Iniciação Científica da graduação (2010-2011), e desta pesquisa de mestrado (2017-2020); museóloga Edjane Cristina Silva, minha orientadora enquanto estagiária do MAS-UFBA (2013-2015); museóloga Chiara Bianchi Rucks, amiga querida; fotógrafo Benedito Cirilo, amigo de boa prosa; Prof^a. Dr^a. Ana Karina Calmon Rocha, exemplo de bravura; Prof^o. Dilton Oliveira de Araújo, amigo atencioso.

Aos professores, Prof. Dr. Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha e Prof. Dr. Clóvis Carvalho Britto, pela colaboração em disciplinas do Curso de Graduação e Pós-Graduação, respectivamente; à Prof^a Dr^a. Sabrina Damasceno Silva, pela orientação nesta pesquisa durante o período do semestre 2019.1. – e pelas participações valorosas à mesa da Banca Examinadora de Defesa de Dissertação.

À Prof^a. Anna Paula da Silva, do Curso de Graduação em Museologia da UFBA, pelas contribuições no processo inicial de pesquisa.

À Fernando Davidovitsch, amigo professor das letras, pelas leituras e considerações pertinentes.

À Isabel Aquino, amiga arquiteta urbanista, pelo auxílio com a leitura e interpretação dos documentos de planta-baixa.

À Timóteo Lopes, amigo artista plástico, pela reprodução artesanal de documento em planta-baixa anexo.

À Flávio Medina Araújo, amigo namorado, pela tradução em língua estrangeira do resumo apresentado.

À Raissa Moraes e à Cauê Donato Silva, minha sobrinha, e amigo museólogo, pela realização de Pesquisa de Campo em meu nome – no acervo do Instituto Martins Gonçalves, no Rio de Janeiro, e no Arquivo Histórico da Fundação Bienal de São Paulo, respectivamente.

À Jussilene Santana, pelo acesso e disponibilização ao acervo do Instituto Martins Gonçalves, no Rio de Janeiro.

À Antônio José Mendes Guedes, diretor da Coordenação de Arquivos e Documentação (CAD-UFBA), pelo acesso e disponibilização ao acervo documental.

À Alda Lima da Silva e Zilda Cerqueira Brito, bibliotecárias da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa (BURMC-UFBA).

À Ana Lúcia Albano, bibliotecária da Biblioteca Gonçalves Muniz – Memória da Saúde Brasileira.

À Lúcia Mascarenhas, Celene Barbosa de Souza e Maria José Souza de Almeida, bibliotecária e museólogas do Museu de Arte da Bahia.

À Isabela Marques Leite Sousa, museóloga do setor de documentação do MAS-UFBA –, onde tem o melhor café do museu.

À Equipe do Arquivo Técnico da Superintendência do IPHAN na Bahia, especialmente a museóloga Ana Teresa Góis Soares de Mattos, por me receber durante a pesquisa de campo, me dar acesso ao material disponível naquele arquivo, e além, por me doar material da sua pesquisa mestrado – parte dos documentos do Arquivo Central do IPHAN – Biblioteca Noronha Santos, no Rio de Janeiro.

À Equipe do Arquivo Central do IPHAN – Biblioteca Noronha Santos, no Rio de Janeiro, especialmente a bibliotecária Tatiana Lopes Salciotto, que via email, atendeu minha solicitação de pesquisa de campo, e digitalizou o material solicitado – um grande volume de documentos, sendo necessário, por tanto, ser expedido por partes.

À Menderson Correia Bulcão, colega da turma de 2017.1, do curso de Mestrado PPG/Museo-UFBA, pela doação de material da sua pesquisa mestrado – parte dos documentos do Arquivo Central do IPHAN – Biblioteca Noronha Santos, no Rio de Janeiro – que, entretanto, não puderam ser analisados por esta pesquisa, uma vez que já havia se esgotado o prazo final de entrega à banca examinadora.

À todos os colegas da turma de 2017.1, do curso de Mestrado PPG/Museo-UFBA, especialmente à Gabriela Santos da Silva, representante de nossa turma, pelas trocas e reflexões fundamentais à área museológica.

À Prof^a. Dr^a. Sidélia Santos Teixeira, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Museologia (PPG/Museo-UFBA).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa em momento tão oportuno, no período de 6 (seis) meses, referentes ao semestre 2019.2.

À todos que acreditaram e apoiaram a eloquência da história, sou grata.

“A Universidade da Bahia não começa agora a tomar em consideração o problema, uma vez que desde vários anos, por benemérita iniciativa de seu eminente saudoso Reitor Edgard Santos [...] realizou a obra notável de restauração de um dos mais belos monumentos desta cidade, para aí instalar, na condição de órgão universitário, o Museu de Arte Sacra. [...] Cabe afirmar que o alcance da fundação avultou extraordinariamente do país, mas sobretudo por ter constituído a primeira criação universitária de fato significativa no domínio dos museus. [...]

[...] com a criação do Museu de Arte Sacra, [a Universidade] demonstrou verdadeira compreensão do papel do museu como instituição peculiar de cultura no mundo moderno. [...] A função dos museus, na sociedade contemporânea, adquiriu tal relêvo e tem produzido tais benefícios culturais, que a criação de um deles, com a categoria e as condições desejáveis, constitui realização de mérito indiscutível.”

(ANDRADE, Rodrigo M. F. 1963, p. 22-24).

PINHO, Catia Braga Moreira de. **Um “abrigo” para o acervo da Igreja da Sé:** trajetória de institucionalização e implantação do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia (1939-1959). Salvador. 2019. Orientadora: Suely Moraes Ceravolo. 170f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Filosofia Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

RESUMO

A pesquisa investiga a trajetória de institucionalização e implantação do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia (MAS-UFBA), no recorte cronológico de 1939 a 1959 – se constituindo em estudo de caso na área da preservação de acervos do patrimônio nacional, representativo de uma noção de identidade regional. A experiência do museu universitário baiano é considerada pioneira no Brasil, , porém, não aconteceu sem os jogos de poder e disputas entre agentes e agências, como Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Godofredo Filho, representante do 2º Distrito do SPHAN, Edgard Rêgo Santos, reitor da UFBA, e D. Augusto Álvaro Cardeal da Silva, arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil. Índícios de tentativas anteriores de implantação do pretendido museu, até então desconhecidas, levou ao objetivo desta dissertação – em busca de esclarecimentos que evidenciassem quais ações compuseram o caminho percorrido. A documentação em análise, oriunda em sua maioria de arquivos do SPHAN pôde esclarecer este percurso, salientando três tentativas de implantação e a indicação de diferentes edificações para sede do desejado museu – Catedral Basílica de Salvador, Solar São Dâmaso e Convento de Santa Teresa. No trânsito historiográfico que antecede esta trajetória, ressalta-se o caso de demolição da Igreja da Sé de Salvador, episódio que deu origem ao debate de preservação de monumentos históricos nos primeiros anos do século XX e, por consequência, formou uma coleção de arte sacra pertencente à Arquidiocese Primaz. Considerando as mudanças políticas no âmbito cultural, destaca-se a necessidade de proteção do valioso acervo por meio da implantação de um museu que os pudesse servir de “abrigo”, projeto amplamente negociado pelo 2º Distrito do SPHAN, contudo, somente realizado após estabelecida parceria com a UFBA.

Palavras-chave: Memória; Patrimônio Nacional; Política de Preservação; Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia.

PINHO, Catia Braga Moreira de. **A "shelter" for the Old See Church collection: institutionalisation and implementation of the Museum of Sacred Art of the Federal University of Bahia (1939-1959).** Salvador. 2020. Advisor: Suely Moraes Ceravolo. 170f. Dissertation (Master in Museology) – Post-Graduate Program in Museology, Faculty of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Bahia, Salvador-BA, 2020.

ABSTRACT

The research investigates the institutionalisation and implementation of the Museum of Sacred Art of the Federal University of Bahia (MAS-UFBA), in the chronological cut from 1939 to 1959 – making it a case study in the area of preservation of the national patrimony representing an idea of regional identity. The experiment of the university museum from Bahia is highlighted as a pioneer in Brazil. However, it did not happen without disputes and power games among agents and agencies, like Rodrigo Melo Franco de Andrade, director of the Service of Historical and Artistic Heritage (SPHAN), Godofredo Filho, representative of SPHAN's Second District, Edgard Rêgo Santos, dean of UFBA, and D. Augusto Álvaro Cardeal da Silva, archbishop of Bahia and Primate of Brazil. Signs of previous attempts, so far unknown, of implementing the intended museum motivated this dissertation, seeking clarification that highlights which actions compose the trajectory. The documentation analysed is, in its majority, sourced from the archives of the Service of Historical and Artistic Heritage (SPHAN) and can clarify this path, highlighting three attempts of implementation and the indication of different buildings for hosting the museum – Basilica of Salvador, Saint Damasus Manor and the Convent of Saint Teresa. In the historiographic transient in which this path takes part, the demolition of the Primate of Brazil can be emphasized. Such an episode originated the debate of preservation of historic monuments in the first years of the XX century and, as a consequence, formed a sacred art collection owned by the Archdiocese Primate. Considering the political changes in the cultural scope, the need for protecting the valuable collection is made evident with the implantation of a museum that could serve it as a "shelter". This project was extensively negotiated by SPHAN's Second District, however, only to be realized after the partnership with UFBA was established.

Keywords: Memory; National Heritage; Preservation Policy; Museum of Sacred Art of the Federal University of Bahia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura da Capa	“Igreja e Convento de Santa Teresa – atual Museu de Arte Sacra, Salvador BA”. Ilustração de Susana Pereda, 1980. Arq. IPHAN-RJ.	01
Figura 01	Visita de Juarez Távora a D. Augusto Álvaro da Silva – Casa do Campo Grande (hoje Mansão dos Cardeais). Fotografia, 1930(?).	27
Figura 02	“Coleção de sacras da Igreja da Sé, levada pelo povo na última procissão até a Catedral Basílica. Fotografia”. Fotografia, 1933.	28
Figura 03	Rodrigo Melo Franco de Andrade – diretor-fundador do SPHAN (1937-1967). Fotografia.	32
Figura 04	Godofredo Filho – representante do 2º Distrito do SPHAN / BA e SE (1936-1974). Fotografia.	32
Figura 05	Museu da Catedral Basílica – detalhe do 2º pavimento da Catedral. Fotografia, 1939.	36
Figura 06	Sacristia da Catedral Basílica – detalhe do 1º pavimento. Fotografia, 1939.	37
Figuras 07, 08 e 09	Corredores e cubículos da Catedral Basílica – 1º e 2º pavimento. Fotografia, 1939.	38
Figura 10	Solar São Dâmaso com duas moradoras sentadas na porta - pormenor da “Portada”. Fotografia, 1945[?].	58
Figura 11	Solar São Dâmaso com uma criança moradora debruçada sobre a janela - vista da fachada principal. Fotografia, 1943.	60
Figura 12	Saguão do Solar São Dâmaso com um morador na janela - detalhe do “primeiro trecho da escada”. Fotografia, 1943.	63
Figura 13	Edgard Rêgo dos Santos – Reitor Fundador da UFBA (1946-1961). Fotografia.	71
Figura 14, 15 e 16	Nova Cúpula sendo construídas. Fotografia, 1953.	77
Figura 17	Igreja de Santa Teresa – antes da raspagem do reboco “escariote fantasia”. Fotografia, Jan/Fev.1952.	78
Figura 18	Igreja de Santa Teresa – depois da “cura” das alvenarias e pintura das paredes em branco. Fotografia, Mar/Abr.1953.	79
Figura 19	Igreja de Santa Teresa – fachada concluída. Fotografia, Set/Out.1954.	82
Figura 20	“Auto da Cananéia”, encenada na Igreja de Santa Tereza – alunos da ET-UFBA e Ana Edler como Cananéia. Fotografia, 1956.	84
Figura 21	Conjunto arquitetônico de Santa Teresa – destaque para o edifício anexo, “Acréscimo do Seminário Menor”. Fotografia, 1956[?].	88
Figura 22	Perspectiva do Convento de Santa Teresa – “recomposição das fachadas quais tivessem sido no século XVII.” Croqui de Diógenes Rebouças, Mar. 1958.	93
Figura 23 e 24	Restauração da fachada para recompor o Convento de Santa Teresa. Fotografia, Jul. - Dez. 1958[?].	96
Figura 25	Construção do espaço ajardinado e estacionamento no Adro da Igreja. Fotografia, Jul. - Dez. 1958[?].	97
Figura 26	Perspectiva da Cidade do Salvador – detalhe do Convento de Santa Teresa, sinalizado pelo nº 70. Frontispício de Antônio Caldas, 1759.	98
Figura 27 e 28	Convento de Santa Teresa, fachada poente – reconstrução das arcadas de alvenaria. Fotografia, Jul. - Dez. 1958[?].	99
Figura 29 e 30	Reconstrução de salão adaptado – cômodo na ala poente, 5º piso. Fotografia, Jul. - Dez. 1958[?].	100
Figura 31 e 32	Altar lateral esquerdo e direito do altar-mór da Igreja de Santa Teresa – sugestão de Deoclécio de Campos para a retirada dos “baldaquins”. Fotografia, Ago. 1958.	103
Figura 33	Interior da Igreja de Santa Teresa – andaime para o revestimento no teto da nave. Fotografia, Out. 1958[?].	105
Figura 34	Exposição Inaugural – solução adotada para ocupar o espaço vazio do altar-mór. Fotografia, Ago. 1959[?].	109

LISTA DE ABREVIATURAS

Arq. IPHAN-BA.	Arquivo Técnico da Superintendência do IPHAN na Bahia
Arq. IPHAN-RJ.	Arquivo Central do IPHAN – Biblioteca Noronha Santos, Rio de Janeiro
Ct. nº. / Cts. nº.	Carta Número / Cartas Número
Info. nº. / Infos. nº.	Informação Número / Informações Número
Tl. nº.	Telegrama Número
Of. nº.	Ofício Número

A., RMF.	ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de.
B., J.	BRANDÃO, Jair.
B., PT.	BARRETO, Paulo Thedim.
C., A.	COUTINHO, Afrânio.
C., G.	CÂMARA, Geraldo.
C., JC.	CONI, João Caldas.
F F., GR.	FIGUEIREDO FILHO, Godofredo Rabelo.
G., O.	GOMES, Osvaldo.
G., PAJ.	GHISLANDI, Pedro Ângelo José.
L., Fr. L.	LAMBOOY, Frei Lamberto.
R., JJ.	RESCALA, João José.
S., Mons. A.	SILVA, Monsenhor Apio.
S., A.	SIMÕES, Antônio.
S., AAC.	SILVA, Augusto Álvaro Cardeal da.
S., ER.	SANTOS, Edgard Rêgo.
S., R.	SOEIRO, Renato.
SF., ES.	SIMÕES FILHO, Ernesto Silva.
SN., CM.	SILVA-NIGRA, Clemente Maria da.

LISTA DE SIGLAS

BMI	Boletim Mensal de Informações
BNDB	Biblioteca Nacional Digital do Brasil
SPHAN	Divisão de Conservação e Restauração - SPHAN
EPUCS	Escritório de Planejamento Urbanismo da Cidade de Salvador
EBA-UFBA	Escola de Belas Artes - UFBA
ET-UFBA	Escola de Teatro - UFBA
FAU-UFBA	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFBA
FCE-UFBA	Faculdade de Ciências Econômicas - UFBA
FAMED	Faculdade de Medicina da Bahia
ENBA	Escola Nacional de Belas Artes
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAS-UFBA	Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UBA	Universidade da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UCSal	Universidade Católica de Salvador

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A CRIAÇÃO DA COLEÇÃO DE ARTE SACRA: antecedentes	22
2.1 O debate preservacionista na primeira metade do século XX: o caso da Igreja Sé	23
2.2 A valorização do patrimônio nacional baiano: perspectiva do SPHAN na Bahia	30
2.3 A Catedral Basílica de Salvador (1939-1940): proposta para Museu Nacional de Arte	35
3 O MUSEU NACIONAL ...OU ARQUIDIOCESANO?	42
3.1 Diretrizes nacionais para Museus na virada da década de 1940 para 1950	43
3.2 Os incentivos políticos e econômicos para implantação do museu de arte religiosa na Bahia	49
3.2.1 O debate em torno do lugar	53
3.2.2 O Solar São Dâmaso: processo de desapropriação	58
3.2.3 Planejamento museológico e a questão de denominação	64
4 O MUSEU DE ARTE SACRA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	69
4.1 Universidade, história, cultura e arte: a fundação da UFBA	70
4.2 O Convento de Santa Teresa: de Seminário da Bahia a Museu de Arte Sacra da UFBA	75
4.2.1 Primeira fase de intervenções - restauração da “Obras n°. 13” (1951-1956)	76
4.2.2 Segunda fase de intervenções - proposta de Edgard Santos (1954-1957)	83
4.2.3 Terceira fase de intervenções - adaptação e exposição inaugural (1958-1959)	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
FONTES DOCUMENTAIS E REFERÊNCIAS	119
APÊNDICES	137
ANEXOS	142

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa propõe estudo sobre a trajetória de institucionalização da coleção de arte sacra da Arquidiocese da Bahia e Primaz do Brasil, que dá origem ao processo de implantação do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia (MAS-UFBA), como parte da compreensão de como se deu o desenvolvimento dos museus e da Museologia no Estado da Bahia, no período de 1939 a 1959. A trajetória de implantação do MAS-UFBA se integra a política de preservação de monumentos históricos e artísticos através da noção de identidade nacional¹. Essa problemática revela aspectos das negociações locais em relação ao panorama nacional, em particular com a ação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)², vinculado ao Ministério da Educação³, a partir de 1937, federalizando os bens para delimitar aquele patrimônio cultural.

Este percurso de institucionalização remonta ao histórico do ensino superior local e de fundação da Universidade da Bahia (UBA), criada em 1946, federalizada em 1950, tendo Edgard Rego Santos como reitor fundador até 1961. A federalização da Universidade, segundo Antonio Risério (1995; 2013), Roberto Santos (2008), e Antônio Rubim (2016) pode ser compreendida como um marco divisor que impulsiona o desenvolvimento político, econômico do Estado, apresentando uma “composição acadêmica inusitada, com unidades tradicionais e inovadoras”, como explica Edivaldo Boaventura (2009, p. 124). Nesse contexto de desenvolvimento, a trajetória de institucionalização da coleção desta Arquidiocese Primaz se integra a Universidade Federal da Bahia a partir da celebração do Convênio entre às

¹ Segundo Simon Schwartzman (et al., 1984, s/p.), a construção de uma noção de identidade nacional no Brasil tem início com o projeto de centralização política do Governo Getúlio Vargas (1930-1946). Após a Revolução de 1930, o Estado procurou meios de estabelecer uma atuação própria, em substituição a política tradicional, contando com o apoio institucional da Igreja Católica – como inspiradora ideologia de legitimação política. A criação do Ministério da Educação e Saúde tinha como objetivo estabelecer uma ação educativa que mantivesse a unidade nacional. No período do Estado Novo (1937-1946), entretanto, essa ação educativa passa a ser vinculada a questões de segurança nacional, como estratégia de estímulo controlado. Sob a gestão do ministro Gustavo Capanema (1934-1946), foram estabelecidas práticas pedagógicas, disciplinares e repressivas, pela homogeneização social, perpetrado por uma consciência “abrasileirada”, moral e cívica. Observa-se na definição do conteúdo nacional o destaque modernista ufanista, representativo das autoridades, enfatizando o catolicismo brasileiro.

² A instituição do SPHAN, em 1937, inicialmente denominado Serviço, passa por modificações e, em 1946, denomina-se Departamento (DPHAN); em 1970, transforma-se no Instituto (IPHAN), até os dias de hoje. Às mudanças políticas do período modificavam a nomenclatura da autarquia federal e provocavam influências em atividades preservacionistas em todo o país, auxiliando na composição de ideias e empreendimentos (FONSECA, 2005). A fim de compreender a instituição durante parte da chamada fase heróica, será utilizada nesse trabalho apenas a sigla SPHAN para se referir ao período entre 1930, 40 e 50.

³ O Ministério da Educação foi criado como Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, e desmembrado em 1953, passando a constituir o Ministério da Educação e Cultura e o Ministério da Saúde. A fim compreender o órgão federal entre os anos de 1930 e 1950, será referido neste trabalho apenas como Ministério da Educação. Verbete: “A educação no segundo governo Vargas” (CPDOC/FGV. S/d.).

instituições, criando, pelo Decreto Federal nº 43.804, de 23 de maio de 1958, o Museu de Arte Sacra, a ser instalado no Convento de Santa Teresa, como uma instituição complementar universitária – Anexo Q. Para o serviço técnico de implantação a Universidade contou com o auxílio do SPHAN, executando e fiscalizando obras de restauração e adaptação necessárias. A inauguração realizou-se em 10 de agosto de 1959, como parte da programação do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros.

Iniciado o levantamento preliminar de fontes, dentre os documentos institucionais arquivados no Museu a partir do primeiro ano de funcionamento, encontra-se documento datilografado contendo matéria do arquiteto Wladimir Alves de Souza⁴, publicado no jornal Diário de Notícias, documentando a inauguração – Anexo R. Sabe-se que, entre 1958 e 1959, Wladimir Souza, conjuntamente com o arquiteto Geraldo Raposo Câmara, coordenaram a restauração e implantação do MAS-UFBA⁵. Segundo ele, “a ideia de aproveitar o antigo Convento de Santa Teresa para instalar nele um museu de arte religiosa, vem de há muito”, ressaltando “numerosas tentativas” anteriores a 1958⁶. Quais teriam sido essas tentativas e as razões do insucesso não são elucidadas, deixando uma série de questões sem respostas, instigando o andamento desta pesquisa. Considerando ainda publicações que comentam a inauguração do Museu, nota-se a consolidação das narrativas então formuladas. Sem esclarecimentos sobre os eventuais empecilhos ocorridos nessa trajetória, Edgard Santos comenta em publicação da Exposição Inaugural – Anexo S – o seguinte trecho em destaque:

Instala-se o Museu de Arte Sacra da Bahia, uma realização por longo tempo reclamada, mas, que afinal se concretiza. Este encargo, ao assumi-lo, não ignorava a Universidade o vulto das dificuldades nem a soma de incompreensões que haveria de enfrentar. (SANTOS & SILVA-NIGRA, 1959, s./p.) (Grifo nosso).

Não obstante, um segundo documento encontrado em arquivo do Museu do Estado da Bahia, compõe a fase preliminar desta pesquisa. Trata-se de um recorte de jornal contendo texto de José Antonio do Prado Valladares⁷, diretor do Museu do Estado à época, publicado em setembro de 1951 – Anexo G. A crônica intitulada “Museu de Arte Religiosa”, na Seção

⁴ Wladimir Alves de Souza foi arquiteto, desenhista e restaurador. Entre 1958 e 1959 “[...] Coordenou com Geraldo Raposo Câmara a restauração do antigo convento de Santa Teresa, em Salvador, e sua adaptação para o Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia.” Verbete Biográfico: SOUZA, Wladimir Alves de. (SILVA, S/d).

⁵ Conforme Ana Lúcia Cerávolo (2010, p. 243), o projeto de restauração do Convento de Santa Teresa, edificação tombada pelo SPHAN foi, possivelmente, o primeiro realizado por Wladimir Alves de Souza. Sua colaboração para implantação do Museu de Arte Sacra esteve relacionada a projetos que desenvolveu junto a UFBA.

⁶ A informação indicativa de tentativas anteriores de implantação se repete em Catálogos do MAS-UFBA: (SILVA-NIGRA, 1972, p. 09); (UFBA, 1981, p. 18); (UFBA, 1987, p. 13 e 14); (GUIMARÃES, 2008, p. 22).

⁷ José Antonio do Prado Valladares foi diretor do Museu do Estado, de 1939 e 1959, ao longo de sua carreira publicou diversos estudos sobre museus em livros, periódicos técnicos, e jornais. A respeito dessa personalidade, que se define como “homem de museu” (CERÁVOLO & SANTOS, 2007).

Artes Plásticas do Diário de Notícias, indica que a implantação de um museu de arte religiosa na Bahia estava em andamento, considerando a coleção de objetos que já se encontrava na Catedral Basílica e, desta forma, expõe além a possível questão que envolve o impulso dessa trajetória. Segundo José Valladares, está é “mais uma razão para o nosso museu de arte religiosa: que se torne o abrigo natural dessas peças fora do culto e que nem todos sabem apreciar, mas que possuem valor artístico ponderável [...]”. A concepção de museu como um “abrigo” – em atenção ao acervo desta coleção –, inspirou o título deste trabalho de pesquisa bem como indicou a delimitação temporal desta trajetória ao recordar a “[...] primeira tentativa de instalação de um museu de arte religiosa na Bahia [...]”.

A priori sabemos que o acervo integrante do MAS-UFBA é constituído pela arte integrada à arquitetura do Convento de Santa Teresa e objetos litúrgicos variados – como pintura, imaginária, cerâmica, têxtil, ourivesaria, mobiliário, talha e aluieria, abrangendo os séculos XVI ao XIX. São peças de propriedade da Arquidiocese da Bahia e de diversas instituições católicas regionais⁸, sob guarda de regime jurídico de comodato, além de objetos adquiridos pela Universidade. Originalmente, trata-se de coleção aberta, que ampliou o número de peças ao longo de sua existência, chegando a aproximadamente 5.000 (cinco mil) peças fracionadas em 16 coleções (UFBA, 2008, p. 25).

Deste ponto foi necessário iniciar a pesquisa de campo levantando fontes em demais arquivos institucionais relacionadas à trajetória do MAS. O acordo estabelecido pelo Convênio (1958) – um documento autorizando a implantação do museu como uma unidade universitária em uma edificação católica – sugere que ambas instituições possuem documentos de referência a esta trajetória. No entanto, a ausência de documentação arquivística do reitorado de Edgard Santos dificulta a compreensão detalhada dos primeiros anos da UFBA⁹, como explica Risério (2013, p.24) e Rubim (2016, p. 74). Além disso, com relação ao arquivo arquidiocesano, não foi possível realizar visita de pesquisa, pois, como

⁸ São parte do espólio do antigo Convento de Santa Teresa e de diversos depósitos, como da Igreja do SS Sacramento do Passo, Igreja de N. Sa. da Abadia, Igreja de Santo Amaro de Ipitanga, Capela de São José do Genipapo, Mosteiro de São Bento da Bahia, Matriz de Simões Filho, Convento dos Perdões, Instituto Geográfico Histórico, Catedral Basílica do Salvador, Igreja de Belém de Cachoeira, Irmandade do SS Sacramento e N. Sa da Conceição da Praia, Irmandade do SS Sacramento e N. Sa do Pilar, Irmandade da Celestial Ordem Terceira da SS Trindade, Igreja Matriz do SS Sacramento de Itaparica; assim como a coleção Abelardo Rodrigues. (SILVA-NIGRA, 1972; UFBA, 1981; 1987; 2008).

⁹ Na tentativa de encontrar arquivos de referência da gestão do primeiro reitor da UFBA, Edgard Santos (1946-1961), foram consultados os seguintes arquivos: MAS-UFBA – Setor de Documentação e Arquivo; Reitoria da UFBA – Setor de Assessoria de Comunicação Institucional; Coordenação de Arquivo e Documentação (CAD-UFBA); Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa – Seção Memória da UFBA e Centro de Estudos Baianos; Escola de Medicina – Memorial e Biblioteca Gonçalves Muniz; além dos centros de documentação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; e, da Fundação Clemente Mariani – Acervo de Memória e Documentação (AMENDOC).

foi informado, o Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador encontrava-se em processo de mudança de endereço, assim, indisponível para pesquisadores.

A participação do SPHAN assessorando e supervisionando as obras de restauração sugere um terceiro arquivo institucional. Dessa forma foram considerados o Arquivo Técnico da Superintendência do IPHAN na Bahia e o Arquivo Central do IPHAN – Biblioteca Noronha Santos, no Rio de Janeiro¹⁰. Um grande número de documentos foi encontrado, dentre eles, correspondências entre os dirigentes e colaboradores, relatórios, ofícios, minutas, discursos, projetos/estudos, plantas baixa, fotografias, recortes de jornal. Com a esquematização cronológica do material levantado, três momentos e diferentes edificações são evidenciados, dentro do recorte temporal sinalizado de 1939 a 1959, colaborando para a divisão sistemática do conteúdo (Apêndices A e B). Assim, apresenta-se após a Parte I – introdutória, as seguintes partes:

Parte II – A CRIAÇÃO DA COLEÇÃO DE ARTE SACRA: antecedentes – trata dos anos de 1939 e 1940, quando as fontes indicam o esforço do diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, e do dirigente do 2º Distrito (regional do SPHAN, na Bahia e Sergipe), Godofredo Rabelo de Figueiredo Filho, no sentido de salvaguardar o acervo da Igreja da Sé, demolida em 1933, e de outras igrejas no Estado, que se encontrava alojado no improvisado **Museu de Arte Religiosa da Catedral Basílica**, instalado na antiga sala da biblioteca. Desta forma, iniciamos análise das primeiras décadas do século XX, destacando os antecedentes da criação da coleção de arte sacra, por meio desta demolição. À princípio, o projeto do SPHAN tinha a intenção de aproveitar este espaço e coleção para a implantação do museu nacional. Entretanto, após avaliação do Cabido Metropolitano, representado pelo Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, D. Augusto Álvaro Cardeal da Silva (1924-1968) é apresentado parecer negativo em 1940.

¹⁰ O material obtido no Arquivo Central do IPHAN – Biblioteca Noronha Santos, no Rio de Janeiro, decorreu mediante solicitação de e-mail enviado para a bibliotecária Tatiana Lopes Salciotto, a equipe do Arquivo Central digitalizou e encaminhou como resposta documentos da **Pasta: Conv. - Igr. Santa Teresa**. Já, em visita de pesquisa no Arquivo Técnico da Superintendência do IPHAN na Bahia, a museóloga Ana Teresa Góis Soares de Mattos, atendeu nossa solicitação de pesquisa presencial, dando acesso aos documentos da **Pasta 140.12. Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia**. Além disso, a referida Ana Mattos (2014), também nos deu 7 documentos de seu arquivo pessoal, levantados no Arquivo Central, correspondendo a **Pasta: Cartas de Godofredo Filho**. Dessa forma, Acreditamos que em outras pastas do mesmo Arquivo Central possam existir outros documentos de referência a essa trajetória a ser confirmado posteriormente. Também tivemos acesso à **Pasta: Catedral Basílica** – do Arquivo Central do IPHAN, Biblioteca Noronha Santos, Rio de Janeiro – doados por Menderson Correia Bulcão, colega do curso de Mestrado PPG/Museo-UFBA, turma de 2017.1 – contendo documentos da década de 1930 a 1950, comentando a respeito dos diversos trabalhos realizados pela conservação do edifício e organização do Museu da Catedral. Entretanto, a segunda pasta de documentos doados, não pode ser analisada por esta pesquisa, uma vez que já havia se esgotado o prazo final de entrega do texto dissertativo à banca examinadora.

Parte III – O MUSEU NACIONAL...OU ARQUIDIOCESANO? – as correspondências entre os dirigentes retomaram a idéia de implantação do museu por ocasião do IV Centenário da Cidade de Salvador, em 1949. Nesse período se destaca o apoio do Ministério da Educação, por meio de gestões sequenciais de ministros baiano, dentre eles Ernesto Simões da Silva Filho (1951-1953). A indicação da Arquidiocese para implantação do museu no Solar São Dâmaso, no entanto, apresenta dificuldades na desocupação de moradores, ocorrendo tentativa de desapropriação. Ademais, as discussões entre os agentes avançam em torno da escolha de nomenclatura do futuro museu, nesse sentido para a Arquidiocese deveria ser um **Museu Arquidiocesano de Arte Sacra**; mas, para o Ministério da Educação deveria ser um **Museu Nacional de Arte Religiosa**. Nota-se o fato de que não se trata somente de nomenclatura, o embate em questão evidencia dois diferentes projetos de museu, cada um atendendo a demandas próprias.

Parte IV – O MUSEU DE ARTE SACRA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – abarca o período entre 1951 a 1959. Após o início da restauração no conjunto arquitetônico Convento e Igreja Santa Teresa, o SPHAN designa o edifício para sede do projetado museu, em 1953. De acordo com análise das fontes, as obras de restauração em Santa Teresa se dividem em três fases: primeiro (1951-1956), antes mesmo de sua indicação, é realizada restauração higienização na Igreja e claustro do Convento; segundo (1956-1958), período preliminar das negociações entre arcebispo e reitor – não é possível definir o momento exato em que se inicia o projeto do museu no escopo da Universidade –, tem andamento as atividades de restauração; e terceiro, com assinatura do Convênio, em 1958, tem início uma série de demolições e adaptações em Santa Teresa para implantação do **Museu de Arte Sacra da UFBA**, projeto que provoca controvérsias entre os pares, até sua inauguração em 1959.

O discurso de Rodrigo M. F. Andrade¹¹, ao receber o título de professor *honoris causa* da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UFBA), em 1963 – trecho destacado em epígrafe –, leva em conta que a UFBA passa a considerar a questão do patrimônio e a função dos museus na sociedade contemporânea de modo pioneiro, com a instalação do museu universitário. Para o diretor do SPHAN, mesmo que a idéia de implantação do museu tenha

¹¹ Também publicado In: FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e o IPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. f. 172-175; e In: CHAGAS, M., (org.) **Museus: antropofagia da memória e do patrimônio**, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº31. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005. f. 82-87.

decorrido independentemente em duas outras tentativas anteriores, a ação do reitor Edgard Santos “[...] constitui realização de mérito indiscutível.” (ANDRADE, 1963).

Observa-se nesta trajetória algo como a arqueologia de uma coleção¹², delineando parcialmente o esboço de quatro projetos museológicos – Museu de Arte Religiosa da Catedral Basílica, Museu Nacional de Arte Religiosa, Museu Arquidiocesano de Arte Sacra e Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia – que se apoiaram na regulamentação de produção e divulgação cultural pré-estabelecidas. Neste demonstrativo de intencionalidades pró museu, e/ou de suas deficiências e impedimentos, verifica-se a existência do vazio institucional. Desse modo, o presente estudo procura compreender a trajetória e as diversas propostas museográficas que surgem alicerçadas ao projeto de nação vigente¹³, nos permitindo imaginar diferentes concepções de museus. Nota-se, ainda, o perfil biográfico da coleção de arte sacra, que, ao ser examinado “em situação”, nos permite compreender a interação social da qual fez parte (MENEZES, 1998, p. 92). A biografia tal qual apresentada, ainda que incompleta, é transversal a toda a trajetória de institucionalização e implantação do museu, expondo a preparação do espaço edificado, sua composição e disposição, relacionando a concepção material e social.

Através de dados coletados nos diversos acervos institucionais se reconstitui uma trajetória histórica sinuosa, que considera a inserção do discurso da Bahia como “berço da nação”. O restabelecimento de fatos pôde revelar acontecimentos que tensionavam a viabilização do projeto de um museu nacional baiano. Destaca-se a existência do espaço de poder diferenciado daquele que a bibliografia da área tem privilegiado – como os estudos sobre museus no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; e, além, as relações estabelecidas pelos colaboradores envolvidos –, salientando a função da Igreja Católica na construção da ideologia nacionalizante do Estado, e as tensões entre o grupo de representantes do clero regional e de profissionais da área de preservação do patrimônio. Na

¹² De acordo com Michel Foucault ([1969] 2008), a “Arqueologia do Saber” é um possível método de análise do processo de construção discursiva a respeito da trajetória de institucionalização e implantação do Museu de Arte Sacra da UFBA. Nesses termos, é possível reconhecer e interrogar os efeitos de uma construção de acontecimentos discursivos, verificando que a narrativa histórica talvez não seja o que se acreditava que fosse. Ao indagar o conjunto de enunciados que a história propõe, pode-se desfazê-los, recompondo-os legitimamente, e restabelecendo-os de modo mais integral, permitindo ressaltar sua própria teoria.

¹³ Dentre os autores que colaboram para definição de nação, consideramos nesta pesquisa os estudos de Benedict Anderson (2008, p. 26-83). Para este autor o grupo distinto como nacional trata-se de uma “comunidade política imaginada”, que orienta o surgimento de um sentimento nacionalista comum desde final do século XVIII. Com a criação de produtos culturais, a ideologia da nacionalidade foi transplantada para diversos grupos sociais – como exemplo, aquele vinculado ao projeto de centralização política empreendido por Getúlio Vargas no Brasil a partir dos anos 1930.

busca pela compreensão da relação entre diferentes agentes, agências e os agenciamentos¹⁴, evidenciam-se cenas e bastidores pela preservação de uma coleção e a criação de seu “abrigo”, como estímulo e contribuição a fabricação da ideia de nação brasileira.

A partir desse contexto pode-se levantar algumas questões que nortearam o desenvolvimento da pesquisa e dizem respeito a construção do campo museológico baiano, mas, especificamente voltadas para os motivos que incitaram a proposta de criação do MAS-UFBA. Entende-se que a criação de um museu não se dá ao acaso, especialmente quando já estava em plena atividade o órgão de preservação patrimonial, motivado a identificar o que faria parte do patrimônio cultural nacional. Frente a esse quadro questiona-se:

- Qual grupo de colaboradores que se formou pensando-se nos agentes e instituições envolvidas – a exemplo de Rodrigo M. F. Andrade, dirigente do SPHAN; Godofredo Filho, representante do órgão federal na Bahia; D. Augusto, arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil; e Edgar Santos, reitor fundador da UFBA?
- Qual a reação da Arquidiocese Primaz perante o projeto do museu?
- Qual a estrutura de relações políticas e culturais construída para apoiar e efetivar a implantação desse espaço de memória?
- Houve posicionamento favorável ou não da Universidade e sua comunidade a partir da implantação de um museu universitário?

Tendo em vista essas questões, a pesquisa se caracteriza como estudo de caso de caráter historiográfico, inserida à linha de pesquisa Museologia e Desenvolvimento Social, ao analisar as estratégias elaboradas por meio dos grupos integrantes desta trajetória. Esta pesquisa também colabora com o Grupo de Pesquisa Observatório da Museologia na Bahia (UFBA/CNPq), ao investigar a temática das políticas culturais e de preservação no Estado¹⁵.

¹⁴ Na perspectiva de análise que explica as relações entre diferentes agentes e instituições, me inspiro na teoria de Pierre Bourdieu (2003, p. 17-29). Para este teórico, os agentes específicos criam um espaço, determinado campo científico, e este espaço só existe pelos agentes e pelas relações estabelecidas entre eles. A definição de campo científico como “um mundo social como os outros”, expõe um espaço de autonomia relativa, com leis próprias, em que a estrutura de relações entre diferentes agentes e agências determina o que pode ou não ser realizado, flexibilizando e tencionando a criação de um espaço de poder. Esta concepção nos permite compreender as ações entre agentes que colaboraram na institucionalização da coleção de arte sacra da Arquidiocese Primaz, até a implantação do MAS-UFBA, contextualizado ao processo social histórico e o conteúdo documental dessa produção. Nesse sentido, evidencia-se a influência de como a produção cultural com pretensões científicas, caso da organização de um museu universitário, pode influenciar indiretamente a ordem política.

¹⁵ Algumas das questões que permeiam esta dissertação foram iniciadas ainda no período de graduação, tanto participando do projeto de Iniciação Científica “Coleções e museus na Bahia: século XIX ao XX”, no Grupo de Pesquisa Observatório da Museologia na Bahia, sob orientação da Profª Drª. Suely Moraes Cerávolo (2010-

Sabe-se que somente na atualidade a Museologia pôde ser melhor compreendida como prática social, e como tal, expor as suas relações “interpessoal e/ou intergrupar” (SCHEINER, 2014, p. 4647). Assim, ainda que de modo anacrônico, procuramos destacar neste trabalho a Museologia como a “verdadeira essência do Museu”, posto que por meio dela diferentes grupos de interesse se apropriam da ideia de um Museu. Nesta perspectiva, considerando tendências ontológicas e epistêmicas, é possível defini-la como espaço de movimento do pensamento e o Museu como seu produto, que pode se autoconstruir ou reconstruir – “tanto do ponto de vista estético como do ponto de vista terminológico e documental.”

A metodologia baseia-se na descrição, sistematização e análise das fontes primárias, tendo a delimitação temporal de 1939 a 1959. O objetivo geral procura analisar as relações estabelecidas entre os grupos ligados a trajetória de implantação do MAS-UFBA, com base na documentação institucional coletada em pesquisa de campo. Os objetivos específicos procuram abranger a trajetória de implantação do MAS-UFBA ressaltando fatos, agentes e instituições envolvidas à época com base no cruzamento das fontes documentais.

2011); quanto participando de atividades vinculadas ao MAS-UFBA, como estagiária do Setor de Exposição, sob orientação da Museóloga Edjane Cristina Silva (2014-2016).

2. A CRIAÇÃO DA COLEÇÃO DE ARTE SACRA: antecedentes

Com a demolição da Igreja da Sé de Salvador e o deslocamento de seu acervo para a Catedral Basílica, no ano de 1933, tem início a trajetória de uma coleção de arte religiosa católica que impulsionará a implantação do Museu de Arte Sacra da UFBA, em 1959. O depoimento de José Valladares (Diário de Notícias, 1951), indica a “primeira tentativa de instalação de um museu de arte religiosa na Bahia” e, com isso, identificam-se as razões que levam agentes e instituições a iniciarem a discussão. Segundo ele:

[...] o que aconteceu com a primeira tentativa de instalação de um museu de arte religiosa na Bahia, o plano era aproveitar o material que já se encontrava na sala da biblioteca do antigo Colégio dos Jesuítas, e distribuí-lo em conformidade com as boas normas de exposição, tanto naquela sala, como nos corredores e celas que separam a Catedral do prédio da Faculdade de Medicina. [...] (VALLADARES, 1951) (Grifo nosso).

Para este autor o surgimento de coleções no Brasil foi marcado pela necessidade de musealizar espaços adaptados que se tornassem um “abrigo natural” na defesa contra a sua destruição e evasão.

Nessa parte da pesquisa procuro compreender essa transformação comentando três aspectos relacionados a primeira tentativa de implantação do museu, apresentando na primeira seção apontamentos historiográficos sobre o caso de destruição da antiga Sé, episódio que ocasionou o surgimento de uma coleção de arte sacra pertencente à Arquidiocese da Bahia e Primaz do Brasil. Inclui, ademais, a contextualização do desenvolvimento econômico, urbanístico e social da capital baiana na primeira metade do século XX repercutindo na questão do transporte público e enfatizando o surgimento de leis preservacionistas do patrimônio no âmbito regional e nacional.

Na segunda seção, com base na historiografia da institucionalização do SPHAN, localizamos a representação regional do Estado nos primeiros anos de funcionamento. Neste período registram-se a inventariação e processos de tombamentos do patrimônio baiano, eventos que contribuem para compreender o vínculo entre as primeiras leis de preservação do patrimônio no Brasil e a trajetória da coleção de arte sacra da Arquidiocese, como destacado.

Na terceira seção, com base na análise da documentação institucional, evidenciamos a instalação do museu na Catedral Basílica de Salvador – antigo Colégio dos Jesuítas, e os esforços por parte do SPHAN na tentativa de salvaguardar a coleção e a edificação. As questões centrais a serem consideradas são:

- Em que condições se instala um museu na Catedral Basílica de Salvador?
- Quais razões levam SPHAN e Arquidiocese iniciarem uma discussão sobre o Museu da Catedral?
- Como se apresenta a proposta de adaptação do templo católico em museu?
- E, porque Arquidiocese rejeita um projeto de melhorias?

2.1. O debate preservacionista na primeira metade do século XX: o caso da Igreja Sé

Nas primeiras décadas do século XX, assim como nos demais estados do Brasil, a Bahia passava por diversas transformações. Na capital Salvador houve crescimento demográfico, acarretando modificações de aspectos econômico, urbanístico e social. Desde a mudança do centro administrativo do país para o Rio de Janeiro, no século anterior, a economia nacional teria iniciado um período próspero com o processo de industrialização nas capitais que atendiam a demandas de exportação, como a própria Capital Federal no Rio de Janeiro, além de São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Belém e Manaus, conforme explica Rinaldo Leite (1996, p. 24-86).

A antiga capital baiana, no entanto, permaneceria em estrutura agrária e mercantil. Por meio da mobilização do poder local, procuravam-se formas para a renovação econômica. Segundo Márcia Castro (2010, p. 20), com ausência de investimentos federais, o desenvolvimento da industrialização atendia somente às necessidades internas, mantendo atividades de refinaria da cana de açúcar, manufatura do couro de gado, plantio de cacau, e fabricação têxtil. O atraso econômico em relação aos demais estados federais refletia a estagnação do desenvolvimento passando a ser denominado “enigma baiano”¹⁶. Este comportamento do setor econômico projetava uma infraestrutura política patrimonialista, gerida por lideranças personalistas, agregando a elite e seus colaboradores num jogo de interesses privados¹⁷.

¹⁶ Dentre os estudos a respeito da temática do “enigma baiano”, podemos destacar: TAVARES, Luís Henrique Dias. **O problema da involução industrial da Bahia**. Salvador: UFBA, 1966; BATISTA, Celeste Maria P. **A intervenção planejada do estado: uma interpretação do caso baiano**. Salvador: SEPLANTEC/BAHIA, 1979; VIANA FILHO, Luiz. **Petroquímica e industrialização da Bahia, 1967 – 1971**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984; e, ALMEIDA, Rômulo. **Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio**. In: Planejamento. Salvador, 5 (4), out/dez, 1977, p. 123-136 e **Rômulo: Voltado para o Futuro**. Fortaleza: BNB, 1986.

¹⁷ Segundo Márcia Castro (2010, p. 45), o grupo de figuras expressivas ligadas ao setor político e econômico da Bahia, inclui nomes como: Wanderley Pinho, Clemente Mariani, Octávio Mangabeira, entre outros, tendo uma origem acadêmica comum, a Faculdade de Direito da Bahia.

Os ideais de progresso, modernidade e nacionalidade vigentes na Europa, influenciavam na concepção do modelo de civilização nacional¹⁸. Além disso, as capitais nacionais que já haviam passado, ou que estavam passando pelo processo de modernização urbanística anteriormente a Salvador, podem ser consideradas modelos nacionais. Estes padrões culturais definidores da civilidade se associavam à necessidade de mais qualidade de vida para as regiões urbanas, considerando particularmente o melhoramento da infraestrutura. Desta forma, as remodelações no centro antigo de Salvador já vinham se processando desde 1910 – empreendidas por José Joaquim Seabra¹⁹, articulando os poderes públicos no âmbito federal estadual e municipal –, com a demolição de monumentos e igrejas para ampliação de vias para os automóveis, implantação de espaços de lazer e sistema de esgotos. Se por um lado parte da sociedade ansiava pela modernização arquitetônica e urbanística, fundamentada na estética, circulação e higiene, por outro, a elite intelectualizada iniciava um movimento de preservação de monumentos antigos, considerando aspectos que valorizassem a Bahia no contexto histórico nacional e das grandes nações. Observa-se ademais, de acordo com relatos da época (cf. LEITE, 1996, p 60), a parcialidade do projeto de modernização, desconsiderando aspectos fundamentais à resolução de questões de infraestrutura e, postergando a elaboração de uma política social.

Para Fernando Peres (1999), Heliodório Sampaio (1999), Solange Alves (2003) e Suely Cerávolo (2014), o projeto modernizante se configurava como uma das tensões relacionando agentes intelectuais e políticos. As articulações pela preservação de monumentos, à época, decorrem na organização, primeiro de um projeto para a criação da Comissão dos Monumentos e das Artes em prol da “Proteção dos Monumentos públicos históricos”, de

¹⁸ Para Rinaldo Leite (1996, p. 38, 39), os modelos culturais europeus são Paris, Londres, Berlim, Viena e Roma, desde que se refira a “algum centro mais desenvolvido da Europa qualquer lugar seria civilizado”.

¹⁹ De acordo com Edilton Meireles, (2012, p. 85-242), o baiano José Joaquim Seabra teve extensa carreira política durante os primeiros anos da república no Brasil. Foi Ministro da Viação e Obras Públicas (1910-1912), do Presidente Hermes da Fonseca (1910-1914), neste período empreendeu obras de infraestrutura nacional para redes ferroviárias, estradas e portos. As obras iniciadas na Bahia enquanto ministro incluem a construção do Cais do Porto e Avenida Jequitaia, no bairro do Comércio em Salvador. Em 1912 J. J. Seabra candidatou-se ao Governo do Estado da Bahia, sendo necessário intervenção do poder federal por meio das forças armadas, frente a oposição, que bombardeou a capital baiana, em 10 de janeiro daquele ano – episódio marcado pela destruição de edificações na Rua Chile, tais como parte do interior no Palácio Rio Branco, Biblioteca Pública, Teatro São João, Câmara Municipal, Palácio Arquiepiscopal, e danos na Igreja da Sé. Seu governo na Bahia, estendeu-se de 1912 até a 1924, investindo na elaboração de programas de remodelação urbanística. Em 1929, defendeu o movimento pela Aliança Liberal, a favor de Getúlio Vargas, a fim de continuar governando a Bahia como Interventor do Governo Provisório (1930-1934), no entanto, foi preterido pelo presidente, em virtude de sua oposição ao movimento Tenentista.

autoria de José Wanderley de Araújo Pinho²⁰, em 1918 – que não surtiria efeito²¹. E, segundo, na “Inspetoria Estadual de Monumentos Nacional na Bahia”, em 1927 – realizando um Inventário Geral dos Monumentos, um ano depois, no qual se apresentava a “obrigatoriedade em registrar todos os monumentos históricos no chamado ‘tombo especial’”²².

Sabe-se que, mesmo com o apoio político da elite baiana pela preservação de bens arquitetônicos do Estado, através desta Inspetoria, havia a inabilidade para entender tal proposta por parte do clero metropolitano de Salvador, um dos quais seriam beneficiados. Para Riolando Azzi (1977, p. 100), com a reaproximação entre líderes católicos e chefes de estado, a partir dos anos de 1920, a Igreja iniciava um processo de fortalecimento das suas relações com os grupos políticos conservadores²³. A instituição católica iria colaborar com o Estado mantendo a ordem em defesa de interesses em comum. Contudo, havia desacordos no âmbito da política de defesa do patrimônio. Segundo o regulamento da Inspetoria, uma vez que a edificação fosse considerada monumento histórico, deveria ser conservada e mantida pelo governo com o consentimento do proprietário. Para a Arquidiocese Primaz isso se caracterizava em perda de autonomia, uma vez que um templo católico fosse considerado monumento, não poderia ser vendido, doado, modificado, demolido ou sofrer quaisquer tipos de danos (PERES, 1999; CERÁVOLO, 2014).

Dentre as edificações religiosas consideradas no processo de inventariação ressaltamos o caso da Igreja da Sé, cuja primeira proposta de demolição foi apresentada em 1916, pela empresa norte americana “Linha Circular de Carris da Bahia”. O projeto da empresa norte americana visava modificar os limites do Bairro da Sé, com o alargamento do espaço público para colocação de trilhos necessários ao tráfego de bondes – que não se concretizou. Até

²⁰ O baiano José Wanderley de Araújo Pinho foi Deputado Federal na Bahia, entre 1924 e 1930, tendo sua gestão interrompida pela dissolução dos órgãos legislativos do país em virtude da Revolução de 1930. Com a reconstitucionalização do país, assumiu nova gestão como Deputado Federal do Estado em 1935, se posicionando contra o regime durante o período do Estado Novo (1937-1945). Após a redemocratização do Brasil em 1945, foi nomeado Prefeito de Salvador (1947-1951) pelo Governador Otávio Mangabeira. Destaca-se em sua gestão como prefeito da capital baiana o esforço pela implantação de um museu nacional que corroborasse com o discurso ideológico, como veremos mais detalhadamente na parte 4 deste trabalho. Verbetes Biográfico: PINHO, José Wanderley de Araújo (ABREU, 2010).

²¹ Segundo Suely Cerávolo (2014, p. 127-128), a proposta de criação da Comissão dos Monumentos e das Artes foi publicada na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, sob o título *Proteção dos Monumentos públicos históricos*, em 1918.

²² Em 1928 foram considerados pelo Inventário Geral dos monumentos: “edificações públicas e privadas, templos religiosos, além de [...] alfaías, retabulos entalhaduras esculturas religiosas ou profanas; joias faianças, porcelanas baixelas mobiliário de todos os estylos; colecções particulares de tudo o que tiver algum mérito artístico ou algum valor histórico”. (Proteção dos monumentos públicos e objetos histórico...; IGHB: 1918 *Apud* CERÁVOLO, 2014, p. 128-136).

²³ A ruptura política entre os poderes do Estado e Igreja se estendia desde a Constituição de 1891. Com o decreto de separação a Igreja, que antes participava ativamente em decisões políticas, passava a coexistir pacificamente com o novo regime implantado no Brasil.

1933, ano de sua demolição, as divergências ressoavam em torno do valor a ser pago pela empresa norte americana, além das concessões que o governo estadual ofertaria a Arquidiocese, compensando a perda do seu bem arquitetônico (PERES, 1999; ALVES, 2003). A questão do progresso e da modernização se “contrapunha ao atraso da velha cidade, de traçado colonial pouco adequado ao futuro” (SAMPAIO, 1999, p. 82).

Com a posição centralizadora do governo Getúlio Vargas, a partir da Revolução de 1930, se constituía um projeto de integração nacional (SCHWARTZMAN et al., 1984; PANDOLFI, 1999). As mudanças estruturais no setor político incluem a presença de um interventor designado pelo presidente para monitoramento das representações políticas regionais²⁴. O conflito iminente entre autoridades criava instabilidade política tanto na Bahia quanto nos demais estados nacionais. Segundo Edilton Meireles (2012, p. 218-222), o Capitão cearense Juarez Távora, chefe das tropas tenentistas foi indicado para auxiliar as definições políticas do Estado, até a nomeação do Tenente, também cearense, Juracy Montenegro Magalhães como Interventor, em 1931, permanecendo no cargo até 1935. As reações a essa posição aumentavam o atrito entre a elite intelectualizada e membros da campanha revolucionária baiana, inclusive pela condição de “forasteiro” do interventor indicado pelo poder central.

O jogo de “concessões” e “compensações de interesses” aproximava politicamente agentes políticos e católicos (PERES, 1999, p. 54-55). Para os líderes da Igreja, evidenciava-se um momento propício para reafirmar parceria, colaborando com a construção de um governo de caráter cristão, movimento que ficou conhecido como Restauração Católica²⁵. Após 1930, a Igreja passava a contribuir legitimamente com o novo regime, sob a liderança de D. Sebastião Leme de Silveira Cintra, Bispo do Rio de Janeiro (1930-1942), e de D. Augusto Álvaro da Silva, Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil (1925-1968)²⁶. Com o poder

²⁴ O Código dos Interventores foi regulamentado através do Decreto nº 20.348, em agosto de 1931. Determinando a função das interventorias federais nos estados, em substituição aos membros das tradicionais forças políticas locais, sob controle direto do presidente Getúlio Vargas. Verbete: “Código dos Interventores” (CPDOC/FGV. S/d.).

²⁵ Segundo Riolando Azzi (1977, p. 87), a Restauração Católica foi um movimento iniciado em meados do século XIX, no qual a Igreja iniciou um processo de organização da “vida interna”, contra “movimentos revolucionários”, tais como anarquismo, liberalismo, positivismo, protestantismo, encontrando “apoio nas novas diretrizes dadas à Igreja Universal pelo Papa Pio XI”.

²⁶ É possível perceber na personalidade do Arcebispo, como observa Solange Alves (2003, p. 136), um caráter rude, austero, que não se permitia “ser contrariado”. Nascido em Pernambuco, formou-se no Seminário de Olinda, em 1899, onde presenciara as transformações políticas e o fim do Padroado. Como seminarista adquiriu as qualidades de um bispo, com destreza para as letras, oralidade e articulação política. Com sua formação, dedicou-se a centralização da Igreja em torno da Cúria Romana, auxiliando no movimento restaurador. Tomou posse na Arquidiocese Primacial de Salvador em 1925, permanecendo até o ano de sua morte, em 1968. Nos primeiros anos como eclesiástico se empenhou na dinâmica de restauração mantendo boas relações com o Estado, contudo, enfrentando conflitos junto a uma elite baiana liberalista e positivista. Suas atividades

de D. Augusto, o segundo da hierarquia social católica, a Igreja na Bahia reconstituía as bases junto à nova dinâmica estatal. Como um agente inserido neste campo de interesses, o Arcebispo passava a atuar “sob pressão da estrutura que se impõe”, influenciando indiretamente a ordem política, como sugere a teoria de Pierre Bourdieu (2003, p. 24).

Com a habilidade de D. Augusto, os negócios da Mitra seriam gerenciados com “todo o zelo e inspiração” (PERES, 1999, p. 54). O movimento restaurador da Igreja na Bahia procurou se articular de modo contundente à política modernizante ao viés tradicionalista. No mesmo ano de 1933, a realização do I Congresso Eucarístico Nacional, promovendo a temática a “pátria e fé católica da nação brasileira”, reuniu o clero nacional em Salvador, numa demonstração de legitimação do Estado por meio do discurso católico (ALVES, 2003, p. 67). Esta aliança entre Igreja e Estado pode ser ilustrada pela fotografia, onde o Capitão Juarez Távora – antecessor de Juracy Magalhães – aparece em visita cortês ao Arcebispo D. Augusto (Figura 01).

Figura 01. Visita de Juarez Távora a D. Augusto Álvaro da Silva – Casa do Campo Grande (hoje Mansão dos Cardeais). Fotografia, 1930(?).



Fonte: Museu de Arte da Bahia (MAB) - acervo fotográfico.

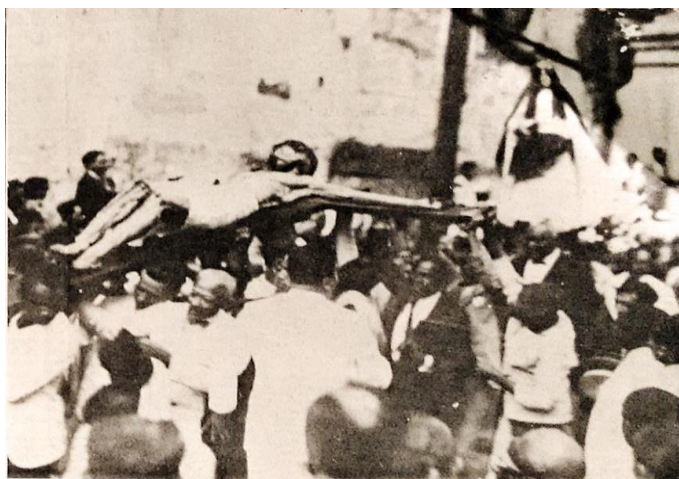
A colaboração mútua entre Igreja e Estado fez ruir parte das edificações pertencentes à Arquidiocese durante o processo de modernização urbanística, ou como sugere Peres (1999, p. 33), em razão do “progresso demolidor”. A destruição da Igreja da Sé ignorava o

alinhadas às diretrizes diocesanas promoveriam eventos, inauguração de instituições, além de lançar o periódico *Era Nova*, em 1928.

regulamento da Inspetoria, o inventário de 1918 – que indicava o templo para uma possível classificação futura – e a própria classificação, realizada em 1931 – que a considerava “monumento religioso” (CERÁVOLO, 2014, P. 126). Contudo, não é intenção desta dissertação fazer uma retrospectiva linear deste caso de demolição, pesquisa realizada por Fernando Peres (1999). O que parece interessante ressaltar é a conexão entre fatos em decorrência do processo de desenvolvimento nacional, e o surgimento e a trajetória de uma coleção de objetos de arte religiosa na Bahia após este episódio. Nesse sentido, entende-se que não se trata de recompor o contexto histórico, mas, de compreender a coleção no seu momento de formação, evidenciando-se sua biografia (MENEZES, 1998, p. 92).

A partir de 1931, tendo o auxílio de Juracy Magalhães e apoio do prefeito José Americano da Costa, o caso da Sé ganha destaque, demonstrando a relação de proximidade entre Estado e Igreja. Esta proposta de demolição se estenderia até a obtenção de concessões, favores e benefícios convenientemente negociados por D. Augusto. A antiga Sé chega a custar o valor de 600:000R\$000 (seiscentos contos de réis), calculados na base do metro quadrado (PERES, 1999; ALVES, 2003). O episódio prolongado por 21 anos provocaria reações de oposição por parte da elite baiana, como evidencia os jornais O Imparcial (Figura 02) e Estado da Bahia:

Figura 2. “Coleção de imagens sacras da antiga Sé, levadas pelo povo na última procissão até a Catedral Basílica.” Fotografia, 1933.



Fonte: O Imparcial, Salvador, 29/06/1933 (Apud, PERES, 1999, p. 155).

O povo mostrou toda a sua indignação na véspera do início dos trabalhos de demolição, na procissão que levaria as imagens da igreja para a Catedral Basílica: ‘A procissão ocorreu compacta massa de povo que, não se conformando com a condução das mesmas em carretas, invadiu o templo, carregando-as nos braços. Ouviram-se durante o trajecto do cortejo gritos de protesto e desafio contra a demolição da Igreja’. (ESTADO DA BAHIA, 07/08/1933; Apud ALVES, 2003, p. 90).

Além do caso da Sé, as demolições em 1933 se estenderiam por todo um quarteirão de casarios históricos, modificando os limites do bairro. Os últimos anos da Sé, marcados por debates sobre sua demolição ou preservação iriam definir sua consagração enquanto símbolo da tradição católica baiana, evidenciada em lamentações publicadas nos jornais da época. Para Peres (1999, p. 151), “a queda do imóvel sacro é, ao mesmo tempo, uma ‘vitória’ das ideias renovadoras dos urbanistas e um marco na criação [...] de uma mentalidade pronta a valorar os nossos bens culturais do passado colonial”. É interessante observar, neste momento, dentre os protestos publicados, o pedido anônimo no jornal O Imparcial:

Mas atentem os homens do poder. Se não são baianos, respeitem o que a Bahia tem de venerável trasladando para um museu histórico essas esplêndidas velharias, essas sagradas tradições e tripudiem ao seu bel-prazer sobre as cinzas da derrubada. (O Imparcial, Salvador, 29/06/1933 *apud* PERES, 1999, p. 155).

Com a destruição do antigo monumento, o acervo da Sé foi abrigado na Catedral Basílica, dando origem à coleção da Arquidiocese da Bahia que, segundo o conceito de Krzysztof Pomian (1986, p. 52, 59), se classifica como uma coleção de “reliquias” e “objetos sagrados”. Também, no interior do Estado, outras peças sacras de valor histórico e artístico, passavam por dificuldades de salvaguarda – característica comum a formação de coleções, como explica o mesmo autor – ocorrendo casos de perda por má conservação ou, de desaparecimento por evasão, e que, portanto, se juntariam à coleção formada.

Foi necessário dispor de espaço na Catedral para acomodação das peças. Organizado o acervo formou-se o **Museu de Arte Religiosa da Catedral Basílica**²⁷ (Grifo nosso), ou, como ficou conhecido, Museu da Catedral. Contudo, não foi possível verificar o momento preciso em que passou a funcionar, informação que talvez possa ser encontrada em futuras pesquisas. Na verdade, pouco se sabe a respeito de como o Museu da Catedral funcionou, exceto pelos relatos da documentação levantada, referente aos primeiros anos de funcionamento do SPHAN na Bahia – dentre eles correspondências entre os dirigentes e colaboradores, além de relatórios, ofícios, minutas, projetos/estudos, plantas baixa, recortes de jornal e fotografias, como veremos adiante.

²⁷ Além do Museu de Arte Religiosa, criado algum momento entre os anos de 1933 e 1939, sabe-se que em Salvador já existiam o Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), criado em 1894, o Museu do Estado da Bahia, criado em 1918, transformado em Museu de Arte da Bahia, em 1970, e os Museus de Arte Antiga, de Arte Popular, e Geológico Econômico (Museu de Ciências Naturais ou Museu de História Natural), vinculados à aulas práticas do Instituto Feminino da Bahia (IFB), promovendo exposições temporárias para apoiar aulas práticas, entre 1920 e 1968 (CERÁVOLO, 2017).

2.2. A valorização do patrimônio nacional baiano: perspectiva do SPHAN na Bahia

Após a queda da antiga Sé, como proposta da Comissão de Plano da Cidade do Salvador foi organizada a I Semana de Urbanismo²⁸, em 1935. O evento introduziu o debate crítico às práticas sanitaristas e estético-viárias de formato tradicional herdadas do século XIX. Em resumo, o novo ideário da semana de 35 propunha a conscientização da população para questões urbanísticas tanto pela efetivação de um planejamento total como pela apresentação da "noção de patrimônio histórico como forma de instituir na prática a salvaguarda das obras de arte, monumentos e sítios, no sentido de preservar a memória, numa perspectiva cultural, educativa e pedagógica de gestão" (SAMPAIO, 1999, p. 174).

Paralelamente, a elite intelectual baiana, representada por Wanderley Pinho, apresentava novamente o projeto de lei de preservação de monumentos históricos à Câmara Federal. Dentre as deliberações em consequência desse projeto de lei foi sugerida a criação de um *Serviço* de proteção aos monumentos que, por iniciativa do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema (1934-1945), se constituiria na elaboração de um projeto amplificado, a fim de inventariar o legado artístico nacional em todos os estados brasileiros (FONSECA, 2005; CHUVA, 2009). Sob encomenda do ministro, o anteprojeto foi preparado por Mário de Andrade, em 1936, criando o Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), por meio do Decreto-Lei nº 25/1937, cuja direção é assumida por Rodrigo Mello Franco de Andrade até 1967. Dentre as contribuições do Projeto Wanderley Pinho, conforme o diretor do SPHAN (ANDRADE, [1952] 2012, p. 45), estão os esclarecimentos do que se compreendia como patrimônio nacional²⁹, histórico e artístico:

Art. 1º. Consideram-se patrimônio histórico-artístico nacional todas as cousas imóveis ou móveis, a que deva estender a sua proteção o Estado, em razão de seu valor artístico, de sua significação histórica ou de sua peculiar e notável beleza,

²⁸ De acordo com Heliodorio Sampaio (1999, p. 87), a I Semana de Urbanismo, de 1935, pode ser considerada como uma “postura” da elite intelectualizada da Bahia, em relação às transformações urbanísticas em Salvador; e além, como uma resposta à acontecimentos do âmbito federal que repercutiam em nível local – a política de centralização do governo Getúlio Vargas, tinha como objetivo a assimilação de um Estado nacional moderno, de certa maneira induzindo o “urbanismo” como uma “disciplina necessária ao desenvolvimento da cidade-real.” (SAMPAIO, 1999, p. 87).

²⁹ Segundo Françoise Choay (2011, 86, 87), a ideia de patrimônio nacional adquire dimensão e significado político no seio Revolução Francesa, no século XIX. Os bens nacionais, antes pertencentes ao clero e nobreza, passam a representar os ideais revolucionários, adquirindo o estatuto de herança do passado. O efeito de nacionalização também lhes atribuiria valor de troca, e sob responsabilidade do estado deveria se conservar e manter. Esta noção de patrimônio nacional se desenvolve na Europa, ao longo do século, se expandindo para países ocidentais no século seguinte, atingindo uma noção de patrimônio da humanidade, como explica Dominique Poulot (2011, 102-108). A finalidade do patrimônio nacional consistia em afirmar uma identidade constituída de historicidade, afirmando padrões, celebrando o sentimento comum a sociedade, se necessário, negando determinados aspectos da história. O uso de valores patrimoniais tinha intenção de “desenvolver, ou não, estratégias, ganhar prestígio e até consolidar alianças políticas.” (POULOT, 2011, p. 12, 13).

quer pertençam à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, a coletividades ou particulares. (ANDRADE, [1952] 2012, p. 38).

O período do Estado Novo (1937-1945), implantado por meio do Golpe de novembro de 1937, teve como objetivo consolidar propostas autoritárias em pauta desde 1930. O Estado assumiu a função de organizador da vida social e política, possibilitando o debate entre intelectuais na construção da nação tanto de apoiadores quanto de opositores da ideologia do regime (PANDOLFI, 1999; FONSECA, 2005). Essas estratégias podem ser identificadas como as primeiras políticas públicas de cultura no Brasil, ainda que subordinada ao Ministério da Educação e a busca pelo padrão “civilizador” europeu-ocidental (RUBIM, 2007; CALABRE, 2017).

A partir do planejamento de consolidação adotado implementa-se o primeiro regulamento jurídico, através do SPHAN, que organizou o instituto do tombamento³⁰, dando a tutela do patrimônio histórico e artístico nacional ao Estado (JULIÃO, 2006; CHUVA, 2009). Os museus nacionais dirigidos pelo órgão federal surgem, nesse contexto, como espaço institucionalizado a fim de garantir a sobrevivência do patrimônio nacional. A implantação e coordenação desses museus ficariam a cargo do Conselho Consultivo do SPHAN, constituído pelo dirigente nacional, diretores dos museus nacionais, além de dez componentes indicados pelo presidente. Aos museus nacionais cabia estruturar concepções e práticas que vinham se estabelecendo, formulando uma vertente museológica que se constituísse como modelo para os museus regionais. Desta maneira, foram implantados o Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, e o Museu da Inconfidência, em Minas Gerais, respectivamente, em 1937 e 1938. No entanto, o Museu Histórico Nacional, criado em 1922 no Rio de Janeiro, que passa a ser subordinado ao SPHAN, tem seu formato “histórico tradicional” evitado nos demais projetos (JULIÃO, 2006, p. 76).

Nos primeiros anos de funcionamento do órgão federal de preservação do patrimônio se estabeleceram novas práticas de caráter social, por meio de uma história pré-selecionada, a fim de atribuir valor a objetos e bens arquitetônicos, identificando Estado e Nação, na construção de uma “identidade nacional” (FONSECA, 2005, p. 49). O Estado buscava construir o patrimônio nacional que justificasse sua trajetória como nação, integrando o Brasil no conjunto dos países europeus civilizados³¹. Para tanto, foram ressaltados valores

³⁰ De acordo com Márcia Chuva (2014, p. 147), “O tombamento tinha como finalidade impor uma delimitação de propriedades, públicas ou privadas, sem, no entanto, promover a desapropriação ou impedir sua alienabilidade”.

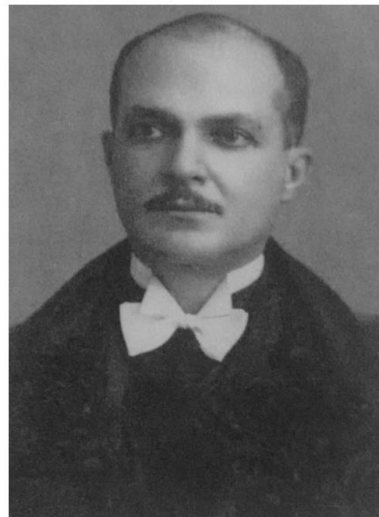
³¹ Segundo Letícia Julião, em 1927 foi criado o *Office International des Musées*, sediado na França, uma seção ligada ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual das Nações Unidas. Está seção foi responsável pela circulação do periódico *Mouseion*, elaborando e comunicando estudos relacionados aos museus, especialmente

civilizatórios, estéticos e morais de uma herança colonial que pudessem ser relacionados a valores universais (CHUVA, 2014, p. 32). No entanto, o que se apresenta é uma “tentativa de fazer do catolicismo tradicional e do culto aos símbolos e líderes da pátria a base mítica do Estado forte que se tratava de construir” (FONSECA, 2005, p. 91).

Rodrigo se tornou dirigente da Seção Técnica do SPHAN, em uma estrutura de “área central” e Distritos Regionais, contudo, não havia uma “organização técnica e administrativa fixada”, permanecendo sem regimento até 1946 (ANDRADE, [1952] 2012, p. 79), como veremos mais detalhadamente na 3ª parte desta pesquisa. A estrutura operacional da Diretoria deveria ser reproduzida nos Distritos, intercedendo em favor dos interesses da União, frente aos poderes político estaduais, municipais e eclesiásticos (Apêndice C). Na Bahia e Sergipe, Godofredo Rabelo de Figueiredo Filho assumiu o cargo de Delegado Regional do 2º Distrito, de 1936 a 1974. O diálogo entre os dirigentes do SPHAN (Figuras 03 e 04), delineado por laços pessoais de amizade e subordinação hierárquica, estabelece funções técnico-administrativas de caráter modernizante em prol da preservação de monumentos históricos baianos.

Figura 03. Rodrigo Melo Franco de Andrade – diretor-fundador do SPHAN (1937-1967). Fotografia.

Figura 04. Godofredo Filho – representante do 2º Distrito do SPHAN / BA e SE (1936-1974). Fotografia.



Fonte: Verbete Biográfico: ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. (IPHAN, s/d.).

Fonte: Diário de Godofredo Filho (PERES & ROLLEMBERG, 2007).

“medidas de segurança e proteção do patrimônio e do incentivo à cooperação e troca de informações” – tendo como modelo institucional e conceitual os museus europeus, particularmente, os franceses. Estas atividades foram parcialmente interrompidas após a ocupação nazista, em 1940.

Os serviços empreendidos por Godofredo Filho dão continuidade ao debate preservacionista, que vinha se constituindo no Estado desde a década de 1920 (cf. DOCIO, 2014, p. 51-88). Estas ideias coincidiam com a intenção da elite intelectualizada, da qual ele fazia parte, quais sejam a de valorizar a cidade da Bahia como primeira capital da Colônia e, portanto, como “berço da nacionalidade”. Além da capital, na Região do Recôncavo Baiano, tem destaque na institucionalização do órgão federal, as sedes das antigas fazendas e capelas rurais, considerando o contexto histórico e artístico, especialmente as características seiscentistas genuínas (CHUVA, 2014, p. 156).

A gestão de Godofredo Filho reuniu estudos a fim de promover o reconhecimento oficial da nacionalidade pelo viés da Bahia em bens móveis e imóveis, numa tentativa de valorização que pudesse garantir investimentos federais ao Estado, e impedir a destruição e evasão de bens assegurando a aplicação da lei federal de preservação³². As atividades desse dirigente regional relacionadas ao projeto do Patrimônio na Bahia, segundo estudo de Ana Mattos (2014, p. 44), consistem na inventariação e organização do Patrimônio, dos “bens de interesse artístico e histórico”, traçando as primeiras diretrizes sob a supervisão de Rodrigo M. F. Andrade. De fato, como relata o próprio delegado do 2º Distrito em entrevista concedida à Terezinha Marinho³³, se tratava de um “combate [...] contra muitas forças – as ditas forças do progresso, um progresso mal compreendido”.

Através de correspondências trocadas entre Rodrigo M. F. Andrade, Godofredo Filho e os representantes públicos do poder local, articulavam-se as demandas regionais aos programas e projetos nacionais, gerando uma base documental que reflete a tomada de decisões. A Diretoria do SPHAN orientava para a inventariação, tombamento e conservação de bens arquitetônicos coloniais na Bahia e Sergipe, considerando primeiro as edificações de ordem religiosa, civil e militar (MATTOS, 2014, p.52).

³² Para Zeny Santos (1999), é possível perceber no perfil “godofrediano” um “homem criterioso”, capaz de promover as leis de preservação na Bahia. Nos estudos, se dedicou à filosofia, história, arte, literatura, latim e francês, tendo interesse especial pela cultura e história de sua terra natal. Sua formação no Seminário Arquiepiscopal de Santa Teresa, entre 1917 e 1921, lhe rendeu os conhecimentos humanistas necessários para a atuação como escritor e mestre. Suas atividades ligadas a Universidade da Bahia, o destacam como membro fundador da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, conselheiro nas Escolas de Teatro e Dança, e professor catedrático, lecionando estética, história da arte e arquitetura no Brasil. Teve aproximação com o movimento modernista na Bahia, colaborando com Revista Arco Flecha, em 1928, passando a integrar o grupo de intelectuais baianos, estabelecendo relações com Mário de Andrade, Manuel Bandeira, dentre outros modernistas, onde encontra apoio para seus ideais de preservação dos monumentos. Os anos de seminarista, no entanto, segundo Godofredo Filho, seriam fundamentais também na composição de suas convicções católicas.

³³ Entrevista realizada na Casa dos Sete Candeeiros, em 06 Jan. 1983. Transcrição referenciada por Ana Mattos (2014, p. 44).

Rodrigo M. F. Andrade procurou tecer recomendações diretamente a Godofredo Filho, explicando a necessidade de um inventário breve, acompanhado de registro fotográfico, histórico, descrição, estado de conservação, sugestão de reparos e referências bibliográficas, como evidenciam Brenda Fonseca e Telma Cerqueira (2008, p. 15). Este material permitia o estudo técnico visando a ação jurídica do tombamento, observando que entre 1937 e 1947, 123 bens foram tombados na Bahia mediante colaboração de Godofredo Filho. Ademais, vale salientar que a inventariação de monumentos no Estado já estava sendo realizada pela Inspetoria trabalho que, como vimos, guiou o levantamento de bens móveis e imóveis apresentado pelo 2º Distrito do SPHAN, como revela pesquisa de Vanessa Docio (2014, p. 87).

Por meio da orientação do diretor do SPHAN, Godofredo Filho reuniu o primeiro grupo de pesquisadores do patrimônio na Bahia, dentre eles José Valladares, Clemente da Silva-Nigra, Carlos Ott, Marieta Alves e Jair Brandão, contribuindo com a divulgação nacional de conhecimentos da história e arte do Estado. O material produzido em pesquisa teve divulgação através de seminários, conferências, exposições, e publicações na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, lançada em 1937³⁴.

A dedicação empreendida naqueles anos iniciais de funcionamento do 2º Distrito adquiriu reconhecimento por parte da Área Central, “graças ao zelo e a competência” de seu dirigente, como afirma Rodrigo M. F. Andrade (MATTOS, 2014, p. 53), ou seja, pelo mérito de Godofredo Filho. Seguindo diretrizes nacionais, que orientava na criação de museus para a preservação de coleções, dentre outras, de arte sacra, foi iniciada longa negociação junto a Arquidiocese, com o interesse de organizar o *Museu da Catedral*. A partir deste ponto, iniciamos análise descritiva da documentação institucional coletada para esta pesquisa.

³⁴ Segundo Márcia Chuva (2014, p. 167), dentre os 153 artigos publicados nos 16 primeiros números da Revista do Patrimônio (1938-1969), a Bahia aparece contemplada em 9 trabalhos (5,9%).

2.3 A Catedral Basílica de Salvador (1939-1940): proposta de adaptação para se tornar Museu Nacional

Pede a verdade que se diga que pelo menos aparentemente, o maior entrave na criação deste Museu está nos homens da Igreja. É possível que tenham suas razões. O que não poderá encontrar justificativa é que permitam entendimentos, consintam em trabalhos preparatórios de arrolamento, fotografia e classificação, e na hora decisiva venham dizer "não". (VALLADARES, 1951) (Grifo nosso).

O trecho em destaque de José Valladares – no recorte de jornal Diário de Notícias, em 09 de setembro de 1951, como dito na parte introdutória –, indica o ocorrido 11 anos antes. O planejamento para a primeira tentativa de implantação de um museu, segundo este autor, tinha a intenção de organizar a coleção da Arquidiocese Primaz, que se encontrava na Catedral Basílica, distribuindo o material de acordo com parâmetros expositivos. O estudo de aproveitamento e adaptação do espaço da Catedral para fins expositivos se revela em passagens do mesmo recorte de jornal em que o cronista descreve corredores e celas, o “belíssimo tecto pintado”, o “pé direito baixo”, seus “alises de pedra”, colaborando para a representação de um aspecto real da tradição católica, no “ambiente sombrio do antigo colégio” e, portanto, o “melhor” local para uma cenografia com os objetos que existiam, à época, no Museu de Arte Religiosa da Catedral.

Percebe-se pela ótica de José Valladares (ibid.), que os aspectos técnicos de museu, ou em suas palavras, a “psicotécnica da Museologia”, trazia a intenção estratégica de “despertar no visitante o estado de espírito estimulador das emoções”, sensibilizando o público espectador para símbolos da nacionalidade baiana. A representação de uma tradicional cristandade na Bahia tinha a intenção de estimular o estatuto de herança do passado, numa tentativa de valorização da história local como importante elemento regional de desenvolvimento da nação dos anos de 1930. O tom de denúncia do trecho destacado em epígrafe, indica o descaso relacionado a preservação de uma coleção e edificações relacionadas, evidencia o trabalho realizado pelo SPHAN e levanta questões sobre o que teria ocorrido neste empreendimento.

Em maio de 1939 Godofredo Filho faria lembrar por meio de carta enviada ao Cônego Odilon Moreira³⁵, responsável pela Catedral, o alerta que já havia sido dado verbalmente sobre a “impropriedade do lugar escolhido para o Museu de Arte Religiosa [...]”. A localização do salão identificado como museu, sob o forro da Sacristia (ANEXO B),

³⁵ F F., G R. p/ A., RMF. Ct. n° 33. 05 mai.1939. Arq. IPHAN-RJ. (ANEXO A)

concentrou o “pêso dos vários objetos expostos” e fez “ceder o assoalho do compartimento [...] despregando e ameaçando cair o betume das juntas das tábuas do dito fôrro” (Figura 05).

Figura 05. Museu da Catedral Basílica – detalhe do 2º pavimento da Catedral. Fotografia, 1939.



Fonte: Rede de Arquivos IPHAN.

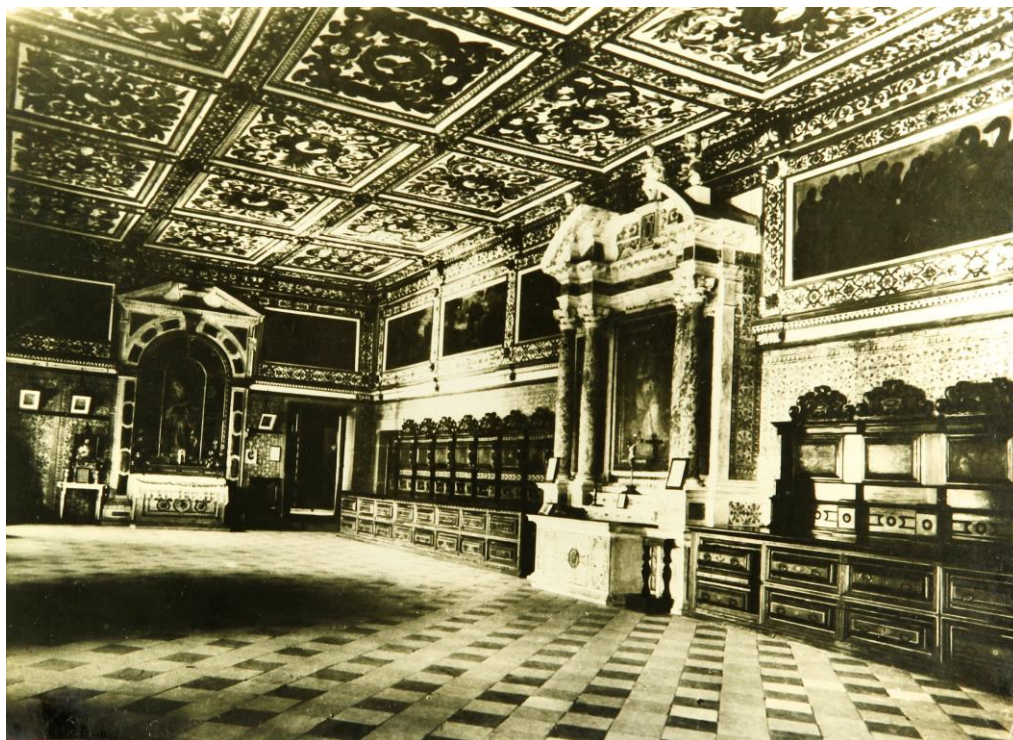
Nesta inédita fotografia da época, é possível observar o aspecto primitivo do Museu de Arte Religiosa da Catedral e identificar a iconografia de algumas peças, dentre imaginária e fragmentos de talha, acervo original da Igreja da Sé, que passou a compor a Coleção da Arquidiocesana, na Catedral Basílica, a partir de 1933 (Apêndice D).

O estudo do forro realizado por “competentes técnicos”, segundo o dirigente da regional, revelava a probabilidade que existia de danificar as “preciozíssimas pinturas que o revestem”³⁶ (Figura 06). As possíveis “diligencias junto ao Cabido”, se lê em resposta de Rodrigo M. F. Andrade a esse informe³⁷, poderiam ser evitadas, se a Cúria tivesse atendido a esse “apelo”.

³⁶ É interessante observar que com intenção de arquivar documentos dos procedimentos realizados e em andamento, Godofredo envia a Diretoria Central cópia das correspondências trocadas com as autoridades locais – caso da referida Carta nº 33, enviada de Godofredo Filho ao Cônego Odilon Moreira, em Salvador, porém, só encontrada no Arquivo Central do IPHAN, no Rio de Janeiro.

³⁷ A., RMF. p/ F F., G R. Cts. s/nº. 17 e 23 mai.1939. Arq. IPHAN-RJ.

Figura 06. Sacristia da Catedral Basílica – detalhe do 1º pavimento. Fotografia, 1939.



Fonte: Rede de Arquivos IPHAN.

A permanência do problema em questão seria considerada em ofício enviado a Godofredo Filho³⁸, comunicando a proposta de reorganização do museu pelo SPHAN, e iniciando preparativos em dezembro do mesmo ano. Para Rodrigo M. F. Andrade, a redistribuição das peças no salão nobre, corredores e celas solucionaria a questão da preservação da Catedral contribuindo, inclusive, para o benefício do aspecto expositivo (Figuras 07, 08 e 09). Seria indicado por ele a necessária elaboração de um “projeto definitivo de adaptação das dependências da Catedral da Baía a finalidade de Museu”. Por solicitação da sede central, Godofredo Filho mediou a viabilização de verbas federais para auxiliar no “levantamento completo”, a ser enviado para estudo na “Seção Técnica” do SPHAN, incluindo, para isso, a sinalização das dependências do templo que poderiam servir a “galerias e salas” e a indicação das “peças das coleções” contingentes a “exposições”.

³⁸ A., RMF. p/ F F., G R. **Of. nº 470.** 12 dez. 1939. Arq. IPHAN-RJ.

Figuras 07, 08 e 09. Corredores e cubículos da Catedral Basílica – 1º e 2º pavimento. Fotografia, 1939.



Fonte: Rede de Arquivos IPHAN.

O estudo levantado seria remetido em duas partes, em 12 e 18 de janeiro de 1940³⁹, com o envio de plantas e fotografias da Catedral, “devidamente assinalados todos os cômodos disponíveis e adaptáveis”. Além de um “estudo minucioso, para catálogo, de todas as peças do Museu, com sua descrição, características principais, época, autoria, procedência, referências bibliográficas, etc., etc.”. Para a prestação deste serviço Godofredo Filho procurou por auxílio técnico do Engrº Civil Afonso Cardoso Antunes, que realizou o levantamento das plantas do edifício, do Dr. Osvaldo Gomes, para a inventariação do acervo, além dos fotógrafos Silvanisio Pinheiro e Kasis Vosylius, para trabalhos de registro do edifício e das coleções, respectivamente.

O estudo de aproveitamento elaborado por Osvaldo Gomes⁴⁰ se apresentava preliminarmente em inventário sintético. O acervo em destaque, que teriam “pertencido a antiga Sé”, constam: Cristo durante a Paixão, N. S^a. da Fé e N. S^a. das Maravilhas. Os dados inventariados comentam a respeito das características iconográficas, estado de conservação e possível disponibilidade das peças para compor o acervo do museu. Sobre a disponibilidade o técnico exemplifica em nota que a imagem de N. S^a. das Maravilhas⁴¹ “é vista num dos altares do transepto da Catedral-Basílica do Salvador, onde é, hoje, venerada (esta última circunstancia torna muito problemática a sua inclusão no futuro Museu)”. A observação,

³⁹ F F., G R. p/ A., RMF. Cts. nº 03 e s/nº. 12 e 18 jan. 1940. Arq. IPHAN-RJ.

⁴⁰ G., O. **Inventário [...]**. Fev. 1940. Arq. IPHAN-BA

⁴¹ As respectivas fotografias, bem como o Inventário completo elaborado por Osvaldo Gomes não foram localizados. Contudo, alguns registros fotográficos encontrados na Rede de Arquivos do IPHAN, disponível online, correspondem às descrições das correspondências.

segundo ele, adverte antecipadamente para um dos pontos que seriam alegados pela Arquidiocese – sinalizando sua importância para a comunidade católica ao ser “venerada” em um lugar de destaque da Catedral. Ainda de acordo com José Valladares (ibid.), para a viabilização dos trabalhos preparatórios, houve investimentos na elaboração de um “bem cuidado catálogo das peças” e “nos planos topográficos de iluminação”.

O retorno, no entanto, é demorado. A equipe técnica do SPHAN no Rio de Janeiro atendia a diversas demandas nas sedes regionais do país. Em correspondência de 23 de maio de 1940⁴², Rodrigo M. F. Andrade esclarece a ausência em relação aos “trabalhos mais urgentes”, e orienta o andamento de estudos fotográficos, como se lê no trecho destacado a seguir:

Museu de Arte Religiosa - Interrompeu-se por algum tempo, em consequência do acúmulo de outros trabalhos mais urgentes, o estudo das obras de adaptação a serem executadas aí na Catedral para a instalação desse Museu. Não deixo, porém, de pensar no problema e espero na primeira oportunidade dar um forte impulso a elaboração do projeto. Desde já porém, conviria que você completasse os elementos necessários para êsse efeito enviando-me uma fotografia boa da porta de acesso no futuro saguão do museu, tirada do exterior e apanhando a parte da fachada em que ela está aberta. Além disso, seria excelente que você me informasse se as antigas celas, ao longo dos corredores, poderão ou não, em sua totalidade, ser utilizadas como salas de exposição.

Contudo, a Cópia do Parecer emitido pelo Cabido de D. Augusto, em 1940[?]⁴³, dava resposta a uma “minuta-acordo” enviada pelo SPHAN com “as condições e as bases propostas” para organização do **Museu Nacional de Arte Sacra na Bahia**⁴⁴ (grifo nosso). Segundo o Cabido o planejamento não se enquadrava às “normas canônicas”. A proposta para instalação do museu consistia na aquisição da coleção da arte sacra da Arquidiocese – artigos de valor histórico, como obras de arte, objetos e documentos da antiga Sé, ou de outras igrejas do Estado – quer fosse por “doação” quer por “título de depósito ou empréstimo” que pudessem figurar no acervo do museu, com a aquiescência da Cúria. O projeto não poderia ser consentido, no entanto, sem a autorização pontifícia, observação pontuada no documento. Além disso, as peças “consagradas pelo culto” – a coleção de alfaías e imagens – deveriam ser conservadas “*in ecclesiae sacrário*” – “lugar seguro e decente”, sob inventariação de seus administradores; e não serem transferidas para um museu onde teriam na visão do Cabido, “uso profano”. Logo, o conjunto de medidas sugeridas pelo SPHAN, ainda que

⁴² A., RMF, p/ F F., G R. Ct. s/n°. 23 mai. 1940. Arq. IPHAN-RJ.

⁴³ CABIDO. **Cópia - Parecer**. Jul. 1940 [?]. Arq. IPHAN-BA (ANEXO C).

⁴⁴ O referido documento de “Minuta-Acordo”, elaborada pelo SPHAN em Jun. 1940[?], não foi localizado por esta pesquisa.

ressalvassem e garantissem o “direito de propriedade da Arquidiocese”, é vetado segundo o “Código do Direito Canônico”, sob pena de “excomunhão”.

Com relação a sugestão do edifício onde o museu se instalaria, a indicação do antigo Solar São Dâmaso surge com eventual disposição, se o governo executasse as obras necessárias. O prédio em questão, observa o Cabido, “é patrimônio do Seminário” e através de locação era revertido em recursos. No caso de tornar-se museu deveria ser estabelecido um aluguel condizente para a conta da União. A proposta, entretanto, não apresentava considerações “nem de aluguel, nem de compra”. De outro modo, no momento que esse equívoco fosse desfeito, o Cabido seria favorável a implantação de um **Museu de Arte Sacra da Arquidiocese da Bahia** (grifo nosso), deixando inteiramente a critério do SPHAN quaisquer parâmetros de regularização.

Em suma, o documento do Parecer emitido pelo Cabido pode ser interpretado como uma contraproposta, negociando o aluguel de um imóvel de propriedade da Arquidiocese da Bahia. As condições em que o museu se disporia – fosse pela aquisição de acervo, fosse pelo quadro gerencial – não interessava aos representantes da Igreja. Para além do valor a ser estabelecido, uma cláusula desse documento se destaca: o museu deveria ser arquidiocesano, não nacional. Entende-se, nesse caso, que a distinção de nomenclatura identifica dois diferentes projetos de museu, dentre eles, um museu nacional seguindo diretrizes patrimoniais pré definidas pelo SPHAN, tencionando garantir a preservação do espaço e edificação; e um museu arquidiocesano que garantisse a concepção de uma arte sacra católica hegemônica, sem considerar, entretanto, parâmetros expositivos ou preservacionistas.

Observamos que dentre os documentos levantados, descritivos da primeira tentativa de implantação do Museu de Arte Sacra, pouco esclarecem sobre a diferenciação entre os projetos. Considerando a estratégia adotada por Rodrigo M. F. Andrade entre 1951 e 1953 – eventos relacionados a segunda tentativa de implantação do museu (tópico 3.2.3) –, é possível supor que a intenção da Arquidiocese Primaz visava garantir a dependência permanente da instituição, mantendo sob sua tutela toda e qualquer resolução relativa a coleção e ou a edificação. Seguindo-se a teoria bourdiana (2003, p. 41), o poder de decisão negociado sugere a lógica do campo científico, permeada por conflitos e disputas.

Ainda de acordo com Parecer arquidiocesano, em relação às resoluções de preservação da coleção de objetos de arte sacra, que iniciou essa discussão, nada seria argumentado – ou, como ironiza José Valladares (ibid.), “ficou o dito pelo não dito, o feito pelo não feito, e muita gente de responsabilidade seriamente embaraçada perante as autoridades superiores”.

De acordo com o depoimento do cronista, não era possível encontrar justificativa para o descompromisso do que havia sido acordado considerando, sobretudo, o trabalho realizado pelos colaboradores e o investimento do governo.

A heterogenia que marca este espaço – o SPHAN, órgão de capacidade técnica preservacionista, versos Arquidiocese, leiga quanto a princípios de preservação – colabora para a compreensão da politização no cenário baiano frente ao nacional. Sabe-se que a implementação de políticas culturais viabilizaria gerencialmente recursos federais para o projeto de preservação do patrimônio de identidade nacional desde os anos de 1930 (RUBIM, 2007). Pode-se concluir que na Bahia, no entanto, este processo de nacionalização de uma identidade baiana católica resultaria numa postura defensiva por parte dos representantes da Igreja.

As investidas do SPHAN na tentativa de preservação da Catedral Basílica e da sua Sacristia são, ainda, publicadas posteriormente em forma de artigo nas edições 4 e 5 da Revista do Patrimônio. Primeiro, de acordo com o levantamento de documentos históricos feito por Lourdes Pontual (1940, p. 198 e 201), a Sacristia é ressaltada “tanto pela sua imponente beleza, seu ar de simplicidade e elegância sobria, como pela riqueza de suas cômodas incrustadas de tartaruga e marfim [...]”. E, segundo, conforme o estudo sobre a arquitetura jesuítica no Brasil, de Lúcio Costa (1941, p. 10 e 11) é destacada a diferenciação desta categoria de estilo artístico em relação ao barroco, ou seja, são “composições mais renascentistas, mais moderadas, regulares e frias, ainda embuidas do espírito severo da Contra-Reforma”.

Na 3ª Parte desta pesquisa, para melhor compreender o contexto em que segue a retomada das negociações pela implantação do Museu de Arte Religiosa na Bahia, nas décadas de 1940 e 1950, pontuamos as transformações do âmbito político, nacional e internacional, a fim de evidenciar o que se pensava em termos de diretrizes museológicas.

3. O MUSEU NACIONAL... OU ARQUIDIOCESANO?

Podemos imaginar o cotidiano do Museu da Catedral nos anos subseqüentes à sua instalação, tendo como parâmetro a posição de Godofredo Filho, em correspondência de 1951⁴⁵. Assim como referenciado na parte anterior, o museu permaneceria instalado no salão sob a Sacristia do templo,

[...] onde se encontra, pretensamente, a arrumação de imagens e alfaia feita pelo Cônego Odilon Moreira, amontoado cuja visita pública está sujeita a várias restrições de horários, etc., exatamente no sentido de não haver interferências de fora nos programas internos do templo. Não esqueçamos, também, dos difíceis problemas de circulação, espaço, etc.

Compreendendo que o Museu da Catedral esteve em funcionamento sob direção da Arquidiocese da Bahia e Primaz do Brasil entre os anos de 1940 e 1949 – intervalo de tempo que corresponde ao hiato na documentação institucional levantada –, ressaltamos o contexto que prepara a equipe técnica do SPHAN para futuras negociações. Nesse sentido, é possível relacionar o processo de desenvolvimento da economia nacional influenciando o comportamento das políticas culturais de preservação (ANDRADE, [1952] 2012; FONSECA, 2005; CHUVA, 2009; JULIÃO, 2006).

No campo do patrimônio nacional, gerenciados pelo SPHAN, teve lugar a implementação do Regimento Interno que auxiliou na implantação de museus em todo país. Além disso, no âmbito cultural da capital baiana, a partir da década de 1940, influenciada pela política desenvolvimentista nacional, observa-se a reestruturação urbana da antiga capital baiana, contextualizando fisicamente, isto é, diretamente sobre os bens materiais, as leis de preservação de monumentos.

A partir deste posicionamento subdividido a discussão em duas seções. Primeiro, a fim de melhor compreender o contexto de desenvolvimento iniciado naqueles anos, no país e no estado, ressalta-se a atuação nacional em torno do planejamento e implantação de museus, com destaque para a utilização dos museus como ferramenta educativa. Posteriormente, com base na documentação institucional, procuro situar Godofredo Filho, o dirigente do 2º Distrito do SPHAN, na retomada das negociações junto a esta Arquidiocese, com a finalidade de instalar o Museu Nacional de Arte Religiosa, expondo três pontos de destaque: o levantamento de edificações passíveis de adaptação a museu; a indicação do antigo edifício Solar São Dâmaso e a desapropriação de moradores; os argumentos entre as partes envolvidas

⁴⁵ F F., G R. p/ A., RMF. Ct. nº 37. 01 jun. 1951. Arq. IPHAN-BA.

e o embate pela concepção da nomenclatura a ser atribuída ao futuro museu – Nacional ou Arquidiocesano?

Ademais, as principais questões em discussão nesta parte da pesquisa procuram investigar:

- O projeto de transformar a coleção de arte sacra se baseou em algum conceito ou modelo sobre museu ou museu de arte sacra para o acompanhamento da proposta?
- Quais as condições de avaliação consideradas pelos agentes do SPHAN na escolha do espaço a abrigar o futuro museu?
- De que maneira a equipe técnica trata o caso de desapropriação? E, por fim, quais são as razões para Arquidiocese mais vez inviabilizar a realização de um projeto de importância nacional?

3.1. Diretrizes nacionais para Museus na virada da década de 1940 para 1950

No Brasil da década de 1940, a política do Estado Novo avançava em diretrizes para a Educação, promovendo a ideia de nação pré-estabelecida, com o objetivo de formar a identidade do novo homem brasileiro. Por intermédio do Ministério da Educação, dirigido por Gustavo Capanema (1934-1945), vinculado a agentes modernistas, seria desenvolvido programas de estímulo à cultura, arte e história, articulando a dialética entre passado e futuro. Esta política de integração no campo da educação nacional, passa auxiliar as leis de preservação dos monumentos, defendendo os museus primeiro como espaço de “conservação e exposição de obras históricas e artísticas” e, segundo, como “instrumentos preciosos de educação extra-escolar” (ANDRADE, [1952] 2012, p. 75). O estímulo consistia na criação de novos museus que atendessem a extensão territorial do país, conservando e preservando, segundo Rodrigo M. F. Andrade:

[...] o maior número possível de coisas valiosas na proximidade dos locais de sua origem e no ambiente que lhes seja próprio, como também em favorecer as populações radicadas em pontos remotos do litoral e do interior do território brasileiro. (ANDRADE, [1952] 2012, p. 75).

O impulso preservacionista associado à educação foi divulgado entre agentes e instituições em todo país, por meio de publicações periódicas na Revista Cultura Política⁴⁶,

⁴⁶ De acordo com o subtítulo do periódico Cultura Política era uma “revista de estudos brasileiros”, de caráter doutrinário, que se destinava a fazer propaganda da ideologia oficial. Sua concepção visava definir e esclarecer

editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Getúlio Vargas – o principal meio de comunicação ideológica entre o poder executivo e a sociedade intelectual, como sinaliza Lauro Cavalcanti (1999) e Cecília Fonseca (2005). É interessante destacar que a circulação desse periódico, entre 1941 e 1945, incluiu artigos do Secretário do Instituto Brasileiro de História da Arte, à época, Mário Barata⁴⁷, promovendo a temática relacionada aos museus como espaço institucionalizado de preservação das coleções patrimonializadas.

Para Mário Barata (1942a, p. 406-407), os museus passam a se caracterizar por princípios de conservação e exposição de objetos, mostrando ao público sua “utilidade efetiva” se constituindo como um “órgão de cultura dinâmico e vivo [tendo] por principal função distribuir o saber”. Era preciso renovar técnicas se adaptando às novas demandas da sociedade moderna. Ao museu caberia cumprir o desígnio de melhorar aspectos da exposição, conservação e restauração, considerando a relação espaço/objeto e estudar, em todos os aspectos, os problemas de iluminação, umidade e mudanças de temperatura. As exposições deveriam constituir-se dentro de uma lógica espacial, a fim de tornar a presença do visitante mais confortável, distribuindo o acervo em linhas simples – “sem amontoado” –, apresentando um circuito expositivo racional.

Além disso, o museu também se transformou, informa Mário Barata, em instrumento de pesquisa científica, de caráter educacional, visando atender tanto ao público em geral como ao público estudantil. A renovação dos aspectos expositivos e a organização de “Serviços Educativos” – para promover as coleções, proporcionar visitas guiadas, e estender o horário de funcionamento – apresenta um espaço pronto atender às novas necessidades da sociedade, de modo “dinâmico”, “ativo” e “funcional” (BARATA, 1942c, p.150-151). A partir destes princípios conclui-se que o objetivo esperado do museu naquele momento era o de instruir o homem para a condição da vida moderna. Em suma, segundo este autor:

O museu ficou sendo uma manifestação essencial da vida contemporânea. [...] Ele possui um papel social quando melhora os homens, quando forma o seu gosto artístico e sua cultura, quando os faz aproveitar seu tempo melhor que em tavernas e salões de jogo. Colocando-se em contacto com o povo, ele é um órgão de trabalho social. [...] Tem uma missão educativa e é nela que esta a sua principal utilidade.

as mudanças socioeconômicas do país, através de autores intelectuais que, por sua vez “tinham um papel de fundamental importância na estruturação da ‘nova ordem’”. Formadores da opinião pública, a eles cabia a função de unir governo e povo, traduzindo a voz da sociedade”. Verbetes: “Cultura Política” (CPDOC/FGV. S/d.).

⁴⁷ Tendo como formação o Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional, e o bacharelado em Ciências Sociais, pela Universidade do Brasil, Mário Barata se tornou conservador de museus, passando a constituir o grupo de profissionais do SPHAN (IHGB, s/a, s/p). Seu conhecimento acerca dos museus corrobora para uma perspectiva ampla a respeito de como deveria ser o funcionamento destas instituições, considerando sua utilização como ferramenta de inclusão e propagação do nacionalismo. Segundo Augusto Telles (2008, p. 249-250), as diversas publicações deste autor colaboraram intensamente com o repositório de pesquisas do SPHAN nos primeiros anos, se tornando importante referência para a História da Cultura no Brasil.

[...]. O museu é também útil ao progresso da ciência pelas inúmeras pesquisas que tem realizado a atividade de homens que se dedicam ao trabalho e ao esforço em benefício coletivo. (BARATA, 1942a, p. 409).

Nesse contexto, e de acordo com as possibilidades de estudos que se apresentavam a essas instituições, a arte religiosa poderia revelar os “mistérios litúrgicos de diversas religiões” a partir da “rica liturgia” e do “variado simbolismo”. O destaque nestas coleções recaía sobre as “peças de ourivesaria” reconstituindo a história de “reis e imperantes” ao presentear igrejas e templos com objetos valiosos de ouro e prata. Contudo, de acordo com o testemunho de Mário Barata (1942b, p. 355 e 357), no Brasil, do ponto de vista de quem conservava “demasiado apego ao passado”, o deslocamento de objetos das igrejas e templos para os museus se caracterizava um “pouco” como sacrilégio.

Ademais, continua o Secretário em sua argumentação, as instituições de museus contavam com representação e subsídio de congressos e associações internacionais na Europa e América do Norte, definindo novas formas de ação. Estas atividades reuniram representantes dos principais museus do mundo em eventos que propunha elaborar “os princípios de uma nova técnica de trabalho museográfico”, compreendendo “o papel dos museus no mundo e as técnicas pelas quais ele pode ser efetivado” (BARATA, 1942a, p. 406). A propagação destas idéias entre a elite intelectual brasileira seria divulgada sistematicamente pela Revista *Museion*, até 1946 e, posteriormente, pela Revista *Museum*⁴⁸, comunicando parte de estudos realizados internacionalmente.

Paralelamente, nota-se a participação e contribuição de José Valladares para os museus em dois momentos, relacionando diretrizes e práticas em comum acordo na esfera regional, nacional e internacional. Primeiro com a publicação do livro intitulado “Museus para o Povo”, em 1946, verifica-se a indicação referencial a Mário Barata, na Revista *Cultura Política*⁴⁹. E segundo, em 1948, quando o autor Valladares é único nome brasileiro registrado na Revista *Museum* (CERÁVOLO, 2011, p. 190).

⁴⁸ A circulação da Revista *Museion* era de responsabilidade do *Office International des Musées*, criado em 1927, ligado ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual das Nações Unidas. O periódico propagava “conhecimentos e práticas [...], medidas de segurança e proteção do patrimônio e do incentivo à cooperação e troca de informações entre os museus”, consolidando o modelo de museu desenvolvido nos países europeus, especialmente na França. Estas atividades estiveram em pleno funcionamento até a ocupação nazista, em 1940. Após a Segunda Guerra Mundial, o Office e o periódico *Museion* foram substituídos pelo ICOM e a Revista *Museum*, em 1946, sob a iniciativa da UNESCO, ampliando a organização internacional de museus “na tarefa da internacionalização da museologia, o Office e, mais tarde, o ICOM e a UNESCO buscaram conferir maior reciprocidade às relações entre as nações, no que concerne à formação de coleções ou ao intercâmbio entre os museus” (c.f. JULIÃO, 2008, p. 33-34).

⁴⁹ VALLADARES, José. **Museus para o povo**. Um estudo sobre museus americanos. 2º Ed. Salvador: Museu do Estado da Bahia. [1946] 2010. (Publicações do Museu, 6).

Desta maneira, mesmo com a propagação de novas ideias no âmbito dos museus observamos que às dificuldades em implantar museu no Brasil advém primeiro das dificuldades em realizar processos de tombamento de determinados bens, particularmente, os de responsabilidade privada, pela normatização jurídica, considerando uma provável perda de autonomia de seus proprietários – de acordo com Letícia Julião (2008), Márcia Chuva (2014), e Lia Calabre (2017).

Sob a iniciativa do SPHAN, superando obstáculos iniciais, ocorreram processos de tombamento, com a implantação de museus e conservação de edificações e coleções particulares em regiões específicas do país⁵⁰, em maior número às edificações e coleções de objetos da arte religiosa pertencente a diversas Dioceses, no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (FONSECA & CERQUEIRA, 2008; JULIÃO, 2016) – ao passo que, o planejado museu de arte religiosa da Bahia, cujo acervo e edificação pertenciam à Arquidiocese Primaz demorava-se em desentendimentos, negociações e ajustes.

Após a deposição de Vargas em 1945, a Revista Cultura Política teve suas atividades encerradas. Segundo Luiza Carneiro (1999), e Márcia Castro (2010), houve pouca alteração na estrutura política federal. O Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) colaborava com estratégias internacionais pela recuperação da economia no período após Segunda Guerra (1939-45), reformulando diretrizes nacionais desenvolvimentista. Na área cultural “o grande desenvolvimento [...] se deu no campo da iniciativa privada” (CALABRE, 2007, p. 89, 90). Todavia, a redemocratização do sistema abriu possibilidade de avanço no campo da preservação. O SPHAN procurou garantir a independência e continuidade administrativa, avançando em medidas, de “preservação do patrimônio de pedra e cal, de cultura branca, de estética barroca e teor monumental” (RUBIM, 2007, p. 17).

Nessa perspectiva, as atividades empreendidas pelo SPHAN davam prosseguimento às relações pessoais de “sociabilidade intelectual” empreendidas por Rodrigo F. M. de Andrade (CALABRE, 2017, p. 43), hierarquizando a área central e as regionais por meio da elaboração de um Regimento Interno⁵¹. Foi estabelecida uma nova dinâmica organizacional, consagrada por “laços de amizade” e “compromissos de fidelidade”, ressaltando um sentimento comum de pertencimento – “[...] muitas vezes mais eficiente como recurso de convencimento,

⁵⁰ Segundo Letícia Julião (2016, p. 22-23), no ano de 1940 o SPHAN implantou os museus das Missões (RS) para preservar a cultura das missões jesuítas; o Histórico Nacional e o Imperial (RJ) para contemplar a periodização tradicional da história do país.

⁵¹ Segundo Rodrigo (ANDRADE, [1952] 2012, p. 79), esta organização técnica e administrativa se estabeleceu por meio do Decreto-lei nº 8.534, de 2 de janeiro de 1946, onde o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional passava a denominar-se Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

controle e fiscalização do que as normas legalmente estabelecidas.” (CHUVA, 2014, p. 178-179). É interessante observar que as atribuições desta iniciativa organizativa se refletem no comportamento da documentação institucional – incluído os de referência a esta pesquisa –, evidenciando um controle maior com o registro do que vinha sendo realizado.

Ao Diretor Geral da instituição, Rodrigo M. F. de Andrade, coube a elaboração sistemática do Regimento, tendo como objetivo dirigir os trabalhos e comunicá-los periodicamente ao ministro em exercício (ANDRADE, [1952] 2012, p. 78-106). Assim, ficava estabelecido como função institucional do SPHAN assegurar a cooperação das autoridades federais, estaduais, territoriais, municipais, eclesiásticas e particulares, com o comprimento desta normatização e das leis de preservação, prevendo a aplicação de multa em casos de descumprimento. Com relação aos processos jurídicos – incluindo os de tombamento ou destombamento, e os de desapropriação por utilidade pública⁵² ou, ainda, nos casos omissos naquele dispositivo –, o Diretor deveria opinar sobre seu destino, tendo para isso o auxílio do Conselho Consultivo, e apresentar dados ao Ministério para aprovação e execução.

Com base no novo regulamento, a fim de atender a demanda de inventariação, estudo analítico e comparativo do patrimônio, o SPHAN passa a ter duas Divisões – uma de Estudos e Tombamento, e outra de Conservação e Restauro –, que subordinadas a Diretoria tratam de duas Seções cada uma – de Arte e de História, e de Projetos e de Obras respectivamente (Apêndice C). A finalidade das Divisões instituídas visava a elaboração de estudos e trabalhos sobre o patrimônio, com intento de assessorar demais atividades do SPHAN. A partir do material coletado, em pesquisas e levantamentos, os Chefes das Divisões deveriam: propor o tombamento, ter controle sobre os bens tombados; indicar os monumentos e as obras de arte que necessitassem ser incluídos no plano de atividade, e executar ou inspecionar os serviços de reparação ou restauração; publicar estudos com intenção de divulgar e estimular o conhecimento; oferecer dados e elaborar propostas orçamentárias. Além disso, a partir da orientação das Divisões, o SPHAN institucionalizava a assistência técnica dada aos museus nacionais em funcionamento ou em fase de planejamento e implantação⁵³ – subordinados ou não ao SPHAN –, por intermédio dos Distritos, sempre sob a supervisão direta do Diretor.

⁵² Os casos de desapropriação têm base no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, referenciando, entre os de utilidade pública, a preservação e conservação dos “monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais” e dos “arquivos, documentos e outros bens móveis de valor histórico ou artístico” (ANDRADE, [1952] 2012, p. 64).

⁵³ Do empenho em preservar testemunhos da história colonial mineira resultou três importantes museus: o Museu do Ouro, em Sabará (1945), o Museu Regional de São João del Rei (1946) e o Museu do Diamante, em Diamantina (1954), (JULIÃO, 2016, p. 22-23).

A cada Distrito, por sua vez, coube seguir as instruções da direção sob a supervisão do Conselho Consultivo e auxílio técnico das Divisões, colaborando em atuações relacionadas ao patrimônio. Diante das novas determinações, as atividades realizadas pelos Distritos passavam ser informadas diretamente ao Diretor Geral, por meio de correspondência, incluindo documentos como o Boletim Mensal, Relatório Anual, e especificações com um mapa de consumo.

A estrutura organizacional central era reproduzida nas sedes regionais, ainda que, como observa Márcia Chuva (2014, p.179, 180), “com equipes bastante reduzidas, ficando a maioria dos assuntos sob a responsabilidade do próprio chefe do Distrito.” Estabelecidos em um centro auxiliar administrativo, os Chefes de Distrito tinham por obrigação elaborar projetos e orçamentos a serem aprovados pela Diretoria, e dirigir os trabalhos de restauração e conservação de monumentos daquela localidade a partir dessa aprovação; promover estudos a compor o planejamento anual do SPHAN; opinar em assuntos do Distrito que dependessem de autorização superior, resolvendo outros que fossem da mesma natureza; e orientar intervenção policial ou judicial, se necessário.

Analogamente, com a redemocratização ocorrida no sistema político do governo Dutra, no campo da educação também foi iniciada uma ação pela criação de várias universidades brasileiras, como explica Lourdes Favero (2006, p. 23-32). O processo de crescimento industrial em todo o país e a necessidade de conhecimento das novas tecnologias reflete no desenvolvimento pedagógico nacional, criando, entre outras, a Universidade da Bahia (UBA), em 1946, como comenta Antonietta Nunes (2010, p. 48, 49). O processo de federalização ocorrido na universidade baiana, na década seguinte, se dá como um ponto de convergência com a trajetória institucional da coleção de arte religiosa da Arquidiocese Primaz, tema que será tratado na 4º parte desta pesquisa.

Tendo como base às mudanças estruturais ocorridas em setores políticos do Brasil, na virada da década de 1940 para os anos de 1950, observamos o movimento da economia nacional, particularmente de 1951 a 1954, durante segundo governo Vargas, com a ampliação do setor industrial por meio da implantação da Petrobrás, Eletrobrás, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Banco do Nordeste, em 1952, que se constituíram como as “bases institucionais e financeiras do país tendo o planejamento como instrumento de racionalização econômica e administrativa” (CASTRO, 2010, p.118). Somente com o advento da Petrobrás, instalada no Recôncavo baiano se torna possível articular transformações de âmbito nacional a interesses regionais, orientando a concepção de uma

capital moderna na antiga Salvador, e estabelecendo nova “matriz técnica e social da economia”, como explica Heliodório Sampaio (1999, p. 106). A partir desta dinâmica, na Bahia teve início um período próspero, no qual, mais uma vez o 2º Distrito do SPHAN empreenderia o projeto de instalação de um museu nacional de arte religiosa.

3.2. Os incentivos políticos e econômicos para implantação do museu de arte religiosa na Bahia

Na Bahia dos anos 40, a elite politizada procurava estabelecer um processo de desenvolvimento que compactuasse com o desenvolvimento nacional. No Estado verificava-se a perda de prestígio político gradativa, desde o fim do Império até o Estado Novo – período que acentuou problemas socioeconômicos, em virtude da centralização do poder econômico, anteriormente já comentada. Em síntese, para Heliodório Sampaio (1999, p. 94), este período se caracteriza como o “ápice de uma crise econômica”, no qual a alta sociedade da Bahia passou a reunir as “condições materiais mínimas para deflagrar um processo de industrialização similar ao que acontecia no Sul e Sudeste, desde os anos 30”.

A desatenção do poder federal na década anterior fez surgir um ressentimento entre os representantes locais (cf. CASTRO, 2010, p. 44), iniciando uma disputa simbólica contra a hegemonia industrial do eixo-sul. Em consequência dessa realidade, houve o fortalecimento de agentes dessa elite baiana, com interesses em comum, promovendo o desenvolvimento político no Estado por meio da implantação de um programa econômico. Essas atividades relacionadas ao planejamento industrializante proporcionavam a promoção de uma “ideia positiva de Bahia”, com base nas “glórias do passado” – “um valioso recurso para reclamar posições” e reafirmar um *status* nacional.

O crescimento populacional na cidade de Salvador, entre os anos 40 e 50, apresenta o aumento de cerca de 127 mil pessoas a mais do que o período anterior. No entanto, pelo menos 1/3 desse número constitui-se como “mão-de-obra” despreparada para o ofício industrial. O excedente populacional se distribuía em três categorias de moradia, que refletem as condições sociais, sendo: “[...] os "cortiços" nos trechos mais degradados do centro histórico; as "avenidas" de casas em fileira coladas umas às outras, geralmente incrustadas nas áreas residenciais mais antigas, além dos bairros pobres que já existiam desde o início do século.” (SAMPAIO, 1999, p. 90 e 104). A paisagem urbana da antiga capital mudava gradativamente a fim de melhor atender às necessidades de acomodação demográfica – a

partir dessa percepção, é interessante destacar a repercussão na questão do transporte público, como já visto; e na questão habitacional, como se pretende comentar.

Naqueles anos, a constante preocupação da equipe técnica do SPHAN na Bahia, com a remodelação urbanística em Salvador, evidencia relações que perpassam os diversos projetos em andamento no 2º Distrito. Em correspondência de 29 agosto de 1940⁵⁴, Godofredo Filho relata a Rodrigo M. F. Andrade que, com a impossibilidade de evitar as modificações estruturais que vinham ocorrendo, em especial no Bairro da Sé – local onde se encontrava a coleção de arte sacra alojada na Catedral Basílica, e outras edificações que surgem como passíveis de adaptação a se tornar museu – realizou-se “serviço fotográfico dos trechos mais característicos”. Observa-se, com isso, a intenção de preservar aspectos originais do que poderia vir a ser o entorno do museu. Ao relatar o enunciado à Diretoria, Godofredo Filho acrescenta o seguinte tópico:

MUSEU DE ARTE RELIGIOSA - Começa um trabalho diplomático, mais de sondagem, junto a alguns Cônegos influentes, e estudando a possibilidade de outra e melhor solução para o caso do Museu. Nada posso adiantar, por ora, sobre os resultados dessas demarches. (Grifo nosso).

Com o fim do período ditatorial varguista, na Bahia iniciava um período de “prestígio”, dispondo de uma seqüência de representantes baianos no Ministério da Educação. Ao auxiliar os serviços do SPHAN na Bahia, contribuíram para a trajetória desta coleção de arte sacra os ministros Clemente Mariani Bittencourt (06/12/1946-15/05/1950), Eduardo Rios Filho (15/05/1950-04/08/1950), Pedro Calmon Muniz de Bittencourt (04/08/1950-31/01/1951), e Ernesto Simões da Silva Filho (31/01/1951-25/05/1953) – este último, tendo o benefício de um segundo governo Vargas mais democrático (CASTRO, 2010; PASSOS, 2016).

A reestruturação esboçada pelos urbanistas por meio da criação do Escritório de Planejamento Urbanístico da Cidade de Salvador (EPUCS), em 1946, continuava alertando para questões de saúde pública, passando a defender a “extinção de mocambos, cortiços, casebres etc” (SAMPAIO, 1999, p. 102). No entanto, ainda que a experiência do SPHAN relacionado ao EPUCS tenha contribuído com os esforços pela preservação do patrimônio edificado (cf. MATTOS, 2014, p. 95-113), “outra e melhor solução para o caso do Museu”, como esperado por Godofredo Filho, somente seria possível em 1949, por ocasião do IV Centenário da Cidade de Salvador.

As comemorações pelo centenário ocorreram durante a gestão de Wanderley Pinho à prefeitura da capital baiana (1947-51), contando com o auxílio do Poder Federal através do

⁵⁴ F F., G R. p/ A., RMF. Cts. s/nº . 29 Ago. 1940. Arq. IPHAN-RJ.

baiano, ministro da Educação, Clemente Mariani, para celebrar “a magnitude da data” – o destaque do evento de caráter nacional buscava evidenciar a Bahia como “berço da civilização brasileira” (PASSOS, 2016, p. 22-54). Nessa ocasião, Rodrigo M. F. Andrade solicitou de seu superior ministerial a aprovação de recursos que se destinassem ao planejamento do 2º Distrito para os festejos daquele centenário. Com a viabilização dos recursos, o diretor do SPHAN esteve em Salvador inaugurando obras restauradas para aquela celebração (cf. MATTOS, 2014, p. 101).

Dois anos depois, em 18 de outubro de 1949, o presidente Dutra sancionou Lei nº 874, autorizando concessão de crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), ao SPHAN, através do Ministério, destinados à restauração de monumentos e bens históricos e artísticos na Bahia e à instalação e organização de museus. De acordo com essas determinações, esta organização poderia ser em “regime de cooperação com os Governos do Estado da Bahia e do Município de Salvador, a Arquidiocese da Bahia e instituições civis religiosas”. Desta maneira, ressaltando a participação da União nas comemorações do centenário de fundação da cidade, dentre as edificações especificadas pelo documento, que deveriam ser reparados ou restaurados, destacam-se o museu acomodado na Catedral Basílica, o Arquivo e Sede da Arquidiocese, no Palácio Arquiepiscopal da Sé, o Solar São Dâmaso e o conjunto Igreja e Convento de Santa Teresa.

Consonante à referida Lei, o SPHAN emite o segundo documento de “Minuta – Esboço de Portaria”⁵⁵, cuja cópia, sem indicação de data ou destinatário, encontramos arquivado na Superintendência do IPHAN na Bahia. O referido esboço de documento trata de direcionar uma parte do crédito especial autorizado para aplicação expressa na organização do Museu da Catedral em **Museu Nacional de Arte Religiosa**, a ser instalado adequadamente no Palácio da Sé. Este projeto visava preservar e expor objetos da coleção de sacra da antiga Igreja da Sé e de outras igrejas no interior da Bahia, e instalar o arquivo da Arquidiocese no mesmo edifício, como “dependência e parte integrante” daquela instituição.

Tendo em vista que a Sede da Arquidiocese e outros serviços das associações religiosas – a tipografia do periódico “Era Nova” e as seções da “Ação Católica” – ocupavam à época o Palácio da Sé, a fim de encontrar e adaptar instalações convenientes e condignas para a sua transferência, o documento de Minuta indica que o SPHAN se encarregaria de executar obras necessárias em algum dos edifício tombados, referidos pelo parágrafo único da Lei de

⁵⁵ SPHAN. **Minuta** [...]. 1949/50[?]. Arq. IPHAN-BA. (ANEXO D).

concessão mencionada⁵⁶. Considerando a necessária aprovação do Arcebispado da Bahia e Primaz do Brasil, o texto esboçado ressalta ainda que a diligência em junho de 1940 – em referência à possível data de emissão do mencionado documento de Parecer do Cabido, no tópico 2.3, com referência a primeira tentativa de instalação do museu –, não tendo alcançado seu objetivo, já se constituía como “uma antiga aspiração da Bahia e da própria Nação.” As comemorações pelo IV Centenário de Fundação da Cidade de Salvador ocorreram em 29 de março de 1949 (PASSOS, 2016, p. 17), entretanto, o crédito especial concedido pelo Poder Federal só foi aberto no ano seguinte, pelo Decreto nº 28.154, de 26 de maio de 1950, assinado pelo então ministro Eduardo Rios Filho.

Em novembro daquele ano, o arquiteto e restaurador chefe da Divisão de Conservação e Restauro – a DCR do SPHAN – Renato Soeiro solicitava a Godofredo Filho⁵⁷, que se encontrasse pessoalmente com o ministro Pedro Calmon, a fim de esclarecer as providências que tivessem sido tomadas para instalação do museu de arte religiosa. No encontro também deveria estar presente o arquiteto e restaurador Diógenes Rebouças, apresentando o projeto de adaptação do Palácio da Sé em museu, por ele elaborado. Com a curta gestão ministerial de Pedro Calmon, a retomada das tratativas só tomariam impulso com seu sucessor, Simões Filho.

Entre 1950 e 1953 houve uma intensa troca de correspondências entre os indivíduos do grupo de agentes envolvidos nesta negociação. Com base no diálogo estabelecido entre as partes, destacamos três momentos relevantes: primeiro, o debate entre os dirigente procura definir a localização do futuro museu; segundo, com a indicação do Solar São Dâmaso para essa finalidade, o 2º Distrito do SPHAN toma a iniciativa pela desapropriação do edifício; e terceiro, considerando as necessidades da Arquidiocese da Bahia, observa-se as estratégias de convencimento adotada pelos dirigentes do órgão federal, a fim de garantir tanto a assistência técnica, quanto o caráter nacional da instituição planejada.

⁵⁶ Além das edificações citadas – Catedral Basílica, Palácio Arquiepiscopal e Igreja e Convento de Santa Teresa –, são especificados na Lei nº 874, de 18 de outubro de 1949, Art. 2º - Parágrafo Único, os seguintes monumentos à serem restaurados a conta da União: Paço Saldanha, Palacete Ferrão, Casa dos 7 Candeeiros, Solar da Rua Inácio Acioli, Solar do Unhão, Solar do Coronel, Catedral Basílica do Bonfim, Igreja e Convento do Carmo e Ordem 3º, Igreja de N. S. do Pilar, Igreja do Rosário da Baixa do Sapateiro, Sobrado-Capela e Telheiro do Engenho Freguesia, Sobra e Telheiro do Engenho Matoim, Igreja e Casa de Misericórdia e edificação da prefeitura Municipal do Maragogipe.

⁵⁷ S., R. p/ F F., G R. **TL. s/nº** 10 Nov. 1950. Arq. IPHAN-BA.

3.2.1. O Debate em torno do lugar

No início de 1951, Rodrigo M. F. Andrade enviou a quantia de Cr\$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzeiros)⁵⁸, destinada a cobrir despesas de viagem do dirigente do 2º Distrito à Ipirá, no Sertão da Bahia, para se “entender” pessoalmente com o Arcebispo Primaz, D. Augusto. Com intenção de conciliar as partes, o Diretor orienta a Godofredo Filho a “[...] transmitir somente o empenho manifestado pelo titular da Educação, sem adiantar promessa alguma relativa à organização do referido museu [...]”.

De acordo com Godofredo Filho⁵⁹, ao informar D. Augusto do empenho do Ministério da Educação em implantar um museu de arte religiosa na Bahia, foi ressaltado que aquela era uma oportunidade “singular” –, visto que seriam devidamente salvaguardados os interesses daquela Arquidiocese. Desse modo, o Arcebispo havia autorizado a transmitir sua confirmação efetiva, cedendo o Palácio Arquiepiscopal da Sé para a implantação pretendida. Ademais, segundo o Primaz, nas palavras do dirigente, “[...] o Ministro Simões Filho lhe merecia muito e não lhe poderia negar isso. Que as dificuldades que surgissem (pois o Cabido é sabidamente contra a idéa), ele esperava removê-las.” [sic.]

Nesta mesma correspondência, Godofredo Filho comenta, ainda, a respeito da dificuldade de encontrar outro local para instalação dos serviços das associações religiosas que ocupavam o Palácio – para que, de acordo com o planejamento de Diógenes Rebouças, o museu pudesse ocupar dois andares do edifício, o nobre e o intermediário. Desta maneira, o dirigente do 2º Distrito acreditou que o encontro foi bem sucedido, e enquanto aguardava a chegada do ministro para os trâmites finais, continuava trabalhando no planejamento do museu, “[...] isto é, examinando alguns aspectos do programa das múltiplas adaptações, instalações, etc [...]”.

Interessante destacar que Godofredo Filho informa à Rodrigo M. F. de Andrade das ações em andamento, enviando cópias das correspondências trocadas⁶⁰. Segundo o remetente, de acordo com as condições apresentadas pelo Arcebispo Primaz: primeiro, **o museu deveria ser Arquidiocesano**; segundo, o Governo arcaria com todas as despesas de instalação e manutenção; e terceiro, o Palácio da Sé só seria entregue mediante a confirmação de locais apropriados para a tipografia da “Era Nova” e as seções da “Ação Católica”. Para o dirigente da regional, havia a possibilidade de adaptar o subsolo do próprio Palácio para a

⁵⁸ A., RMF. p/ F F., G R. Ct. n° 76. 20 Fev. 1951. Arq. IPHAN-BA.

⁵⁹ F F., G R. p/ SF., ES. Ct. s/n°. 05 Mar. 1951. Arq. IPHAN-BA.

⁶⁰ F F., G R. p/ A., RMF. Cts. n° 14 e 21. 08 Mar. e 09 Abr. 1951. Arq. IPHAN-BA.

tipografia, contudo, para atender às necessidades da “Ação Católica” o Cabido requeria adaptações em “lugar central”.

Nessas condições, surge com eventual disposição a localização do Solar São Dâmaso que, por sua vez, apresentava problemas, além dos estruturais físicos, uma tensão social – que, como pontuamos inicialmente, relacionada a questão habitacional do centro histórico naquele momento, tópico que comentaremos na seção 3.2.2. Visando agilizar o andamento da proposta, as soluções estudadas foram submetidas a D. Augusto, que ficou de opinar conjuntamente com o Cabido.

Nessa conjuntura, Rodrigo M. F. Andrade tece recomendações específicas à Godofredo Filho⁶¹. Em sua concepção, era indispensável que se apresentasse os estudos de Diógenes Rebouças aos interessados, com fim de mostrar “uma perspectiva agradável de tais instalações, de modo a induzi-los a aceitar sem relutância a solução.” (Grifo nosso). E, concluiu que “apresentado um projeto convidativo, tenho a impressão de que as autoridades eclesiais agirão por si mesmas para o efeito que temos em vista alcançar.”

Para tanto, Godofredo Filho havia encaminhado à D. Augusto⁶², planta baixa do Solar São Dâmaso, na tentativa de convencê-lo de que, uma vez desocupado, o edifício poderia abrigar as instalações da “Ação Católica”⁶³. Entretanto, de acordo com o Arcebispo⁶⁴, que já havia discutido esses pormenores com o Cabido, na edificação indicada não havia “iluminação e arejamento” adequados, observando, inclusive, que todo o prédio deveria ser “desocupado e limpo”. Quanto à sugestão da tipografia ser instalada no subsolo do Palácio da Sé, também haviam chegado à conclusão de que “não poderia servir absolutamente”, por motivo de “carência de ar e luz” daquele espaço. Por fim, o Primaz lamentava “[...] haver dado esse incomodo sem nenhum resultado prático.”

Destarte, para Godofredo Filho o projeto voltava a “estaca 0”⁶⁵. Não obstante, com vistas a demonstrar interesse por uma solução que se aproximasse da “rejeitada”, o dirigente do 2º Distrito apresentou a D. Augusto⁶⁶, o segundo projeto de Diógenes Rebouças, ficando

⁶¹ A., RMF. p/ F F., G R. **Ct. nº 188**. 13 Abr. 1951. Arq. IPHAN-BA.

⁶² F F., G R. p/ S., AAC. **Ct. nº 22**. 12 Abr. 1951. Arq. IPHAN-BA.

⁶³ Os mencionados documentos de planta baixa do Solar São Dâmaso, bem como fotografias, e possivelmente outros documentos não foram encontrados no Arquivo da Superintendência do IPHAN na Bahia. Acreditamos que estes documentos podem se encontrar no Arquivo Central do IPHAN – Biblioteca Noronha Santos, no Rio de Janeiro, em pasta específica do Solar São Dâmaso. Contudo, alguns registros fotográficos encontrados na Rede de Arquivos do IPHAN, disponível online, correspondem às descrições das correspondências.

⁶⁴ S., AAC. p/ F F., G R. **Ct. s/nº**. 13 Abr. 1951. Arq. IPHAN-BA.

⁶⁵ F F., G R. p/ A., RMF. **Ct. nº 23**. 16 Abr. 1951. Arq. IPHAN-BA.

⁶⁶ F F., G R. p/ S., AAC. **Of. nº 50**. 16 Abr. 1951. Arq. IPHAN-BA.

mais uma vez na expectativa de aprovação do Cabido. Àquela altura, como se vê em trecho em destaque do dirigente para o ministro⁶⁷,

Se as autoridades eclesiásticas não aceitarem este razoável projeto com que voltamos a sua presença, então só um dos dois caminhos seguintes se abrem a possibilidade da breve instalação do Museu: 1º / Desocupação imediata do edifício Seminário de São Dâmaso, para que seu pavimento térreo sirva as oficinas tipográficas da Cúria e, andar nobre, aos serviços da “Ação Católica”, o que demorará alguns meses entre os percalços da desocupação e as obras de restauração de que necessitará o solar; 2º / Aproveitamento também imediato do andar superior do Palácio da Sé, do seu saguão e mais cômodos disponíveis, para a instalação do Museu, depois do dito Palácio haver sofrido as obras de reparação e adaptação essenciais, permanecendo provisoriamente em seus andares intermediário e térreo, respectivamente a Secretaria Eclesiástica, a Ação Católica e as oficinas da “Era Nova”.

Segundo o dirigente do 2º Distrito⁶⁸, era necessário pensar “os meios mais adequados de se promover a desocupação de São Dâmaso”. Entretanto, continua ele, antes seria necessário resolver a questão de interesse do Arcebispo, atentando definir localização adequada para os serviços das associações religiosas, apresentando um projeto aos demais interessados “que, segundo o Dr. Rodrigo pensa, os induza a aceitar sem relutância a nova solução.”

Finalmente identificado o “óbice”, cuja remoção dependeria de “tempo dilatado” – com referência ao Palácio Arquiepiscopal –, por sugestão de Simões Filho, a equipe técnica do SPHAN passa a considerar o edifício do Convento do Carmo para instalação do museu, como explica Godofredo Filho⁶⁹. O objetivo era de que a instalação ocorresse ainda em 1951, entretanto, segundo ele, no Carmo havia “clausura papal, de difícil aprovação”. Empenhado, o dirigente da regional havia entrado em contato com o Prior do Carmo, Fr. Lamberto Lambooy, segundo seu informante, “só o Provincial poderia resolver o tão grave assunto”. O Prior, que não tinha autoridade para intervir no caso, orientou o dirigente do 2º Distrito que encaminhasse documento oficial, solicitando ao Provincial a autorização para tal empreendimento. Na opinião de Godofredo Filho, todavia, o Carmo se apresentava:

[...] um tanto fora de mão, não só pela distância do centro (afinal o menor inconveniente), como pela severidade e quase aspereza daquela construção, dificilmente possível de tornar-se afeita a guarda de preciosidades luminosas e cálidas, quais as que integraram o Museu sonhado, todas dignas de ambiente palaciano e requintado.

⁶⁷ F F., G R. p/ SF., ES. **Cts. s/nº** . 16 Abr. 1951. Arq. IPHAN-BA.

⁶⁸ F F., G R. p/ A., RMF. **Ct. nº 32**. 24 Abr. 1951. Arq. IPHAN-BA.

⁶⁹ F F., G R. p/ SF., ES. **Ct. s/nº** . 11 Mai. 1951; F F., G R. p/ L., Fr. L. **Of. nº 67**. 11 Mai.1951; F F., G R. p/ A., RMF. **Ct. nº 36**. 12 Mai.1951. Arq. IPHAN-BA.

Afinal, mesmo com o envio de documento oficial, não houve retorno da Ordem do Carmo⁷⁰. Do ponto de vista do dirigente do 2º Distrito, o Palácio da Sé ainda era o “melhor local” para o museu, mas, considerando as dificuldades de disponibilização do local, ele também considera o edifício da Santa Casa. Com tantos desentendimentos, a proposta de Rodrigo M. F. Andrade⁷¹ sugere que o museu deve permanecer na Catedral Basílica, visto que, esta seria uma solução mais prática, já estudada anteriormente. Contudo, segundo lembrança de Godofredo Filho⁷² quanto àquela primeira tentativa,

[...] penso que persistem as mesmas razões que levaram o Cabido a contrariar aquela nossa pretensão, avultando a impossibilidade de cessão de salas de que mesmo Cabido necessita para suas reuniões e funções outras pertinentes ao culto, sobre a alegada perturbação que os visitantes trariam a vida íntima da corporação. Sob certas condições, e aguardando peças leves, da Catedral só o salão nobre sobre a Sacristia parece-me aproveitável. É onde se encontra, pretensamente, a arrumação de imagens e alfaias feita pelo Cônego Odilon Moreira, amontado cuja visitação pública está sujeita a várias restrições de horários, etc., exatamente no sentido de não haver interferências de fora nos programas internos do templo. Não esqueçamos, também, dos difíceis problemas de circulação, espaço, etc. (Grifo nosso).

Quanto a Santa Casa, conclui o dirigente sobre a diligência realizada, “nada feito, nem possível”. Contudo, ainda restavam, na esperança dele, o Palácio da Sé e o Seminário São Dâmaso, uma vez que fossem respectivamente desocupados, e o Convento do Carmo, este último, o “preferido do Ministro”.

Rodrigo M. F. Andrade, por sua vez, tentou pleitear o “prestigioso apoio” do Vigário Geral, Monsenhor Ápio Silva⁷³. Segundo ele, a intenção era a de que o Monsenhor pudesse favorecer a realização do empreendimento – pela organização e instalação de um **museu nacional de arte religiosa na Bahia** –, inserindo em seu argumento a disposição do Governo Federal. O diretor do SPHAN recordava ainda o caminho percorrido nesta trajetória, como se vê no seguinte trecho em destaque da carta endereçada ao Vigário:

Tal como espero que V. Revdma. se recordará, desde 1939 tem a administração federal diligenciado com o objetivo de criar aí o referido museu, atendendo à circunstância de que o local mais adequado para esse efeito é a venerada Sede do Arcebispado Primaz do Brasil. Naquele ano, o presidente Getúlio Vargas chegou a autorizar expressamente, por despacho, as providenciais necessárias para a organização do desejado instituto, mas o Ilmo. Cabido, infelizmente, não julgou conveniente aquiescer à iniciativa desta repartição. Decorridos mais de 10 anos desde então, tem o atual Ministro da Educação manifestado um empenho tenaz no sentido de assinar a sua gestão na pasta com a criação do pretendido museu, que corresponderá a uma grande aspiração não somente do governo federal, mas de

⁷⁰ F F., G R. p/ L., Fr. L. **Tl. nº 06**. 01 Jun.1951. Arq. IPHAN-BA.

⁷¹ A., RMF. p/ F F., G R. **Tl. nº 185**. 16 Mai.1951. Arq. IPHAN-BA.

⁷² F F., G R. p/ A., RMF. **Ct. nº 37**. 01 jun. 1951. Arq. IPHAN-BA.

⁷³ A., RMF. p/ S., Mons. A. **Ct. nº 338**. 10 Jun. 1951. Arq. IPHAN-BA.

todo o país, já que a parte mais opulenta e significativa do patrimônio artístico nacional é sem dúvida o seu acervo de arte sacra. (Grifo nosso).

Bem se vê a tentativa de Rodrigo M. F. Andrade, em talvez ainda conseguir a concessão do Palácio Arquidiocesano da Sé, Sede do Arcebispado Primaz do Brasil. De acordo Godofredo Filho⁷⁴, tendo ele se encontrado mais uma vez com o D. Augusto, o Cabido apresentou nova proposta para a instalação do museu, aproveitando para isso o edifício do antigo Solar São Dâmaso. Na iniciativa pela agilização do processo de desapropriação, o dirigente do 2º já havia alertado “extra-oficialmente” os moradores da edificação – “[...] quanto a conveniência de desocupá-lo sem demora.” Com a aprovação do Cabido⁷⁵, a documentação institucional passa a tratar, primeiro, das condições em que seria realizado o processo de desapropriação do velho solar, e, segundo, da elaboração do plano de serviços do museu e da nomenclatura a ser atribuída.

O empenho de Simões Filho pela assinatura do acordo entre Arcebispado e Ministério e, inclusive, a passagem de Rodrigo M. F. Andrade na capital da Bahia, em outubro de 1951, foi noticiado por diversos jornais locais⁷⁶.

⁷⁴ F F., G R. p/ C., A. Ct. nº 43. 01 Jun.1951. Arq. IPHAN-BA.

⁷⁵ F F., G R. p/ A., RMF. Tl. nº 08 e Ct. nº 47. 10 e 13 Set. 1951. Arq. IPHAN-BA.

⁷⁶ **Diário de Notícias**. Salvador, 26 Dez. 1951, 02 Mar. e 02 Mar. 1952. Arq. IPHAN-BA.

3.2.2 O Solar São Dâmaso: processo de desapropriação

O antigo Solar São Dâmaso, localizado à Rua do Bispo, no Bairro da Sé, abrigou o Seminário Arquiepiscopal da Bahia, de 1815 a 1819 (cf. SILVA, 2017, p. 396). De acordo com Godofredo Filho – na citada Carta n°. 21 –, em 1951, em São Dâmaso, moravam várias famílias, “[...] inquilinos de dez e mais anos de permanência na casa [...]”. (Figura 10).

Figura 10. Solar São Dâmaso com duas moradoras sentadas na porta - pormenor da “Portada”. Fotografia, 1943[?].



Fonte: Rede de Arquivos IPHAN.

Anteriormente, com vistas a instalar os serviços das associações religiosas nessa edificação, Rodrigo M. F. Andrade⁷⁷ já havia mencionado as “medidas adequadas” para a desocupação do solar, segundo ele:

[...] cabe a chefia desse Distrito sugerir os meios mais práticos e prudentes para se conseguir o efeito desejado, à vista das circunstâncias locais. [...] Entende que, daqui de longe, não estaremos bastante habilitados a ajuizar das providencias para a pronta liberação do prédio, por falta de conhecimento de inúmeros fatos e elementos / relacionado com o problema, ao passo que, ao pé da obra, você verificará com segurança, pela observação direta e pela audiência de interessados

⁷⁷ A., RMF. p/ F F., G R. Ct. n° 188. 13 Abr. 1951. Arq. IPHAN-BA.

e entendidos, qual o processo mais acertado a adotar, excluindo logo certas iniciativas que seriam imprudentes ou inoperantes. (Grifo nosso).

O Dirigente do 2º Distrito também já havia relatado às possíveis dificuldades com esse processo⁷⁸. De acordo com o levantamento realizado naquele momento, argumentava ele, seriam necessários de seis a oito meses para concluir desocupação e término de obras de restauração. Entretanto, o esforço valeria a pena, considerando que o Solar São Dâmaso “é um dos mais significativos da era setecentista.”

A possibilidade de instalar o pretendido museu naquele edifício é estudada por Godofredo Filho a partir de agosto de 1951⁷⁹. Do último encontro com D. Augusto, segundo o relato, havia ficado acertado que seria determinado ao Procurador do Seminário da Bahia que notificasse os moradores de São Dâmaso quanto a necessária mudança. Em contrapartida, o SPHAN deveria redigir documento descritivo do planejamento museológico – como especificaremos na seção 3.2.3.

As instruções da Diretoria Central do SPHAN quanto a essas ponderações são acompanhadas mediante as orientações expressas de Rodrigo M. F. Andrade⁸⁰. Godofredo Filho deveria compor uma equipe técnica para estudar a solução do problema dos moradores, reunindo para isso José Valladares, o arquiteto Diógenes Rebouças, e o engenheiro Pedro Angelo José Ghislandi – devendo “assentarem, juntos, os elementos essenciais daquele programa.”

Atendendo às solicitações do diretor, o dirigente do 2º Distrito se reuniu à dita equipe para avaliar as condições do velho solar. Segundo ele⁸¹, entretanto, as notícias não eram animadoras, o ministro deveria ser informado do “péssimo estado de conservação do prédio proposto”, para que ficasse ciente do possível prazo estipulado. Na opinião Diógenes Rebouças e Pedro Ghislandi seria necessário um ano no mínimo para concluir as obras de restauração e instalação do museu –, se o edifício fosse entregue vazio. Quanto ao problema dessa desocupação, Godofredo Filho sugere, como possível alternativa simplificada, a interdição do imóvel pela Saúde Pública. Na opinião de Rodrigo M. F. Andrade⁸², nestas condições, a Saúde Pública não seria suficiente. Segundo ele, o problema consistia encontrar nova edificação para transferência dos moradores que se encontravam em São Dâmaso.

⁷⁸ F F., G R. p/ SF., ES. **Ct. s/nº** . 11 Mai.1951. Arq. IPHAN-BA.

⁷⁹ F F., G R. p/ A., RMF. **Ct. nº 53**. 17 Set.1951. Arq. IPHAN-BA.

⁸⁰ A., RMF. p/ F F., G R. **Cts. nº 522 e 524**. 17 Ago.1951. Arq. IPHAN-BA.

⁸¹ F F., G R. p/ G., PAJ. **Ct. nº 60**. 28 Ago. 1951; e F F., G R. p/ A., RMF. **Ct. nº 64**. 09 Set.1951. Arq. IPHAN-BA.

⁸² A., RMF. p/ F F., G R. **Ct. nº 556**. 18 Set. 1951. Arq. IPHAN-BA.

Nesses termos, Simões Filho havia considerado a hipótese de indenização dos moradores, contudo, nas palavras do Diretor do SPHAN, não seria possível “financiar a liberação da casa.”

Após a conclusão do estudo “Nota sobre o aproveitamento do prédio do ‘Seminário de São Dâmaso’ para um Museu de Arte Religiosa”⁸³, o dirigente do 2º Distrito enviou a seu superior⁸⁴, os primeiros resultados das observações, segundo Diógenes Rebouças, José Valladares, e o próprio Godofredo Filho. De acordo com o relato, da descrição das condições de conservação do prédio, destaca-se à atmosfera ambientada no Solar São Dâmaso (Figura 11), como se lê no seguinte trecho:

O estado atual do prédio, sobretudo no pavimento térreo, onde a confusão da vida em cortiço chega a ser asfixiante, não permite que se faça idéia muito precisa de seu aproveitamento para um museu de arte religiosa, mesmo com o auxílio de uma planta baixa. (Grifo nosso).

Figura 11. Solar São Dâmaso com uma criança moradora debruçada sobre a janela - vista da fachada principal. Fotografia, 1943.



Fonte: Rede de Arquivos IPHAN.

O mencionado documento de estudos procura descrever os espaços e os pormenores do prédio, aconselhando o restabelecimento das comunicações originais, o circuito de salas e a possível distribuição de peças, o assentamento de um elevador, bem como a indicação de

⁸³ SPHAN. **Nota [...]**. 05 Out. 1951[?]. Arq. IPHAN-BA. (ANEXO H).

⁸⁴ F F., G R. p/ A., RMF. **Ct. n° 78**. 05 Out.1951. Arq. IPHAN-BA.

localização dos serviços de administração, arquivo, biblioteca, e outros. Observa-se, segundo a descrição, à “rusticidade” do edifício, apresentando uma “acentuada diversidade nas dimensões e formatos de seus cômodos”, além de, no geral, boa iluminação natural. Os “tetos agamelados” e outros elementos da arquitetura enobrecem o segundo pavimento do prédio – este espaço poderia ser composto pelas “peças mais finas e em melhor estado de conservação, destinando-se às grosseiras, rústicas e fragmentos, para o outro andar.” Quanto ao mobiliário expositivo, poderia ser aproveitado os diversos armários embutidos ainda existentes, adquirir novos mostruários, simples e funcionais, e ou, também poderia aproveitar à disposição do mobiliário do acervo, entre oratórios, mesas, consoles e arcazes.

Todavia, acompanhando o decorrer dos acontecimentos, ao fim daquele ano de 1951, os entendimentos entre o Arcebispo Primaz e o Ministro da Educação convergiam quanto ao caráter do museu, como veremos mais detalhadamente no tópico 3.2.3. Desta maneira, a estratégia adotada por Godofredo Filho, na tentativa de solucionar a questão da desocupação, só é registrada no ano seguinte, em 1952⁸⁵. A solicitação de interdição se justificava plenamente, segundo ele, pois, o prédio se encontrava em “péssimas condições de higiene”, “superlotado de moradores”, necessitando, portanto, ser desocupado, para que entrasse em obras e pudesse servir a “nova finalidade”.

Para tanto, o advogado da Arquidiocese já teria solicitado ao Oficial de Justiça e ao Secretário de Saúde Pública, como esclarece Godofredo Filho⁸⁶, requerendo que o Solar fosse inspecionado, examinando com interesse a possibilidade de interdição, resultando num prazo de 90 dias para que os inquilinos desocupassem o prédio. Por sua vez, os moradores também haviam constituído advogado, tentando, ao menos, estender o prazo. Não obstante, mesmo com as dificuldades impostas pelos moradores, nas palavras de Godofredo Filho, “alguns meio agressivos em relação aos nossos auxiliares”, o serviço já havia sido iniciado, com a chegada de materiais armazenados no prédio, sob responsabilidade de Pedro Ghislandi. Na perspectiva do dirigente, essa situação poderia provocar atrito na opinião pública, cogitando que os “inimigos do Prelado” poderiam “explorar o assunto, tomando a defesa dos moradores”. Com intenção de evitar tais dissabores, as iniciativas daquela regional continuariam com firmeza e prudência.

Com relação a apelação expedida pela comissão de moradores, o conselho expresso pelo gabinete ministerial recomendava que o dirigente do 2º Distrito⁸⁷ explicasse aos

⁸⁵ F F., G R. p/ S., A. Ct. n° 40. 17 Mar. 1952. Arq. IPHAN-BA.

⁸⁶ F F., G R. p/ A., RMF. Cts. n° 55 e 44. 26 Abr. e 01 Ago. 1952. Arq. IPHAN-BA.

⁸⁷ C., A. p/ F F., G R. Tl. n° 2633. 06 Mai. 1952. Arq. IPHAN-BA.

inquilinos, que sendo uma determinação do Governo Federal instalar o Museu de Arte Religiosa no Solar São Dâmaso, não seria possível revogar tais definições. Contudo, Simões Filho se disponibilizava a auxiliar o grupo para que se transferissem dentro do prazo estipulado.

Segundo Godofredo Filho⁸⁸, os moradores também sugeriram a contribuição do ministro, na disponibilização de um terreno onde pudessem “fincar os paus de uma choupana”, ou na transferência para outro edifício. A fim de viabilizar a proposta de transferência, o dirigente da regional realizou estudo do assunto, e em seu ponto de vista, mesmo que a prefeitura dispusesse de terrenos baldios, não seria viável disponibilizá-los. A segunda alternativa, entretanto, poderia contar com o grande número de sobrados, onde funcionava o “baixo meretrício” recentemente fechados.

Conforme a avaliação do Diretor do SPHAN diante desses ajustes⁸⁹, caso o auxílio mencionado se tratasse de auxílio financeiro, não seria possível como dito anteriormente. Rodrigo M. F. Andrade já havia alertado ao ministro sobre isso, como se vê no trecho em destaque:

Há tempos, o Ministro me sugeriu que oferecêssemos quinhentos ou mil cruzeiros, conforme as circunstâncias, a cada locatário que por tal preço anuísse a deixar o prédio. Suponho, entretanto, que a proposta nessa base não interesse àquela gente e, mesmo assim modesta, temo que a despesa se eleve a importância inacessível, multiplicada pelo número dos moradores. [...] A verdade é que a quantia reservada para São Dâmaso não chega para custear todos os serviços ali desejados. Como, pois, desfaltar ainda essa importância já tão insuficiente?

Nessas circunstâncias, o grupo de moradores havia recorrido ao Presidente da República, que prometeu “deliberar oportunamente”. Desse modo, Godofredo Filho relata as últimas ocorrências a Rodrigo M. F. Andrade⁹⁰, informando sobre a notificação federal ao Patrimônio da União. O material de obras que havia sido depositado no Solar São Dâmaso por Pedro Ghislandi, cobriu o registro de água do prédio, e impediu a contagem de gastos pelo Serviço de Águas e Esgotos, que em consequência, cortou o fornecimento de água do edifício – onde, segundo alegavam os moradores, residiam “mais de cem pessoas, inclusive velhos doentes e crianças.” (Figura 12). O dirigente do 2º Distrito preocupava-se, inclusive, com a propagação destas notícias na imprensa – nas palavras dele, “por outros meios, normais, será melhor que o prédio nos venha às mãos.”

⁸⁸ F F., G R. p/ C., A. **Tl. n° 10**. 10 Mai.1952; e F F., G R. p/ A., RMF. **Ct. n° 62**. 21 Mai.1952. Arq. IPHAN-BA.

⁸⁹ A., RMF. p/ F F., G R. **Ct. n° 194**. 31 Mai.1952. Arq. IPHAN-BA.

⁹⁰ F F., G R. p/ A., RMF. **Ct. n° 78**. 17 Jun.1952. Arq. IPHAN-BA.

Figura 12. Saguão do Solar São Dâmaso com um morador na janela - detalhe do “primeiro trecho da escada”. Fotografia, 1943.



Fonte: Rede de Arquivos IPHAN.

Observamos, nesse sentido, os processos que impediam o andamento das atividades, mesmo com o esforço empreendido por Godofredo Filho e a equipe do SPHAN na Bahia – na busca pelos meios adequados para promover a desocupação do Solar São Dâmaso, e instalar nele o Museu de Arte Religiosa. Segundo o dirigente do 2º Distrito, com relação à encontrar outro prédio para a transferência dos moradores – grande como desejavam –, dois sobrados foram cogitados, nesse caso, se o ministro quisesse ou pudesse alugá-los, trâmite que não pode ser realizado. Mediante à impossibilidade de auxílio, Godofredo Filho procurava explicar ao grupo de moradores que não seria possível prorrogar o prazo judicial de desocupação, considerando que:

[...] a medida não fora de nossa iniciativa e, sim, do proprietário com relação aos inquilinos, justificado pelo convenio que assinou com o Governo, em face deste necessitar urgentemente do prédio para dotar a Bahia de uma realização de interesse coletivo, que, amanhã, nos viria beneficiar e elevar culturalmente. (Grifo nosso).

O dirigente do 2º Distrito também havia aconselhado aos moradores que procurassem com “bôa-fé” e em menor tempo deixar o velho solar. Naquele momento, considerava o interlocutor, só restava aguardar a ação judicial proposta pela Arquidiocese – já que a ação de interdição, por meio do Serviço de Saúde Pública, não estava dando retorno. Após a conclusão do prazo, considerando a permanência da questão, o Juiz competente havia expedido intimação de mandado de despejo, com base na proposta do Serviço de Saúde

Pública. Todavia, os moradores contestaram a ação de despejo⁹¹. Segundo o dirigente do 2º Distrito a origem do conflito tinha influência derivada em politicagem de ordem pessoal e doméstica, pois, nas palavras dele:

Razões de várias ordens influíram dessa decisão, desde as de ordem pessoal e doméstica, as políticas, pois não falta em tais ocasiões quem assopre o vento sobre o fogo. [...] Não tanto o Fiscal da Guarda (rebelde a quem nosso Cruz Rios procurou reduzir, por intermédio do Comandante da corporação), mas, sobretudo, um Snr. José Mitsiere, negociante estabelecido no prédio, foram os artífices da reação concretizada. [...] O processo, entregue a um advogado juracista, está, agora, na Vara de Assistência Judiciária, de que é Pretor o Dr. Raul Pedreira de Cerqueira, Vara onde os processos dormem quase indefinidamente, assim me disseram [...].

Com a pressão colocada, os inquilinos de São Dâmaso começaram a sair por conta própria – segundo Godofredo Filho, pelo menos três até aquele momento. Tendo o propósito de solucionar a questão com maior brevidade, a sugestão do dirigente era a de que o ministro pudesse, ainda, interceder por intermédio do Presidente do Tribunal.

Por fim, no início de 1953, verificada a indisponibilidade momentânea do Solar São Dâmaso, de acordo com o parecer emitido pelo chefe da DCR do SPHAN, Renato Soeiro⁹² –, indicava a possibilidade da localização do Museu de Arte Religiosa no Convento de Santa Teresa. Para São Dâmaso, conclui o parecer, “de muita vantagem seria a transferência do Museu do Estado.” Antes, contudo, observamos – no período analisado, de 1951 a 1953 –, a elaboração do planejamento do museu, se tivesse sido instalado em São Dâmaso; além, ressaltamos as divergências entre as partes em torno da sua denominação.

3.2.3 Planejamento museológico e a questão de denominação

Anteriormente, em agosto de 1951, quando o Arcebispo Primaz cedeu o Solar São Dâmaso para implantação do museu de arte religiosa da Bahia, o 2º Distrito do SPHAN havia se comprometido na elaboração de um plano de organização e instalação do museu – de acordo com a já mencionada Carta nº. 53. Nessa correspondência Godofredo Filho relatava a Rodrigo M. F. Andrade que, para D. Augusto o museu deveria ser arquidiocesano e, seu Diretor um eclesiástico nomeado por ele. Ao SPHAN caberia os encargos da conservação e manutenção “[...] especificando-se, ainda, o regime de sua administração, escolha de peças atuais e futuras, etc...”

⁹¹ F F., G R. p/ A., RMF. **Tl. nº 19 e 20**. 10 Out. e 13 Nov. 1952. Arq. IPHAN-BA.

⁹² S., R. **Info. nº 32**. 04 Fev. 1953. Arq. IPHAN-BA/IPHAN-RJ. (ANEXO K).

Em resposta, Rodrigo M. F. Andrade enviou cópia do segundo documento “Minuta de Ajuste”⁹³, especificamente para conhecimento do dirigente da regional – o mesmo que já havia sido submetido à avaliação do Arcebispo pelo próprio ministro. Segundo a estratégia traçada pelo Diretor do SPHAN,

O esboço da portaria foi feita com o objetivo de induzir o Arcebispo a concordar com a iniciativa, mas ficou demasiadamente vago ou inteiramente omissa acerca de quase tudo quanto importa em verdade a organização e a instalação do museu. Por isso mesmo, convirá que você sugira o que lhe parecer oportuno e acertado aquele respeito, tendo em vista conciliar as condições que o Primaz fizer questão de manter com as cláusulas cuja inclusão parecer necessária no interesse da União e [do SPHAN]. (Grifo nosso).

Para a elaboração do planejamento museológico, seguindo as instruções da Direção Central, Godofredo Filho conjuntamente com José Valladares, deveriam se limitar a um ajuste com a Arquidiocese, de modo previsto pelo Art.º 25 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 –, objetivando a instalação e administração inicial do museu, “[...] sem inclusão de clausula alguma que importe em obrigação a assumir pela União no tocante a sua organização definitiva.” Além disso, se para o Arcebispo o museu deveria ser arquidiocesano, com diretor escolhido por ele, competindo ao poder público somente encargos de manutenção, seria substancial delimitar medidas, na expressão de Rodrigo M. F. Andrade, prevenindo a “[...] possibilidade de tal museu se converter em dependência de interesse exclusivo da Arquidiocese e assegurar-lhe à feição de órgão de utilidade pública permanente.” Quanto à sua disposição permanente, só poderia ser feita pelo Poder Federal, por se tratar de uma “criação de serviço público federal novo” –, ao menos isso era o que supunha o Diretor do SPHAN, como propósito do Ministro Simões Filho.

A “Minuta de Ajuste” apresentava bases gerais para elaboração do projeto de lei, com intenção de garantir que o órgão se tornasse de utilidade pública permanente, caso se concretizasse o acordo de organização do museu. As cinco primeiras cláusulas se referem a definição e disposição dos objetos que comporiam o acervo da instituição – indicando a coleção que se encontrava na Catedral Basílica; podendo vir a ser integrado por peças cedidas, doadas, ou recolhidas; assegurando inclusive, que os objetos de propriedade particular continuariam de propriedade particular, tendo amparo jurídico no Decreto-Lei nº. 25. Sobre a direção do museu especifica-se, ainda, que, até a organização definitiva seria composta por uma junta de cinco membros – dentre eles, o dirigente do 2º Distrito, e mais quatro indicações, duas pela Arquidiocese da Bahia e duas pelo Ministério da Educação,

⁹³ SPHAN. **Minuta [...]**. 17 Ago.1951[?]. Arq. IPHAN-BA. (ANEXO E).

respectivamente. Para tanto, o SPHAN ficava incumbido das obras de restauração e adaptação necessárias a condição de museu em São Dâmaso.

Mediante as colocações, o Arcebispo apresentou suas objeções à Rodrigo M. F. de Andrade⁹⁴. O Primaz lembrava àquela Diretoria Central que o Solar São Dâmaso é parte do “minguado patrimônio” do “pobríssimo” Seminário da Bahia, e que, portanto, deveria ser considerado pelo ministro. Conforme os entendimentos anteriores, deveria ficar esclarecido, que mesmo o museu tendo o caráter público, sempre seria de propriedade da Arquidiocese –, recebendo para isso, o auxílio do Governo, de acordo com definição em contrato escrito. Relevante observar, ademais, caso a escolha do edifício tivesse sido pelo Convento do Carmo, na concepção de D. Augusto, havia “[...] a impossibilidade de entregar a arquidiocese os seus tesouros artísticos a um prédio extranho [sic] a sua jurisdição.”

O diretor do SPHAN por sua vez, responde ao Arcebispo a respeito do contrato escrito⁹⁵ – devendo, este documento, atender as necessidade da Arquidiocese da Bahia, bem como as do Ministério da Educação. A fim de conciliar os “altos” interesses entre as partes, Rodrigo M. F. Andrade procura explicar à D. Augusto o trâmite necessário a esta negociação:

De minha parte fiquei, bem inteirado do pensamento de V. Excia. Revm^a sobre o assunto, tendo a satisfação de verificar que ele coincide felizmente, de modo geral, com o plano por nós esboçado, em oportunidade anterior, para o desejado museu. Creio que, em verdade, não haverá dúvida alguma relativamente ao ponto fundamental, assinalado por V. Excia. Revm^a, de que o projetado estabelecimento deverá ser para sempre um museu arquiocesano, ao mesmo tempo que fique permanentemente franqueado ao público, constituindo instituição cultural de interesse coletivo, cujas despesas de instalação e manutenção corram por isso mesmo a conta da União Federal. [...] Entretanto a organização efetiva e o regimento permanente do museu terão de ser estabelecidos por Lei federal, cujo projeto o Poder Executivo, mediante exposição de motivos do Sr. Ministro da Educação, encaminhará oportunamente ao Congresso Nacional, baseado no ajuste que se firmar com V. Excia. Revdm^a. (Grifo nosso).

Naquele momento, por orientação de Rodrigo M. F. Andrade⁹⁶, Godofredo Filho havia se reunido com José Valladares, Diógenes Rebouças e Pedro Ghislandi, com intenção de avaliar as condições da edificação, como explicitado no tópico 3.2.2. Após essa atividade, José Valladares faria publicar a mencionada crônica *Museu de Arte Religiosa*, para a seção Artes Plásticas, do Jornal Diário de Notícias, em 1951. Segundo o cronista, tudo indicava que dentro de dois anos aproximadamente a Bahia teria seu tão sonhado museu de arte sacra e, para sua denominação estava sendo considerado o “pomposo” nome de **Museu Nacional de Arte Religiosa**. Desta maneira, mesmo o projeto se encaminhando satisfatoriamente, em

⁹⁴ S., AAC. p/ F F., G R. Ct. s/n°. 24 Ago. 1951. Arq. IPHAN-BA.

⁹⁵ A., RMF. p/ S., AAC. Ct. n° 530. 29 Ago. 1951. Arq. IPHAN-BA.

⁹⁶ A., RMF. p/ F F., G R. Ct. n° 550. 16 Set. 1951. Arq. IPHAN-BA.

seu ponto de vista o impedimento se encontrava nos “homens da Igreja”. A intenção de José Valladares era chamar a atenção do público para a renovação promissora daquele projeto. Na opinião do dirigente do 2º Distrito⁹⁷, a crônica de José Valladares, apesar de verdadeira, havia sido imprudente, considerando que a negociação com o Cabido ainda estava em andamento. Do mesmo modo, salientava o diretor do SPHAN, naquele momento decisivo, poderia afetar a negociação – convindo, portanto, nas palavras dele, “desfazer qualquer desconfiança de se tratar de publicação inspirada por nós.”

A fim de promover a conciliação entre Arcebispado e Ministério, novo documento de acordo foi redigido, em colaboração pela equipe técnica montada para isso, e enviado a Diretoria do SPHAN⁹⁸. Segundo avaliação de Rodrigo M. F. Andrade, foi necessário incluir um substitutivo, corrigindo condições passíveis de serem refutadas por D. Augusto – especificamente, referindo-se aos encargos a serem realizados pelo SPHAN; incluindo concessão de escolha do diretor do museu, pelo Arcebispo, porém, assistido por Godofredo Filho. Este documento visava garantir a obrigatoriedade da assistência ministrada pelo SPHAN, como explicita o diretor do SPHAN, primeiro, na instalação, seleção e distribuição das peças do acervo; e, posteriormente, na sua organização definitiva.

Segundo a nova “Minuta de Acôrdo”⁹⁹, a Arquidiocese Primaz e o Ministério da Educação, deveriam concordar com os termos, no sentido de instalar e organizar o **Museu de Arte Sacra da Arquidiocese da Bahia**. Diferente da minuta anterior, esta assegurava o direito de propriedade da Arquidiocese por meio do Código do Direito Canônico. Além disso, certificava a elaboração do “ante-projeto” de regulamento, que deveria ser aprovado antecipadamente por ambas as partes interessadas. O respectivo documento foi enviado à D. Augusto, por intermédio de Godofredo Filho¹⁰⁰.

Entretanto, o assunto desta resolução ficaria sem respostas. Godofredo Filho não compreendia o que havia ocorrido, ao que Rodrigo M. F. Andrade¹⁰¹, procura esclarecer que, a Arquidiocese rejeitava o termo “nacional”, só aceitando o caráter estritamente arquidiocesano. Nessa condição o poder público federal não poderia assumir a despesa de instalação e manutenção, portanto Simões Filho havia renunciado ao projeto. É interessante

⁹⁷ F F., G R. p/ A., RMF. Ct. nº 66. 10 Set. 1951. Arq. IPHAN-BA.

⁹⁸ F F., G R. p/ A., RMF. Ct. s/nº. 14 Set. 1951; e A., RMF. p/ F F., G R. Ct. nº 552. 17 Set. 1951. Arq. IPHAN-BA.

⁹⁹ SPHAN. Minuta [...]. S/d. Arq. IPHAN-BA. (ANEXO F).

¹⁰⁰ F F., G R. p/ S., AAC. Ct. nº 68. 19 Set. 1951. Arq. IPHAN-BA.

¹⁰¹ F F., G R. p/ A., RMF. Ct. nº 86. 12 Dez. 1951; e A., RMF. p/ F F., G R. Cts. nº 683 e 699. 12 e 18 Dez. 1951. Arq. IPHAN-BA.

destacar que o propósito do ministro, segundo o diretor do SPHAN, era publicar o texto daquela correspondência no jornal A Tarde. O objetivo dessa estratégia, explica ele, deveria acentuar o empenho da sua gestão na pasta da Educação, a qual teria sido com a realização desse museu – diferente da “[...] falta de patriotismo e elevação moral do Cabido.” Contudo, deveriam ser cautelosos, pois, afinal, o primaz poderia ficar irreparavelmente indisposto diante tal censura.

Ainda assim, em fevereiro de 1952, a mencionada carta foi publicada no jornal A Tarde, sob o título “Porque não se fez um Museu Nacional de Arte Sacra. As razões do Ministério da Educação”¹⁰². Desta maneira, evidencia-se a explicação detalhada, segundo o próprio Rodrigo M. F. Andrade:

[...] Em verdade, se os Revm^{os}. Cônegos só admitem o museu com caráter estritamente arquidiocesano e “rejeitam *in limine* o termo *nacional*” aplicado à instituição, os poderes públicos federais ficam impedidos de tomar a seu cargo a despesa avultadíssima exigida para instalação respectiva, bem como para equipá-lo adequadamente e prover-lhe a manutenção. [...] A vista das circunstâncias, o nosso caro ministro teve de renunciar extremamente pesaroso, ao plano que visou realizar com tanto zelo e empenho tão persistente de servir à Bahia e ao país desde a sua posse. [...] Não obstante, esta repartição executará em proveito do edifício do antigo Seminário São Dâmaso as obras de reparação e restauração que o imóvel reclama independentemente de sua utilização eventual para museu e, bem assim tomará, se fosse julgadas oportunas as medidas adequadas, nas dependências da Catedral-Basílica, para fim de favorecer a conservação e exposição das obras de arte religiosa ali reunidas.

Considerando o contexto que se apresenta, destacando as divergências entre as partes interessadas, pela definição da instituição, foi assinado o “Acôrdo” entre Ministério da Educação e o Arcebispado de São Salvador da Bahia, para instalação e organização do **Museu de Arte Sacra da Arquidiocese da Bahia**¹⁰³. O documento, com base na recém elaborada “Minuta de Acôrdo”, consentia a instalação do museu no Solar São Dâmaso, assegurando os direitos de propriedade da Arquidiocese por meio do Código do Direito Canônico. Como dito anteriormente, nos meses subsequentes a equipe técnica do 2º Distrito procurou avaliar as condições do Solar São Dâmaso, chegando a conclusão da indisponibilidade momentânea do referido edifício. Um ano depois, faltando poucos dias para fim da gestão de Simões Filho no Ministério da Educação, o SPHAN deliberava a possibilidade do Convento de Santa Teresa para localização do museu –, projeto que só se realiza a partir do envolvimento com o reitor Edgard Santos e a Universidade Federal da Bahia, tópico destacado na 4ª parte desta pesquisa.

¹⁰² A Tarde. Salvador, 23 Fev. 1952. Arq. IPHAN-BA. (ANEXO I).

¹⁰³ SPHAN. Acôrdo [...]. 28 Fev. 1952. Arq. IPHAN-BA. (ANEXO J).

4. O MUSEU DE ARTE SACRA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Com a indicação do conjunto arquitetônico Convento e Igreja de Santa Teresa para sede do Museu de Arte Sacra, em fevereiro de 1952, analisamos a trajetória até sua implantação em agosto de 1959. O extenso período de intervenções envolve três fases onde se processa a negociação pela assinatura do Convênio (1958) e entrega da coleção arqui-diocesana para compor acervo institucional, além da restauração, com demolições e adaptações. O envolvimento da UFBA neste jogo de concessões, é marcado pelos primeiros anos da Universidade na Bahia. Sua trajetória de implantação, paralela aos empreendimentos do SPHAN pela preservação do patrimônio nacional baiano, evidencia a proporção deste campo político cultural.

A primeira fase de intervenções, de 1951 a 1956, sob responsabilidade da equipe técnica do SPHAN, é identificada pelos relatórios como “Obras nº 13”. Inicialmente, são realizados serviços de recuperação no corpo da Igreja, como parte dos esforços do ministro Simões Filho, até o fim de sua gestão, em maio de 1953. Nesse período, ainda que sem ligações diretas, consideramos interessante destacar a curta gestão de Edgard Santos, no Ministério da Educação, em 1954. Mesmo com verbas escassas, a equipe técnica do SPHAN deu continuidade aos serviços, compreendendo a recuperação de espaço localizado no Claustro do Convento.

Durante a segunda fase de intervenções, entre 1956 e 1958, destacamos a intenção do reitor da UFBA na compra de Santa Teresa para instalar nele a sede do museu, como uma unidade universitária. Poucos registros comentam o que efetivamente Edgard Santos propôs à Arquidiocese da Bahia. Entretanto, ao relacionar a análise dos documentos levantados, por meio da pesquisa de Jussilene Santana (2011), observamos a contribuição do professor Martins Gonçalves, diretor da Escola de Teatro desta Universidade. Inspirado pela experiência acadêmica na Europa e impulsionado pelos ares de inovação da UFBA, Martins Gonçalves apresenta peça teatral no interior da Igreja, promovendo possível desentendimento e atraso das negociações. Superado o conflito inicial, a equipe técnica da UFBA apresenta o planejamento das obras a serem realizadas – tópico também comentado por Ana Lúcia Cerávolo (2010) –, destacando-se nesta pesquisa, o estudo complementar em planta baixa, sinalizando demolições externas e internas ao monumento arquitetônico.

Assinado o Convênio, celebrado em 3 de março, tem início a terceira fase de intervenção, em 1958 e 1959. Nesta etapa os serviços de restauração ficaram a cargo da equipe técnica da UFBA, e supervisão da equipe técnica do SPHAN, contudo, de acordo com

a documentação levantada, identificamos a divergência que surge entre os grupos, ressaltando, conforme a teoria bourdiana (BOURDIEU, 2003), a distinção deste espaço de poder. Paralelamente, evidencia-se as negociações entre as autoridades eclesiásticas e universitárias, pela concessão de peças da coleção arquiocesana. Para a realização da exposição inaugural conjuntamente com a abertura do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, vê-se o embate dos grupos técnicos, por um lado, defendendo a pesquisa e aplicação do aspecto original, e por outro, a conclusão e agilidade do término das obras.

Nesse sentido, as questões analisadas na parte 4 procuram responder:

- Quais serviços de restauração foram realizados em cada uma das fases de intervenção?
- Como Edgard Santos toma conhecimento do projeto já encaminhado pelo SPHAN?
- Quem são agentes que passam a colaborar com a negociação e concessão de interesses?
- De que forma Martins Gonçalves interfere nesse campo de disputas?
- Quais divergências entre os grupos técnicos se destacam nos serviços de obras?

4.1 Universidade, história, cultura e arte: a fundação da UFBA

A qualificação do ensino superior na Bahia e no Brasil foi projeto iniciado ainda no período colonial, e negado pela metrópole portuguesa por razões políticas e religiosas. Desde 1586 o Colégio dos Jesuítas ambicionava adquirir o mérito que justificasse a criação de uma universidade baiana. Mesmo com a criação de faculdades isoladas, após a chegada da família real, em 1808; ou dos Seminários – como o de São Dâmaso (1815-1819) e o de Santa Teresa (1837-1947) –, a ampliação do sistema de ensino superior no Brasil somente seria possível em 1930, a partir da organização estabelecida pelo recém criado Ministério da Educação, do Governo Getúlio Vargas (cf. TEIXEIRA, 2010; ARAGÃO, 2016).

Por ação do primeiro ministro da Educação, Francisco Luís da Silva Campos (1930-1932), em 11 de abril de 1931, foi estruturado o ensino brasileiro integrando-o ao sistema nacional – a partir da implementação do Decreto nº. 19.850, criando o Conselho Nacional de Educação; e, do Decreto nº. 19.851, dispondo sobre o regulamento do Estatuto das Universidades Federais Brasileiras, que, tendo vigência até 1968, orientou a criação de

diversas universidades brasileiras. Essas iniciativas fizeram parte do conjunto de medidas conhecida como “Reforma Francisco Campos” (NUNES, 2010, p. 47).

No período seguinte, quando a pasta da Educação passou a ser gerida pelo ministro Gustavo Capanema (1934-1945), o então deputado federal da Bahia, Pedro Calmon (1935-1937) apresentou à Câmara Federal o Projeto de Lei 218/1935, propondo a fundação de uma universidade na Bahia com base no Estatuto Federal, indicando, ainda, o professor Edgard Rêgo dos Santos para reitor¹⁰⁴ (Figura 13). O projeto apresentado em 1935, entretanto, só decorreria na criação da Universidade da Bahia (UBA) em 1946, tendo para isso o auxílio do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), e do ministro Ernesto Souza Campos (1946) – por meio do Decreto-Lei nº. 9.155, de 8 de abril. Segundo Roberto Santos (2008, p. 74) e Edvaldo Boaventura (2009, p. 120), a constituição da Universidade ocorre em função da relação de amizade estabelecida entre ministro e reitor.

Figura 13: Edgard Rêgo dos Santos – Reitor Fundador da UFBA (1946-1961). Fotografia.



Fonte: Edgard Santos e a reinvenção da Bahia (RISÉRIO, 2013).

¹⁰⁴ Edgard Rêgo dos Santos se formou Doutor em Ciências Médico-Cirúrgicas, em 1917, pela Faculdade de Medicina da Bahia (FAMED). Atuou como professor da FAMED, se tornando diretor de 1936 a 1946 – experiência que lhe garantiu bons relacionamentos no âmbito político. Edgard Santos foi um homem político, diplomático e empreendedor, arrecadou recursos para a implantação da Universidade da Bahia, em 1946, e para sua Federalização, em 1950, motivado pelo ideal de dotar a Bahia com ensino superior, para o conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, capaz de desenvolver diversos setores do Estado. (cf. BOAVENTURA, 2009; TEIXEIRA, 2010; BARBOSA, 2011; ARAGÃO, 2016).

A fundação da UBA teve o Prof. Edgard Santos como reitor no período de 1946 a 1961. O projeto de fundação, de acordo com regulamento do Estatuto Federal, reuniu as faculdades existentes, dentre elas, Medicina, Odontologia, Farmácia, Politécnica, Direito, Ciências Econômicas, Filosofia e, posteriormente, Belas Artes. Entretanto, a ausência de um projeto de institucionalização que orientasse o desenvolvimento da UBA, como observa Rita Aragão (2016, p.61, 62), evidencia a estratégia do reitor, intervindo nas questões que surgissem, muitas vezes, tomando decisões ao sabor do acaso. A Universidade, em seu ponto de vista, pode ser entendida como “[...] espaço de formação de e para a elite intelectual do país”, ao passo que, para as “[...] ‘massas’ seria reservado o lugar de espectadores desta cultura.” A partir desta “visão cosmopolita” e “liderança autocrática”, Edgard Santos iria promover grandes projetos artísticos e culturais da Bahia para as nações civilizadas – pensando-se em Europa e Estados Unidos da América, atrelados à ideologia ufanista nacionalista-desenvolvimentista –, formando uma geração de intelectuais que, mais tarde articularia movimentos como a Tropicália e o Cinema Novo.

As mudanças no âmbito do ensino superior proporcionavam novos elementos fundamentais para organização das universidades, considerando para tanto o projeto modernizante iniciado no governo Gaspar Dutra, passando pelo segundo governo Getúlio Vargas, até Juscelino Kubitschek, e chegando a Jânio Quadros e João Goulart, já na década de 1960. A relação do reitor Edgard Santos com os diversos momentos políticos vivenciados naqueles anos, revelam um representante da elite baiana que, mesmo não tendo se filiado a partidos, se tornou um hábil negociador (cf. ARAGÃO, 2016, p. 61, 62). Para Roberto Santos (2008, p. 78), filho de Edgard Santos, o sucesso como reitor lhe garantiu “[...] prestígio perante as mais altas autoridades do País e crescente apoio dos que integravam a comunidade universitária.”

Com o objetivo de consolidar a Universidade, de acordo a Lei nº. 1.254, de 4 de dezembro de 1950, a UBA se torna Universidade Federal da Bahia (UFBA). A partir da federalização, com a promoção regular de apoio financeiro pelo Governo Federal, houve expansão das demais unidades acadêmicas. Nos quinze anos de gestão do reitor fundador foram criadas sucessivamente, as escolas de Biblioteconomia, Enfermagem, Geologia, Administração, Arquitetura, Música, Teatro e Dança. A UFBA visava tanto o aperfeiçoamento da mão de obra especializada para o mercado de trabalho nacional crescente, como a valorização cultural, artística e histórica regional. (SANTOS, 2008; BOAVENTURA, 2009; TEIXEIRA, 2010; BARBOSA, 2011).

Ressalta-se no contexto de fundação da UFBA o convite do reitor à Eros Martins Gonçalves Pereira¹⁰⁵, com a função de criar a Escola de Teatro (ET-UFBA). Segundo Jussilene Santana (2011, p. 140-174), quando a ET-UFBA foi criada, em 1956, teve início a “[...] batalha por professores, por uma sede, por apoio e por dinheiro [...]”. Influenciado pelos ares de inovação da UFBA, pela sua formação na Europa e pela visão de mundo pós-guerra, Martim Gonçalves procurava, dentre o conjunto de templos soteropolitanos, aquele que poderia vir a ser a sede da Escola concebida por ele. Na Europa havia se tornado costume o aproveitamento de edifícios secularizados, a partir do início do século XX. Desse modo, as ideias pioneiras daquele professor de teatro convergem com a trajetória de institucionalização e implantação do MAS, antes mesmo da assinatura do Convênio – tema comentado no tópico 4.2.2, com base na documentação levantada por esta pesquisa.

Além, para a implantação dos demais cursos a reitoria investiria na aquisição e construção de espaços, planejando os campi da Federação, Ondina e Canela. É interessante observar que no canteiro de obras que se forma nos primeiros anos, os arquitetos Wladimir Souza e Geraldo Câmara, já se encontravam em Salvador, auxiliando o reitor no plano de urbanização e construção da estrutura arquitetônica universitária pelo menos desde de 1952, (SANTOS, 2008; CERÁVOLO, 2010). Nesse período a Universidade também pôde contar com a presença de representantes baianos no Ministério da Educação – inclusive o próprio Edgard Santos, quando assumiu a pasta entre julho e setembro de 1954 –, colaborando com a viabilização de verbas federais (RISÉRIO, 2013; ARAGÃO, 2016).

Além das faculdades e escolas, a UFBA também promoveu o ensino de língua estrangeira, com a criação dos institutos Franco-Brasileiro, de Alemão, de Cultura Hispânica, de Estudos Portugueses, de Estudos Britânicos, de Estudos Norte-Americanos, destacando-se pelo ineditismo, o Centro de Estudos Afro-Orientais (SANTOS, 2008; UFBA, 2016). O intercâmbio de caráter didático se tornava frequente e, diante do cenário inovador a Universidade foi escolhida para sediar o IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros¹⁰⁶, reunindo na Bahia intelectuais das diversas nações, em 1959.

Ao que tudo indica, tendo em vista o projeto do museu de arte religiosa que vinha sendo empreendido pelo SPHAN nos anos anteriores, o reitor teria encontrado o local que melhor

¹⁰⁵ O pernambucano Eros Martins Gonçalves Pereira foi o diretor fundador da Escola de Teatro, em 1955, permanecendo no cargo até 1961. Antes, formou-se em Medicina Psiquiátrica, na Universidade Federal da Pernambuco (1939-1941); e História do Traje e Cenografia, na Universidade de Oxford, na Inglaterra, em plena II Guerra Mundial (1944-1946), (SANTANA, 2011).

¹⁰⁶ O IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros foi realizado com o apoio da UFBA e da UNESCO, em 1959. O evento, de caráter tradicional e elitista, promoveu trabalhos de autores como Thales de Azevedo, Milton Santos e George Agostinho da Silva (ALCÂNTARA, 2016, p. 121, 124).

se adaptaria ao propósito do Colóquio – o Convento de Santa Teresa, se fosse adaptado em um museu de arte sacra universitário – considerando que, “[...] viu a Universidade, na arte sacra, o ponto de fusão em que a cultura europeia, via Portugal, unia-se ao gênio brasileiro [...]” (UFBA, 2016, p. 78, 79). Nota-se a preocupação do reitor em criar uma Universidade, por um lado moderna do ponto de vista artístico e tecnológico, e por outro lado, em preservar uma Bahia de cultura branca, tradicional e elitista. Assim, podemos concluir que o reitor tinha consciência das dificuldades relacionadas ao projeto do museu, quer sobre as tentativas anteriores, quer sobre a incompreensão que viria a sofrer após sua implantação –, percepção que pode ser analisada a partir do discurso publicado no Catálogo da Exposição Inaugural do MAS-UFBA, já comentado anteriormente (SANTOS, 1959, s/p). Em certa medida, o que houve foi uma crítica quanto a importância desse projeto em relação ao “[...] aperfeiçoamento das condições do trabalho convencional da Universidade [...]” (SANTOS, 2008, p. 90).

Nesse contexto, compreendemos do que se tratam as dificuldades. Primeiro, dos dois momentos em que ocorreram as negociações entre a Arquidiocese da Bahia e o SPHAN, e, posteriormente, com a entrada da UFBA no grupo de interessados, dando andamento e finalização as questões que vinham sendo colocadas pelas partes. Entretanto, as divergências que se apresentam após a fundação do museu como uma instituição complementar universitária, ultrapassam o período de análise pré-estabelecido nesta pesquisa – 1939 a 1959.

Com a realização do Colóquio foi inaugurado o Museu de Arte Sacra da UFBA, em 10 de agosto de 1959. É importante destacar que, o processo de implantação se dá em parceria entre a equipe técnica do SPHAN e a equipe técnica da UFBA. Entretanto, como explica Antonio Risério (2013, p. 204) – segundo entrevista com Diógenes Rebouças –, Edgard Santos, ainda que interessado na valorização da cultura, arte e história da Bahia, estava desinformado quanto às questões de preservação do patrimônio. Além disso, também sua equipe técnica, representada pelos arquitetos Wladimir Souza e Geraldo Câmara, não tinham experiência o restauro de monumentos antigos, como destacado por Ana Lúcia Cerávolo (2010, p. 243). Desse modo, como veremos, as relações estabelecidas para a realização dessa obra influenciam em parte a ocorrência de determinados equívocos na efetivação do projeto de restauração e adaptação de Santa Teresa em museu universitário. Ainda assim, nas palavras de Roberto Santos (2008, p. 88),

De tantas realizações, nenhuma encantou mais o espírito de meu pai que o Museu de Arte Sacra. [...] pela beleza arquitetônica, tanto do convento como da capela, pela espetacular visão que proporciona sobre a Bahia de Todos os Santos, e pela urgência com que se impulsionava a restauração dos edifícios para não se chegar ao irrecuperável [...].

O estabelecimento dessas unidades voltadas para as artes e cultura constituíam o que Edvaldo Boaventura (2009, p. 125) chamou de “composição acadêmica inusitada”. A intenção das novas unidades de extensão cultural visava estender os benefícios àquela comunidade de espectadores – na expressão da época, no sentido de “desprovincializar” a Bahia. A fundação da UFBA, como parte do projeto de desenvolvimento socioeconômico do Estado, seria o pólo disseminador de cultura e arte, documentando a experiência universitária pioneira de Edgard Santos. Desse modo, a Universidade ia além da função de formar profissionais e incentivar a pesquisa científica, passando a apoiar questões de interesse social, abrindo o espaço universitário para receber a população na realização de seus eventos artísticos e culturais – constituindo um sistema educacional humanístico (SANTOS, 2008; BARBOSA, 2011; RISÉRIO, 2013; UFBA, 2016). Nesse contexto, para melhor compreender o processo de patrimonialização do conjunto arquitetônico Igreja e Convento de Santa Teresa, foi considerada sua trajetória historiográfica anterior à institucionalização e implantação do MAS-UFBA.

4.2 O Convento de Santa Teresa: de Seminário da Bahia a Museu de Arte Sacra da UFBA

A construção do conjunto Igreja e Convento de Santa Teresa é atribuída a Ordem dos Carmelitas Descalços. Localizado na Rua do Sodré, tem datação provável de 1665 e 1697. Não há documentação que comprove, mas, acredita-se que a construção do edifício seiscentista segue a mesma planta do Convento dos Remédios de Évora, em Portugal (cf. UFBA, 1981, p. 11) (ANEXO T). Com a Independência do Brasil no início do século XIX, os religiosos de origem portuguesa ficavam proibidos de manter relações com Portugal, o que culminou com a extinção da Ordem dos Carmelitas na Bahia em 1840. Nessa mesma época foram confiscados os bens pertencentes aquela Ordem, e distribuídos entre outras igrejas – dentre eles alfaia, jóias e documentos (cf. UFBA, 1981; UFBA, 2008).

Mesmo antes da extinção dos Carmelitas, o edifício do Convento havia sido doado ao Seminário Arquidiocesano, em 1836, passando a funcionar no ano seguinte. Nesse momento ocorreram modificações na estrutura original da edificação, transformando o antigo Convento em Seminário Maior. Depois, nos primeiros anos do século XX, mediante a necessidade de mais espaço para abrigar as atividades dos seminaristas, ocorreu ampliação estrutural, com a construção do edifícios anexos adaptados para o Seminário Menor¹⁰⁷. O

¹⁰⁷ Ver Anexo P: “Levantamento Cadastral - Planta Chave - Situação e Orientação”. Planta-baixa, Jun. 1945; e Anexo U: Figuras 01 a 09 – Diversas fotografias das extensões construídas, 1940[?].

período como Seminário proporcionou grandes modificações no aspecto arquitetônico, ficando os elementos artísticos seiscentistas escondidos atrás das novas construções. Além disso, as transformações também ocorreram no ambiente interno, eliminando ou incluindo outros elementos e passagens (cf. UFBA, 1981, p. 17). O Seminário esteve em funcionamento em Santa Teresa até 1954, quando foi transferido para a um sítio da Federação – onde se encontra atualmente o campus da Universidade Católica de Salvador (UCSal) (cf. SILVA, 2017, p. 445).

Ainda ocupado pelas atividades dos seminaristas, em maio de 1951, teve início os trabalhos de restauração em Santa Teresa realizado pelo SPHAN, a partir da liberação do crédito especial aberto pelo já mencionado Decreto nº 28.154, no ano anterior. Destinados à restauração de monumentos e bens históricos e artísticos na Bahia – ressaltando a participação do Poder Federal nas comemorações do IV Centenário da Cidade de Salvador. Até 1959, ano de fundação do MAS-UFBA, o conjunto arquitetônico passou por três fases de intervenções: primeiro, de 1951 a 1956, considerando a emissão do documento Boletim Mensal de Informações (BMI) - “Obras nº. 13”, são realizados serviços de restauração na igreja e no claustro do conjunto arquitetônico; segundo, de 1956 a 1957, destacando o momento em que o reitor Edgard Santos passa a dialogar com a Arquidiocese e o SPHAN, tendo interesse em instalar o museu como dependência universitária; e terceiro, de 1958 a 1959, ressaltando a assinatura do Convênio (1958), entre Arquidiocese da Bahia e UFBA e a conclusão das obras.

A fim de compreender como se deu o processo de implantação do MAS-UFBA no Convento de Santa Teresa, considerando o período de 1951 a 1959, a partir da documentação institucional encontrada no SPHAN, no tópico 4.2 vemos desdobradas as etapas de restauração empreendidas em três fases.

4.2.1 Primeira fase de intervenções – restauração da “Obras nº. 13” (1951-1956)

Durante a primeira fase dos serviços de restauração em Santa Teresa teve início a recuperação de elementos externos e internos da Igreja – conforme BMI da Obra nº. 13, considerando a sequência de numérica do 1º ao 21º, que correspondem aos serviços realizados na igreja, no período de maio/junho de 1951 a setembro/outubro de 1954; e, seu seguimento, do 22º ao 28º, que correspondem aos do Claustro, de julho/agosto de 1955 a julho/agosto de 1956.

Os trabalhos executados ficaram sob a responsabilidade do engenheiro Pedro Ângelo José Ghislandi, que apresentava os resultados ao chefe da DCR, Renato Soeiro, por meio do BMI “Obra n.º. 13”, emitido a cada dois meses. O orçamento aprovado para este empreendimento, inicialmente, consta de Cr\$ 998.769,80 (novecentos e noventa e oito mil, e setecentos e sessenta e nove cruzeiros, e oitenta centavos), recebendo acréscimo quando necessário. O modelo padronizado do BMI contém especificações tais como despesas com pessoal e material, e descrição e registro fotográfico dos serviços executados.

Considerando o estado de ruína do telhado do edifício, e o período anual de chuvas, entre maio e agosto de 1951 foram realizados os serviços mais urgentes. De acordo com os dois primeiros BMI, o serviço já ia bem adiantado. Com a desmontagem do telhado tinha se tornado possível reforçar as paredes do “vaso da igreja” – “muito fendilhado”, nas palavras de Pedro Ghislandi, “por onde passava abundante água da chuva”. Contudo, o temporal constante atrasava o andamento dos serviços. Nos meses seguintes, com a reconstrução do telhado, também foi refeito o patamar do sineiro. E, para prevenir a de entrada de animais, foi assentado gradeado tanto no vão do sineiro, quanto na entrada do óculo de ventilação. Em dezembro daquele ano, considerando o saldo da obra, novo orçamento foi aprovado, somando o valor de Cr\$ 911.237,30 (novecentos e onze mil, e duzentos e trinta e sete cruzeiros, e trinta centavos).

Ao longo do ano seguinte teve continuidade o serviço de reparação do telhado, na parte mais alta sobre a cúpula, com a reconstrução de nova estrutura e cobertura (Figuras 14, 15 e 16).

Figuras 14, 15 e 16. Nova Cúpula sendo construídas. Fotografia, 1953.



Fonte: BMI n.º. 5, 6 e 12 - Obra n.º. 13. Jan - Abr.1952, e Mar/Abr.1953. Arq. IPHAN-RJ.

Segundo a avaliação técnica, com a reconstrução do telhado de duas águas atrás do altar-mór, em maio e junho, foi possível perceber “fundas trincaduras em todos os sentidos”. Na opinião do engenheiro, a antiga estrutura possuía um “arco de alvenaria sobre o altar (fundo) na zona do fecho”, que segurava parte do peso da cúpula. A retirada desse elemento, segundo ele, no início do século XX, provocou danos irreparáveis na cúpula original. Ainda sobre a desmonte e reconstrução geral dos telhados da nave da igreja, até outubro de 1954¹⁰⁸ foram concluídos o patamar do sineiro, a lateral que circunda a cúpula interna, a sacristia, a capela-mor e, as pequenas abas laterais, inclusive, a ala sobre as tribunas, lados direito e esquerdo. Ao mesmo tempo, o início das intervenções no interior da igreja em janeiro de 1952, propunha a recuperação do aspecto legítimo com a retirada de todo o “reboco (escariote fantasia)”¹⁰⁹ que formavam uma camada sob as pedras de alvenaria nas paredes do templo (Figura 17).

Figura 17. Igreja de Santa Teresa – antes da raspagem do reboco “escariote fantasia”. Fotografia, Jan/Fev.1952.



Fonte: **BMI n.º 5 - Obra n.º 13.** Jan/Fev.1952. Arq. IPHAN-RJ.

¹⁰⁸ SPHAN. **Resumo [...]**. 31 Out. 1954. Arq. IPHAN-RJ.

¹⁰⁹ Escariote é um reboco decorativo, típico do século XIX na Bahia, também conhecido como escariola. Tem aspecto liso e brilhante, normalmente apresentando acabamentos com pigmentação e texturas (FLEXOR, 2007, p. 176).

A composição do material nesta camada, segundo o engenheiro, tratava-se de gesso, talco e parafina, que em contato com cloreto de sódio presente na composição das pedras de alvenaria, teria levado a sua ruína – justificando mais uma vez a sua retirada, visto que já vinham se descolando da “velha crosta”. Em 31 de outubro, de acordo com o relatório de “Resumo das Obras”:

[...] O interior da nave foi encontrado inteiramente revestido a “escarirole” brilhante, predominando as cores, verde, vermelho e marrom, estriadas. Todas as partes em pedra aparentemente (ensilharia), recobertas com grossa camada de tintas a óleo escuras. – Se não foi pura fantasia, por sinal bem estranha numa peça dessa época, é de supor que a posterior aplicação de tais revestimentos tenha sido talvez uma tentativa, por sinal malograda, de estancar o afloramento sobre a superfície, dos cloretos que saturam a alvenaria, constituída de pedra bruta, arenítica, provavelmente neptuniana.

A raspagem deste material lentamente fez surgir a superfície das paredes de pedra, contrastando com as partes pintadas em branco “singelo” (Figura 18).

Figura 18. Igreja de Santa Teresa – depois da “cura” das alvenarias e pintura das paredes em branco “singelo” (Figura 18). Fotografia, Mar/Abr.1953.



Fonte: **BMI nº. 12 - Obra nº. 13.** Mar/Abr.1953. Arq. IPHAN-RJ.

Visando a recuperação do aspecto legítimo do interior da igreja também foi iniciada a restauração dos altares e do assoalho do coro. O conjunto do altar-mór e a balaustrada encontrava-se em bom estado de conservação e, portanto, não foi tocado, segundo o “Resumo

das Obras”. Todavia, era “impróprio” e “exagerado” – composto de alvenaria de tijolo, placas de mármore e peças de cimento fundido –, este elemento “substituiu certamente o primitivo altar do qual entretanto não foram encontrados peças algumas ou vestígios.”

Quanto aos demais altares de madeira entalhada, receberam consertos variados, retirando partes estragadas, colando e parafusando partes soltas, apenas “reaprumando” e acomodando. Também foram substituídas as grades de ferro das duas tribunas ligadas ao altar-mór, por “guardacorpo” de madeira recortada.

Já a restauração da fachada, iniciada em novembro de 1953, promoveu: a retirada de revestimentos e tinta óleo que encobriam partes da cantaria – cornija, cintas da abóbada de berço, pilastras, arcos, vergas, ombreiras, cercaduras e faixas; a reconstrução dos “beiradinhos” das volutas; a “cura” das alvenarias comuns, com preenchimento de argamassa e novo reboco; o conserto de aberturas, como portas e janela na nave e portaria – inclusive a “porta-janela” sobre o côro, com a substituição da esquadria e grade de ferro por uma porta de madeira almofadada e vidro.

Considerando o bom andamento dos serviços em Santa Teresa – segundo o documento Informação nº. 32, já mencionado anteriormente –, em fevereiro de 1953 o chefe da DCR, Renato Soeiro, indicava a possibilidade da localização do conjunto igreja e convento para a instalação do museu de arte religiosa, uma vez que, nas palavras dele, fossem “verificadas as suas condições de iluminação e de independência nos parece bôa, principalmente se aproveitadas para êsse fim, as dependências que dão para o claustro”. Mediante essa deliberação, no mesmo mês Rodrigo M. F. Andrade orienta Godofredo Filho¹¹⁰, junto ao amigo Diógenes Rebouças, a analisar a possível distribuição dos serviços e exposições do pretendido museu, de acordo com a probabilidade de:

1º) aproveitamento das dependências do imóvel que não se achem aproveitadas atualmente pelo seminário e se prestem as finalidades pretendidas;

2º) aproveitamento de todo o imóvel, prevista sua desocupação integral para se converter definitivamente em museu.

As recomendações do diretor do SPHAN lembravam ainda, com interesse na exposição a planejar, das peças reunidas no Museu da Catedral, sob a guarda do Cônego Odilon Moreira, visto que elas constituíam até aquele momento o acervo do museu desejado.

Desse modo, mesmo com os esforços do ministro Simões Filho, ao fim de seu mandato ministerial, em maio, ainda estavam em andamento as negociações pela implantação do

¹¹⁰ F F., G R. p/ A., RMF. Ct. nº 88. 13 Fev.1953. Arq. IPHAN-BA.

museu de arte religiosa. Entre junho de 1953 e julho de 1954, teve continuidade dos serviços de intervenção em Santa Teresa, considerando a gestão de Antônio Balbino de Carvalho e, posteriormente, entre julho e setembro de 1954, quando os encargos do ministério passam ao reitor Edgard Santos. A partir da análise da documentação levantada, não é possível identificar uma data exata definindo o momento em que UFBA, SPHAN e Arquidiocese da Bahia passam a negociar a instalação do museu como uma unidade universitária. Entretanto, consideramos interessante a passagem do reitor pelo Ministério da Educação, salientado um possível momento de aproximação do projeto que já vinha sendo elaborado sob o auxílio do SPHAN.

Importante comentar, ainda, que, entre 1953 e 1956, a Faculdade de Ciências Econômicas – FCE da UFBA esteve em funcionamento no edifício no antigo anexo do Seminário Maior, em Santa Teresa – ao mesmo tempo em que estavam sendo empreendidas obras de restauração na edificação –, período que se refere à construção do seu atual edifício na Praça da Piedade (MENEZES, 2010, p. 213).

No início do ano de 1954 foi concluído o serviço de raspagem de toda a “caiação” que revestia a fachada e partes estruturais do conjunto. Considerando a higienização realizada no edifício, o diretor da FCE-UFBA, entrou em contato com o dirigente do 2º Distrito¹¹¹, solicitando – de acordo com o Decreto Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937 – autorização especial para a realização de limpeza no edifício anexo e em parte do convento. A direção da faculdade também solicitava a transformação de uma janela em porta, na ala do edifício anexo. Godofredo Filho, por sua vez, procurou informar à Diretoria Central¹¹² da conveniência de atender essa solicitação de caráter provisório, visto que facilitaria o acesso ao antigo Seminário Menor – sendo, por tanto, atendida.

Consideramos relevante destacar a hipótese que surge a partir das correspondências trocadas na discussão do caso solicitado pela FCE-UFBA – entre maio e junho¹¹³: o reitor Edgard Santos teria conhecimento do projeto de implantação do museu de arte religiosa nessa ocasião? Não se sabe ao certo, entretanto, coincidência ou não, assumiu o cargo de ministro da Educação, o que sugere maior facilidade para negociar com a Arquidiocese da Bahia. Embora a documentação não esclareça o início desse trâmite, tem-se notícias documentadas somente a partir de novembro de 1956, como veremos no tópico 4.2.2.

¹¹¹ C., JC. p/ F F., G R. **Ct. s/nº**. 06 Mai. 1954. Arq. IPHAN-BA.

¹¹² F F., G R. p/ A., RMF. **Ct. nº 25**. 13 Mai. 1954. Arq. IPHAN-RJ.

¹¹³ F F., G R. p/ A., RMF. **Of. nº 64 e Ct. nº 75**. 13 Mai. e 04 Jun. 1954; A., RMF. p/ F F., G R. **Of. nº 595**. 04 Jun. 1954. Arq. IPHAN-RJ.

De todo modo, entre maio e junho de 1954, com novo orçamento aprovado Cr\$ 20.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), os serviços de restauração da fachada da igreja estavam concluídos, incluindo reboco e pintura das paredes – em “branco simples” de tinta sintética ou cal, e branco ou verde “colonial” de tinta óleo, todas as partes de madeira ou metal, das portas e janelas –, reconstituição do piso do pórtico, da portada de entrada, de partes da parede de arenito e, dos painéis de azulejaria.

Nos meses seguinte foi concluída a restauração do muro da frente, com novos rebocos, recuperação do portal lavrado, demais partes em pedra, e abertura das duas janelas laterais – fechadas por dentro. Houve instalação elétrica no edifício, com a colocação de setenta pontos, incluindo acesso de tomadas, e fornecimento de lâmpadas e refletores. Em outubro de 1954, encerrava a Obra n°. 13 com um déficit de Cr\$ 35.878,10 (trinta e cinco mil, e oitocentos e setenta e oito cruzeiros, e dez centavos).

Para a equipe técnica da DCR, conforme o documento Informação n°. 276¹¹⁴, ainda havia a necessidade de realizar pesquisa que verificasse o “caráter” e as “proporções” da composição arquitetônica da fachada da Igreja –, pois, onde aparece uma janela, “por sobre o arco central do pórtico deveria ter sido primitivamente um nicho”. Além, também julgava conveniente a retirada dos dois “canteirinhos triangulares”, facilitando a circulação (Figura 19).

Figura 19. Igreja de Santa Teresa – fachada concluída. Fotografia, Set/Out.1954.



Fonte: **BMI n°. 21 - Obra n°. 13.** Set/Out.1954. Arq. IPHAN-RJ.

¹¹⁴ B., PT. **Info. n° 276.** 27 Out. 1954. Arq. IPHAN-RJ.

Por fim, segundo o já mencionado documento de resumo das obras realizadas em Santa Teresa:

Esta fase de “obras de restauração”, concentrou-se na Igreja, visando assim a parte do Monumento que, na ocasião da vistoria revelara-se a mais prejudicada e mais necessitada de reparos; quer pelas condições precaríssimas dos telhados, quer pelas lesões das paredes, notadamente a segunda metade do lado direito, o fundo, a cupola interna e a sineira; e ainda em consideração ao aspecto extravagantes assumido pelo seu interior, com o sofrer através dos anos, inovações e reparos dispensados pela Entidade que o ocupou. [...] Concluído: com a realização das obras e serviços descritos, o edifício da Igreja e o muro monumental sofreram o que se pode denominar “restauração integral”. (Grifo nosso).

O reinício das obras, entre julho e agosto de 1955, contou com novo orçamento aprovado, no valor de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros). Nesta etapa foi iniciada obras de restauração do claustro, assim como anteriormente, os serviços se processaram de cima para baixo, com a reparação dos telhados e beirais, retirada do reboco velho, reconstrução de novos revestimentos, recuperação das molduras de pedra e, confecção de novas janelas “guilhotina” em madeira – recompondo aquele espaço com sua “feição típica”. Entretanto, entre julho e agosto de 1956, tendo se esgotado os recursos, as obras foram encerradas sem serem concluídas.

4.2.2 Segunda fase de intervenções – proposta de Edgard Santos (1956-1958)

Em novembro de 1956, de acordo com as correspondências enviadas à Direção Central do SPHAN¹¹⁵, Godofredo Filho comenta a respeito do interesse do reitor Edgard Santos no projeto do museu de arte sacra a ser instalado no conjunto arquitetônico de Santa Teresa. Nessa ocasião, houve um encontro entre o dirigente do 2º Distrito e o engenheiro Pedro Ghislandi, com o reitor e seus auxiliares mais interessados, quando estiveram demoradamente no canteiro de obras trocando ideias para o planejamento da instituição. Os detalhes sobre o início desta tramitação entre D. Augusto e Edgard Santos são vagos. Segundo o que se supunha Rodrigo M. F. Andrade¹¹⁶, todas as iniciativas por parte do reitor para a implantação do museu estavam sendo tomadas com o conhecimento de Godofredo Filho – ressaltando-se, inclusive, a condição do dirigente como docente naquela Universidade. Ao que tudo indica, porém, a reitoria estaria discutindo pormenores desta questão junto ao arcebispado, sem notificar àquela diretoria. Nesse caso, o diretor do SPHAN orientava para que o dirigente da regional tomasse os devidos conhecimentos, mas, além

¹¹⁵ F F., G R. p/ A., RMF. Cts. n° 52 e 54. 01 e 05.Nov. 1956. Arq. IPHAN-RJ. (ANEXO L).

¹¹⁶ A., RMF. p/ F F., G R. Ct. n° 524. 14 Dez. 1956. Arq. IPHAN-BA/IPHAN-RJ.

disso, ele também acreditava que qualquer iniciativa por parte da UFBA seria devidamente submetida à avaliação técnica da DCR.

De todo modo, não é possível destacar como se apresentou a proposta de compra do reitor. O que se pode inferir a respeito dessa negociação, é que houve entendimentos iniciais – não ressaltados dentre os documentos levantados por esta pesquisa. Considerando o consentimento entre os pares, nesse contexto surge o professor diretor da ET-UFBA, Martim Gonçalves. Com apoio da Reitoria e autorização do Arcebispado, o professor de teatro pôde verificar a potencialidade de Santa Teresa, com duas encenações da peça “Auto da Cananéia”, em 06 e 07 de novembro, pelo grupo A Barca, no interior da Igreja¹¹⁷. Segundo o jornalista João Augusto¹¹⁸, o espetáculo “Auto da Cananéia”, encenado pelos professores e alunos da ET-UFBA, teve a colaboração do Seminário de Música, apresentando um “movimento extraordinário”, “altamente meritório”, em “seu ambiente mais autêntico”. Com a bem sucedida encenação, apresentava-se o antigo edifício a sociedade soteropolitana, expondo a beleza escondida pela ruína do tempo (Figura 20). Esta experiência inovadora à época, promove a conveniente ideia daquele professor – a de instalar a sede da ET-UFBA junto com o Museu de Arte Sacra, no antigo conjunto arquitetônico.

Figura 20. “Auto da Cananéia”, encenada na Igreja de Santa Tereza – alunos da ET-UFBA e Ana Edler como Cananéia. Fotografia, 1956.



Fonte: Arte na Bahia. (EICHBAUER & VELOSO, 1991); também publicado In: Martins Gonçalves: uma Escola de Teatro contra a Província. (SANTANA, 2011).

¹¹⁷ **Correio da Manhã.** Rio de Janeiro, 20 Out. 1956. BNDB.

¹¹⁸ **Tribuna da Imprensa.** Rio de Janeiro, 12 Nov. 1956. BNDB.

Sabendo-se, a priori, desses acontecimentos, já discutidos por meio da pesquisa de Jussilene Santana (2011), observamos, entretanto, um possível equívoco que se forma na suposição de uma elaborada proposta. Bem relacionado na capital, as ideias de Martim Gonçalves repercute em jornais cariocas¹¹⁹. Desse modo, iniciou-se verdadeira “campanha de boa vontade” às autoridades competentes – o reitor da UFBA, o Arcebispo Primaz, o ministro da Educação, o governador da Bahia e o prefeito de Salvador. Com a disponibilização do edifício, pretendia-se representar peças “religiosas” e “profanas”, considerando a devida permissão de D. Augusto.

Entretanto, não houve resposta ou qualquer comentário com referência à sugestão do professor da ET-UFBA. Considerando uma possível reação negativa das autoridades religiosas – tanto à realização de peças “profanas” no interior do templo sagrado; quanto à pressão midiática estabelecida, impasse que pode ter sido contornado pela habilidade de conciliação do reitor, com a compra de outro edifício para a sede da Escola¹²⁰ –, as correspondências só voltam a referenciar entendimentos entre Edgard Santos e D. Augusto em março de 1957.

Ainda assim, acompanha-se a influência de Martim Gonçalves na publicação de outras matérias de jornal¹²¹, comentando sobre o convento a se tornar museu, evidenciando-se quão bem informado se encontrava, tanto em relação a trajetória histórica do monumento arquitetônico¹²², quanto aos serviços de obras em andamento. Interessante observar, dentre os destaques levantados pelo professor de teatro, a “lenda” sobre a existência de um tesouro escondido no subterrâneo do Convento – que, de acordo com a jornalista Eneida de Moraes¹²³ – em entrevista com Martim Gonçalves –, no século XVIII:

[...] Constava que os frades [Carmelitas] se retirando haviam posto num subterrâneo as jóias e alfaias que não haviam podido levar para Portugal. Está lenda ainda existia até que o subterrâneo foi explorado por uma comissão do Instituto Histórico da Bahia”, que constatou: “o subterrâneo existe, mas foi feito para captar água para o convento, que é a que se encontra numa cisterna ou grande tanque de alvenaria, próximo à entrada do edifício”. [...] (Grifo nosso).

¹¹⁹ **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, 14 Nov. 1956; e **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, 18 Nov. 1956. BNDB.

¹²⁰ Edgard Santos e Martim Gonçalves podem ter negociado a “troca” do Convento de Santa Teresa pelo Solar Santo Antônio, onde se instalou a ET-UFBA, informação noticiada por diversos jornais a partir de junho de 1957 (SANTANA, 2011, p. 154).

¹²¹ Martins Gonçalves ainda influenciou publicações de materiais acompanhando a restauração de Santa Teresa nos jornais: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 09 de julho de 1957; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 de julho de 1957 (SANTANA, 2011, p. 157, 158).

¹²² Martins Gonçalves ressaltava como referência: CERQUEIRA E SILVA, Ignácio Accioli de. **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia. Anotações de Braz do Amaral**. v. 5. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

¹²³ **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1957. BNDB.

Martim Gonçalves também comenta sobre a colaboração do SPHAN durante a primeira fase de restauração em Santa Teresa e, considerando a verba insuficiente para dar continuidade aos serviços, sobre o interesse do reitor em igualmente colaborar com esta iniciativa. A paixão do professor de teatro pelo convento era tão “verdadeira”, que ele acreditava ter descoberto sua potencialidade enquanto espaço de múltiplo entretenimento cultural, quando “ninguém mais o visitava”. Contudo, considerando a suposição levantada por Jussilene Santana (2011, p. 156)¹²⁴, e o conjunto de documentos institucionais levantados nesta pesquisa, foi possível verificar a ampla trajetória de implantação de um museu de arte sacra na Bahia, constituída de tantos outros agentes, no qual Martim Gonçalves foi mais um colaborador singular. Observa-se, ainda, a relação de proximidade constituída entre o professor de teatro e os dirigentes do SPHAN, ao ser portador de correspondência entre Rodrigo M. F. Andrade e Godofredo Filho¹²⁵.

Em consideração a Edgard Santos, a jornalista Eneida de Moraes informa, inclusive, sua posição – que, como se vê, vinha enfrentando determinadas dificuldades no campo político em que se encontrava:

[...] Espero a resposta da Curia que creio está bem inclinada a aceitar nossa ajuda para a reconstituição do Convento e da Igreja: é verdade que muita gente acha que o dinheiro que iremos gastar ali deve ser empregado em obras mais urgentes, pelo que estou ainda no terreno do sonho. [...] (Grifo nosso).

Após a conclusão do impasse pela sede da ET-UFBA, novo entendimento entre Edgard Santos e D. Augusto é registrado. E, desse modo, Rodrigo M. F. Andrade¹²⁶ entrou em contato com o reitor, requerendo que este atendesse urgentemente a solicitação que o primaz fez ao ministro da Educação. A intenção do arcebispo era a de realizar limpeza em parte específica de Santa Teresa, para hospedar quatro freiras Carmelitanas, temporariamente, vindas de Uberaba à Salvador para fundar um templo Carmelita. Com isso, o diretor do SPHAN verificava a possibilidade da UFBA assumir o solicitado e se entender novamente com o D. Augusto, para que, assim, realizassem o serviço.

¹²⁴ Considerando que Martins Gonçalves se apresenta como “principal (e às vezes única) fonte” de informações em matérias de jornais – comunicando os esforços pela criação de um museu de arte sacra em Santa Teresa, e a ausência de documentação que melhor esclareça seus interesses, a Tese defendida por Jussilene Santana (2011, p. 156), supôs que esta proposta de implantação fosse originalmente daquele professor de teatro, ao afirmar que “[...] provavelmente deve ter havido algum tipo de rejeição da Arquidiocese e da intelectualidade local à ideia de transformar o ambiente religioso numa escola de teatro. Contudo, a proposta, simultaneamente lançada por Martim, de transformá-lo num Museu de Arte Sacra, tem muito mais sucesso, como os fatos históricos o comprovam. [...]”. Nota-se, ainda, que a única fonte sobre a proposta de sede ET-UFBA/Museu encontra-se nos jornais já citados – disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional Digital do Brasil (BNDB), ou, como pontuado por Jussilene Santana, arquivados em coleção particular de recortes do próprio Martim Gonçalves.

¹²⁵ F F., G R. p/ A., RMF. Ct. s/nº. 30 Jul. 1958. Arq. IPHAN-RJ.

¹²⁶ A., RMF. p/ S., ER. Ct. nº 112. 04 Mai. 1957. Arq. IPHAN-RJ.

Todavia, não houve conciliação entre reitor e arcebispo quanto ao caso da obra em benefício de tal hospedagem, exposto que, segundo informe de Godofredo Filho¹²⁷, “as negociações não chegaram a bom termo por intransigência do Prelado.” Considerando que Edgard Santos não atendeu ao pedido de D. Augusto, logo, o Convento não poderia servir as intenções da reitoria e, por tanto, restava ao 2º Distrito responder àquela demanda, uma vez que, naquele momento a solicitação vinha por seu intermédio. O Arcebispo Primaz pedia mais obras, entretanto, de acordo com o depoimento do dirigente da regional:

Respondi-lhe [...] que, a esta altura do ano, não contávamos com recursos disponíveis para novos empreendimentos. [...] Infelizmente, tem sido assim: sempre estão a pedir benefícios e, como ocorreu recentemente em relação ao Palácio da Sé (onde, sem licença, realizaram obras), passam por cima da lei quando lhes convém, e não nos prestam atenção devida. (Grifo nosso).

Quanto ao posicionamento da Diretoria Central¹²⁸, o diretor preocupava-se com o esse imprevisto, pois, conforme o que já havia sido combinado com o reitor, o prosseguimento das obras em Santa Teresa deveria passar a responsabilidade da UFBA. Mas, se este projeto fracasse, o “ônus” com os serviços ainda necessários, voltariam para o SPHAN. A dificuldade em assumir tal compromisso, como explica Rodrigo M. F. Andrade, era referente a indisponibilidade de orçamento – a menos que houvesse desistência por parte do próprio Arcebispo, em relação às obras de reparação que já estavam planejadas para o Palácio Arquiepiscopal da Sé. Com o ajuste sugerido, o orçamento inicialmente destinados ao Palácio em 1957, passariam mais uma vez para Santa Teresa. Para tanto, o diretor do SPHAN orientava Godofredo Filho a sondar os propósitos do primaz e verificar se havia “[...] grande conveniência de atender ao desejo de D. Augusto, adiar-se-ia a execução de tais serviços para empregar o respectivo numerário em proveito da acomodação das monjas em Santa Teresa.”

O arcebispo, por sua vez, que a princípio tinha aceito àquela proposta – segundo o dirigente do 2º Distrito¹²⁹ – voltou atrás antes que os serviços pudessem ser executados. Em correspondência à Rodrigo M. F. Andrade¹³⁰, D. Augusto explica que em sua opinião “[...] seria mais agradável empregar esta quantia, no seu destino próprio, isso é, no acabamento dos concertos do Palácio [...]”. E, com relação aos reparos que havia solicitado para Santa Teresa, poderia ele mesmo fazer, de comum acordo com aquela diretoria. Para o diretor do SPHAN¹³¹, foi uma grande surpresa esse posicionamento do primaz, porém, a ausência de

¹²⁷ F F., G R. p/ A., RMF. Ct. nº 31. 17 Mai. 1957. Arq. IPHAN-RJ. (ANEXO N).

¹²⁸ A., RMF. p/ F F., G R. Ct. nº 271. 23 Mai. 1957. Arq. IPHAN-RJ.

¹²⁹ F F., G R. p/ A., RMF. Ct. nº 38. 01 Jun. 1957. Arq. IPHAN-RJ.

¹³⁰ S., AAC. p/ A., RMF. Ct. s/nº. 26 Jun. 1957. Arq. IPHAN-RJ.

¹³¹ A., RMF. p/ F F., G R. Ct. nº 332. 02 Jul. 1957. Arq. IPHAN-RJ.

menção à conciliação com a UFBA lhe pareceu ainda mais estranho, visto que como descreve ele:

O que, entretanto, mais me espantou na comunicação recebida do Cardeal Silva foi a falta de qualquer alusão as negociações da Arquidiocese com o Reitor para a cessão do antigo Seminário a Universidade. Pelo que me tinha dito há poucos dias nosso amigo ex-Ministro Edgard Santos, o acordo entre as duas entidades estava praticamente firmado, mediante uma contribuição universitária considerável para as obras do novo Seminário. Será possível que os entendimentos tenham fracassado? (Grifo nosso).

Por outro lado, ainda que as negociações não estivessem concluídas, para Godofredo Filho¹³² tudo levava crer que a “pertinácia” e “habilidade” do reitor venceria as dificuldade postas por D. Augusto. Segundo o informe do dirigente do 2º Distrito, Edgard Santos autorizou a realização de inventário fotográfico das peças no Museu da Catedral, realizado por Kazys Vosylius¹³³, bem como mandou fazer cópia do inventário de 1940, de Osvaldo Gomes.

Com relação ao programa de obras a ser elaborado pela UFBA – a partir de estudo técnico elaborado pela DCR¹³⁴ –, o SPHAN propôs a demolição de “construções modernas” anexa ao convento: o Seminário Menor e parte do Seminário Maior, anexo e extensão do convento, onde se encontrava instalada a FCE-UFBA (Figura 21).

Figura 21. Conjunto arquitetônico de Santa Teresa – destaque para o edifício anexo, “Acréscimo do Seminário Menor”. Fotografia, 1956[?].



Fonte: Fototeca do MAS-UFBA –
Coleção Memória Fotográfica, Módulo 1: Restauração.

¹³² F F., G R. p/ A., RMF. Ct. n° 49. 27 Jul. 1957. Arq. IPHAN-RJ.

¹³³ O mencionado inventário fotográfico das peças presentes no Museu da Catedral, por Kasys Vosylius, em 1957, não foi localizado.

¹³⁴ S., R.. Nota [...]. 07 Nov. 1956. Arq. IPHAN-RJ. Arq. IPHAN-RJ. (ANEXO M).

Com vistas a garantir o andamento das intervenções de restauro conforme os interesses da Direção Central, Rodrigo M. F. Andrade escreve à Edgard Santos¹³⁵, sugerindo a necessidade de atender as orientações daquele departamento. Em suas palavras – tendo como referência documento elaborado por Renato Soeiro:

Desde alguns anos, a preciosa obra de arquitetura antiga constituída pela igreja e o convento de Santa Tereza foi gravemente prejudicada pela construção, em sua proximidade imediata, de um edifício de três pavimentos, com extensão aproximada de 56 mts. pela rua do Sodré, encostado diretamente ao muro do pátio principal de entrada do monumento [...]. Semelhante construção, tanto pelo seu volume considerável, quanto por sua altura, agravada pela elevação dos pés direito de cada pavimento, prejudica seriamente a visibilidade do monumento, observado da rua do Sodré, da Travessa A. Gaspar e das imediações. Além disso, pela feição imprópria e inferior da composição das respetivas fachadas, o prédio contrasta desagradabilissimamente com o aspecto e o estilo característicos da igreja e do convento de Santa Tereza, contraste êste agravado pela péssima qualidade dos materiais utilizados na construção do edifício mais moderno. [...] Em semelhantes condições, há manifesta conveniência em que aludida construção, tão insólita no local, seja demolida, para recuperação da área que está a ocupar e que deverá ser destinada a jardins e, eventualmente, a recinto de estacionamento de veículos de visitantes. Sua permanência, além dos inconvenientes apontados, exigiria a realização de obras consideráveis e onerosas, por motivo do estado quase de ruína a que chegou e, particularmente, pela qualidade muito inferior dos materiais com que foi construído.

Conforme os entendimentos verbais, o próprio reitor¹³⁶ encaminhou à Direção Central o “Roteiro inicial de trabalhos de restauração”¹³⁷, conjuntamente com plantas-baixas do “Levantamento Cadastral” realizado pelo do SPHAN – em especial a “Planta Chave” (ANEXO P). O referente roteiro apresenta especificações das obras a serem executadas sob responsabilidade daquela reitoria, sendo submetido a avaliação e aprovação de Renato Soeiro. Sobre a assinatura do convênio, Edgard Santos esclarece que, as “[...] cláusulas estavam sendo estudadas pelas duas entidades.”

Como de praxe, Rodrigo M. F. Andrade orienta o dirigente do 2º Distrito, encaminhando cópia das correspondências¹³⁸. Para tanto, Godofredo Filho deveria se ater ao desfecho dos entendimentos e impedir o início de qualquer obra em Santa Teresa, que não tivesse sido aprovada previamente pela Diretoria Central. Inclusive, seria necessário “fiscalizar muito estritamente” os serviços de restauração, visto que, com a resolução destas negociações, as obras ficariam sob responsabilidade do arquiteto Geraldo Câmara – “homem de confiança do nosso reitor [...], pois lhe falta qualquer iniciação em matéria de reparação e restauração de monumentos de arte antiga.” Uma cópia do “Roteiro” também foi enviado ao

¹³⁵ A., RMF. p/ S., ER. Ct. n° 1162. 08 Dez. 1956. Arq. IPHAN-RJ.

¹³⁶ S., ER. p/ A., RMF. Ct. s/n°. 02 Set. 1957. Arq. IPHAN-RJ.

¹³⁷ UFBA. Convento [...]. Set. 1957 [?]. Arq. IPHAN-RJ. (ANEXO O).

¹³⁸ A., RMF. p/ F F., G R. Ct. n° 378 e Of. n° 886. 06 Ago. e 06 Set. 1957. Arq. IPHAN-RJ.

dirigente da regional na Bahia – e conforme determinações, solicitando parecer técnico do arquiteto Diógenes Rebouças, sobre o que fosse “oportuno” e “conveniente”.

Seguindo as diretrizes institucionais, Rodrigo M. F. Andrade¹³⁹ também avisa a Edgard Santos sobre a necessidade de avaliação do “Roteiro” pela equipe técnica do 2º Distrito. O reitor¹⁴⁰, contudo, discordava que esse trâmite houvesse sido acordado anteriormente. Para ele, o combinado tinha ficado bem claro – “[...] no caso de vir a firmar convênio com a Arquidiocese, os entendimentos se mantivessem diretamente entre a Diretoria do Patrimônio e a Reitoria da Universidade [...]”. Para o diretor do SPHAN¹⁴¹ era indispensável que Godofredo Filho estivesse ciente de todos os procedimentos realizados, e portanto, procurava esclarecer ao seu remetente que, a assistência, no caso, estaria disponível no que fosse conveniente oferecer como “sugestão complementar”, resguardando, assim, os objetivos comuns da reitoria da UFBA e da diretoria do SPHAN.

De acordo com a leitura do conjunto de documentos em planta-baixa, agregada ao “Roteiro”, é possível verificar e relacionar informações, como um conjunto de legendas explicativas. O documento elaborado por Geraldo Câmara para a UFBA, de acordo com as restrições esboçadas pela Diretoria Central do SPHAN, previa a realização de “exame cuidadoso” durante as demolições externas e internas, verificando assim a possível existência de elementos da construção primitiva. Desse modo, segundo o planejamento estavam previstos a demolição do acréscimo do Seminário Maior, investigando-se a antiga “Casa de Portaria” ou “Botica”; a demolição total do Seminário Menor, reformulando o espaço livre, no Adro da Igreja, para a elaboração de jardim e estacionamento, acessando por rampa. Além, os serviços de restauração no interior do Convento, previam para: 1º piso - restabelecimento da antiga cozinha, utilização do espaço do refeitório e salão para exposições temporárias; 2º piso - transformação da antiga carpintaria em oficina de restauração; e adaptação de sanitários; 3º piso - demolição da “parte nova”, acessando a portaria do Convento e investigando a passagem primitiva do Claustro para a fachada principal; e na Igreja, a retirada do altar-mór, balaustrada, piso de ladrilho hidráulico, e estudo dos púlpitos originais¹⁴²; 4º e 5º piso - transformação do espaço na ala da fachada poente, com a demolição de uma escada madeira e parede divisória; adaptação de celas para administração, e instalação de sanitários, e ajuste de cômodos para a exposição permanente; na Igreja, adaptação de salas do “Oratório dos Padres” na parte do coro, para a “Escola de Canto Gregoriano”; 6º piso - adaptação da

¹³⁹ A., RMF. p/ S., ER. **Of. nº 885**. 06 Set. 1957. Arq. IPHAN-RJ.

¹⁴⁰ S., ER. p/ A., RMF. **Ct. s/nº**. 04 Nov. 1957. Arq. IPHAN-RJ.

¹⁴¹ A., RMF. p/ S., ER. **Of. nº 1498**. 12 Nov. 1957. Arq. IPHAN-RJ.

¹⁴² Ver Anexo T: Figuras 10 e 11 – interior da Igreja de Santa Teresa. Fotografias, Set. 1945.

antiga biblioteca em sala para o “Instituto de Estudos Portugueses”; reconstituição de forros de madeira e remanejamento de caixa d'água.

O andamento desta negociação, como se vê, apresenta desentendimentos e entendimentos entre os agentes envolvidos na trajetória de institucionalização da coleção da Arquidiocese da Bahia, pela implantação do museu de arte sacra. Todavia, o conjunto desses documentos não esclarece como ou se houve concessões, além da contribuição para as obras do novo prédio do Seminário – em benefício da hospedagem de “monjas”, ou de qualquer outra natureza, por parte de Edgard Santos, a favor dos desejos de D. Augusto –, até a assinatura do Convênio, em 1958. Paralelamente a essa tramitação, a fim de dar continuidade ao processo de implantação do museu, os serviços de obras foram reiniciados entre abril e junho de 1957 – de acordo com o BMI n°. 5 - da “Assistência permanente aos monumentos restaurados”. Tendo o orçamento aprovado no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), pelo ministro da Educação Clóvis Salgado da Gama, do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961). Sob responsabilidade do engenheiro Pedro Ghislandi, mais uma vez, foram realizados reparos na Igreja e no claustro – considerando a limpeza e dedetização dos telhados, troca de telhas quebradas, pintura e imunização dos sinos e ferragens, e retoques variados na recente pintura branca.

4.2.3 Terceira fase de intervenções – adaptação e exposição inaugural (1958-1959)

O documento de Convênio, celebrado por meio da assinatura do arcebispo D. Augusto, reitor Edgard Santos e ministro Clóvis Salgado, em 06 março de 1958, estabelece os termos do que havia sido acordado anteriormente. Conforme as especificações, a UFBA obrigava-se a adaptar o conjunto arquitetônico de Santa Teresa a nova condição de museu, como uma unidade universitária, devolvendo-o para a Arquidiocese em bom estado de conservação ao fim do prazo de 60 anos – prazo, este, que poderia ser “rescindido antes”¹⁴³.

Estabelecido o acordo, autorizava a demolição do edifício anexo e de determinadas “dependências não tombadas”, especificando-se os acréscimos do Seminário Menor, e do Seminário Maior, conforme recomendação do SPHAN. Dentro do período indicado, deveria instalar e manter o Museu de Arte Sacra da UFBA (MAS-UFBA) – responsabilizando-se pelas peças da coleção de propriedade da Arquidiocese e de outras instituições religiosas,

¹⁴³ Relevante destacar que, conforme nota de divulgação do MAS-UFBA, o Convênio entre Arquidiocese e Universidade foi renovado por mais 60 anos, em 23 de novembro de 2017 (UFBA, 2017).

que fossem disponibilizadas para acervo permanente; pelos Instituto de Música Sacra e de Estudos Portugueses; e, eventualmente, por outras atividades de gênero cultural em demais cômodos da edificação, excluindo-se manifestações que divergissem com seu “caráter religioso”. O serviço do culto também deveria ser mantido, prevendo o deslocamento de peças do acervo permanente para participar de eventos em seu local de origem; e, criando a vaga de capelo, a ser mantido pela assistência universitária, considerando-se o Código do Direito Canônico.

Desse modo, ficou determinado que a Universidade deveria “doar” a Arquidiocese a quantia de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), no momento de assinatura do documento – como auxílio para edificação do novo Seminário Central da Bahia; “contribuir” anualmente com a quantia de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) – pela entrega das peças que constituem o acervo permanente; e, até o fim do prazo estipulado inicialmente, no ano de 2018, devolver as “[...] benfeitorias e instalações, sem ônus para a Arquidiocese [...]”.

À Arquidiocese, uma vez consentido o dispositivo, ficava resguardado o direito sobre os achados “preciosos ou históricos” encontrados durante as obras de restauração, nas dependências ou subterrâneo da antiga construção, devendo para isso, designar representante que acompanhasse os serviços. Deveria disponibilizar as peças de valor artístico e histórico da coleção arquidiocesana, para escolha das que viriam a constituir acervo permanente do MAS – por “[...] pessoa idônea credenciada pelos convenientes [...]” –, cooperando para que as mesmas fossem expostas. A escolha do diretor do Museu deveria ser em comum acordo entre reitoria e arquidiocese, devendo participar da futura comissão deliberativa do museu, num grupo constituído pelo reitor, arcebispo, capelo e um representante do Conselho de Curadores.

Após a assinatura do Convênio, Godofredo Filho¹⁴⁴ envia a Diretoria Central croqui com perspectiva do Convento de Santa Teresa (Figura 22) – de autoria de Diógenes Rebouças, tendo como base estudos realizados por ambos –, possibilitando a “[...] recomposição das fachadas quais tivessem sido no século XVII. [...]”. O dirigente do 2º Distrito comenta¹⁴⁵, ainda, que os problemas em decorrência da restauração seriam dos “mais complexos” e, por isso mesmo, demandavam “[...] estudos que não poderiam ser feitos de afogadilho.” A solução indicada para a fachada principal era, em sua opinião, a “[...] mais feliz de nossas sugestões, quase um ‘achado’.” –, mas, para isso era necessário realizar novas

¹⁴⁴ F F., G R. p/ A., RMF. **Of. nº 66**. 27 Mar. 1958. Arq. IPHAN-RJ.

¹⁴⁵ F F., G R. p/ A., RMF. **Ct. nº 15**. 01 Abr. 1958. Arq. IPHAN-RJ.

pesquisas, à confirmar o que havia sido imaginado. Dessa maneira, seria conveniente realizar determinadas modificações no roteiro apresentado pela UFBA, indicando a localização para exposições, banheiros, etc. O dirigente também informa o início das demolições, em abril, começando pela extensão do Seminário Maior, para a recomposição da fachada principal. Para o serviço de fiscalização das obras, foi indicado o arquiteto Fernando Machado Leal, deixando para Diógenes Rebouças apenas a responsabilidade de aconselhar e sugerir. Entretanto, para o dirigente do 2º Distrito havia receio quanto a inspiração de agentes ligados ao reitor, mais especificamente Wladimir Alves de Sousa, e Geraldo Câmara – os arquitetos responsáveis.

Figura 22. Perspectiva do Convento de Santa Teresa – “recomposição das fachadas quais tivessem sido no século XVII.” Croqui de Diógenes Rebouças, Mar. 1958.



Fonte: Anexo ao **Ofício nº 66**. Mar. 1958. Arq. IPHAN-RJ.
(Adaptação gráfica do documento: Flávio Medina, Nov. 2019).

Segundo a avaliação técnica da DCR¹⁴⁶, pelo tempo que havia decorrido desde a remessa do programa elaborado pela UFBA, em setembro do ano anterior, se tornava conveniente comunicar ao reitor que ainda poderiam ser apresentadas novas soluções. Renato Soeiro também enfatiza a necessidade de haver comunicação entre os técnicos envolvidos no serviço de obras, posto que, os problemas da adaptação iam surgindo na mesma medida em que iam se processando sua execução. Ratificando as considerações emitidas pela DCR, Rodrigo M. F. de Andrade¹⁴⁷ manifesta o inconveniente, depois de decorrido meses – “[...] tempo assim mais do que suficiente para ser estudado cuidadosamente e retirado no que

¹⁴⁶ S., R. **Infos. nº 47 e 70**. 04 e 24 Abr. 1958. Arq. IPHAN-RJ.

¹⁴⁷ A., RMF. p/ F F., G R. **Of. nº 584**. 25 Ago. 1957. Arq. IPHAN-RJ.

houvesse mister [...]”. De acordo com o diretor do SPHAN, naquele momento o cronograma de obras deveria considerar a chegada do conservador do Museu do Vaticano, Deoclécio Redig de Campos, em julho, à convite de Edgard Santos, para colaborar na escolha das peças do acervo e na organização do museu; e, para que de acordo com planejamento do Reitor, a conclusão das obras para a celebração da Missa de Natal em dezembro daquele ano.

Atendendo à essa deliberação, Godofredo Filho¹⁴⁸ responde à Direção Central do SPHAN que procurou promover aproximação dos técnicos daquele Distrito e os da Universidade, com a finalidade de examinar e orientar os problemas que surgissem. Fernando Leal já havia estabelecido contato com o reitor, tendo o auxílio de Diógenes Rebouças para as pesquisas em andamento. Contudo, informa o dirigente, seria necessário ainda consultar a DCR a vistas de solucionar efetivamente alguns problemas. Desse modo, a restauração deveria promover, como já estabelecido pelo roteiro:

[...] recomposição da fachada principal sem desaparecimento do vão da Botica, aberto no muro exterior do Convento, e ao qual, vão, de certo correspondia cômodo apenso ao dito muro e sem outras ligações com a fachada; localização da “portaria velha”; acesso primitivo ao interior do Convento [...]. (Grifo nosso).

Além das sugestões indicadas, Godofredo Filho ressaltava os pontos de divergência entre as equipes, tais como: permanência do edifício anexo “à esquerda da igreja”, o Seminário Menor; acesso projetado para o adro da Igreja; pavimentação do Claustro em tijolo; delineamento do formato retangular das campas funerárias da Igreja; adaptação do altar de prata da Igreja da Sé, assim como “[...] tratamento demasiado pomposo da capela-mor (fundos da parede onde houve o antigo retábulo).”; instalação de ar condicionado e elevador –, ainda que, a solução sugerida para o elevador, concluía ele, se mostrasse discreta e razoável. Quanto às correções a serem feitas, estavam sendo pesquisadas: muro externo; suposto nicho existente na fachada da Igreja; púlpitos e gradil de madeira das tribunas; pavimentação de determinados pisos; entre outros elementos. Godofredo Filho informa, inclusive o contato permanente estabelecido com a equipe técnica universitária, os arquitetos Wladimir Souza e Geraldo Câmara, e o engenheiro Oscar Caetano.

Com a ausência de Fernando Leal em Salvador, o próprio Godofredo Filho esteve acompanhando as obras de demolição em Santa Teresa, em julho. De acordo com a comunicação enviada à Direção Central¹⁴⁹, o dirigente da regional relatava, inclusive, a ausência dos “arquitetos chefes” e de orientação do pessoal. Os serviços estavam se processando “frouxamente”, descreve ele, “[...] ou melhor, comandada por profissionais que

¹⁴⁸ F F., G R. p/ A., RMF. Of. nº 94 e Ct. nº 25. 12 e 31 Mai. 1958. Arq. IPHAN-RJ.

¹⁴⁹ F F., G R. p/ A., RMF. Cts. nº 30 e s/nº. 26 e 30 Jul. 1958. Arq. IPHAN-RJ.

desconhecemos.” Ainda assim, com a remoção de alguns elementos arquitetônicos enxertados ao Convento, com referência a localização de parte do antigo Seminário Maior, foi descoberto sob o alicerce demolido, “poço circular no pátio fronteiro”. Contudo, pouco se sabe do como realmente foi feito os serviços de demolição – além do mencionado “Roteiro”, e da série de plantas-baixa, anexadas antes e durante os serviços –, posto que, a equipe técnica da UFBA não emitiu qualquer relatório especificando as obras.

Assim sendo, o único testemunho por parte do arquiteto Wladimir Souza, foi publicado na mencionada matéria de jornal, no Diário de Notícias – em 6 de agosto de 1959, véspera da inauguração do MAS. Nesse contexto, segundo Wladimir Souza, a primeira etapa consistiu de extensas demolições de alas agregadas a construção primitiva. Em sua concepção:

[...] a restauração do monumento envolve, hoje, critérios científicos que diferenciam essencialmente dos métodos empregados por Viollet-le-Duc. A idéia de reconstituir a obra “como deveria ser” se substitui a idéia de preservar a contribuição das gerações. É claro que tudo que não se integra, que desfigura, que sobrepõe, deve ser suprimido. Isso não constitui, porém, uma regra absoluta. Só as análises comparativas, o conhecimento de fontes antigas de informação e dos processos construtivos, o estudo meditado das soluções e principalmente uma forte dose de tato, bom senso, respeito e intuição, permitem empreender um trabalho de tal natureza. [...]. (SOUZA, 1959) (Grifo nosso).

O teórico francês Viollet-le-Duc¹⁵⁰ defendia a concepção da “restauração estilística”, tendo como base o conhecimento da unidade formal e do estilo do monumento, para a criação de um modelo ideal “puro”. Para tanto, o modelo de sistema teórico consistia na relação dos elementos forma, estrutura e função, que deveria estabelecer a lógica primitiva do conjunto edificado. Além, de acordo com este teórico, o arquiteto restaurador deveria se colocar no lugar do “construtor original” ao solucionar problemas de recuperação – o que muitas vezes levava a um resultado hipotético imaginado.

Contrariando Wladimir Souza (ibid.), todavia, observamos a influência direta deste modo de pensar a restauração nas ações empreendidas sob responsabilidade da equipe técnica da UFBA, tendo em conta, inclusive, suas próprias palavras: “[...] Muitas vezes nos sentimos como arquitetos da Idade Média [...]”. Considerando o estudo em croqui, elaborado por Diógenes Rebouças, as fotografias existentes nos arquivos do SPHAN e MAS-UFBA (Figuras 23 e 24), e ainda, o registro em óleo sobre tela de Carlos Bastos (UFBA, 1987, p. 8

¹⁵⁰ Viollet-le-Duc foi um arquiteto e desenhista (1814-1879). Seu conhecimento e experiência sobre restauração da arquitetura medieval foi publicado em diversos estudos ao longo do século XIX (OLIVEIRA, 2009, s/p).

e 9), conclui-se que a fachada restaurada para recompor o Convento de Santa Teresa se constitui como falso histórico.

Quanto aos demais elementos que supostamente deveriam ser encontrados no pátio fronteiro à fachada principal, Wladimir Souza (ibid.) sinaliza apenas a “janela, ainda existente, da Botica, no muro externo”. O “vão” que correspondesse a antiga estrutura de cobertura da Botica apenas ao muro, ou a “portaria velha”, como havia sugerido Godofredo Filho, não foram evidenciados.

Figuras 23 e 24. Restauração da fachada para recompor o Convento de Santa Teresa.
Fotografia, Jul. - Dez. 1958[?]



Fonte: Fototeca do MAS-UFBA –
Coleção Memória Fotográfica, Módulo 1: Restauração.

Circundando o conjunto arquitetônico foi construída “extensa muralha de sustentação do terreno”, tendo extensão de 153.50m (cento e cinquenta e três, e quinhentos metros). Com isso, expandiu os limites da propriedade, planejando o espaço do Adro da Igreja, onde foi construído jardim e estacionamento, além de recuperar a vista panorâmica para a Baía de Todos os Santos (Figura 25).

Figura 25. Construção do espaço ajardinado e estacionamento no Adro da Igreja. Fotografia, Jul. - Dez. 1958[?].



Fonte: Fototeca do MAS-UFBA –
Coleção Memória Fotográfica, Módulo 1: Restauração.

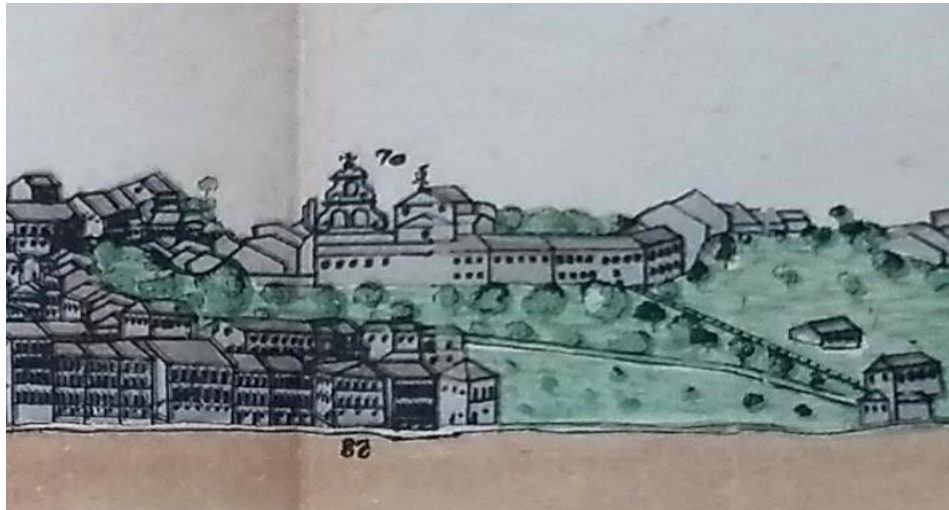
Ligando o pátio da fachada principal ao espaço ajardinado – em substituição a rampa primeiramente sugerida –, foi construído “largo escadário” de mármore, com 33 (trinta e três) degraus e 3m (três metros) de largura. Durante a reformulação do acesso externo, foi encontrada entrada do “antigo subterrâneo”, possibilitando a investigação arqueológica e histórica. Segundo Wladimir Souza (ibid.):

[...] Sob essa escadaria se abriga a entrada do antigo subterrâneo que tivemos ocasião de explorar e levantar. A esse túnel se liga diversas lendas, inclusive de que ali teriam sido escondidos, pelos frades exilados, os famosos apóstolos de ouro maciço, talvez os mesmos que houvessem sido escondidos pelos jesuítas, por ocasião de sua expulsão. Mas nada foi encontrado. Por amor à arqueologia, a sem nenhum apreço à credence popular, posso asseverar que nada apareceu, a não ser alguns pobres cacos de louça partida, inglesa, e do século XIX. [...] (SOUZA, 1959) (Grifo nosso.)

É possível supor que, na fachada poente, beirando a muralha de sustentação construída, ainda existia sítio remanescentes do antigo guindaste dos Carmelitas e de outras residências pertencentes ao Convento. Provavelmente, este equipamento esteve em funcionamento por

volta de 1692, auxiliando no transporte de materiais para construção do conjunto arquitetônico (UFBA, 1981, p. 13, 14). Pode-se identificar a antiga estrutura do guindaste na perspectiva do frontispício da Cidade do Salvador, de Antônio Caldas, em 1759, ligando as pedreiras até a Rua do Sodré, passando pela ruela Aquino Gaspar, paralela ao Convento (Figura 26).

Figuras 26. Perspectiva da Cidade do Salvador – detalhe do Convento de Santa Teresa, sinalizado pelo nº 70. Frontispício de Antônio Caldas, 1759.



Fonte: Notícia geral de toda esta capitania da Bahia [...]. (CALDAS, [1759] 1951).

Mas, além disso, o que se observa neste desenho de meados do século XVIII, são as construções ladeando o entorno do conjunto arquitetônico de Santa Teresa, no qual, consta representado apenas pelo telhado do Convento e contorno da torre sineira da Igreja. Com a retirada dos elementos que ali ainda estivessem, cobrindo a fachada poente da construção, foi construída nova fachada com pórtico de três arcos em alvenaria, dando acesso à caminho pavimentado em direção ao Adro da Igreja, compondo a vista panorâmica (Figuras 27 e 28).

Figuras 27 e 28. Convento de Santa Teresa, fachada poente – reconstrução das arcadas de alvenaria. Fotografia, Jul. - Dez. 1958[?].



Fonte: Fototeca do MAS-UFBA –
Coleção Memória Fotográfica, Módulo 1: Restauração.

No interior do Convento Wladimir Souza (ibid.) descreve as adaptações feitas para dar lugar ao ambiente expositivo. Foi substituída toda a madeira apodrecida, tanto dos assoalhos e barrotes, quanto dos forros e esquadrias, recompondo “as formas e as seções, os perfis e os encaixes”. Este sistema de barrotes com tijoletas encaixadas, segundo ele, evidenciava o modo de construir, semelhante ao do Convento de Nossa Senhora dos Remédios, em Évora.

Acessando o 3º piso do Claustro do Convento, de um lado, nos cômodos localizados na ala da fachada principal, houve vedação total e parcial de portas, demolição de uma parede interna, abertura de porta e construção de uma escada; e do outro lado, abertura de porta e construção de uma escada de acesso ao elevador. Nos corredores do 4º e 5º piso houve demolição e reformulação de celas, ampliando espaço para localização de salão expositivo e instalação de salas administrativas e banheiros. No 6º piso, foi recuperado o salão da antiga Biblioteca.

A modificação de um dos cômodos do 4º piso, pensando na elaboração expositiva da sala da prata, removeu uma escadaria de madeira, onde posteriormente foram colocadas vitrines. No entanto, não fica claro na descrição de Wladimir Souza a disposição do elemento retirado, como se vê no trecho destacado:

[...] o monumento ganhava força, nobreza [...] Dia por dia, uma nova descoberta vinha acrescentar à idéia da unidade total. Ora um grupo de arcos emparedados e fendilhados, ora a magnífica sala dos pilares de pedra, cuja robustez românica rejuvenesceu-se com a supressão da alvenaria recente que amesquinhava. Mas os

problemas não eram apenas esses. Podíamos pensar que um espírito daninho se comprazera em formular enígmata, em encobrir coisas, em falsear as pesquisas, criando um “puzzle” inexplicável. (SOUZA, 1959) (Grifo nosso)

Também não há especificações de acordo com o Roteiro, entretanto, supomos que a escadaria removida levava ao assoalho do salão no 5º piso, espaço que foi totalmente refeito (Figuras 29 e 30). Esta ampliação, do espaço localização na fachada poente da edificação, foi planejada originalmente para se tornar auditório – atualmente, adaptado em sala da reserva técnica. Outra modificação estrutural não sinalizada previamente foi feita na ala da fachada lateral direita do Convento, na sala antecedente à sala da prata. A intervenção deste espaço incluiu moderna expografia, com colunas de concreto aparente e painéis de vidro em substituição à antiga alvenaria.

Figuras 29 e 30. Reconstrução de salão adaptado
– cômodo na ala poente, 5º piso. Fotografia, Jul. - Dez. 1958[?]



Fonte: Fototeca do MAS-UFBA –
Coleção Memória Fotográfica, Módulo 1: Restauração.

A restauração de elementos de arte integrada à arquitetura, bem como de objetos ainda presente no interior do edifício, ficou a cargo da equipe técnica do SPHAN¹⁵¹, sob responsabilidade do professor João José Rescala¹⁵², e de sua auxiliar Liana da Silveira. Nesse sentido, o informe sobre a fiscalização das obras – por parte de Godofredo Filho¹⁵³, em

¹⁵¹ S., R. **Info. n° 135**. 17 Jul. 1958; e A., RMF. p/ R., JJ. **Ct. s/n°**. 18 Jul. 1958. Arq. IPHAN-RJ.

¹⁵² João José Rescala formou-se pelo Curso de Pintura da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) (1928-1934), sendo contratado pelo SPHAN em 1949. Em 1952 aceitou o convite e passou a ministrar a disciplina Teoria, Conservação e Restauro, como professor contratado da Escola de Belas Artes da UFBA (EBA-UFBA). Nessa condição, conseguiu ser transferido para o 2º Distrito do SPHAN, fundando o setor de restauro da Regional em Salvador. Em 1956 passou a ser Professor Catedrático da EBA-UFBA. O resultado de muitos trabalhos que desenvolveu, tanto no SPHAN quanto na UFBA, foi publicado In: **Restauração de Obras de Arte: Pintura – Imaginária – Obras de talha**, lançada em 1985 pelo Centro Editorial e Didático da UFBA. Verbete Biográfico: RESCALA, João José. (BALTIERI, 2014).

¹⁵³ F F., G R. p/ A., RMF. **Cts. n° 30 e s/n°**. 26 e 30 Jul. 1958. Arq. IPHAN-RJ.

substituição à Fernando Leal –, ressalta a higienização dos altares no corpo da Igreja, limpeza do ouro, remoção de pinturas “inadequadas”, recuperação de castiçais em madeira entalhada e de diversas imagens sacras. Segundo dirigente do 2º Distrito, com a desmontagem do altar lateral, à direita do altar-mór, revelou-se parte de pintura à têmpera. Supôs-se que, o conjunto de arco e colunas salomônicas, pode ter sido deslocado do altar-mór original para a lateral, durante a “reforma do cônego do século”. Entretanto, posteriormente, chegou-se à conclusão de que:

[...] não se pôde confirmar a presunção de que o grande altar lateral desmontado para reparo fôsse o altar-mór antigo. Das medidas tomadas, do croquis feito e de informações orais outras, chegamos à conclusão de que tratamos, foi realmente queimado por imprestável e bichado, no começo deste século. Alguns padres velhos o confirmaram.

Mas, além desta pintura parietal, escondida atrás da estrutura do altar lateral, foram encontradas pinturas, no teto “semi-circular” da Capelinha lateral ao claustro; no forro da cela nobre – sala do 4º piso; e, no forro do antigo refeitório.

Os preparativos para a implantação do MAS-UFBA teve novo impulso com a chegada de Deoclécio de Campos. Segundo o depoimento de Godofredo Filho¹⁵⁴, outros membros do Cabido ainda estavam cuidando de “amaciar” o Cônego da Catedral Basílica, Odilon Moreira. O dirigente supunha que diversas imagens estivessem sendo transferidas às pressas para o culto. De acordo com o registro, foi realizada reunião das autoridades religiosas locais e da reitoria da UFBA, junto com o conservador do Museu do Vaticano, experiência que colaborou para o estabelecimento da comunicação entre as partes. Nesse contexto:

[...] Falaram Cônegos, o Reitor e o Dr. Deoclécio, sendo possível que estes últimos, com suas palavras lúcidas, dissipassem um pouco o clima de desconfiança e reserva, que era quase geral. O Reitor teria mesmo apelado para a cooperação do Cônego Odilon, a quem faria “Conservador honorário do novo Museu”. [...] Do ponto de vista técnico, prático e, sobretudo político, a presença do Conservador do Vaticano foi da maior importância no sentido de prestigiar o empréstimo da Reitoria, alcançando para o futuro Museu o que nenhum outro conseguiria dos meios eclesiásticos. (Grifo nosso).

Posteriormente, o reitor havia informado o motivo das dificuldades naquela reunião, a Arquidiocese Primaz queria mais dinheiro – o que não seria possível. De todo modo, tinha ficado acertado a visita em que o material “amontoad” na Catedral seria posto em avaliação técnica por Deoclécio de Campos, assim como as convenientes peças de outros estabelecimentos religiosos, como previsto pelo Convênio.

¹⁵⁴ F F., G R. p/ A., RMF. Cts. s/nº e nº 34. 30 Jul. e 01 Ago. 1958. Arq. IPHAN-RJ.

Em consideração ao dirigente 2º Distrito, Rodrigo M. F. de Andrade relata os seguintes acontecimentos¹⁵⁵, Edgard Santos já havia notificado a Direção Central, inclusive sobre o “clima” de oposição por parte de alguns agentes católicos “refratários” ao acordo estabelecido – dentre eles, ressaltados: o próprio Cônego Odilon Moreira; o Monsenhor Barbosa, Vigário da Igreja da Conceição da Praia; e o “taciturno” Monsenhor Apis. Contudo, o reitor estava mais interessado no posicionamento da Direção Central quanto a objeção ao aproveitamento do altar da Igreja da Sé, idealizada pelo Cônego Odilon Moreira. Na concepção do diretor do SPHAN:

Deus permita que a influência vaticanense do Deoclécio neutralize o movimento hostil. Seria, porem, de grande conveniência que êle captasse a cooperação do Arcebispo Coadjuntos D. Mário Vilas Bôas, que tem direito à sucessão de Dom Augusto. [sic.] (Grifo nosso).

As dificuldade para a escolha do acervo prosseguiram, segundo exposto por Godofredo Filho¹⁵⁶ – “[...] o Cônego Odilon teria sonogado mais de 40% das peças catalogadas, e das melhores.” Mesmo que houvesse atraso no andamento para a concessão da coleção, o dirigente do 2º Distrito esperava que a ação de D. Augusto, de acordo com o exposto por Edgard Santos e Deoclécio de Campos, assegurasse a tramitação. Além, também estavam sendo consideradas peças de outras coleções, que pudessem ser emprestadas ou adquiridas – avaliação que vinha sendo realizada pelo conservador convidado, por meio de visita aos monumentos de Salvador, ou mesmo, pelo exame de fotografias existentes no 2º Distrito até então.

Quanto às sugestões de Deoclécio de Campos à adaptação do edifício, tendo em vista o aspecto tradicional da arquitetura, segundo Godofredo Filho¹⁵⁷, deveria ser considerado com “certas reservas”. Uma dessas soluções, relata o dirigente, consistiu na transferência das campas funerárias do interior da Igreja, para as paredes do Claustro – “[...] ficando ali encravadas de modo permanente.” –, o que, em sua opinião, se apresentava como algo contrário a tradição luso-brasileira. Os serviços do distinto colaborador do Vaticano, contudo, só estariam disponíveis até o fim do mês de agosto, quando este deveria regressar para Roma.

Com referência à Deoclécio de Campos, Rodrigo M. F. de Andrade observa que se trata de um “erudito”, conhecedor da pintura na arte romana do renascimento, especificamente o Quattrocento e o Cinquecento. Entretanto, nas palavras dele, o ilustre amigo não tinha “[...] gosto apurado em relação a outras coisas [...]”, nem possuía “[...] boa

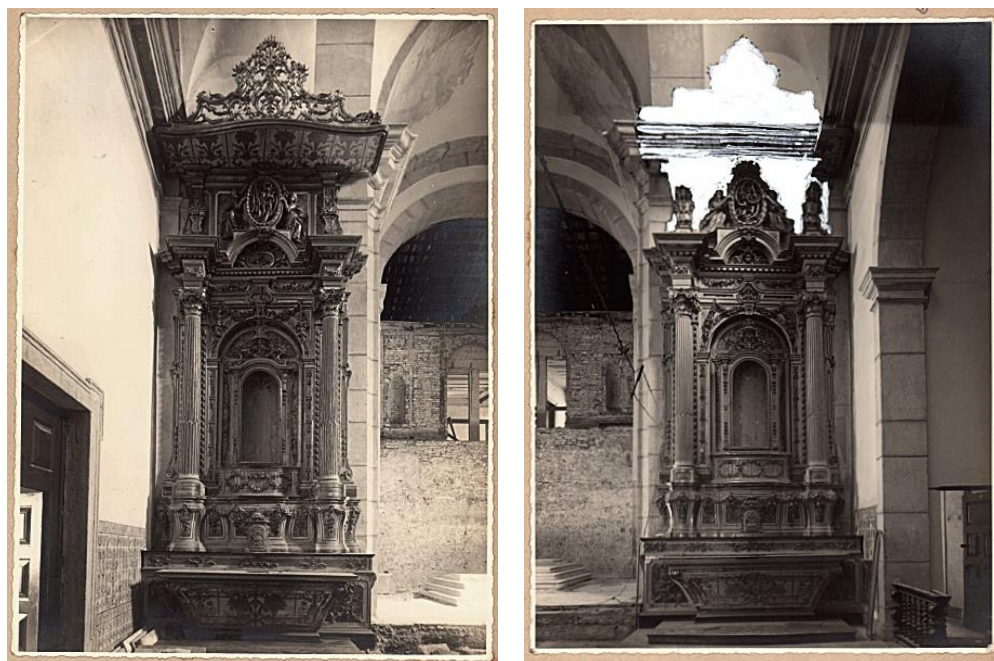
¹⁵⁵ A., RMF. p/ F F., G R. Cts. n° 376 e 388. 07 e 13 Ago. 1958. Arq. IPHAN-RJ.

¹⁵⁶ F F., G R. p/ A., RMF. Ct. s/n°. 09 Ago. 1958. Arq. IPHAN-RJ.

¹⁵⁷ F F., G R. p/ A., RMF. Cts. s/n° e n° 34. 30 Jul. e 01 Ago. 1958. Arq. IPHAN-RJ.

orientação para sugerir soluções adequadas [...]” à restauração e adaptação em Santa Teresa. Havia, “felizmente”, tempo suficiente para objetar contra qualquer iniciativa inconveniente, assim como a localização das lápides tumulares. Ainda que desconsiderasse determinadas sugestões, Rodrigo M. F. de Andrade concorda plenamente com a retirada dos “baldaquins”, dos altares do século XIX, posto que – de acordo com correspondência trocada com o professor João Rescala¹⁵⁸ –, estes elementos ocultavam a “cornija” da edificação, tal qual havia sugerido o Conservador do Vaticano (Figuras 31 e 32). Curioso observar, entretanto, a presença dos elementos em seu local de origem ainda hoje (UFBA, 2008, p. 55), dificultando a compreensão do que ao certo foi feito, mas, além disso, é interessante destacar, no registro fotográfico da sugestão referida para os altares laterais à capela-mór, tanto o registro parcial da demolição da estrutura do altar-mór, remanescente do século XIX, quanto o emparedamento da capela-mór.

Figuras 31 e 32. Altar lateral esquerdo e direito do altar-mór da Igreja de Santa Teresa – sugestão de Deoclécio de Campos para a retirada dos “baldaquins”. Fotografia, Ago. 1958.



Fonte: Anexo a Carta nº 34. 01 Ago. 1958. Arq. IPHAN-RJ.

A breve passagem de Deoclécio de Campos na capital da Bahia foi noticiada pelos jornais locais, cujo recortes Godofredo Filho enviou à Direção Central¹⁵⁹.

¹⁵⁸ R., JJ. p/ A., RMF. Ct. s/nº. 25 Ago. 1958; e A., RMF. p/ R., JJ. Ct. nº 456. 10 Set. 1958. Arq. IPHAN-RJ.

¹⁵⁹ A Tarde. 02 e 20 Ago. 1958. Arq. IPHAN-BA.

Em Setembro de 1958 as obras de restauração e adaptação prosseguiram em ritmo acelerado. O informe do dirigente do 2º Distrito¹⁶⁰, descreve que havia muitas pessoas trabalhando na retirada de pisos, higienização de pedras e paredes, escavações e etc. Entretanto, do seu ponto de vista:

[...] já se ressentem os executores do plano e nós, sobretudo, da ausência dos responsáveis maiores, o Wladimir ou o Geraldo, que não mais apareceram, apesar das promessas. Têm surgido problemas de importância, que, pela falta dos aludidos profissionais, não puderam ainda ser resolvidos ou sequer estudados. [O planejamento, deve] ser estudado em função do conjunto, e com sugestões nossas, eventuais, mas que só poderão ser oferecidas à vista do cadastro completo, que desconhecemos [...] Por tudo isso, pensamos, com a devida vênia, que os arquitetos acima nomeados devem ser convocados ai, para discussão de tais assuntos, ouvida, no caso, a opinião dos técnicos dêste Distrito, que acompanham de perto a obra. E que lhes seja de novo recomendado, com o maior empenho, nada mandem demolir ou levantar sem audiência prévia do Arquiteto Fernando Leal. [...] (Grifo nosso).

O 2º Distrito do SPHAN havia recebido parte do projeto de adaptação, detalhando a área lateral da Igreja. A solução proposta, todavia, apresentava desenhos inconvenientes – “[...] tanto para o adro da Igreja, como para a área em frente ao Convento.”¹⁶¹ Godofredo Filho preocupava-se especificamente com a “desfiguração” do edifício, o que já vinha ocorrendo indevidamente com a demolição de duas paredes azulejadas e vedação de comunicação, divisórias da antiga copa e cozinha, prejudicando o aspecto original – condição que poderia ser desfeita. A presença do arquiteto e engenheiro Luís Saia no canteiro de obras, segundo ele¹⁶², confirmava as questões levantadas – tendo em vista que, a urgência solicitada pelo reitor dificultava o estudo de soluções mais adequadas.

Desse modo, Geraldo Câmara e Edgard Santos estiveram na Direção Central do SPHAN, prestando esclarecimentos¹⁶³. Por essa ocasião foram apresentados projetos de adaptação do edifício, em atenção ao pré-estabelecido “Roteiro”, ressaltando estudo em planta baixa para: púlpito da Igreja; escada de entrada na fachada poente; hall do elevador, 1º, 3º e 5º piso; e instalação de ar condicionado na Igreja. Para a recomposição de partes em pedra de arenito, a equipe técnica da UFBA optou por rocha similar, encontrada nos arrecifes da costa de Boipeba – conforme perícia do “Exame de Revestimento” realizado¹⁶⁴.

¹⁶⁰ F F., G R. p/ A., RMF. **Cts. n° 44 e n° 43**. 20 Set. 1958. Arq. IPHAN-RJ. Arq. IPHAN-RJ.

¹⁶¹ Os registros das soluções rejeitadas não foram localizados.

¹⁶² F F., G R. p/ A., RMF. **Ct. n° 46**. 03 Out. 1958. Arq. IPHAN-RJ.

¹⁶³ C., G p/ A., RMF. **Cts. s/n°**. 24 Set. e 23 Out. 1958; A., RMF. p/ F F., G R. **Of. n° 327**. 04 Out. 1958; e S., ER. p/ A., RMF. **Ct. s/n°**. 07 Out. 1958. Arq. IPHAN-RJ.

¹⁶⁴ INDÚSTRIAS [...] 19 Set. 1958; e C., G p/ A., RMF. **Cts. s/n°**. 01 Out. 1958. Arq. IPHAN-RJ.

A boa notícia naquele momento, em setembro, se tratava da resposta de D. Clemente Maria da Silva-Nigra¹⁶⁵, aceitando o convite de Edgard Santos para ocupar o cargo de diretor do MAS, de acordo com quais fossem as condições do monge beneditino (UFBA, 2009, s/p).

Em outubro de 1958, visando atender ao prazo estipulado pelo reitor, para a celebração de fim de ano, a equipe técnica da UFBA reiniciou obra no interior da Igreja, desconsiderando o trabalho que vinha sendo realizado pela equipe do professor João Rescala (Figura 33).

Figura 33. Interior da Igreja de Santa Teresa
– andaime para o revestimento no teto da nave. Fotografia, Out. 1958[?].



Fonte: Fototeca do MAS-UFBA –
Coleção Memória Fotográfica, Módulo 1: Restauração.

De acordo com correspondências enviadas à Direção Central¹⁶⁶, tratava-se da inserção dos novos púlpitos confeccionados; da “cura” de manchas de umidade no recente revestimento da nave; além de, criar passagens vasadas nas grossas paredes, para instalação do aparelho de ar condicionado, serviço inconveniente e dispensável.

Na perspectiva de Godofredo Filho, as obras pareciam mal encaminhadas, “[...] sem obediência a um plano seguro e sem a conveniente orientação de parte dos seus responsáveis técnicos mais graduados.” – “em suma, múltiplos desacertos.” Para tanto, foram tomadas

¹⁶⁵ D. Clemente Maria da Silva-Nigra foi um monge beneditino, nascido na Alemanha (1903-1987). Chegou à Bahia, para o Mosteiro de São Bento, em 1922. Nos estudos se dedicou à História, Arte, Filosofia e Teologia, se tornando um importante pesquisador e arquivista. Se tornou membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), vindo a realizar exposições sobre a “arte antiga” em Salvador e Portugal. Se tornou funcionário do SPHAN em 1940, e em 1958 foi convidado a se tornar diretor do MAS-UFBA, permanecendo no cargo até 1972. Ao longo de sua vida publicou estudos de diversos assuntos em revistas, jornais, entrevistas e conferências, no âmbito nacional e internacional, se destacando as Revistas do IGHB e SPHAN (UFBA, 2009, s/p).

¹⁶⁶ R., JJ. p/ A., RMF. Ct. s/nº. 20 Out.1958; e F F., G R. p/ A., RMF. Ct. nº 49 e Of. nº 223. 20 e 25 Out. 1958. Arq. IPHAN-RJ.

todas as medidas para consertar os estragos provocados, entretanto, aparentemente, a Reitoria nada poderia fazer em virtude da ausência de Edgard Santos, que encontrava-se em viagem na Europa. Segundo depoimento do próprio João Rescala:

Depois do tratamento feito no altar desmontado, estão sendo as suas peças recolocadas no seu primitivo lugar. A restauração da talha está sendo bem feita, é um trabalho que exige tempo, mesmo porque, só consegui um entalhador para um grande volume de serviço. [...] O altar em questão, tem a falta de duas colunas salomônicas com os respectivos capiteis e bases, resolvi mandar executá-los em madeira apesar do Dr. Deoclécio de Campos ter sugerido o gesso. Será um trabalho caro mas necessário. [...] entretanto, surgiu como grande empecilho, um bruto andaime no meio da igreja com a finalidade de possibilitar a retirada do reboco das paredes e do teto manchados pelo salitre, com isto, tive de interromper os trabalhos de acabamento dos altares e cobrí-los para impedir um maior estrago. O andaime está também atrapalhando enormemente a montagem do altar desmontado, pois que fica bem em frente a aquêle. [...] O Sr. poderá imaginar os transtornos que isto acarreta ao nosso serviço pois a poeira é demasiada, não só provêniente do teto como das obras em geral. Apesar das precauções tomadas teremos que fazer limpezas 2 ou 3 vêzes nas peças mais expostas. Seria melhor se nossos trabalhos tivessem iniciado depois das obras concluídas. [...] Foi rasgada a cobertura de um dos altares penetrando pelos buracos o entulho. Tenho chamado a atenção do engenheiro responsável e do mestre das obras, os quais, dizem não poder impedir descuidos e estupidez dos trabalhadores. O pior é que, irão estender o andaime em todo o interior da igreja, ficarei impedido de continuar o trabalho nos altares e em outras peças por falta de acomodações devido as obras serem atacadas em todo o edifício ao mesmo tempo. [...] Não poderei me responsabilizar por qualquer dano que possa acontecer as obras de arte. [...] Estou procurando convencer ao engenheiro que adie a remoção do rebôco até a conclusão do nosso trabalho. Alega êle que terá que entregar a igreja pronta até Dezembro para a realização da missa que o Reitor mandará resar, e eu, do mesmo modo, terei de fazer o mesmo na referida data. [...] [sic.] (Grifo nosso.)

Mesmo com as dificuldades, o serviço de recuperação da arte integrada à arquitetura e de outros objetos menores estava em andamento, tendo concluído os seis altares na nave da Igreja, a Capelinha do corredor lateral, assim como os castiçais de madeira talhada e as imagens sacras.

Com relação ao processo de recuperação que vinha sendo empreendido na Sacristia, João Rescala descreve descoberta de “pintura leve, a cola” em fragmentos de madeira nas paredes do cômodo, evidenciando a antiga ornamentação – “[...] são barras de entrelaces e restos de outros ornatos, com os desenhos e cores esplendidamente conservado.”

Compondo o forro da Sacristia foi encontrada um conjunto de tábuas, onde ainda existia decoração, formando “linhas e florões em tons cálidos.” Com a desmontagem das tábuas do forro foi possível limpar o entulho acumulado, substituir barrotes apodrecidos, e “solidificar” a tinta da ornamentação à têmpera. Para a recuperação completa deste ambiente, também foi refeito a pavimentação. A exposição dos elementos de arte integrada a arquitetura, nesse contexto – considerando ainda os azulejos policromos, o lavabo de lioz e

intarsia de mármore preto e vermelho, e o arcaz de tremidos –, estava sendo prejudicada pelo modo desajeitado dos operários.

João Rescala comenta ainda o andamento dos serviços na cela nobre, localizada no 4º piso da edificação, ao lado esquerdo do altar-mór. Com a remoção de três camadas de tinta branca no teto “agamelado” do cômodo, aos poucos foi surgindo a decoração primitiva. No mencionado cômodo foi aberta janela primitiva, com vista para o interior da Igreja; e recuperado o armário e nicho da capela interna.

Em janeiro de 1959 novo prazo para entrega foi fixado, segundo Godofredo Filho¹⁶⁷:

À vista do que me disse [Geraldo Câmara] sobre os termos da conversa que aí manteve, com participação de nossos prezados companheiros Soeiro e Lúcio, [...] achei de bom alvitre não insistir nos pontos de vista que vínhamos mantendo, embora, com a devida vênua, nos pareçam os mais razoáveis. Ficou, de tal sorte, liberada a execução de serviços que havíamos anteriormente sustado. O Geraldo parece que vai demorar alguns meses, talvez até o término das obras, que o nosso Reitor deseja para Julho próximo. (Grifo nosso.)

Desse modo, o informe subsequente, de Jair Brandão¹⁶⁸, técnico do 2º Distrito, para Rodrigo M. F. Andrade relata, com surpresa, que as campas funerárias estava sendo colocadas nas paredes do Claustro. A justificativa de Wladimir Souza, segundo explicação que deu a Renato Soeiro¹⁶⁹, ressaltava que as lápides eram da Igreja da Sé e estavam sendo colocadas de modo reversível – “pousadas em vigas de concreto e grampos de cobre, salientes da parede como peças em exposição.” Portanto, do ponto de vista do Diretor do SPHAN¹⁷⁰, não havia razão para impedir tal iniciativa.

No início do mês de julho, no entanto, os serviços ainda não haviam sido concluídos. Em correspondência enviada à Rodrigo M. F. Andrade¹⁷¹, D. Clemente informa sobre os preparativos para a inauguração e solicita orientação para as pendências. Sobre o andamento da restauração, comenta ele, ia “mais ou menos”, considerando a “ausência demorada” do arquiteto responsável, incompreensível, com tanto ainda por fazer. Quanto a inauguração, estava sendo avaliada a possibilidade do cronograma das obras atender ao prazo para a realização em conjunto com o Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros¹⁷². Para tanto, o planejamento previa exposição de fotografias da “arquitetura civil portuguesa”, semelhante a dos colóquios anteriores. Com referência ao acervo a ser exposto, já

¹⁶⁷ F F., G R. p/ A., RMF. Ct. n° 02. 19 Jan. 1959. Arq. IPHAN-RJ.

¹⁶⁸ B., J. p/ A., RMF. Ct. n° 07. 03 Mar. 1959. Arq. IPHAN-RJ.

¹⁶⁹ S., R. Info. n° 32. 10 Mar. 1959. Arq. IPHAN-RJ.

¹⁷⁰ A., RMF. p/ F F., G R. Cts. n° 117 e 13. 10 e 21 Mar. 1959. Arq. IPHAN-RJ.

¹⁷¹ SN., CM. p/ A., RMF. Ct. s/n°. 03 Jul. 1959. Arq. IPHAN-RJ.

¹⁷² Naquele momento também foi considerada a possibilidade da realização do evento na sede do 2º Distrito – à época, Casa dos Sete Candeeiros, no Pelourinho –, ou outra localização conveniente.

evidenciava-se o interesse pela coleção Abelardo Rodrigues – adquirida posteriormente, em 1972 (OLIVEIRA, 2017).

Enumerando as questões, D. Clemente também noticiou Edgard Santos¹⁷³, tecendo considerações a respeito de cada um dos pontos ainda pendentes. Desse modo, a primeira questão exposta diz respeito a reconstrução dos dois púlpitos da Igreja, no início daquele ano. Confeccionados “inteiramente de pedra lisa”, contrário ao que seria sua “forma original”. A pesquisa realizada pelo monge, argumentava que, tanto na arquitetura luso, quanto luso-brasileira, os antigos púlpitos geralmente eram constituídos de uma base retangular de pedra de arenito, composto por gradil de balaústre de madeira torneada – seguindo o mesmo modelo de gradil das tribunas, altares laterais, e divisão do Cruzeiro – como exemplo desse padrão colonial, o púlpito seiscentista ainda existente na Igreja de Montserrat. Contudo, aquele reconstruído sob o projeto de Geraldo Câmara, conservava as transformações ocorridas no século XIX, quando o adorno de balaustre foi substituído por peitoril, e a base retangular, cortada nos cantos, foi transformada em base “meio-octogonal”. Nesse sentido, do ponto de vista do estudo em questão, poderia ser reconstruído em sua forma original.

Além disso, D. Clemente se posicionava contra a retirada dos “baldaquins” dos altares laterais à capela-mór – que, conforme o caráter neoclássico dos dois exemplares baianos do início do século XIX, deveriam conservar os elementos tradicionais; e a substituição de azulejos ornamentais perdidos por “simples pintura neutra” – quando estes poderiam ser reconstruídos por “artista competente”. Em sua perspectiva, sugere: vedação do assoalho de madeira cobrindo os túmulos no corpo da Igreja; colocação de iluminação na “cornija” da Cúpula; fabricação de “peanha”, “resplendor” e pena de talha, para disposição e ornamento da imagem de Santa Teresa – posicionada em destaque na parede de fundo do antigo altar-mór. Em síntese, para o então diretor do MAS-UFBA, deveriam ser conservadas as características estilísticas dos vários períodos, a fim de que pudessem possibilitar futuras pesquisas. Godofredo Filho manifesta sua opinião¹⁷⁴ em pleno acordo com as ponderações de D. Clemente. Porém, naquele momento, só seria possível pequenos ajustes, tendo em vista a inauguração do MAS-UFBA prevista para 10 de agosto –, motivo que não impedia as reintegrações de serem realizadas posteriormente.

Nesse contexto, Wladimir Souza (1959) ainda explica alguns pormenores detalhados. De acordo com sua matéria para o Diário de Notícias, foi aproveitada a nascente do

¹⁷³ SN., CM. p/ S., ER. Ct. s/nº. 02 Jul. 1959. Arq. IPHAN-RJ.

¹⁷⁴ F F., G R. p/ A., RMF. Ct. nº 32. 30 Jul. 1959. Arq. IPHAN-RJ.

subterrâneo para a irrigação do jardim e uso das instalações sanitárias. Sobre a disposição do circuito expositivo permanente, indicava a utilização das salas do 4º e 5º piso, reservando uma para as exposições temporárias. A sala da prata, informa ele, foi equipada com “casa forte”, mas, ainda estava prevista a instalação de equipamento moderno contra incêndio e furto no museu. O que, ademais, se apresenta como ponto relevante, em suas palavras, destaca a solução adotada para ocupar o espaço vazio do altar-mór (Figura 34):

A grande disciplina da obra de restauração é a resistência a tentação de imitar. Tive desse princípio a demonstração, no problema que se formulou: de como tratar a capela mór? [...] Desaparecido sem permissão, o altar e o retábulo originais, como fazer? Aproveitar uma peça antiga, seria solução indicada, mas nada foi possível encontrar de tão importantes dimensões. Pareceu, então melhor, adotar uma francamente atual. Sobre um supedâneo forrado de tapete vermelho, a urna do altar com banquetas de castiçais de prata à altura das tribunas uma simples e sobria cortina de damasco ouro velho; por detrás da qual uma luz indireta suave ilumina a alvura do arco do fundo; e, destacando-se sobre o plano branco, apoiada numa simples laje de pedra, a imagem original de Santa Thereza de Avila, com seus atributos. [...]” (SOUZA, 1959) (Grifo nosso.)

Figura 34. Exposição Inaugural – solução adotada para ocupar o espaço vazio do altar-mór. Fotografia, Ago. 1959[?].



Fonte: Fototeca do MAS-UFBA – Coleção Memória Fotográfica, Módulo 1: Restauração.

Mesmo com o atraso das obras, a inauguração do MAS-UFBA em conjunto com a realização do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros estava sendo noticiada pelos jornais locais desde de maio, como exemplo o recorte de jornal Estado da Bahia¹⁷⁵. De acordo com as informações dadas à redação do jornal por D. Clemente, a realização do evento estava prevista para 10 à 21 de agosto, esperando receber 16 professores universitários,

¹⁷⁵ **Estado da Bahia**. Salvador, 23 Mai. 1959. Arq. IPHAN-BA.

representantes de diferentes nacionalidades – além dos brasileiros, portugueses, espanhóis, italianos, franceses, alemães e americanos. O objetivo da UFBA, ressalta o monge, visava tornar o espaço musealizado em “centro de irradiação cultural para todo o mundo”.

Sobre a abertura do MAS-UFBA, o ministro da Educação Clóvis Salgado descreve para o público carioca – por meio do *Jornal do Comércio*¹⁷⁶ –, a missa celebrada pelo Arcebispo Primaz, na Igreja de Santa Teresa, foi acompanhada pelo coro e orquestra da Universidade. A ornamentação do altar evidenciava os artistas coloniais; e nos dois andares de exposição, pelos salões e corredores do Convento, “[...] foi um desfile de peças do mais alto valor: móveis talhados, esculturas, pinturas, prataria, ourivesaria, cerâmica, tapetes.” Das quatrocentas e noventa e sete peças referenciadas no Catálogo da Exposição Inaugural, segundo ele, nem todas constituíam acervo do MAS. Na concepção do ministro, [...] a velha e gloriosa província volta a ser o grande centro cultural do passado bem haja ao magnífico reitor que realiza, com sabedoria e amor, obra de tão sadio civismo.”

Desse modo, foi elaborado o Regimento Interno do Museu, sob responsabilidade do Conselho Deliberativo, estabelecendo em tese o programa de atividades a ser desenvolvido – conforme previsto pelo Convênio. Segundo o Regimento Interno, a instituição criada se subdivide em administração; exposições de arte sacra permanente e temporária; biblioteca e filmoteca; gabinete fotográfico; oficinas de restauração para prataria e ourivesaria, escultura, pintura, estofamento e encarnação de imagens. Previa ainda o lançamento da Revista do MAS-UFBA e o oferecimento de cursos técnicos de extensão cultural e educacional, com concessão de bolsa e auxílio, visando a formação teórica e prática de técnicos do antigo artesanato sacro, especificando os de História da Arte Sacra e das Artes Plásticas no Brasil, Desenho e Restauração. Na Igreja do Museu, aos domingos e feriados santificados pela Igreja Católica, deveria ser celebrada Santa Missa pelo então Capelão nomeado. E, entre outras considerações, em atenção ao acervo institucional, ficava determinado a execução de inventário, catalogação e disposição à consultas de pesquisa.

Com o êxito do trabalho realizado, Godofredo Filho volta a comentar as tentativas anteriores, por ocasião da Aula Magna (inaugural) da UFBA, em 1984. O dirigente recordava as discussões intermináveis junto ao reitor Edgard Santos, a fim de criar um museu universitário que abrigasse a coleção da Igreja da Sé; mas, além disso, ele também reconhece e atribui a Simões Filho o mérito da idéia, que levou a reparação pela perda do significativo monumento católico – em suas palavras:

¹⁷⁶ **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, 15 Ago. 1959. Arq. IPHAN-RJ.

[...] A mediação do Patrimônio, no caso, foi das mais ponderáveis, de novo exercendo-se os bons ofícios de seu eminente diretor para que, desta feita, não pendessem frustras as gestões empreendidas, malogrando-se como as que, anteriormente, diligenciou o Ministro Simões Filho, a quem se deve, prioritariamente, a idéia da criação de um Museu de Arte Sacra na Bahia, [...] Vencido um sem número de dificuldades, as delongas e dilações de outro tempo, e equacionada em bases mais positivas a problemática do novo Museu, tivemos-lo finalmente inaugurado, para orgulho e regozijo da Bahia a universidade no setor das artes realizando-se magnificamente, e a Mitra reparando, como ele foi possível, o desastre da demolição da Sé, crime espantoso, e seus executivos e a normalidade do irreparável [...]” (FIGUEIREDO FILHO, 1984, p. 15, 16) (Grifo nosso.).

Segundo este depoimento do dirigente do 2º Distrito, “[...] O Reitor Edgard Santos tinha, a respeito da decisão por tomar, certos escrúpulos e m’os manifestava sempre.” – lembrando, inclusive, que as dificuldades na trajetória institucional do MAS-UFBA ultrapassam o período cronológico sugerido por esta pesquisa, 1939 a 1959. Sabe-se que ao assumir o encargo da criação de um museu universitário, possivelmente, Edgard Santos teve que responder a diversas críticas até o fim de sua gestão, em decorrência da sucessão de Jânio Quadros na Presidência da República, em 1961¹⁷⁷. Tendo em vista a ausência de documentação institucional da gestão do reitor fundador da UFBA, entretanto, acredita-se que está lacuna na trajetória historiográfica do MAS dificilmente possa ser revelada.

Sobre a coleção da Arquidiocese e como ela se dispõe ao longo desta trajetória foi possível perceber que houve separação e sonegação de parte dos objetos, como notificado por Godofredo Filho à Direção Central, em agosto de 1958. Segundo diversos relatos publicados nos Catálogos, verifica-se indícios do ocorrido, como exemplo, o texto de Introdução da Exposição Inaugural, assinada por D. Clemente da Silva-Nigra. Tendo em vista a necessidade de um acervo para compor a coleção do MAS-UFBA – “abrigadas pela sóbria arquitetura seiscentista” (SANTOS & SILVA-NIGRA, 1959, s/p.) –, as peças foram cedidas como empréstimo pelo Governo Português, diversas instituições religiosas brasileiras, incluindo a própria Arquidiocese Primaz, e extenso número de colecionadores particulares da Bahia. Após os primeiros anos de funcionamento do MAS foi noticiado que a UFBA adquiriu “um bom número de objetos expostos”, enquanto o “resto” continuavam de propriedade do Arcebispado e Mosteiro de São Bento (SILVA-NIGRA, 1972, p. 13 e 16) – informação publicada novamente nove anos depois (UFBA, 1981, p. 22, 23).

Contudo, de acordo com o verificado junto à setores de Museologia do Museu¹⁷⁸, as peças que deram entrada no acervo institucional, com a assinatura do Convênio, em 1958,

¹⁷⁷ A referência relacionando o término da gestão de Edgard Santos em decorrência da criação do MAS-UFBA, é sugerida pelos seguintes autores: Clemente Maria da Silva-Nigra, (1972, p. 09); Godofredo Figueiredo Filho (1984, p. 14); Roberto Santos (2008, p. 90); Antônio Risério (2013, p. 286); Antônio Rubim (2016, p. 141); além das publicações da Universidade em: UFBA, 1959; 1981; 1987; 2008.

¹⁷⁸ Informações fornecidas pelas museólogas do MAS-UFBA, Edjane C. Silva (Setor de Exposição), e Isabela Souza (Setor de Documentação). Ver Apêndice D.

são as classificadas como fragmentos de talha (diversas), da antiga Sé; já algumas das demais peças, especialmente as de imaginária, passaram a fazer parte do acervo somente a partir dos anos 2000 (Apêndice D). Pode-se supor, que parte das peças sonegadas tenham sido redistribuídas em templos para o culto, ou permanecido no ainda existente Museu da Catedral. É possível considerar, inclusive, que alguma peça remanescente da Igreja da Sé venha a fazer parte do novo museu recentemente instalado no Palácio Arquiepiscopal da Sé¹⁷⁹.

¹⁷⁹ Após 20 anos fechado, o Palácio Arquiepiscopal da Sé também foi restaurado e transformado em museu, sobre a história da Igreja Católica na Bahia (PALÁCIO..., 2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de implantação do Museu de Arte Sacra como uma unidade universitária se dá a partir da assinatura do Convênio (1958) entre a Arquidiocese Primaz e a reitoria da UFBA, entre 1958 e 1959. Entretanto, a principal questão que permeou esta pesquisa surgiu pela ausência de referências ao processo que se desencadeou por consequência de “malogradas tentativas anteriores”. A busca por esclarecimentos pôde situar, no campo político cultural, a extensão cronológica dessa trajetória, e os agente e instituições atuantes, no período de 1939 a 1959.

A circunstância, aparentemente de natureza pragmática, expõe um universo complexo de tensões na primeira metade do século XX na Bahia, especialmente no que concerne às práticas de preservação do patrimônio de cultura branca. Todavia, mesmo com os esforços de colaboradores interessados nessa realização, vimos que a trajetória de implantação de um museu de arte sacra apresenta uma série de dificuldades, se subdividindo em três momentos, ou melhor, três “tentativas”.

Anteriormente, a trajetória que levou a demolição da Igreja da Sé de Salvador, entre 1916 e 1933, se apresenta como fato marcante na historiografia preservacionista local – episódio que deu origem a coleção de arte sacra da Arquidiocese Primaz. Importante destacar que, por meio de uma elite baiana, houve tentativas de proteger o templo da destruição – como exemplo, a primeira proposta de Wanderley Pinho, para o Projeto de Lei, pela “Preservação dos Monumentos públicos históricos”, em 1918; ou a criação de uma Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais do Estado da Bahia, em 1927; ou ainda a elaboração de um Inventário Geral dos monumentos históricos baianos, em 1928. Entretanto, após a demolição, os valiosos pertences da Sé foram transferidos para Catedral Basílica e acomodados inadequadamente, criando o Museu de Arte Religiosa.

Com a realização da I Semana de Urbanismo de Salvador, 1935, foi possível induzir o debate crítico e a conscientização social, quer para um planejamento urbano efetivo, quer para dar reconhecimento ao patrimônio histórico, objetivando valorização e proteção de sua memória. Concomitantemente, Wanderley Pinho propôs o segundo Projeto de Lei à Câmara Federal, visando mais uma vez a preservação de monumentos históricos. Importante destacar que as sucessivas tentativas de preservação de monumentos na Bahia, à época – em especial no caso da antiga Igreja da Sé e de seus remanescentes –, influenciou progressivamente na criação de leis de preservação nacional e do SPHAN, entre 1936 e 1937 (ANDRADE, [1952] 2012, p. 45).

Nos anos de 1939 e 1940 a intervenção do 2º Distrito do SPHAN junto ao arcebispado é o ponto chave desta trajetória. Por meio do levantamento de fontes documentais foi possível compreender a motivação, seja pela reparação da perda monumental da Sé e necessidade de proteção de seus objetos excedentes, seja pela conservação do espaço onde foi armazenado – se constituído como a primeira tentativa de implantação de um museu nacional que os pudesse servir de “abrigo”. Este projeto foi sumariamente rejeitado pela Arquidiocese, sob a justificativa de que os objetos da coleção de arte sacra deveriam permanecer em local seguro e sagrado, e não no ambiente profano de um museu. Com isso, o que se observa é o interesse econômico do arcebispado, ao negociar o aluguel de uma edificação católica para se tornar a sede do museu.

Pode-se inferir que o **Museu de Arte Religiosa da Catedral Basílica** continuou existindo¹⁸⁰, tendo alguma supervisão do 2º Distrito a partir da década de 1940. Contudo, considerando o intervalo na documentação levantada, os detalhes do modo de funcionamento não puderam ser verificados. Nesse sentido, recorrendo a bibliografia historiográfica, procurou-se, dentre os processos de desenvolvimento econômico nacional, investigar o comportamento das políticas culturais de preservação. Ainda no período do Estado Novo (1937-45), as diretrizes preservacionistas foram associadas a educação, comunicando estudos e orientando a implantação de museus por meio de periódicos como os primeiros números das Revistas *Mouseion*, *Museum* e *Cultura Política*. Ressalta-se que a colaboração de autores como Mário Barata e José Valladares foram essenciais para entendimento do museu como instrumento pedagógico de preservação de símbolos nacionais.

Durante o período de democratização política restabelecida pelo Governo Gaspar Dutra (1946-51), foi possível avançar em leis de preservação e, do mesmo modo, iniciar uma ação pela ampliação do ensino superior no País. Na âmbito nacional, o SPHAN pôde organizar um Regimento Interno, consequentemente, melhor auxiliar na implantação de museus. E, no âmbito regional, foi possível criar e federalizar a UFBA. Relevante observar que, sob a influência nacional desenvolvimentista daqueles anos, a elite preservacionista da Bahia vivenciava o início de um período de prosperidade – sob a gestão do então prefeito municipal, Wanderley Pinho (1947-51), associado ao Ministério da Educação, por meio de personalidades como Clemente Mariani, Eduardo Rios e Pedro Calmon.

¹⁸⁰ Sabe-se que o Museu da Catedral continuou existindo em dependências da Catedral Basílica de Salvador – mesmo com a implantação do Museu de Arte Sacra da UFBA, no Convento de Santa Teresa. Entretanto, não foi possível verificar documentação correspondente junto ao arquivo arquidiocesano, pois, como foi informado, o Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador encontrava-se em processo de mudança de endereço, assim, indisponível para pesquisadores.

Decorridos dez anos após a primeira ação do 2º Distrito, surge nova oportunidade para a segunda tentativa de implantação de um **Museu Nacional de Arte Religiosa** – em decorrência das comemorações do IV Centenário da Cidade de Salvador, em 1949. De acordo com a análise dos documentos levantados, entretanto, mesmo com um projeto negociado e reelaborado, pela implantação de um **Museu Arquidiocesano de Arte Sacra**, as discussões entre SPHAN e Arquidiocese, se estenderiam até 1953. No período indicado, ressalta-se o ministro da Educação do segundo Governo Vargas, o baiano Simões Filho. Com empenho do ministro, as negociações chegaram a assinar documento ajustando interesses de ambas as partes. Todavia, observando as questões que envolveram a instalação do desejado museu no edifício do Solar São Dâmaso, não foi possível concluir o projeto naquela gestão ministerial – o embate, além das divergências para a concepção de nomenclatura a ser atribuída, entre Nacional ou Arquidiocesano, demandava a desapropriação de famílias residentes naquela edificação. O caso dos moradores de São Dâmaso, até então desconhecido, evidenciou questões habitacionais da cidade de Salvador, ocasionadas pela excedente população de baixa renda e graves problemas sociais no espaço urbano. Relevante, ainda, a constatação de que não havia preocupação da equipe técnica do SPHAN para com os moradores de São Dâmaso.

A indicação do Conjunto arquitetônico Igreja e Convento de Santa Teresa para sede do museu, em 1953, é o ponto propulsor que transita entre a segunda e terceira tentativa de implantação. Nesta acepção, verificamos que o período de intervenções em Santa Teresa se subdivide em três fases. Primeiro – entre 1951 e 1956 –, mesmo antes de ser considerado para sede, Santa Teresa foi um dos monumentos contemplados pelas verbas federais do IV Centenário da Cidade de Salvador. Este evento possibilitou a realização de restauração e higienização na Igreja e no claustro do Convento, sem a retirada de elementos integrantes à arquitetura, como identificado pelos relatórios da “Obra nº 13”, sob responsabilidade do grupo técnico do 2º Distrito. Não é possível identificar o momento exato, nem as condições em que Edgard Santos, reitor da UFBA, passa a compor o grupo de agentes colaboradores desse projeto – ainda que, eventos paralelos apontem, possivelmente, o ano de 1954.

A segunda fase de intervenções em Santa Teresa – entre 1956 e 1958 –, procurou delinear as ações em torno do reitor, na tentativa de melhor evidenciar suas contribuições. Tendo estabelecido uma relação de proximidade entre arcebispo e reitor, a UFBA teve o consentimento arquidiocesano para a apresentar peça de teatro na Igreja de Santa Teresa, sob a direção do então diretor, professor Martins Gonçalves, em 1956. Relevante observar que o interesse do professor de teatro pelo monumento pode ter provocado desentendimentos e atraso nas negociações, ainda que Godofredo Filho e Rodrigo M. F. de Andrade não comentem a respeito. Não há outra explicação aparente que possa explicar o sucedido, fato é

que D. Augusto mudou de opinião em relação ao que já havia sido combinado com Edgard Santos, e planejou a reparação do edifício para a hospedagem de “monjas carmelitanas”. Acreditamos que, com base no perfil do reitor, homem diplomático, é retomada a negociação, e desse modo, ao longo de 1957, a DCR do SPHAN auxilia o grupo técnico da UFBA na elaboração do projeto de restauração. Significativo frisar que foi indicação da DCR a necessidade de demolição de “construções modernas” anexas ao Convento, decorrendo na preparação e apresentação de um conjunto de plantas baixas.

Com a assinatura do Convênio, tem início a terceira fase de intervenções – entre 1958 e 1959. Durante as obras de restauração, a equipe do 2º Distrito relata divergências com a equipe técnica da UFBA, em virtude do planejamento de demolições e modificações, especificamente os arquitetos responsáveis, Wladimir Souza e Geraldo Câmara. Para o grupo do SPHAN era indispensável a pesquisa que revelasse as características originais da edificação. Para o grupo da Universidade, entretanto, atender as exigências do reitor quanto ao prazo de entrega era mais importante, resultando na ignorância ou substituição de partes originais, formando falso histórico. Considerando as adaptações no interior de Santa Teresa, destaca-se a reformulação de cômodos na ala poente do edifício – nesta localização, na parte externa, é possível considerar a hipótese de, à época, ainda haver sítio remanescente do século XIX, e com sua retirada, o ressurgimento da fachada com três arcos, abrindo-se ao espaço ajardinado do adro e à vista panorâmica. Paralelamente às obras de restauração, a visita do Conservador do Museu do Vaticano, Deoclécio de Campos, visando auxiliar na concessão de peças da coleção de arte sacra arquidiocesana para o acervo do museu, não impediu que alguns dos objetos mais valiosos fossem remanejados de volta para culto. Mediante a colaboração dos diversos agentes, nota-se que o projeto de implantação do MAS-UFBA tomou como modelo as diretrizes institucionais elaboradas pelo SPHAN em consonância com o espaço geográfico e simbólico, evidenciando a perspectiva de indivíduos e dos grupos de que fez parte. Encerra esta trajetória de institucionalização e implantação do **Museu de Arte Sacra da UFBA**, a realização de exposição inaugural, em 10 de agosto de 1959, conjuntamente com a abertura do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros.

Curioso verificar que a trajetória de implantação do MAS-UFBA esteve relacionada a trajetória de implantação do ensino superior na Bahia, como parte de um único campo político cultural em desenvolvimento. As tentativas de criação de uma universidade baiana ressalta os mesmos espaços edificados que seriam considerados para sede do museu – o Museu Nacional de Arte Religiosa no Colégio dos Jesuítas, na Catedral Basílica, o Museu Arquidiocesano de Arte Sacra e o Museu de Arte Sacra da UFBA no Seminário da Bahia, respectivamente, Solar São Dâmaso e Convento de Santa Teresa. No contexto que se

apresenta, foi possível perceber que este estudo de caso perpassa período de profundas mudanças políticas em todo território nacional e regional. Para compreender a complexidade do percurso nesta trajetória, foi necessário recorrer ao conceito de campo científico, elaborado por Pierre Bourdieu (2003). Assim, podemos confirmar a existência de um universo social, de autonomia controlada por leis próprias, gerenciado por agentes e instituições, que flexibilizam e tencionam a estabilização do espaço de poder. Além disso, observamos que a atuação de agentes específicos na estrutura do campo científico, podem modificar indiretamente a ordem política.

Nesse sentido, de acordo com a metodologia de pesquisa de cunho historiográfico, foram levantados os principais arquivos em que pudessem dispor de documentação. Nos arquivos locais, particularmente o do 2º Distrito do SPHAN, encontramos, em sua maioria, documentação a respeito do que não pode ser realizado – a exemplo do projeto de implantação do museu no Solar São Dâmaso, na pasta do MAS-UFBA. Ademais, concluímos que a documentação se encontrava em sua maioria no arquivo central da instituição, no Rio de Janeiro, ou seja, inacessível para as condições de pesquisa que detivemos.

Tendo como base o depoimento do diretor do SPHAN (ANDRADE, [1952] 2012), e a documentação do Arquivo Central recebida por doação, pode-se compreender parcialmente a dinâmica arquivista institucional. Nos primeiros anos as correspondências pessoais são longas cartas comentando todos os projetos em andamento em tópicos – como as iniciativas pela conservação do Museu da Catedral, na pasta Cartas de Godofredo Filho; posteriormente, com a implementação do Regimento Interno em 1946, percebemos que as correspondências passam a ser temáticas dos monumentos, consequentemente, arquivadas em pastas dos respectivos monumentos – assim, exemplificada a pasta do Convento de Santa Teresa, Catedral Basílica e, possivelmente, Solar São Dâmaso. Para revelar essa trajetória se tornou fundamental perceber este modo de arquivamento institucional do SPHAN, concluído numa análise coerente do contexto histórico, ainda que incompleta pela ausência de parte dos documentos e de tempo útil para sua análise.

A partir do exame investigativo dos documentos, surgiu uma nova narrativa para a trajetória de institucionalização e implantação do Museu de Arte Sacra da UFBA, distinta daquela relatada pelo arquiteto Wladimir Souza (1959), e amplamente divulgada pelos Catálogos do Museu e publicações da Universidade. Em alguns trechos dos relatos que soam como distorcidos ou interpretados segundo conveniências, vê-se a confusão de informações, inclusive, identificando Wladimir Souza e Geraldo Câmara como a época representantes do SPHAN na Bahia – como uma boa referência do trabalho realizado. Este equívoco pôde facilmente ser desfeito, considerando ainda, a biografia dos agentes envolvidos. Outro mal

entendido que merece destaque, trata-se da afirmativa que comenta a respeito da ocupação/desocupação em Santa Teresa, em 1958 (UFBA, 1987, p. 13, 14) – indicando possivelmente eventos anteriores, entre 1951 e 1953, que na verdade, ocorreu em São Dâmaso.

Ainda assim, a implantação do MAS como uma unidade da UFBA, segundo o discurso de Rodrigo M. F. Andrade (1963), se constituiu como a “[...] primeira criação universitária de fato significativa no domínio dos museus [...]”. Não obstante, a despeito do mérito do reitor, para Godofredo Filho (1984), a ideia do empreendimento é reconhecida e atribuída à gestão do ministro Simões Filho. O que nos parece estranho constatar, é a maneira como o êxito do trabalho recai majoritariamente sobre os representantes da UFBA, em detrimento de toda a ação desenvolvida pelo SPHAN com o apoio de políticos baianos no Ministério da Educação. Porém, podemos imaginar o motivo implícito, esquivar-se de qualquer responsabilidade quanto aos erros cometidos na restauração de Santa Teresa, desconsiderando boa parte dessa trajetória já percorrida pelo 2º Distrito do SPHAN, em sua “fase heróica”. Ademais, conclui-se a necessidade de verificação dos documentos ausentes nesta pesquisa, a fim de melhor compreender os percursos ainda omissos relacionados à formação e as modificações da coleção de arte sacra da Arquidiocese Primaz.

FONTES DOCUMENTAIS E REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN – BIBLIOTECA NORONHA SANTOS, RIO DE JANEIRO

- **Série: Mon. – Pasta: Cartas de Godofredo Filho:**

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de.
(Diretor fundador do SPHAN)

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta s/ nº** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 17 mai.1939. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Ofício nº 470** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 12 dez. 1939.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta s/ nº** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 29 Ago. 1940. 2f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta s/ nº** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 23 Mai. 1940. 2f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo Rabelo.
(Dirigente do 2º Distrito do SPHAN)

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 33** [mensagem pessoal]. Recebida por Odilon Moreira. Salvador, 05 mai.1939. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 03** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 12.Jan.1940. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta s/nº** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 18.Jan.1940. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta s/nº** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 29 ago. 1940. 3f.

- **Série: Monumentos – Pasta: Conv. – Igr. Santa Teresa:**

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de.
(Diretor fundador do SPHAN)

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Ofício nº 595** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 04 Jun. 1954. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 524** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 14 Dez. 1956. 2f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 112** [mensagem pessoal]. Recebida por Edgard R. Santos. Rio de Janeiro, 04 Mai. 1957. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 271** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 23 Mai. 1957. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 332** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 02 Jul. 1957. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Ofício nº 1162** [mensagem pessoal]. Recebida por Edgard R. Santos. Rio de Janeiro, 08 Dez. 1956. 2f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 378** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 06 Ago. 1957. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Ofício nº 886** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 06 Set. 1957. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Ofício nº 885** [mensagem pessoal]. Recebida por Edgard R. Santos. Rio de Janeiro, 06 Set. 1957. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Ofício nº 1498** [mensagem pessoal]. Recebida por Edgard R. Santos. Rio de Janeiro, 12 Nov. 1957. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Ofício nº 584** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 25 Ago. 1957. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta s/nº** [mensagem pessoal]. Recebida por João J. Rescala. Rio de Janeiro, 18 Jul. 1958. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 376** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 07 Ago. 1958. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 388** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 13 Ago. 1958. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 456.** [mensagem pessoal]. Recebida por João J. Rescala. Rio de Janeiro, 10 Set. 1958. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Ofício nº 327** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 04 Out. 1958. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 117** [mensagem pessoal]. Recebida por Jair Brandão. Rio de Janeiro, 10 Mar. 1959. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 13** [mensagem pessoal]. Recebida por Jair Brandão. Rio de Janeiro, 21 Mar. 1959. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Ofício nº 595** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 04 Jun. 1954. 1f.

BARRETO, Paulo Thedim.
(Equipe técnica da DCR-SPHAN)

BARRETO, Paulo Thedim. **Informação nº 276** / assunto: Seminário de Santa Teresa. Rio de Janeiro, 27 Out. 1954.

BRANDÃO, Jair.
(Equipe técnica do 2º Distrito do SPHAN)

BRANDÃO, Jair. **Carta nº 07** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 03 Mar. 1959. 1f.

CÂMARA, Geraldo.
(Arquiteto, Equipe técnica da UFBA)

CÂMARA, Geraldo. **Carta s/nº** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 01 Out. 1958. 1f.

CÂMARA, Geraldo. **Cartas s/nº** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 23 Out. 1958. 1f.

CÂMARA, Geraldo. **Cartas s/nº** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 24 Set. 1958. 1f.

CONI, João Caldas.
(Diretor da FCE-UFBA)

CONI, João Caldas. **Carta s/nº** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Salvador, 06 Mai. 1954.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo Rabelo.
(Dirigente do 2º Distrito do SPHAN)

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 25** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 13 Mai.1954. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Ofício nº 64** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 13 Mai.1954. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 75** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 04 Jun.1954. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 52** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 01.Nov. 1956. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 54** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 05.Nov. 1956. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 31** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 17 Mai. 1957. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 38** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 01 Jun. 1957. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 49** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 27 Jul. 1957. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Ofício nº 66** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 27 Mar. 1958. 2f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 15** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 01 Abr. 1958. 2f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Ofício nº 94** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 12 Mai. 1958. 2f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 25** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 31 Mai. 1958. 2f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 30** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 26 Jul. 1958. 2f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta s/nº** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 30 Jul. 1958. 2f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 34** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 01 Ago. 1958. 2f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta s/nº** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 09 Ago. 1958. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 44** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 20 Set. 1958. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 43** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 20 Set. 1958. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 46** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 03 Out. 1958. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 49** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 20 Out. 1958. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Ofício nº 223** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 25 Out. 1958. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 02** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 19 Jan. 1959. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 32** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 30 Jul. 1959. 1f.

INDÚSTRIAS Químicas Inorgânicas

INDÚSTRIAS Químicas Inorgânicas. **“Exame de Revestimento”**. Rio de Janeiro, 19 Set. 1958. 1f.

JORNAL, Recorte

SALGADO, Clóvis. Meio Tom: Museu de Arte Sacra da Bahia. **Jornal do Comércio**. [Recorte de Jornal]. Rio de Janeiro, 15 Ago. 1959.

SANTOS, Edgard Rêgo. (Reitor fundador da UFBA)

SANTOS, Edgard R. **Carta s/n.** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. Andrade. Salvador, 02 Set. 1957. 1f.

SANTOS, Edgard R. **Carta s/n.** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. Andrade. Salvador, 04 Nov. 1957. 3f.

SANTOS, Edgard R. **Carta s/nº** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. Andrade. Salvador, 07 Out. 1958. 1f.

SILVA-NIGRA, Clemente Maria da. (Monge Beneditino, Diretor do MAS-UFBA)

SILVA-NIGRA, Clemente Maria da. **Carta s/nº.** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. Andrade. Salvador, 03 Jul. 1959. 1f.

SILVA-NIGRA, Clemente Maria da. **Carta s/nº.** [mensagem pessoal]. Recebida por Edgard R. Santos. Salvador, 02 Jul. 1959. 1f.

SILVA, Augusto Álvaro Cardeal da. (Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil)

SILVA, Augusto Á. C. **Carta s/nº.** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. Andrade. Salvador, 26 Jun. 1957.

SOEIRO, Renato. (Diretor da DCR-SPHAN)

SOEIRO, Renato. **Nota referente à construção moderna junto ao Seminário Santa Teresa**. Rio de Janeiro, 07 Nov. 1956. 1f.

SOEIRO, Renato. **Informação nº 47** / assunto: Comunicação do Chefe do 2º Distrito, sobre as obras no Convento de Santa Teresa – Salvador – Ba. Rio de Janeiro, 04 Abr. 1958. 1f.

SOEIRO, Renato. **Informação nº 70** / assunto: obras no Convento de Santa Teresa – Salvador – Bahia. Rio de Janeiro, 24 Abr. 1958. 1f.

SOEIRO, Renato. **Informação nº 135** / assunto: obras no Convento de Santa Teresa – Salvador – Bahia. Rio de Janeiro, 17 Jul. 1958. 1f.

SOEIRO, Renato. **Informação nº 32** / assunto: obras no Convento de Santa Teresa – Salvador – Bahia. Rio de Janeiro, 10 Mar. 1959. 1f.

SERVIÇO do Patrimônio Histórico Artístico Nacional.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 1:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Mai. e Jun. 1951.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 2:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Jul. e Ago. 1951.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 3:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Set. e Out. 1951.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 4:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Nov. e Dez. 1951.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 5:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Jan. e Fev. 1952.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 6:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Mar. e Abr. 1952.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 7:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Mai. e Jun. 1952.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 8:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Jul. e Ago. 1952.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 9:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Set. e Out. 1952.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 10:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Nov. e Dez. 1952.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 11:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Jan. e Fev. 1953.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 12:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Mar. e Abr. 1953.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 13:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Mai. e Jun. 1953.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 14:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Jul. e Ago. 1953.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 15:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Set. e Out. 1953.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 16:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Nov. e Dez. 1953.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 17:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Jan. e Fev. 1954.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 18:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Mar. e Abr. 1954.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 19:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Mai. e Jun. 1954.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 20:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Jul. e Ago. 1954.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 21:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Ser. e Out. 1954.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 22:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Jul. e Ago. 1955.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 23:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Set. e Out. 1955.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 24:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Nov. e Dez. 1955.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 25:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Jan. e Fev. 1956.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 26:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Mar. e Abr. 1956.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 27:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Mai. e Jun. 1956.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 28:** Obra nº 13 [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Jul. e Ago. 1956.

SPHAN. **Resumo das Obras realizadas** no monumento “Seminário de Santa Teresa” em Salvador - Bahia. Salvador, 31 Out. 1954.

SPHAN. **Boletim Mensal de Informações nº 5:** Assistência permanente aos monum. restaurados [Relatório de Obras]. Monumento “Seminário Santa Teresa”. Salvador, Bahia. Abr. e Jun. 1957.

RESCALA, João José.

(Restaurador, Equipe técnica do 2º Distrito do SPHAN; Prof. EBA-UFBA)

RESCALA, João J. **Carta s/nº** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. de Andrade. Salvador, 25 Ago. 1958. 1f.

RESCALA, João J. **Carta s/nº** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. de Andrade. Salvador, 20 Out. 1958. 3f.

UNIVERSIDADE Federal da Bahia

UFBA. **Convento de Santa Teresa: Roteiro dos trabalhos de Restauração.** Gabinete do Reitor. Salvador, Bahia, Set. 1957 [?]. 3f.

ARQUIVO TÉCNICO DA SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA BAHIA

- **Série: Mon. – Pasta: 140.12. Museu de Arte Sacra da UFBA:**

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de.
(Diretor fundador do SPHAN)

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 76** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 20 fev. 1951. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 188** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 13.Abr.1951. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Telegrama nº 185** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 16 Mai.1951. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 338** [mensagem pessoal]. Recebida por Ápio Silva. Rio de Janeiro, 10 Jun.1951. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 522** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 17 Ago.1951. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 524** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 17 Ago.1951. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 556** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 18 Set.1951. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 530** [mensagem pessoal]. Recebida por D. Augusto Á. C. Silva Rio de Janeiro, 29 Ago.1951. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 550** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 16 Set.1951. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 552** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 17 Set. 1951. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 683** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 12 Dez. 1951. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 699** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 18 Dez. 1951. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 194** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 31 Mai.1952. 1f.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Carta nº 88** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 13 Fev.1953. 1f.

CABIDO da Sé de São Salvador.

CABIDO da Sé de S. Salvador da Bahia. **Cópia - Parecer.** Salvador, s/d. 2f.

COUTINHO, Afrânio.
(Secretário do Ministério da Educação)

COUTINHO, Afrânio. **Telegrama nº 2633** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo Filho. Salvador, 0 Mai. 1952. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo Rabelo.

(Dirigente do 2º Distrito do SPHAN)

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 37** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 01 jun. 1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta s/nº** [mensagem pessoal]. Recebida por Mensagem recebida por E. S. Simões Filho. Salvador, 05 mar. 1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 14** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 08 mar. 1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 21** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 09.Abr.1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 22** [mensagem pessoal]. Recebida por D. Augusto A. S. - Arcebispo Primaz. Salvador, 12.Abr.1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 23** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 16.Abr.1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Ofício nº 50** [mensagem pessoal]. Recebida por D. Augusto Á. C. Silva. Salvador, 16.Abr.1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta s/nº** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por E. S. Simões Filho. Salvador, 16 Abr. 1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 32** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 24 Abr. 1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta s/nº** [mensagem pessoal]. Recebida por E. S. Simões Filho. Salvador, 11 Mai.1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Ofício nº 67** [mensagem pessoal]. Recebida por Lamberto Lambooy. Salvador, 11 Mai.1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 36** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 12.Mai.1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Telegrama nº 06** [mensagem pessoal]. Recebida por Lamberto Lambooy. Salvador, 01 Jun.1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 43** [mensagem pessoal]. Recebida por Afrânio Coutinho. Salvador, 01 Jun.1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 60** [mensagem pessoal]. Recebida por Pedro Ghislandi. Salvador, 28 Ago.1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Telegrama nº 08** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 10 Set.1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 47** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 13 Set.1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 53** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 17 Set.1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 64** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 09 Set.1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 78** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 05 Out.1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 40** [mensagem pessoal]. Recebida por Antônio Simões. Salvador, 17 Mar.1952. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 44** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 01 Abr.1952. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 55** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 26 Abr.1952.1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Telegrama nº 10** [mensagem pessoal]. Recebida por Afrânio Coutinho – Secretário Ministério da Educação. Salvador, 10 Mai.1952. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 62** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 21 Mai.1952. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 78** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 17 Jun.1952. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Telegrama nº 19** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 10 Out.1952. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Telegrama nº 20** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 13 Nov.1952. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 66** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 10 Set. 1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta s/n** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 14 Set. 1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 68** [mensagem pessoal]. Recebida por D. Augusto Á. C. Silva. Salvador, 19.Set.1951. 1f.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Carta nº 86** [mensagem pessoal]. Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 12 Dez. 1951. 1f.

GOMES, Osvaldo.

(Equipe técnica do 2º Distrito do SPHAN)

GOMES, Osvaldo. **INVENTÁRIO** acompanhamento de documentação fotográfica das peças existentes no atual Museu de Arte Religiosa da Catedral Basílica do Salvador, dignas de aproveitamento no futuro “Museu Nacional de Arte Religiosa”, presente em organização, por ordem do SPAHN. Salvador, Fev. 1940. 4f.

SILVA, Augusto Álvaro Cardial.

(Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil)

SILVA, D. Augusto Á. C. **Carta s/nº**. [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Salvador, 13 Abr. 1951.

SILVA, D. Augusto Á. C. **Carta s/nº**. [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Salvador, 24 Ago. 1951.

JORNAL, Recorte.

É PRECISO salvar o que resta. **Diário de Notícias**. [Recorte de Jornal] Salvador, 26 Dez. 1951.

SÉRGIO, Antônio. Carrossel: Museu de Arte Sacra. **Diário de Notícias**. [Recorte de Jornal] Salvador, 02 Mar. 1952.

MUSEU de Arte Sacra da Arquidiocese da Bahia – Acôrd assinado entre o Ministério da Educação e Saúde e a Cúria Diocesana, para a sua instalação e organização. **Diário de Notícias**. [Recorte de Jornal] Salvador, 02 Mar. 1952

PORQUE não se faz o Museu Nacional de Arte Sacra – As razões do Ministério da Educação. **A Tarde**. [Recorte de Jornal] Salvador, 23 Fev. 1952.

NA BAHIA, o Museu de Artes Sacras Antigas do Brasil. **A Tarde**. Salvador, 02 Ago. 1958.

A ORGANIZAÇÃO do Museu de Arte Sacra. **A Tarde**. Salvador, 20 Ago. 1958. [Recorte de Jornal. Anexo à Carta nº 34, Salvador, 20 Ago. 1958.

POUCAS nações se igualarão o Museu de Arte Sacra: Bahia. **Estado da Bahia**. [Recorte de Jornal] 23 Mai. 1959.

UM MUSEU de Arte Religiosa, O Castelo da Torre e a Casa dos Sete Candeeiros. **A Tarde**. [Recorte de Jornal] Salvador, 27 Out. 1959.

SERVIÇO do Patrimônio Histórico Artístico Nacional.

SPHAN. **Minuta** – Esboço de Portaria s/nº Salvador, 1949/50[?].

SPHAN. **Minuta de Ajuste** [Anexo à Carta nº 522]. Salvador, 17 Ago. 1951[?].

SPHAN. Minuta de Acôrd. Salvador, s/d.

SPHAN. **Nota sobre o aproveitamento do prédio do “Seminário de São Dâmaso”** para um Museu de Arte Religiosa [Anexo a Carta nº 78. Salvador, 05 Out. 1951]. Salvador, 05 Out. 1951[?]

SPHAN. **Acôrd. entre Ministério da Educação e Saúde e o Arcebispado de São Salvador da Bahia** para instalação e organização do Museu de Arte Sacra da Arquidiocese da Bahia. Salvador, 28 Fev. 1952.

SOEIRO, Renato.

(Diretor da DCR-SPHAN)

SOEIRO, Renato. **Telegrama s/nº** [mensagem pessoal]. Recebida por Godofredo R. F. Filho. Rio de Janeiro, 10 nov. 1950.

SOEIRO, Renato. **Informação nº 32** / assunto: localização do Museu de Arte Sacra no Convento de Santa Tereza. Salvador, 04 Fev. 1953.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DO BRASIL

AUGUSTO, João. O Assunto é Bahia. Coluna Teatro, **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 12 Nov. 1956. Biblioteca Nacional Digital do Brasil, Edição 02088. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq. Acessado em: 07 Nov. 2019.

“AUTO da Cananéia” de Gil Vicente em Salvador – Representação no interior da Igreja de Santa Tereza. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 20 Out. 1952. Biblioteca Nacional Digital do Brasil, Edição 02090. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq. Acessado em 07 Nov. 2019.

AUGUSTO, João. A Bahia é notícia: a “Escola de Teatro” da Universidade. Coluna Teatro, **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 14 Nov. 1956. Biblioteca Nacional Digital do Brasil, Edição 02090. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq. Acessado em 07 Nov. 2019.

SILVA, Francisco Pereira da. Escola de Teatro da Bahia 4. Coluna Teatro, **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 18 Nov. 1956. Biblioteca Nacional Digital do Brasil, Per. 093092_1956_08697. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092_1956_08697.pdf. Acessado em 07 Nov. 2019.

MORAES, Eneida de. No Morro da Preguiça, na Ladeira do Sodré. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 14 Jul. 1957. Biblioteca Nacional Digital do Brasil, Edição 10636. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_03&pasta=ano%20195&pesq=. Acessado em: 07 Nov. 2019.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA

- **Seção Memória da UFBA**

ANDRADE, Rodrigo M. F. **O patrimônio histórico e artístico e a missão da universidade**. [Salvador] (BA): Universidade da Bahia, 1963. 27f.

SANTOS, Edgar & SILVA-NIGRA, Clemente Maria da. **Exposição inaugural do Museu de Arte Sacra** [Catálogo Inaugural]. 4º Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros, Salvador, 1959.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. **Universidade e Memória Nacional**. Salvador: UFBA, Publicação do Centro de Estudos Baianos, nº 106, 1984. 23f.

LEIS E DECRETOS ONLINE

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 9.155, de 8 de Abril de 1946**. Cria a Universidade da Bahia e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil - Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9155.htm. Acessado em: 07 Nov. 2019.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 874, de 18 de Outubro de 1949**. Autoriza a abertura de crédito especial, ao Ministério da Educação e Saúde, para restauração de monumentos e bens históricos da cidade do Salvador. Portal da Câmara dos Deputados - Legislação Informatizada. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-874-18-outubro-1949-364138-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acessado em: 07 Nov. 2019.

RIO DE JANEIRO. **Decreto Nº 28.154, de 26 de Maio de 1950**. Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para atender às despesas com as comemorações do IV Centenário da Cidade de Salvador. Portal da Câmara dos Deputados - Legislação Informatizada. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-28154-26-maio-1950-327162-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 07 Nov. 2019.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 1.254, de 4 de Dezembro de 1950**. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Presidência da República, Casa Civil - Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1254.htm#targetText=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%C3%9ABLICA%2C%20fa%C3%A7o,eu%20sanciono%20a%20seguinte%20Lei%3A&targetText=Art.%204%C2%BA%20Independente%20de%20qualquer,Par%C3%A1grafo%20C3%BAnico. Acessado em: 07 Nov. 2019.

MUSEU DE ARTE SACRA DA UFBA

- **Biblioteca**

CALDAS, José Antonio. **Notícia geral de toda esta capitania da Bahia: desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759**. [1759]. Reedição Fac-Similar. Salvador: Tipografia Beneditina, 1951.

- **Setor de Documentação**

CONVÊNIO entre a Arquidiocese do Salvador, representada por Sua Eminência o Senhor Cardeal D. Augusto Álvaro da Silva, e a Universidade da Bahia, representada pelo Magnífico Reitor, Professor Edgar Santos. [Documento Datilografado]. Salvador, 1959.

SOUZA, Wladimir Alves. **O Museu de Arte Sacra da UFBA**. Diário de Notícias. [Documento Datilografado] Salvador, 06 Ago. 1959. 11 f.

MUSEU DE ARTE DA BAHIA

- **Biblioteca José Pedreira**

VALLADARES, José. **Museu de Arte Religiosa**. ARTES PLÁSTICAS. Diário de Notícias [Recorte de Jornal]. Salvador, 09 Set. 1951.

REDE DE ARQUIVOS IPHAN

[**Diversas Fotografias.**] Rede de Arquivos IPHAN: Repositório de Documentos Digitalizados. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1223>. Acessado em: 07 Nov. 2019.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. et al (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-wanderley-de-araujo-pinho>. Acessado em: 07 Nov. 2019.
- ALVES, Solange de Santana. **A Igreja Católica na Bahia: fé e política**. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11376>. Acessado em: 07.Nov.2019.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.
- ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. **Brasil: monumentos históricos e arqueológicos**. [1952] Reedição comentada, com organização de Maria Beatriz Setubal Resende da Silva. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc6_MonumentosHistoricosArqueologico_m.pdf. Acessado em: 07.Nov.2019.
- _____, Rodrigo Mello Franco de. O patrimônio histórico e artístico e a missão da universidade. [Salvador] (BA): Universidade da Bahia, 1963. In: CHAGAS, M., (org.) **Museus: antropofagia da memória e do patrimônio**, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº31. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005. f. 82-87. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat31_m.pdf. Acessado em: 07 Nov. 2019.
- ALCÂNTARA, Paulo Henrique. **O cosmopolitismo e o projeto cultural da Universidade da Bahia**. In. RUBIM, Albino C. A ousadia da criação: universidade e cultura. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2016. 135 p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20020>. Acessado em: 07.Nov.2019.
- ARAGÃO, Rita de Cássia. **O contexto de gestão da Universidade da Bahia**. In. RUBIM, Albino C. A ousadia da criação: universidade e cultura. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2016. 135 p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20020>. Acessado em: 07.Nov.2019.
- AZZI, Riolando. **O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930 (II)**. In Revista Síntese, Rio de Janeiro, v. 4, n. 11, 1977. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2592/2794>. Acessado em: 07.Nov.2019.
- BALTIERI, Rosana. **Dicionário Manuel Querino de Arte na Bahia**. Org. Luiz Alberto Ribeiro Freire, Maria Hermínia Oliveira Hernandez. – Salvador: EBA-UFBA, CAHL-UFRB, 2014. Disponível em: <http://www.dicionario.belasartes.ufba.br/wp/verbete/joao-jose-rescala/>. Acessado em: 07 Nov. 2019.
- BARATA, Mário. **Museus I – A importância e a técnica do museu contemporâneo**. Revista Cultura Política – Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Ano II, Num. 17, Rio de Janeiro, Jul. 1942a.

_____, Mário. **Museus II – Peças de prata e de ouro na arte religiosa**. Revista Cultura Política – Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Ano II, Num. 18, Rio de Janeiro, Ago. 1942b.

_____, Mário. **O museu e a escola elementar**. Revista Cultura Política – Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Ano II, Num. 20, Rio de Janeiro, Ago. 1942c.

BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. Edgard Santos (1946-1961). In: TOUTAIN, Lídia Maria Brandão; ABREU, Marilene; VARELA, Aida (Org.). **Reitores UFBA: De Edgard Santos à Naomar de Almeida Filho**. Salvador: Edufba, 2011. Cap. 1. p. 18-47. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5294/1/Reitores_UFBA_Digital.pdf. Acessado em: 07.Nov.2019.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/109/4/A%20construcao%20da%20universidade%20baiana.pdf>. Acessado em: 07.Nov.2019.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais das ciências: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2003. Disponível em: https://cienciastecnologiasociedades.files.wordpress.com/2011/10/pierre_bourdieu_-_os_usos_sociais_da_cic3aancia.pdf. Acessado em: 07.Nov.2019.

CALABRE, Lia. O Serviço do Patrimônio Artístico Nacional dentro do contexto da construção das políticas públicas no Brasil. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 35, p. 33-44, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf. Acessado em: 07.Nov.2019.

CARNEIRO, Maria Tucci. O Estado, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 327-140f. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf. Acessado em: 07.Nov.2019.

CASTRO, Marcia Humberto Saavedra. **Rômulo Almeida e a problemática do planejamento: o planejamento econômico na Bahia (1955-1961)**. Salvador, 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12013>. Acessado em: 07.Nov.2019.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 179-190f. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf. Acessado em: 07.Nov.2019.

CERÁVOLO, Ana Lúcia. **Interpretações do Patrimônio: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-60**. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-04052011.../DEFINITIVO.pdf. Acessado em: 07.Nov.2019.

CERAVOLO, Suely Moraes. **A Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais do estado da Bahia: do discurso à ação (1927-1938)**. In: Aline Montenegro Magalhães; Rafael Zamorano Bezerra. (Org.). 90 anos do Museu Histórico Nacional: em debate. 1ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014, v. 1, p. 122-142. Disponível em:

<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=62110>. Acessado em: 07.Nov.2019.

_____, Suely Moraes. **O Museu do Estado da Bahia, entre ideais e realidades (1918 a 1959)**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.1 p.189-243. Jan.-jun. 2011. 189-243f. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v19n1/v19n1a07.pdf>. Acessado em: 07.Nov.2019.

_____, Suely Moraes. **Rotas de investigação sobre a formação do patrimônio cultural da Bahia**. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, v. 9, n. 53, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336417541_Rotas_de_Investigacao_sobre_a_formacao_do_patrimonio_cultural_da_Bahia. Acessado em: 07.Nov.2019.

CERAVOLO, Suely Moraes; SANTOS, Daisy. **Apontamentos sobre José Antonio Prado Valladares** - "um homem de museu". Cadernos do CEOM, Chapecó, v. 20, n. 26, 2007. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2025/1106>. Acessado em: 07.Nov.2019.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira. Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro, 2009.

COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuítica no Brasil. In: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, V. Rio de Janeiro, 1941. f. 9-104. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat05.pdf>. Acessado em: 07.Nov.2019.

CPDOC/FGV. **Dossiês: A era Vargas (1930-1954)**. S/d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies>. Acessado em: 07.Nov.2019.

DÓCIO, Vanessa de Almeida. **Sob o signo da pedra e cal: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no estado da Bahia (1927 – 1967)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2014_docio_vanessa_de_almeida_sob_o_signo_da_pedra_e_cal_trajetoria_da_politica_de_preservacao_do_patrimonio_historico_e_arquitetonico_no_estado_da_bahia_1927-1967_0.pdf. Acessado em: 07.Nov.2019.

EICHBAUER, H. e VELOSO, D. **Arte na Bahia**. Salvador: Corrupio, 1991.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. In: Educar em Revista, n. 28. Curitiba: Editora UFPR, 2006. 17-36f. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>. Acessado em: 07.Nov.2019.

FLEXOR, Maria Helena O. **O Conjunto do Carmo de Cachoeira**. Brasília: IPHAN; Monumenta, 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/files/carmocachoeira.pdf>. Acessado em: 07.Nov.2019.

FONSECA, Brenda Coelho, & CERQUEIRA, Telma Soares. Mapeamento preliminar das atividades dos fotógrafos no IPHAN. In: LIMA, Francisca H. B.; MELHEM, Mônica M.;

CUNHA, Oscar H. L. Brito e (Coord.). **A fotografia na preservação do patrimônio cultural**: uma abordagem preliminar. Rio de Janeiro: MINC-IPHAN-COPEDOC, 2008. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc_4_FotografiaPreservacao_m.pdf. Acessado em: 07.Nov.2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC/IPHAN, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitário. [1969] 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod_resource/content/1/FOUCAULT.pdf. Acessado em: 07.Nov.2019.

IHGB. BARATA, Mário **[verbete biográfico]**. Quadro social: Sócios Titulares - Sócios Falecidos Brasileiros. Portal IHGB, S/d. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/mabarata.html>. Acessado em: 07.Nov.2019.

IPHAN. ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. **[verbete biográfico]**. Portal IPHAN, S/d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/173>. Acessado em: 07.Nov.2019.

JULIÃO, Letícia. **Apontamentos sobre a história do museu**. In: Caderno de Diretrizes Museológicas. Brasília/MINC/IPHAN/Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. Disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_I%20Completo.pdf. Acessado em: 07.Nov.2019.

_____, Letícia. **Enredos museais e intrigas da nacionalidade**: museus e identidade nacional no Brasil. Tese (doutorado em História). Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2008. disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp099098.pdf>

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **E a Bahia civiliza-se...** Ideais de civilização e cenas de anticivilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador, 1912-1916. Dissertação. PPG História/FFCH/UFBA, 1996. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1996_leite_rinaldo_cesar_nascimento_e_a_bahia_civiliza-se_ideais_de_civilizacao_e_cenas_de_anti-civilidade_em_um_contexto_de_modernizacao_urbana_salvador_1912-1916.pdf. Acessado em: 07.Nov.2019.

MATTOS, Ana Teresa Góis Soares de. **Nem português, nem mineiro...** baiano e nacional, com todo respeito: a atuação da Bahia na construção do campo do patrimônio brasileiro, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado_em_Preservacao_Dissertacao_MATTOS_Ana_Teresa_Gois_Soares_de.pdf. Acessado em: 07.Nov.2019.

MEIRELES, Edilton de Oliveira. **J.J. Seabra: sua vida, suas obras**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 2012.

MENEZES, Antonio Wilson Ferreira. FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS. In: TOUTAIN, L. M. B.; SILVA, R. R. G. **UFBA do século XIX ao século XXI**. Salvador, EDUFBA, 2010. Disponível em:

http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/5293/1/Ufba%20do%20sec%20XIX%20ao%20sec%20XXI_RI.pdf. Acessado em: 07.Nov.2019.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. A Formação Universitária na Bahia desde os tempos coloniais. In: TOUTAIN, L. M. B.; SILVA, R. R. G. **UFBA do século XIX ao século XXI**. Salvador, EDUFBA, 2010. Disponível em: http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/5293/1/Ufba%20do%20sec%20XIX%20ao%20sec%20XXI_RI.pdf. Acessado em: 07.Nov.2019.

PALÁCIO da Sé é reaberto após 20 anos com exposições sobre história da Igreja Católica. Portal G1-BA, Salvador, 06 Dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/12/06/palacio-da-se-e-reaberto-apos-20-anos-com-exposicoes-sobre-historia-da-igreja-catolica.ghtml>. Acessado em: 07 Nov. 2019.

PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf. Acessado em: 07.Nov.2019.

PASSOS, Alan Santos. **A cidade de Salvador e os seus 400 anos. Política, História e usos do passado (Bahia, 1949)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21137>. Acessado em: 07.Nov.2019.

PERES, Fernando da Rocha & ROLLEMBERG, Vera (Orgs.). **Diário de Godofredo Filho**. Salvador: EDUFBA, 2007.

_____, Fernando da Rocha. **Memória da Sé**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado. 1999.

PONTUAL, Maria de Lourdes. **A Sacristia da catedral da Baía e a posição de igreja primitiva**. In: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IV. Rio de Janeiro, 1940. f. 193-208. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat04_m.pdf. Acessado em: 07.Nov.2019.

RISÉRIO, Antonio. **Edgard Santos e a reinvenção da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

RUBIM, Albino C. **A ousadia da criação: universidade e cultura**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2016. 135 f. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20020>. Acessado em: 07.Nov.2019.

RUBIM, Antônio Albino Canelas; e BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador, Edufba, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/4/Politicas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>. Acessado em: 07.Nov.2019.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. **Formas urbanas: cidade-real & cidade-ideal; contribuição ao estudo urbanístico de Salvador**. Salvador: Quarteto Editora/ PPG/AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1999.

SANTANA, Jussilene. **Martins Gonçalves: uma Escola de Teatro contra a Província**. Tese (Doutorado em Artes Cênicas). Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32002>. Acessado em: 07.Nov.2019.

SANTOS, Roberto Figueira. **Vidas paralelas** – 1894-1962. 2. ed. Salvador: Edufba, 2008.

SANTOS, Zeny Duarte de Miranda Magalhães dos. **Arranjo e descrição do espólio de Godofredo Filho**: estudo arquivístico e catálogo informatizado. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 1999. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11149/1/Zeny%20Duarte%20de%20Miranda%20Magalh%C3%AAs%20dos%20Santos.pdf>. Acessado em: 07.Nov.2019.

SILVA, Cândido da Costa e (Org.). **Seminário da Bahia (1815 – 2015)**: documentos de sua história. 1º. Ed. Salvador: EDUFBA, 2017. 634p. v.1.

SILVA, Raul Mendes (Org.). **Dicionário de Artistas do Brasil**. S/d. Disponível em: http://www.brasilartesciclopedias.com.br/nacional/souza_wladimir_alves.htm. Acessado em: 07 Nov. 2019.

SILVA-NIGRA, Clemente Maria da. **Convento de Santa Teresa: Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia** [Catálogo]. Rio de Janeiro: Agir, 1972. 120 p.

TEIXEIRA, Rodolfo dos Santos. O Caminho. In: TOUTAIN, L. M. B.; SILVA, R. R. G. **UFBA do século XIX ao século XXI**. Salvador, EDUFBA, 2010. Disponível em: http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/5293/1/Ufba%20do%20sec%20XIX%20ao%20sec%20XXI_RI.pdf. Acessado em: 07.Nov.2019.

TELLES, Augusto da Silva. **Mário Barata (1921-2007)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Rio de Janeiro, a. 169 (438):249-250, 2008. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0BydR8nHYLc_KZkNOV3NZRmpfa28/view. Acessado em: 07.Nov.2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Museu de Arte Sacra da Bahia** [Catálogo]. Salvador: Dow Química, 1981.

_____. **Museu de Arte Sacra: Universidade Federal Bahia** [Catálogo]. Salvador: Petrobras, 2008.

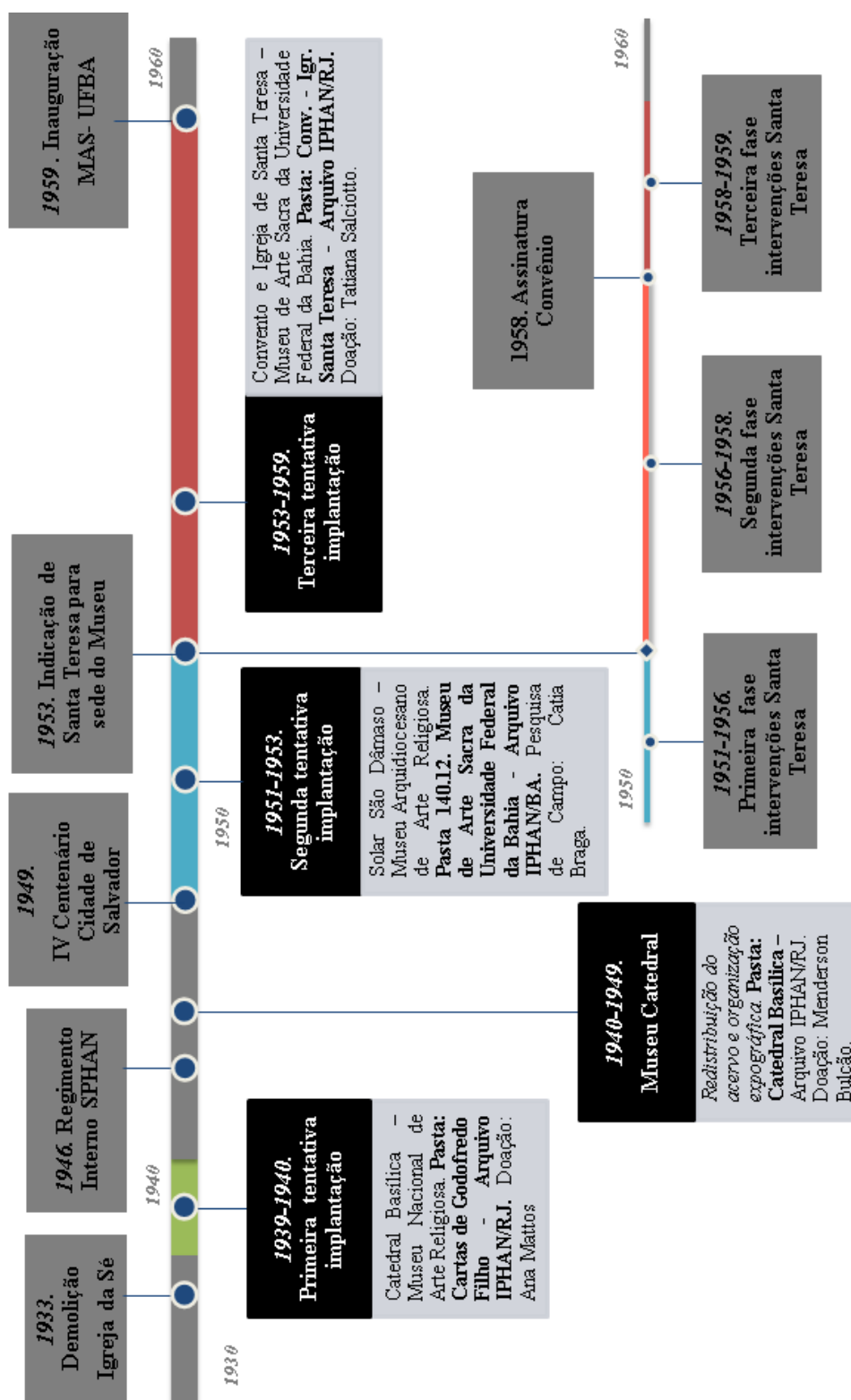
_____. **Notícia histórica da Universidade da Bahia. Coleção UFBA 70 anos**. 2. ed. Salvador: Edufba, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20001>. Acessado em: 07.Nov.2019.

_____. **O Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia** [Catálogo]. São Paulo: Banco Safra, 1987;

_____. **UFBA e Igreja Católica renovam convênio de gestão do Museu de Arte Sacra por mais 60 anos**. UFBA em pauta, Salvador. 23 Nov. 2017. Disponível em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/ufba-e-igreja-cat%C3%B3lica-renovam-conv%C3%AAnio-de-gest%C3%A3o-do-museu-de-arte-sacra-por-mais-60. Acessado em: 07 nov. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Esquemática cronológica da documentação levantada – Arq. IPHAN/RJ/BA.

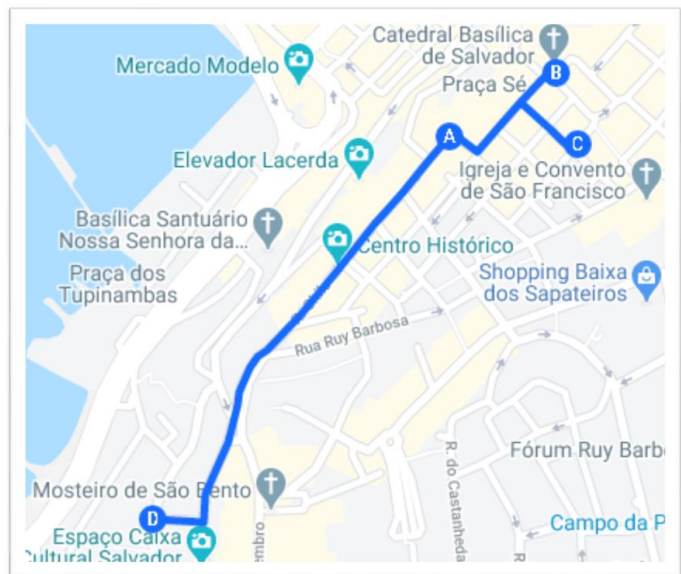
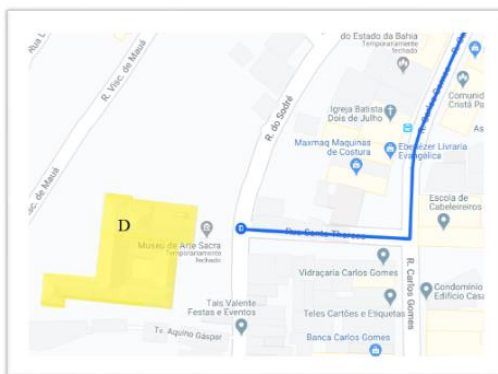


APÊNDICE B: Localização geográfica das edificações religiosas - Centro Histórico de Salvador, Bahia.



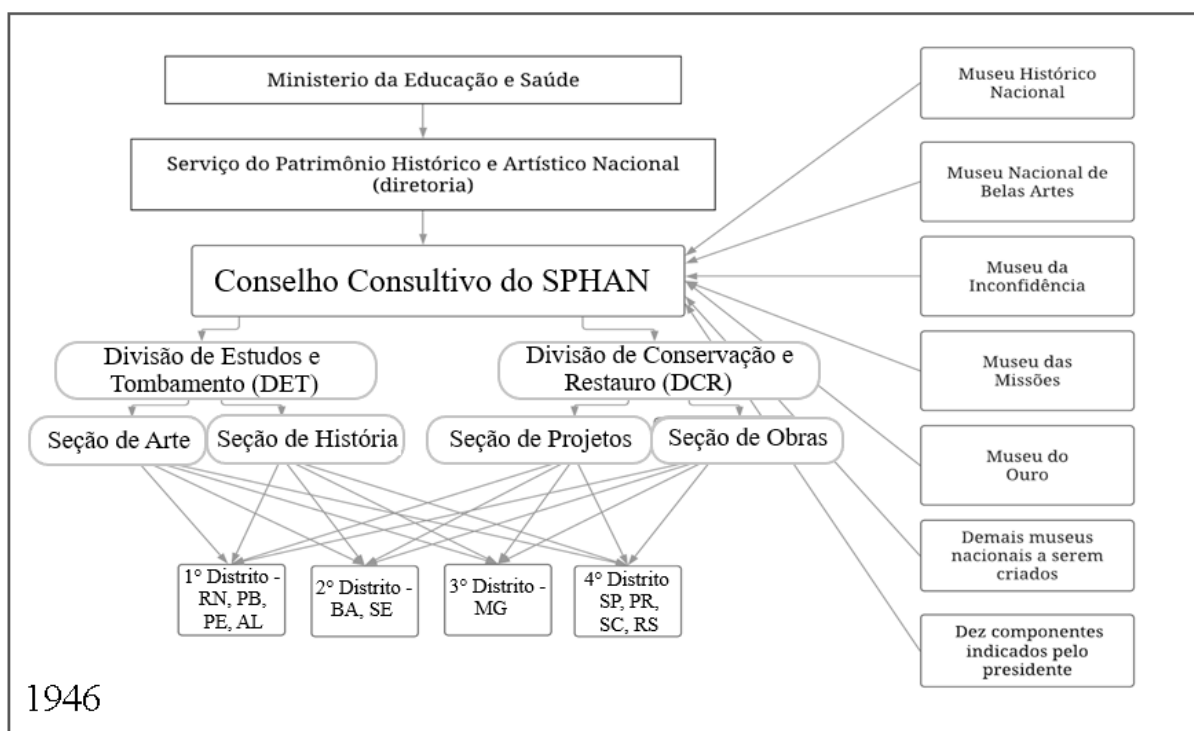
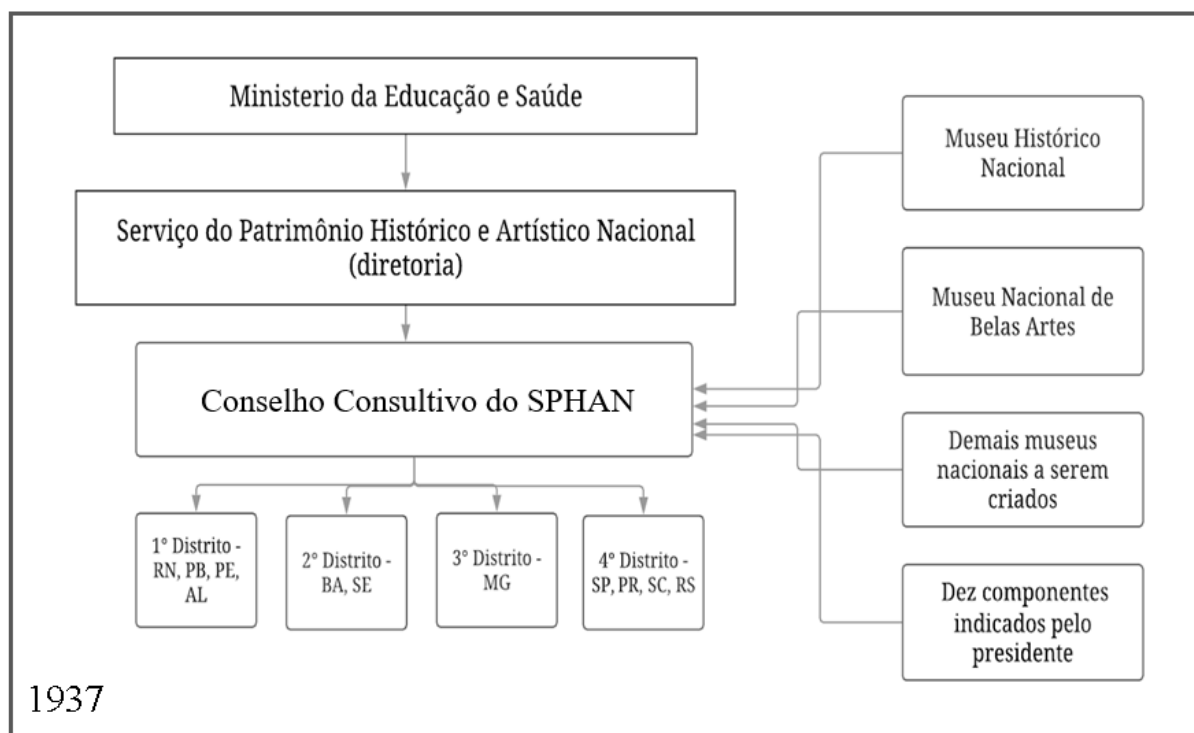
LEGENDA:

- A.** Igreja da Sé (demolida em 1933);
- A1.** Palácio Arquiepiscopal da Sé;
- B.** Catedral Basílica de Salvador;
- C.** Solar São Dâmaso;
- D.** Convento e Igreja de Santa Teresa / MAS/UFBA.



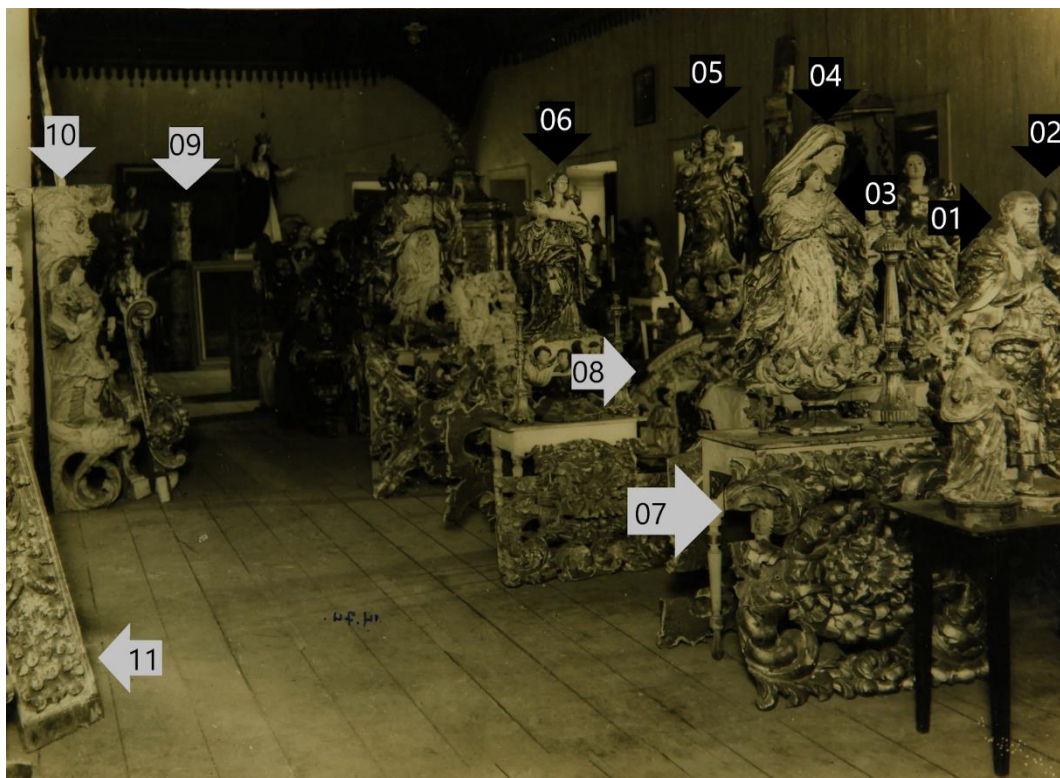
Fonte: Google My Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1-CS1nYafa6jWpnw0FZQYL--UOzDtfQ5m&usp=sharing>. Acessado em 07 Nov. 2019.

APÊNDICE C: Organograma simulado do SPHAN, em 1937 e 1946
– com base na descrição de Rodrigo M. F. Andrade.



Fonte: Brasil: monumentos históricos e arqueológicos (ANDRADE, [1952] 2012).

APÊNDICE D: IDENTIFICAÇÃO – Coleção da Arquidiocese da Bahia e Primaz do Brasil¹⁸¹.
 Procedência: Igreja da Sé. Localização/Ano: Museu da Catedral, 1939/1940.



Nº NOME		ACERVO: MAS-UFBA, ano de entrada.
IMAGINÁRIA	01 São Joaquim	Aproximadamente ano 2000.
	02 Santo Bispo	Aproximadamente ano 2000.
	03 N. S. da Conceição	Aproximadamente ano 2000.
	04 Santana com Véu	Aproximadamente ano 2000.
	05 N. S. do Rosário (ou N. S. com Menino)	Aproximadamente ano 2013.
IMAGINÁRIA	06 N. S. do Parto	Aproximadamente ano 2013.
TALHA (frag.)	07 Talha (fragmentada)	Aproximadamente ano 1958.
	08 Adoração dos Pastores (fragmentada)	Aproximadamente ano 1958.
	09 Coluna Salomônica (fragmentada)	Aproximadamente ano 1958.
	10 Cariátide (fragmentada)	Aproximadamente ano 1958.
	11 Talha da Capela de N. S. Guadalupe, da Sé (fragmentada)	Aproximadamente ano 1958.

¹⁸¹ Considerando a qualidade da imagem, em preto e branco, é possível supor que sejam as mesmas peças do acervo no MAS-UFBA, verificadas a iconografia e registro no Livro de Tombo – informações fornecidas por Edjane C. Silva (Setor de Exposição) e Isabela Souza (Setor de Documentação).

ANEXOS

ANEXO A: FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. Carta nº 33 [mensagem pessoal].
Recebida por Odilon Moreira. Salvador, 05 Mai.1939. 1f. (Detalhe do documento/Grifo nosso).

CÓPIA

Baía, 5 de Maio de 1939.

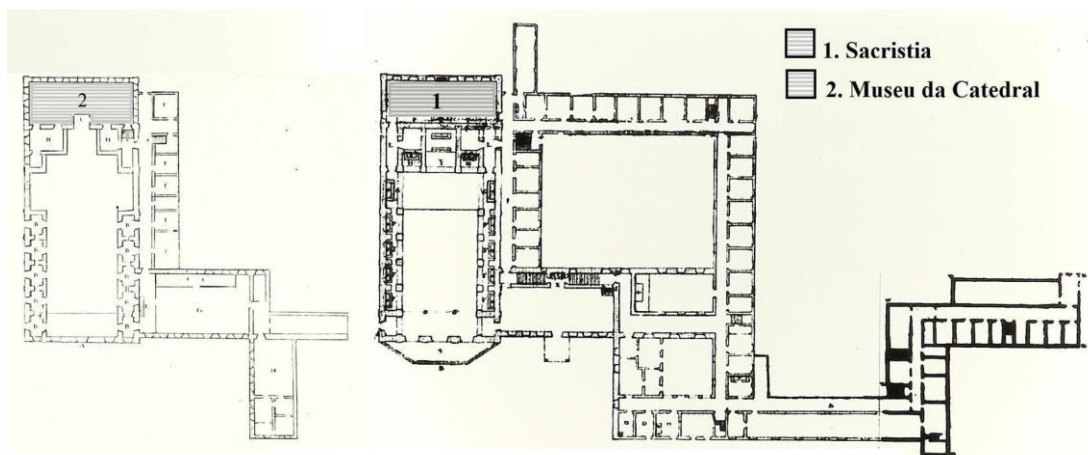
Nº 33

Revmº Snr. Cura da Sé:

Acho oportuno relembrar a V. Revma. algumas ponderações, que, certa vez, já verbalmente lhe fiz, de referência á impropriedade do local escolhido para o Museu de Arte Religioza da Cathedral, em tão boa hora organizado graças á dedicação e superior capacidade de trabalho de V. Revma. É que, no referido Museu, instalado em amplo salão sobre a Sacristia do templo, o pèzo permanente dos vários objetos expostos faz ceder o soalho do compartimento, dando em resultado, por igual, a flexão do fôrro da Sacristia; daí, sucede estar-se despregando e ameaçando cair o betume das juntas das tábuas do dito fôrro, o que acarretará, brevemente, segundo a opinião de competentes técnicos, a danificação das preciosíssimas pinturas que o revestem.

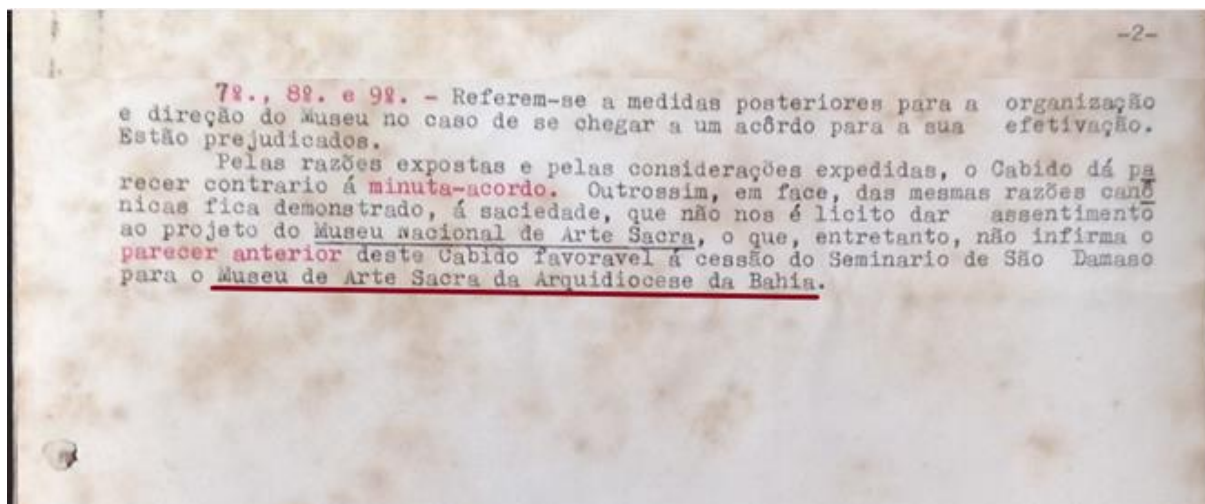
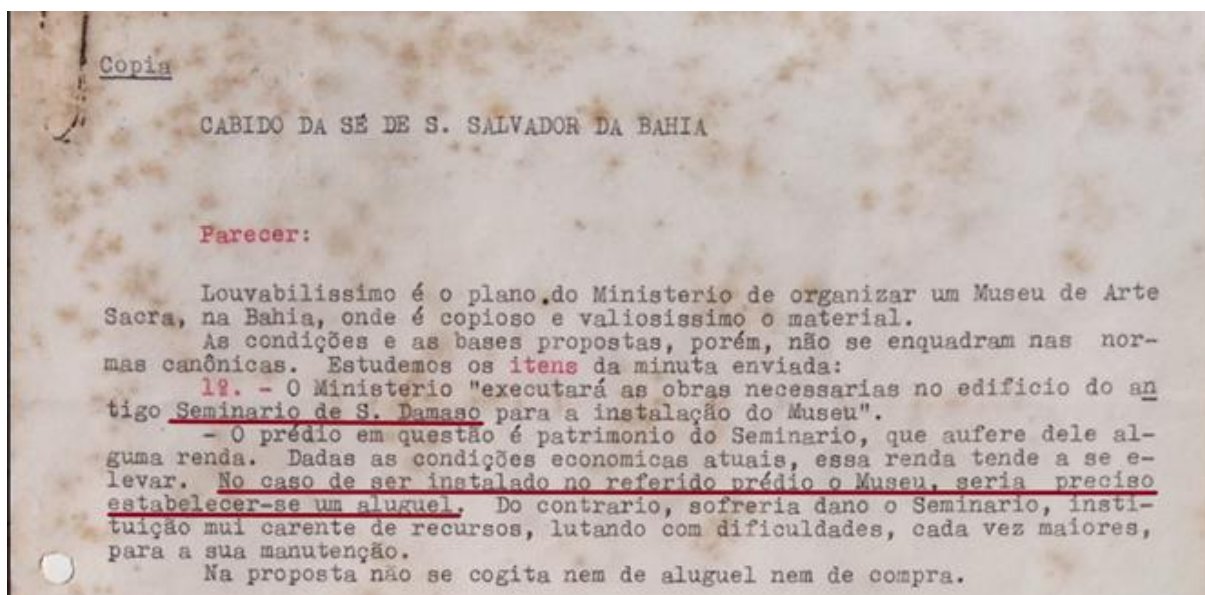
Fonte: Série Mon. – Pasta: Cartas de Godofredo Filho. Arq. IPHAN-RJ.

ANEXO B: Planta baixa da Catedral Basílica – detalhe adaptado. Desenho de Kasis Vosylius.

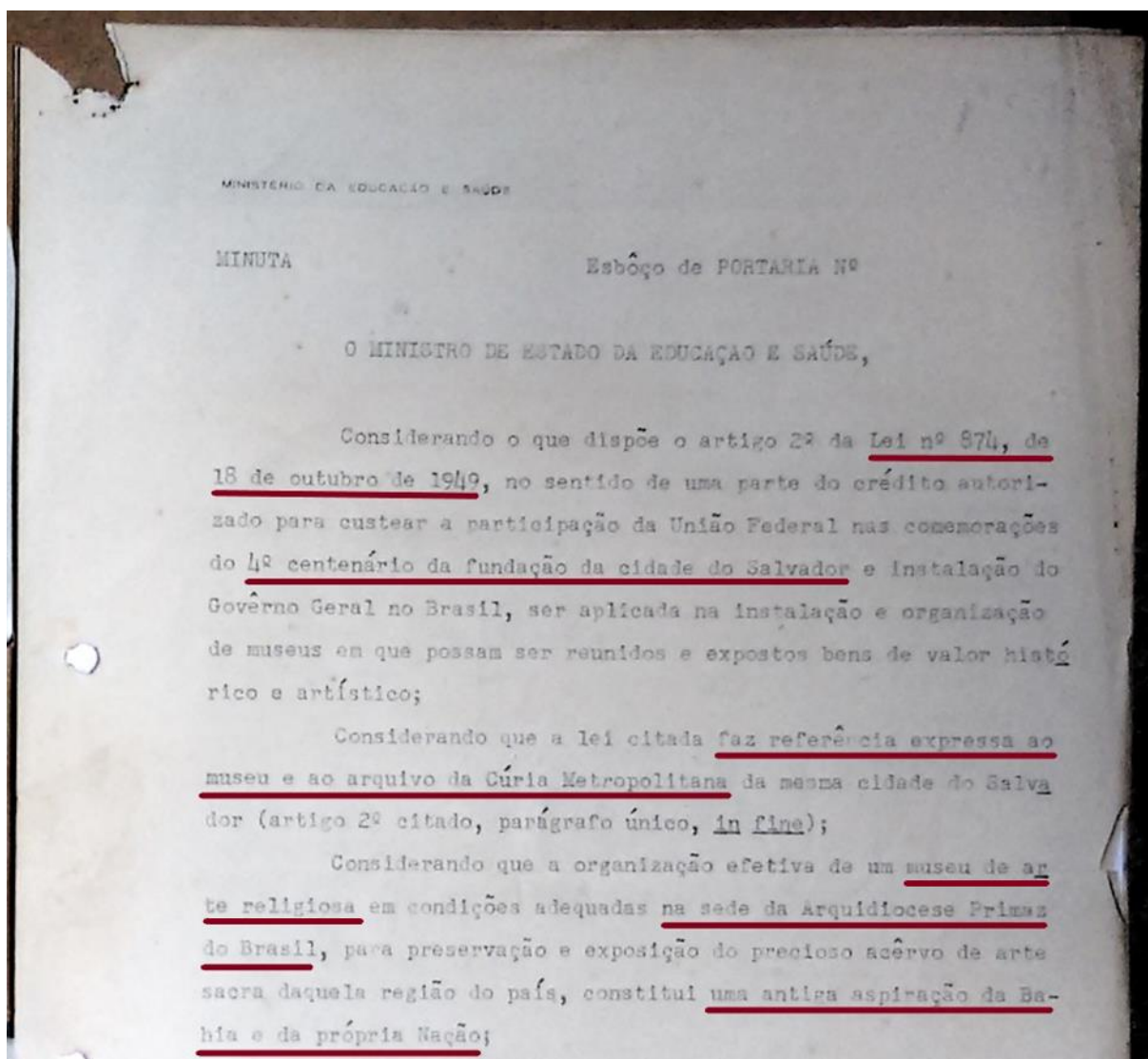


Fonte: Rede de Arquivos IPHAN.

ANEXO C: CABIDO da Sé de S. Salvador da Bahia. Cópia - Parecer.
Salvador, Jul. 1940 [?]. 2f. (Detalhe do documento/Grifo nosso).

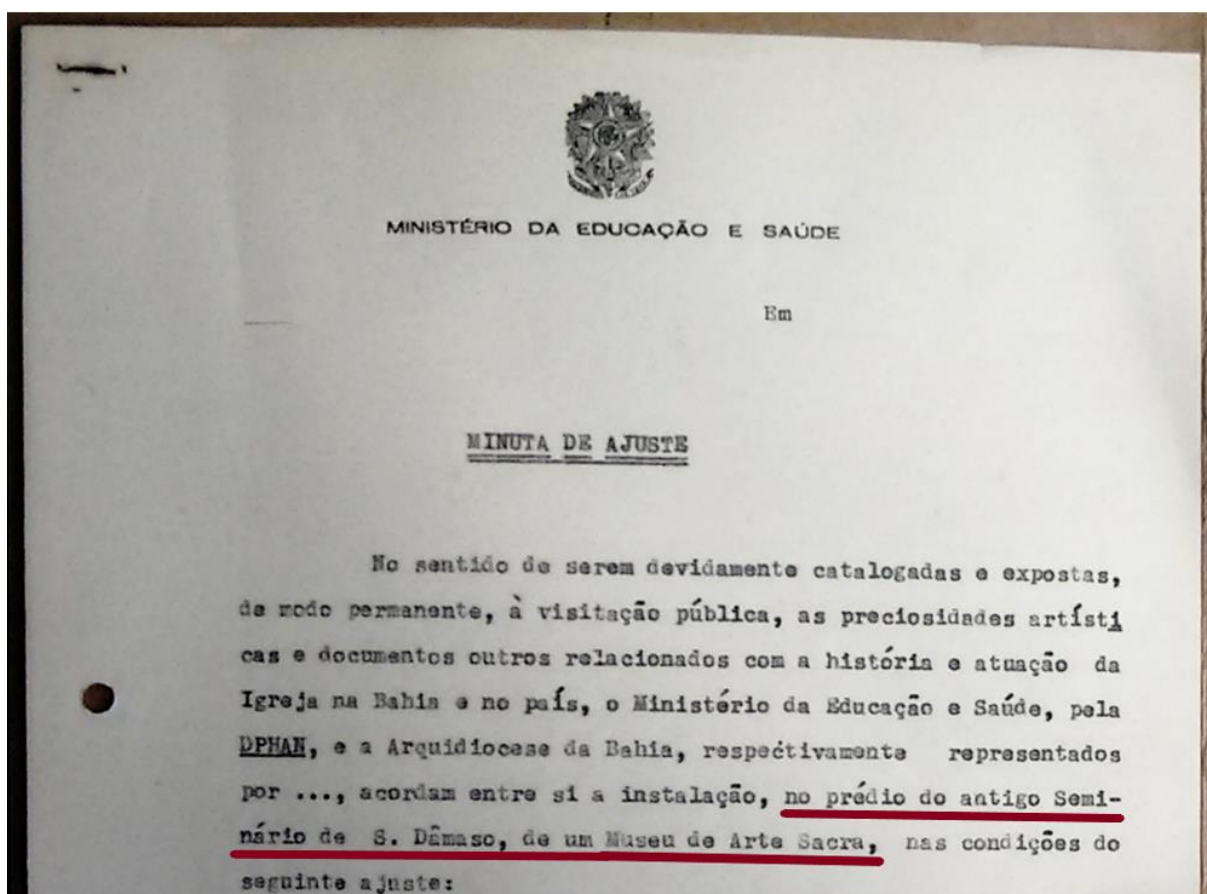


ANEXO D: SPHAN. Minuta – Esboço de Portaria s/nº.
Salvador, 1949/50[?]. (Detalhe do documento/Grifo nosso).



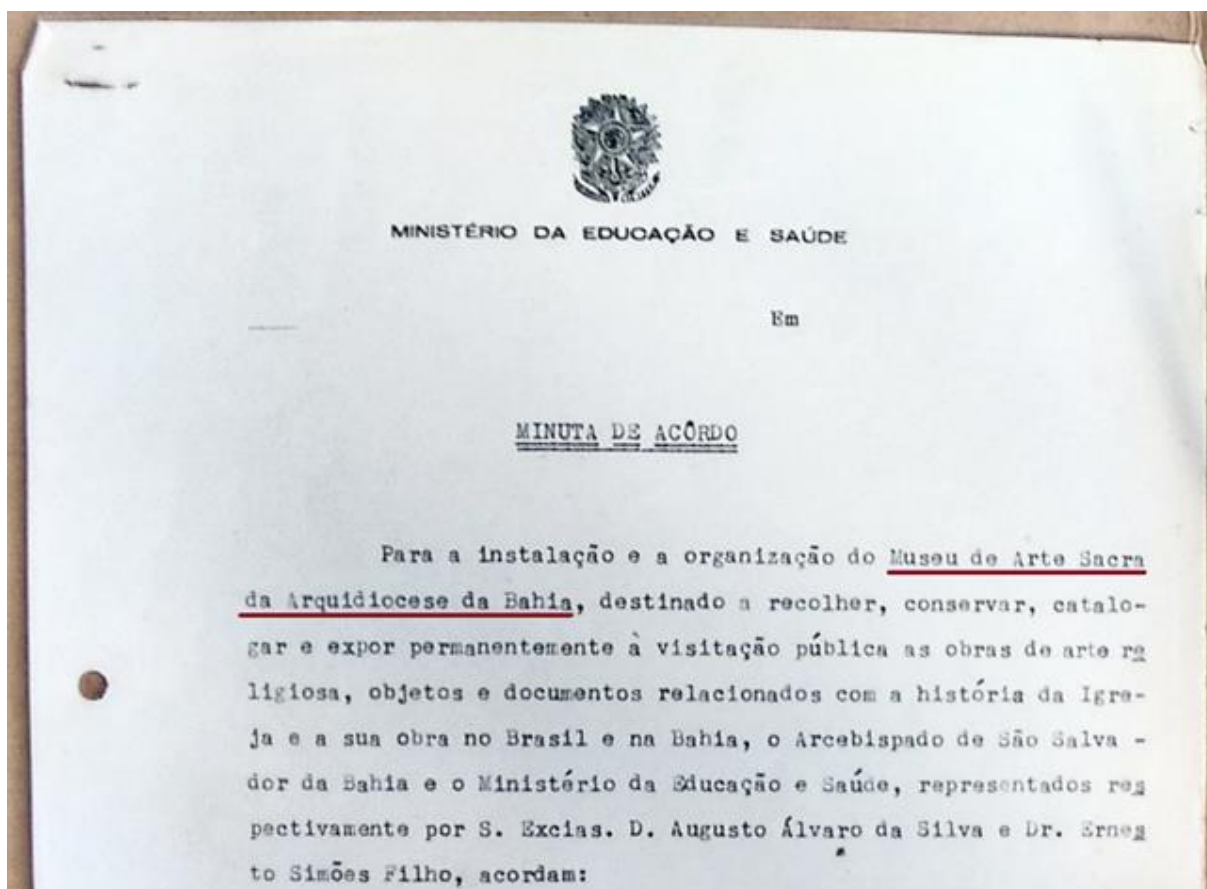
Fonte: Série: Mon. – Pasta: 140.12. Museu de Arte Sacra da UFBA. Arq. IPHAN-BA.

ANEXO E: SPHAN. Minuta de Ajuste. [Anexo à Carta nº. 522].
Salvador, 17 Ago.1951[?]. (Detalhe do documento/Grifo nosso).



Fonte: Série: Mon. – Pasta: 140.12. Museu de Arte Sacra da UFBA. Arq. IPHAN-BA.

ANEXO F: SPHAN. Minuta de Acôrdo.
Salvador, Set. 1951[?]. (Detalhe do documento/Grifo nosso).



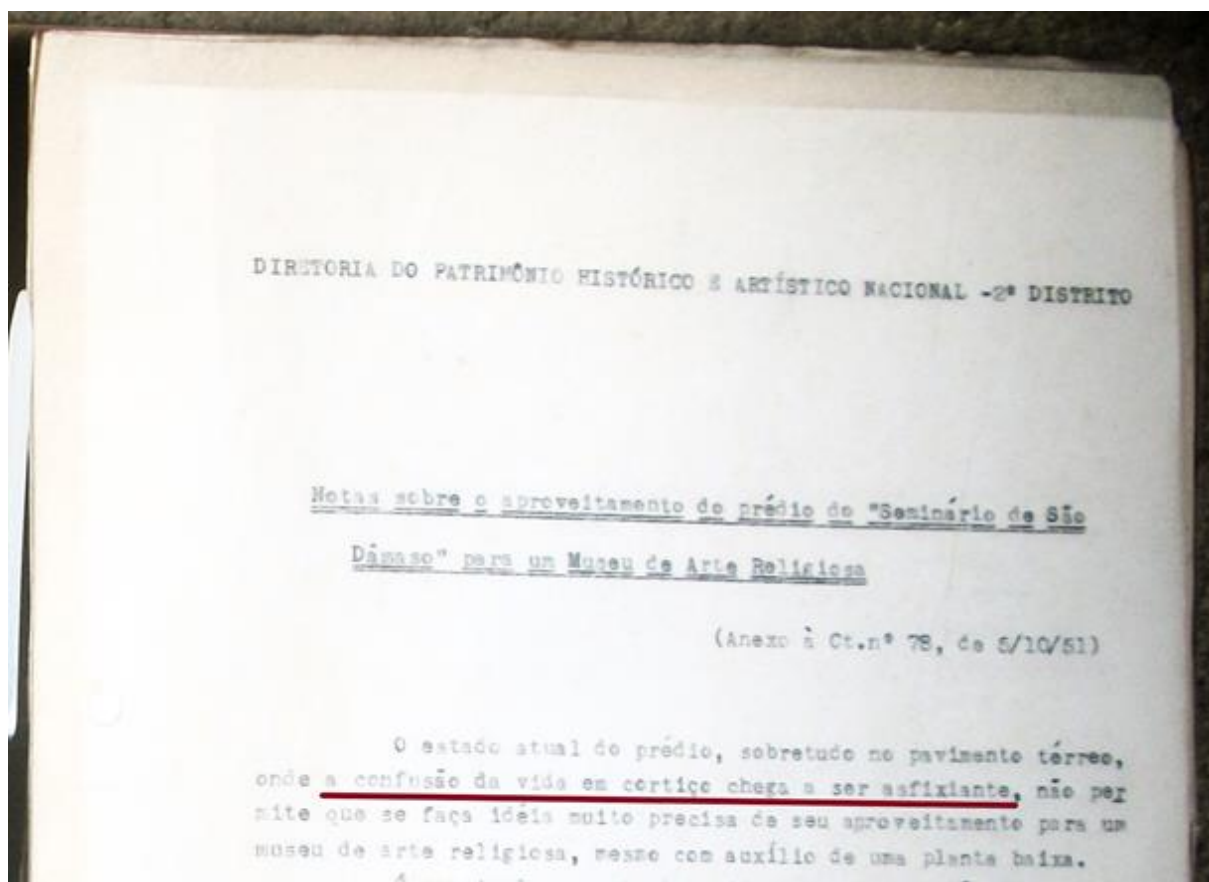
Fonte: Série: Mon. – Pasta: 140.12. Museu de Arte Sacra da UFBA. Arq. IPHAN-BA.

ANEXO G: VALLADARES, José. Museu de Arte Religiosa. ARTES PLÁSTICAS.
Diário de Notícias [Recorte de Jornal]. Salvador, 09 Set. 1951. (Detalhe do documento).



Fonte: Biblioteca José Pedreira, Museu de Arte da Bahia.

ANEXO H: SPHAN. Notas sobre o aproveitamento do prédio do “Seminário de São Dâmaso” para um Museu de Arte Religiosa. [Anexo a Carta nº. 78]. Salvador, 05 Out. 1951. (Detalhe do documento/Grifo nosso).



Fonte: Série: Mon. – Pasta: 140.12. Museu de Arte Sacra da UFBA. Arq. IPHAN-BA.

ANEXO I: PORQUE não se faz o Museu Nacional de Arte Sacra – As razões do Ministério da Educação.
A Tarde. [Recorte de Jornal] Salvador, 23 Fev. 1952. (Detalhe do documento/Grifo nosso).

A TARDE — SÁBADO, 23 DE FEVEREIRO DE 1952

PORQUE NÃO SE FAZ O MUSEU NACIONAL DE ARTE SACRA

AS RAZÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Desde que assumiu a pasta da Educação e Saúde, o ministro Simões Filho diligenciou, por todos os meios ao seu alcance, dotar a Bahia de um Museu de Arte Religiosa que, refletindo os quatro séculos de nossa cultura e civilização cristãs, reunisse, num dos velhos palácios da Cidade, para tal fim especialmente restaurado a expensas da União, todo o acervo de peças de arte religiosa ora exposto na Catedral-Basilica do Salvador, bem como outros que se pudessem recolher, indicativos daqueles felizes tempos em que a beleza e a fé nos legaram obras de encanto imperecível. Malgrado o constante empenho do ministro bahiano e os labores da repartição onde tais assuntos são estudados naquele Ministério, as negociações empreendidas não puderam ser levadas a bom termo, por circunstâncias que independeram da solicitude do poder público, ficando dêste modo a Bahia privada de um Museu, que seria dos mais ricos e justamente famosos da América, lição perene de uma época de acentuada fé, ao espírito atormentado de nosso tempo. Fácil de compreender como ganharia nossa terra em prestígio cultural se, aos olhos dos brasileiros de outros Estados e dos estrangeiros que a visitassem, esse Museu, ora desvanecido pudesse ter sido criado e animado com as vultosas verbas que lhe foram destinadas. A opinião pública, sobre o assunto, ficará melhor esclarecida ao ter conhecimento da carta que se segue, endereçada ao sr. arcebispo primaz d. Augusto Alvaro da Silva, pelo diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

"Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — 12 de dezembro de 1951. Exmo. e eminente amigo sr. Arcebispo.

Retardei demasiadamente os agradecimentos que me cumpria transmitir a V. Excia., pela bondade extrema da visita com que me honrou, na véspera de minha partida da Bahia, porque tive empenho de levar ao seu conhecimento, ao mesmo tempo, a impressão do ministro Simões Filho em face do novo pronunciamento do Ilustríssimo

Cabido sobre a questão do museu de arte religiosa. Rogo, pois, a V. Excia. me queira relevar o retardamento e aceitar, com a costumada benevolência, a expressão do meu grande reconhecimento pela distinção que me concedeu e que tanto me sensibilizou.

Quanto ao assunto do museu, houve necessidade de se estudar detidamente, nos seus precisos termos e nos efeitos que implicam, o parecer dos Rev.ªs. Cônegos Capitulares, procurando-se verificar a possibilidade de conciliá-lo com o projeto que o nosso prezado ministro acalentou, com o maior carinho como um dos principais cometimentos de sua gestão. Entretanto, o exame atento do teor da deliberação do Ilustríssimo Cabido, que ora tenho a honra de devolver a V. Excia., impôs a conclusão de que a mesma importou na rejeição formal e, já agora, definitiva do propósito visado pelo ministro Simões Filho.

Em verdade se os Rev.ªs. Cônegos só admitem o museu com caráter estritamente arqui-diocesano e "rejeitam in limine o termo nacional" aplicado à instituição, os poderes públicos federais ficam impedidos de tomar a seu cargo a despesa avultadíssima exigida para a instalação respectiva, bem como para equipá-lo adequadamente e prover-lhe a manutenção.

Tal como o Ilustríssimo Cabido entende que deverá ser o Museu Arqui-diocesano de Arte Sacra da Bahia, o ministro Simões Filho não teria sequer atribuição para propor o montante da subvenção pretendida, uma vez que se trata de matéria reservada à iniciativa e ao critério do Congresso Nacional.

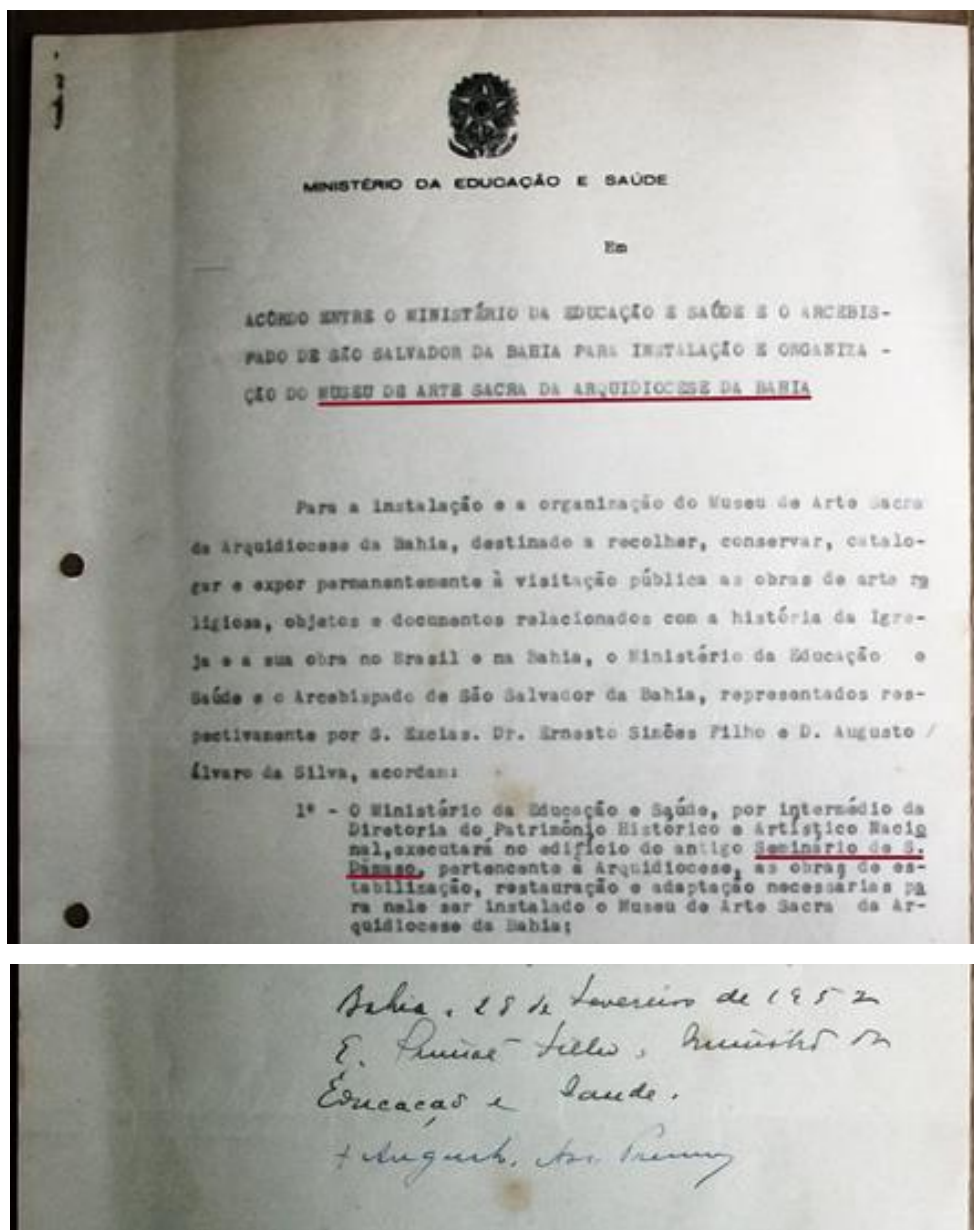
A vista das circunstâncias o nosso caro ministro teve de renunciar extremamente pesaroso, ao plano que visou realizar com tanto zelo e empenho tão persistente de servir à Bahia e ao país, desde a sua posse.

Não obstante, esta repartição executará em proveito do edifício do antigo Seminário São Damasceno as obras de reparação e restauração que o imóvel reclama independentemente de sua utilização eventual para museu e, bem assim, tomará, se forem julgadas oportunas as medidas adequadas, nas dependências da Catedral-Basilica, para o fim de favorecer a conservação e exposição das obras de arte religiosa ali reunidas.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Excia. os protestos do meu alto apreço, subscrivendo-me — a) — *Rodrigo M. F. de Andrade, Diretor".*

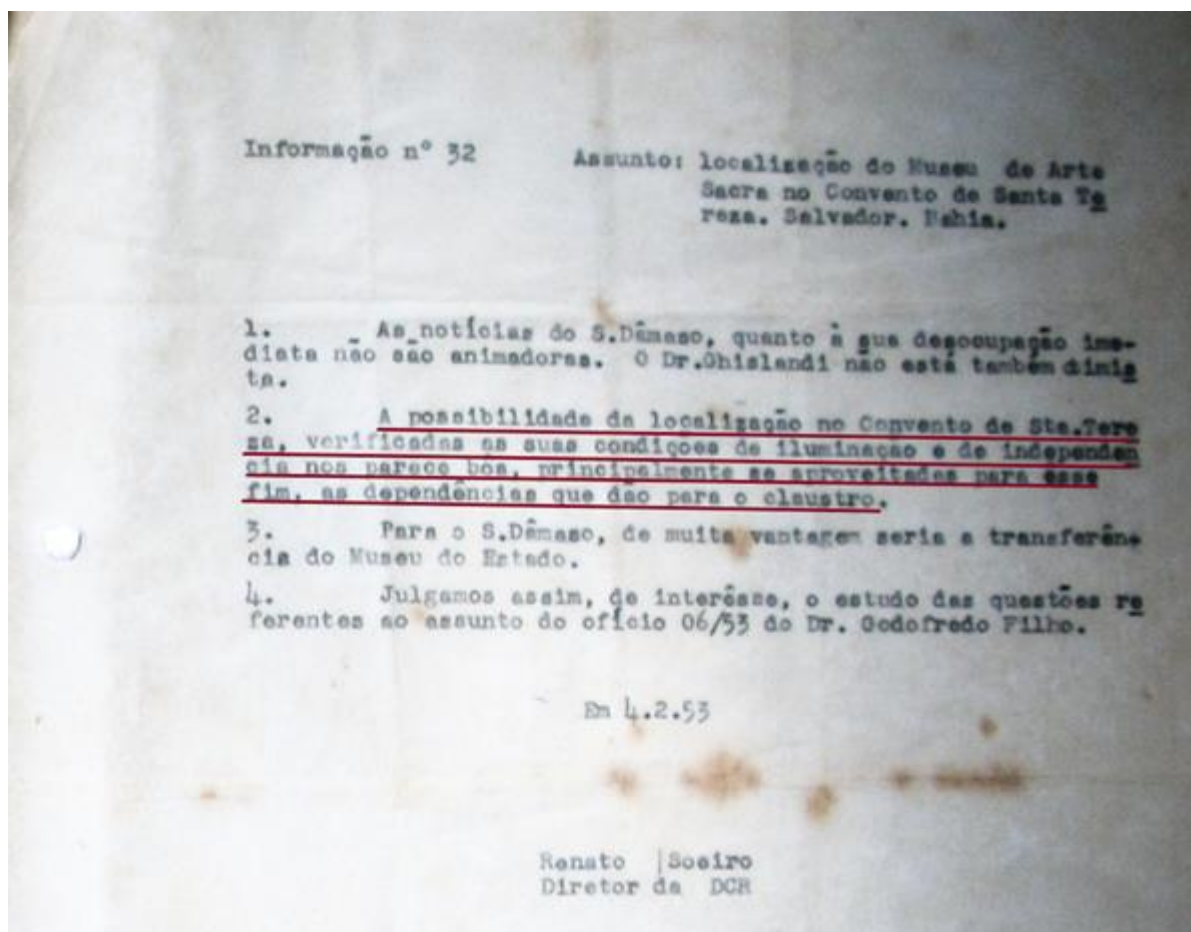
Fonte: Série: Mon. — Pasta: 140.12. Museu de Arte Sacra da UFBA. Arq. IPHAN-BA.

ANEXO J: SPHAN. Acôrdio entre Ministério da Educação e Saúde e o Arcebispo de São Salvador da Bahia para instalação e organização do Museu de Arte Sacra da Arquidiocese da Bahia.
Salvador, 28 Fev. 1952. (Detalhe do documento/Grifo nosso).



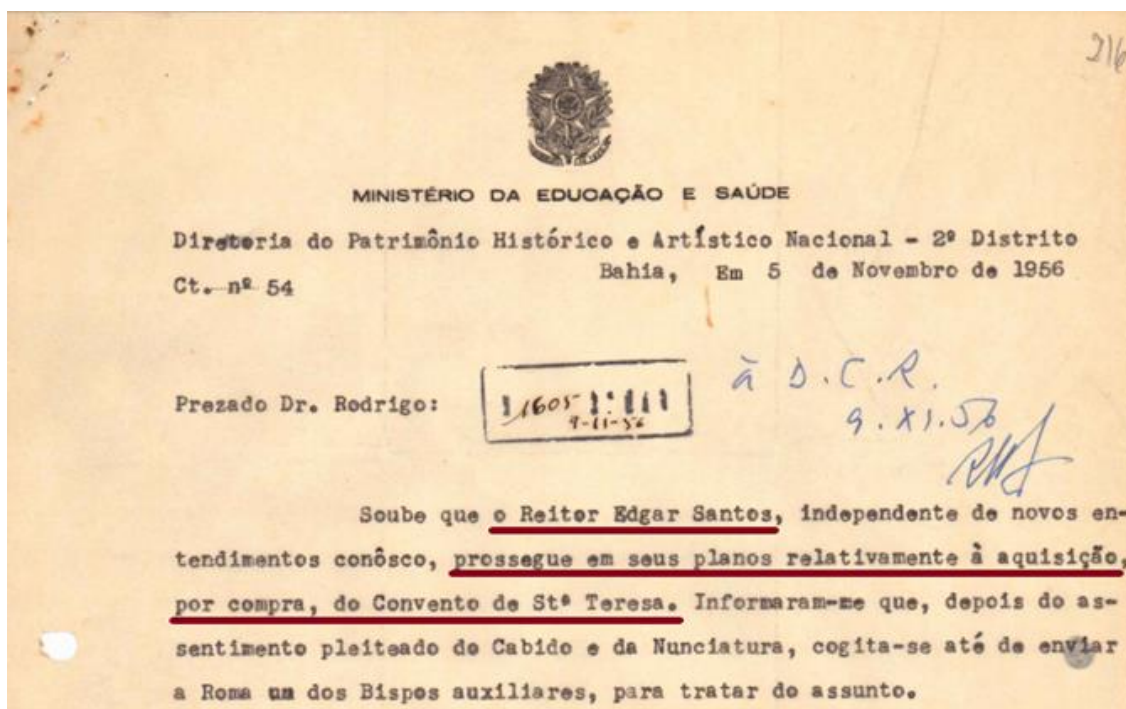
Fonte: Série: Mon. – Pasta: 140.12. Museu de Arte Sacra da UFBA. Arq. IPHAN-BA.

ANEXO K: SOEIRO, Renato. **Informação nº. 32.** Assunto: localização do Museu de Arte Sacra no Convento de Santa Tereza. Salvador, 04 Fev. 1953. (Detalhe do documento/Grifo nosso).



Fonte: Série: Mon. – Pasta: 140.12. Museu de Arte Sacra da UFBA. Arq. IPHAN-BA.

ANEXO L: FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. Carta nº 54 [mensagem pessoal].
Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 05.Nov. 1956. 1f. (Detalhe do documento/Grifo nosso).



Fonte: Série: Mon. – Pasta: Conv. – Igr. Santa Teresa. Arq. IPHAN-RJ.

ANEXO M: SOEIRO, Renato. Notas referente à construção moderna junto ao Seminário Santa Teresa.
Rio de Janeiro, 07 Nov. 1956. 1f. (Detalhe do documento/Grifo nosso).

Notas referentes à construção moderna junto ao Seminário Santa Teresa
Salvador - Bahia

Entre os motivos mais fortes pelos quais aspiramos ver o edifício do Seminário de Santa Teresa, desembaracado da vizinhança da construção onde hoje se acha instalada a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia, avulta a possibilidade do restabelecimento de sua visibilidade pela rua do Sodré, Travessa A. Gaspar e suas imediações.

O edifício em aprego, além do volume considerável, aproximadamente 56,00 de extensão pela rua do Sodré de forte declividade, e com 3 pavimentos com pé direito elevado, está encostado diretamente ao muro do pátio principal de entrada do Seminário. Tal construção não poderia ter sido autorizada pela D.P.H.A.N. se pretendida após o tombamento do monumento em questão.

A recuperação dessa área para jardins, além de beneficiar o monumento, possibilitará o seu aproveitamento, pela Reitoria da Universidade da Bahia dentro do excelente plano de atividades culturais e de âmbito universitário para ali programado.

A sua permanência além dos inconvenientes citados com relação ao Seminário, importaria em realização de obras consideráveis para uma nova utilização.

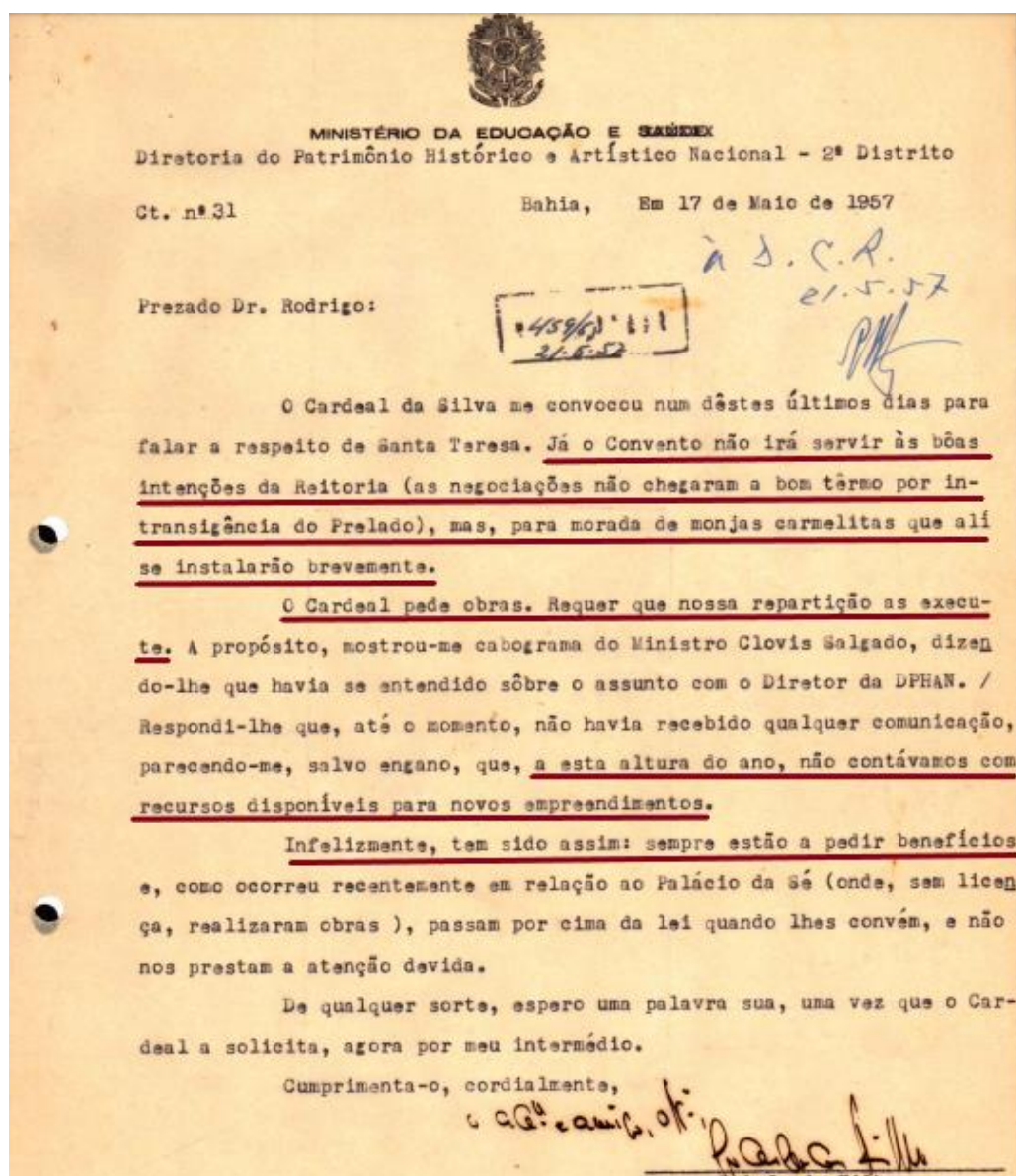
Sendo de qualidade muito inferior o material de que é feito, tais serviços importarão em despesas de grande vulto, com resultados certamente medíocres.

7.11.56

Renato Soeiro

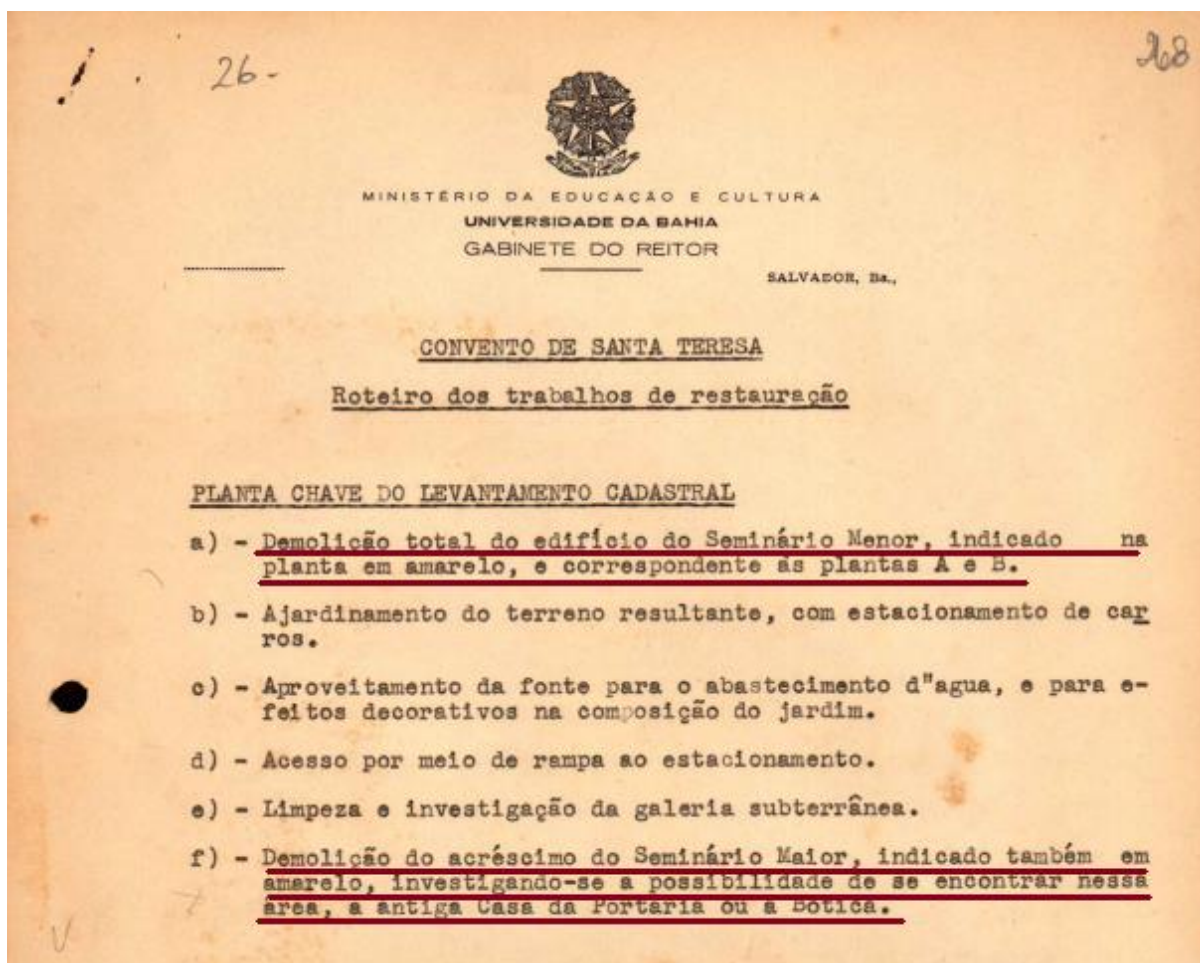
Fonte: Série: Mon. – Pasta: Conv. – Igr. Santa Teresa. Arq. IPHAN-RJ.

ANEXO N: FIGUEIREDO FILHO, Godofredo R. Carta nº 31 [mensagem pessoal].
Recebida por Rodrigo M. F. A. Salvador, 17 Mai. 1957. 1f. (Detalhe do documento/Grifo nosso).



Fonte: Série: Mon. – Pasta: Conv. – Igr. Santa Teresa. Arq. IPHAN-RJ.

ANEXO O: UFBA. Convento de Santa Teresa: Roteiro dos trabalhos de Restauração. Gabinete do Reitor. Salvador, Bahia, Set. 1957 [?]. 3f. (Detalhe do documento/Grifo nosso).



Fonte: Série: Mon. – Pasta: Conv. – Igr. Santa Teresa. Arq. IPHAN-RJ.

ANEXO P: Levantamento Cadastral - Planta Chave - Situação e Orientação. Planta-baixa, Jun. 1945.
(Adaptação artesanal do documento: Timóteo Lopes, Nov. 2019).

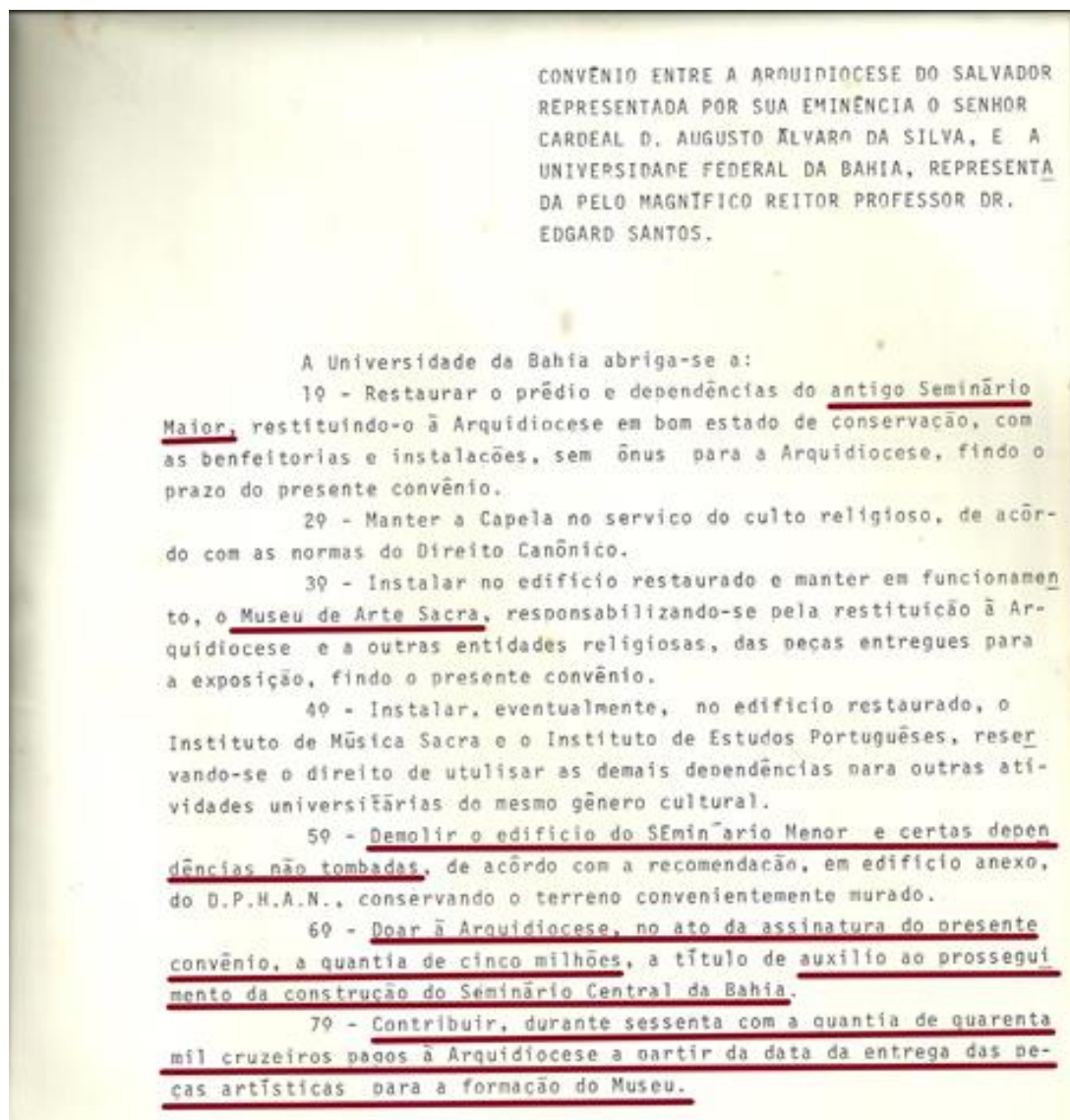
LEGENDA:

- | | |
|--|---|
| 1. Convento e Igreja de Santa Teresa – “Seminário Maior” | 6. Fachada da Igreja – “Pátio Ajardinado” |
| 2. Claustro – “área descoberta” | 7. “Acréscimo do Seminário Menor” |
| 3. “Acréscimo do Seminário Maior” | 8. “Área descoberta – Recreio do Seminário Menor” |
| 4. “Ruínas” | 9. “Área anexa” |
| 5. “Área descoberta – Recreio do Seminário Maior” e “Pátio murado” | 10. “Pátio externo” |



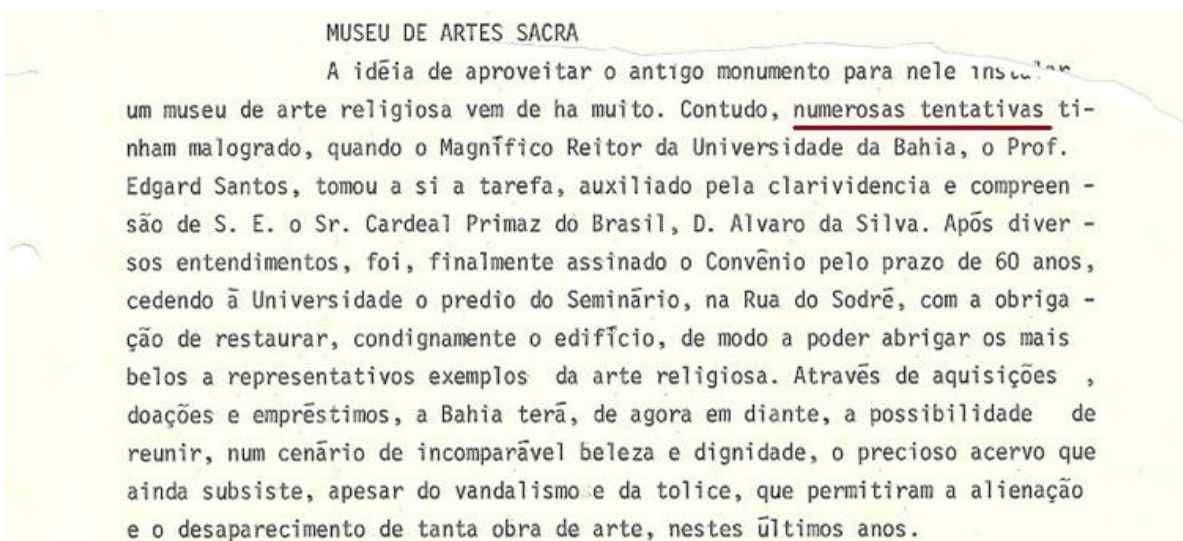
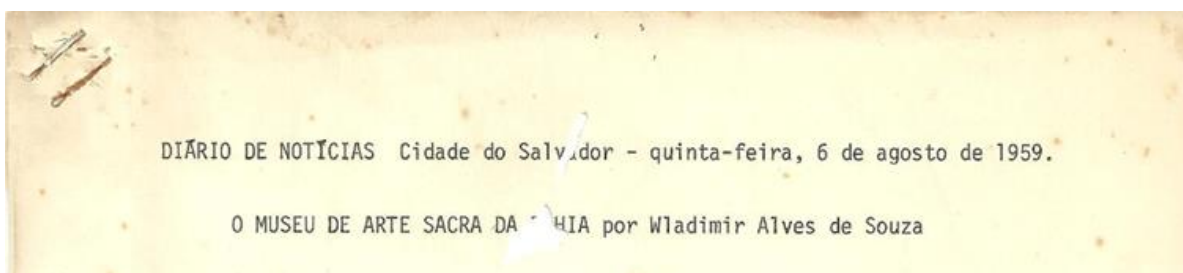
Fonte: Série: Mon. – Pasta: Conv. – Igr. Santa Teresa. Arq. IPHAN-RJ.

ANEXO Q: CONVÊNIO entre a Arquidiocese do Salvador, representada por Sua Eminência o Senhor Cardeal D. Augusto Álvaro da Silva, e a Universidade da Bahia, representada pelo Magnífico Reitor, Professor Edgar Santos. [Documento Datilografado]. Salvador, 06 Mar. 1958. (Detalhe do documento/Grifo nosso).



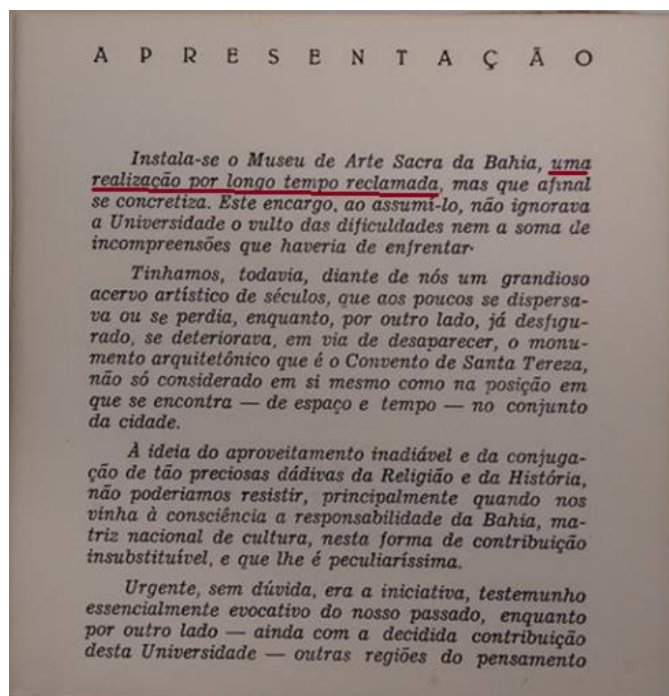
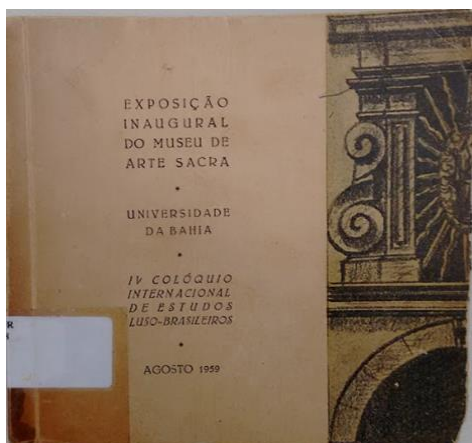
Fonte: Setor de Documentação, Museu de Arte Sacra da UFBA.

ANEXO R: SOUZA, Wladimir Alves. **O Museu de Arte Sacra da UFBA.** Diário de Notícias [Documento Datilografado] Salvador, 06 Ago. 1959. f. 1. (Detalhe do documento/Grifo nosso).



Fonte: MAS-UFBA Setor de Documentação.

ANEXO S: SANTOS, Edgar; SILVA-NIGRA, Clemente Maria da. Exposição inaugural do Museu de Arte Sacra [Catálogo Inaugural]. 4º Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros, Salvador, 1959. (Detalhe do documento/Grifo nosso).



Fonte: Seção de Memória da UFBA - Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa.

ANEXO T: Fachada do Convento de N. Sr.^a. Dos Remédios – Évora, Portugal.
Fotografia, meados do Século XX.



Fonte: Câmara Municipal de Évora - Arquivo Fotográfico.
Disponível em: <http://www.cm-evora.pt/pt/Paginas/home.aspx>. Acessado em: 07 Nov. 2019.

ANEXO U: Diversas fotografias do Convento e Igreja de Santa Teresa – Salvador, Bahia.

Figura 01: “Área descoberta, Recreio do Seminário Maior” – fachada lateral da extensão demolida, ver Anexo P. Fotografia, 1940[?].

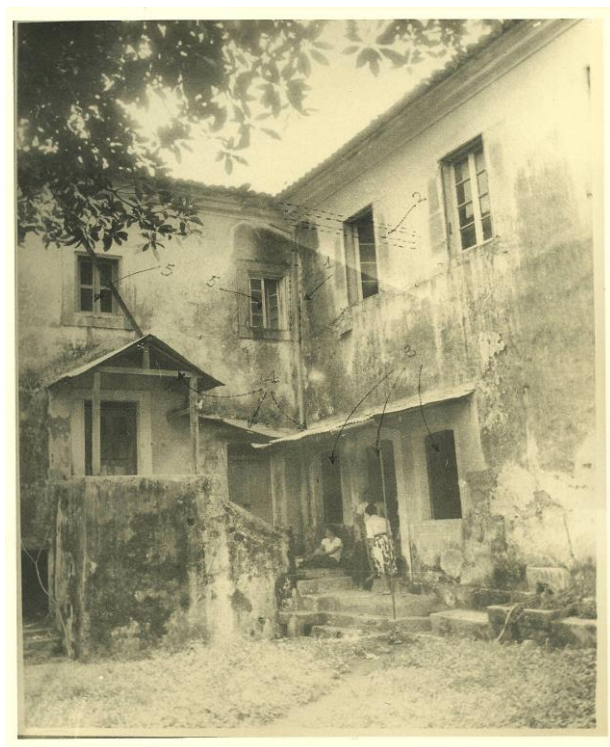


Figura 02: “Pátio Ajardinado”, Fachada da Igreja – fachada lateral da extensão demolida, ver Anexo P. Fotografia, 1940[?].



Fonte: Fototeca do MAS-UFBA – Coleção Memória Fotográfica, Módulo 3: Diversas/não identificadas. Pesquisa de Campo: Catia Braga.

Figuras 03 a 07: “Acréscimo do Seminário Maior”, detalhe do interior do edifício, pavimentos 1, 2, e 3 – Possível localização da antiga “Botica”, ver Anexo P. Fotografia, 1940 [?].



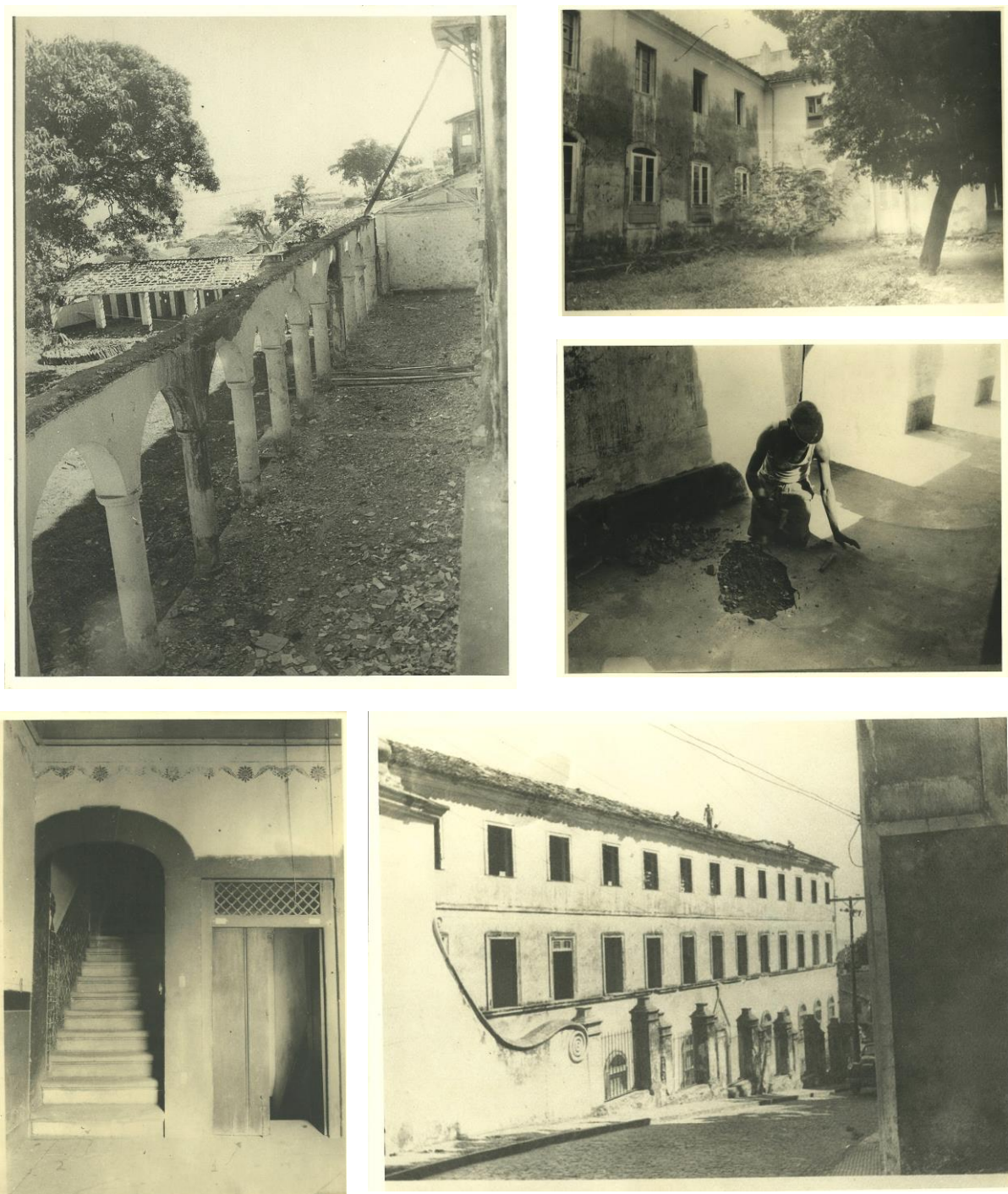
Fonte: Fototeca do MAS-UFBA – Coleção Memória Fotográfica, Módulo 3: Diversas/não identificadas.

Figura 08: “Área descoberta, Recreio do Seminário Menor” –
Fachada interna da extensão demolida, ver Anexo P. Fotografia, 1940 [?].



Fonte: Série: Mon. – Pasta: Conv. – Igr. Santa Teresa. Arq. IPHAN-RJ.

Figura 09: “Acréscimo do Seminário Menor” – Fachadas interna/externa, e interior do edifício, ver Anexo P. Fotografia, 1940 [?].



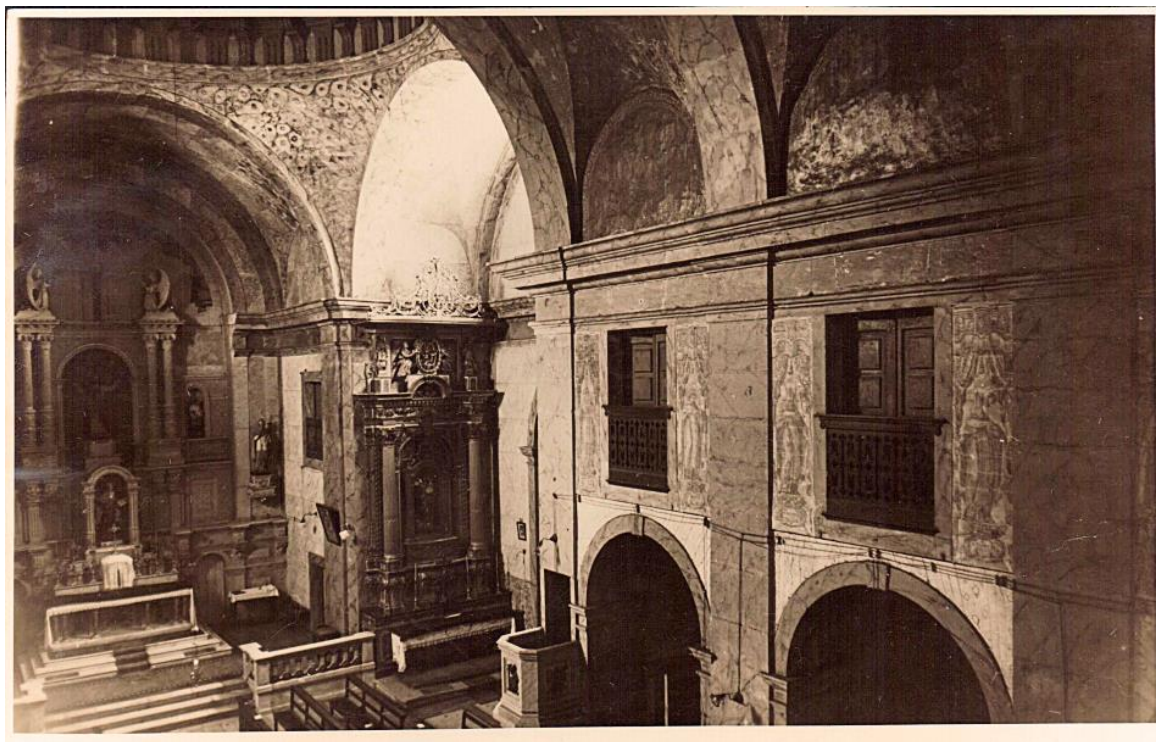
Fonte: Fototeca do MAS-UFBA – Coleção Memória Fotográfica, Módulo 3: Diversas/não identificadas.

Figura 10: Interior da Igreja de Santa Teresa. Fotografia, Set. 1945.



Fonte: Série: Mon. – Pasta: Conv. – Igr. Santa Teresa. Arq. IPHAN-RJ.

Figura 11: Interior da Igreja de Santa Teresa. Fotografia, Set. 1945.



Fonte: Série: Mon. – Pasta: Conv. – Igr. Santa Teresa. Arq. IPHAN-RJ.

Figura 12 e 13: Exposição Inaugural Interior – Salão Expositivo, 4º piso. Fotografia, 1959.



Fonte: Fototeca do MAS-UFBA –
Coleção Memória Fotográfica, Módulo 1: Restauração.

Figura 14 e 15: Exposição Inaugural Interior – Salão Expositivo, 5º piso. Fotografia, 1959.



Fonte: Fototeca do MAS-UFBA –
Coleção Memória Fotográfica, Módulo 1: Restauração.